

PSICOLOGIA:

Cintia Batista Lopes
Meg Gomes Martins de Ávila
Luana Guimaraes da Silva
Organização

*DIÁLOGOS ENTRE
PESQUISA E PRÁTICAS*



2023

2



PSICOLOGIA:

Cintia Batista Lopes
Meg Gomes Martins de Ávila
Luana Guimaraes da Silva
Organização

*DIÁLOGOS ENTRE
PESQUISA E PRÁTICAS*



2023

2

2023 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2023 Os autores
Copyright da Edição © 2023 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Dandara Goulart Mello
Roger Goulart Mello
Projeto gráfico e arte
Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão
Os organizadores

DOI
<https://dx.doi.org/10.47402/ed.ep.b202320500188>

Open access publication by Editora e-Publicar

PSICOLOGIA: DIÁLOGOS ENTRE PESQUISA E PRÁTICAS – VOLUME II.

Todo o conteúdo dos capítulos desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina



Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes



Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo

Milson dos Santos Barbosa – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará

Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974

Psicologia: diálogos entre pesquisa e práticas – Volume II / Organizadoras Meg Gomes Martins de Ávila, Cintia Batista Lopes, Luana Guimaraes da Silva. – Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5364-218-8

DOI 10.47402/ed.ep.b202320500188

1. Psicologia. 2. Saúde mental. I. Ávila, Meg Gomes Martins de (Organizadora). II. Lopes, Cintia Batista (Organizadora). III. Silva, Luana Guimaraes da (Organizadora). IV. Título.

CDD 150

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br

2023



2023

Apresentação

No livro **PSICOLOGIA: DIÁLOGOS ENTRE PESQUISA E PRÁTICAS – Volume 2**, aborda, Fenômenos psíquicos, Aspectos emocionais, sociais e comportamentais. Os capítulos são um compilado de resultados dos trabalhos acadêmicos do Curso de Psicologia em contribuição com o Programa de Iniciação científica do Centro Universitário Mauá de Brasília. Os autores se dedicaram para trazer aos leitores informações e reflexões, colaborando com as mais diversas transformações no contexto da saúde e Ciências Humanas. Essa obra foi organizada de forma a possibilitar um acesso direto a temas atuais.

As organizadoras

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1.....	9
HABILIDADES PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO AFETIVO DA CRIANÇA AUTISTA.....	9
DOI 10.47402/ed.ep.c202320511188	Nayra Vitória Souza Fonseca Cintia Batista Lopes Kelly Cristina Gennari de Almeida Ana Terra Pires de Moraes Ubiratan Contreira Padilha Marcela Augusta R. Guimaraes Luana Guimarães da Silva Meg Gomes Martins de Ávila
CAPÍTULO 2.....	23
MÃES NARCISISTAS: GATILHOS PARA SAÚDE MENTAL DOS FILHOS	23
DOI 10.47402/ed.ep.c202320522188	Mirian Pessôa Silva Kelly Cristina Gennari de Almeida Ana Terra Pires de Moraes Mariana Eloy de Amorin Sara Helena de Souza Braga Ubiratan Contreira Padilha Luana Guimarães da Silva Meg Gomes Martins de Ávila
CAPÍTULO 3.....	37
AUTOMUTILAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E SUAS NARRATIVAS EM CONTEXTO SOCIAL.....	37
DOI 10.47402/ed.ep.c202320533188	Fabiana Cardoso de Souza Meg Gomes Martins de Ávila
CAPÍTULO 4.....	57
A ESTRUTURA DO CANCELAMENTO SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	57
DOI 10.47402/ed.ep.c202320544188	Niára Ceni Maria Guedes da Costa Meg Gomes Martins de Ávila

CAPÍTULO 5.....	80
A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO AFETIVO NAS RELAÇÕES VIRTUAIS	80
DOI 10.47402/ed.ep.c202320555188	
	Jassirene Costa da Silva Meg Gomes Martins de Ávila
CAPÍTULO 6.....	100
NÃO ERA AMOR, ERA CILADA! OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS EM VÍTIMAS DE ESTELIONATO SENTIMENTAL EM RELACIONAMENTOS INICIADOS NA <i>INTERNET</i>	100
DOI 10.47402/ed.ep.c202320566188	
	Heric Gonçalves Campêlo Meg Gomes Martins de Ávila
CAPÍTULO 7.....	129
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO	129
DOI 10.47402/ed.ep.c202320577188	
	Gislaine Karine Silva de Lucena Meg Gomes Martins de Ávila
CAPÍTULO 8.....	147
INDIVIDUAÇÃO FEMININA: UMA ANÁLISE FEMINISTA E JUNGUIANA DO ARQUÉTIPO DA MULHER SELVAGEM	147
DOI 10.47402/ed.ep.c202320588188	
	Talissa Machado Guimarães Meg Gomes Martins de Ávila
CAPÍTULO 9.....	170
ESTIGMAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO EX-DETENTO: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL	170
DOI 10.47402/ed.ep.c202320599188	
	Paula Marielle dos Santos Silva Regino Francisco de Sousa Cintia Batista Lopes Kelly Cristina Gennari de Almeida Ana Terra Pires de Moraes Ubiratan Contreira Padilha Luana Guimarães da Silva Meg Gomes Martins de Ávila
ORGANIZADORAS.....	188



CAPÍTULO 1

HABILIDADES PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO AFETIVO DA CRIANÇA AUTISTA

Nayra Vitória Souza Fonseca

nayravitoria7@gmail.com

Cintia Batista Lopes

cintiablopess@gmail.com

Kelly Cristina Gennari de Almeida

Kellygennari@gmail.com

Ana Terra Pires de Moraes

Anaterrapmoraes@gmail.com

Ubiratan Contreira Padilha

ucpadilha@outlook.com

Marcela Augusta R. Guimaraes

nutrimarcelaguimaraes@gmail.com

Luana Guimarães da Silva

Enfermagem.mauadf@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever as habilidades parentais comumente requeridas e como estas podem auxiliar no desenvolvimento sócio afetivo da criança autista. Para isso foi utilizado o método de revisão bibliográfica de literatura de caráter descritivo de artigos científicos, sendo este o tipo de pesquisa que busca descrever a respeito de algo, sejam as características de um fenômeno, experiência ou população. O estudo conta com referencial teórico principalmente retirado do site Scielo e Google Acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo infantil, Habilidades parentais, desenvolvimento sócioafetivo, criança autista.

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho refere-se ao Autismo, também comumente conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este tema é parte do campo da psicologia infantil e está circunscrito na área de psicologia clínica.

O termo Psicologia Clínica foi citado primeiramente por Witmer em 1896 para se referir a métodos de avaliação realizados a crianças com transtornos mentais e físicos, segundo o autor



a psicologia clínica tem como foco o indivíduo que no contexto cultural da estrutura contemporânea são tratados como incapazes e não possuem lugar de fala.

No ponto de vista clássico da psicologia clínica, esta área da psicologia tem como princípios o psicodiagnóstico, métodos de terapia grupal e individual, levando em consideração que, o acompanhamento psicológico será feito de forma individual em um ambiente clínico controlado, tendo a pessoa como foco e auxiliando no processo psicológico (TEIXEIRA, 1997). finalidade da Psicologia Clínica, de acordo com *American Psychological Association* em 1935 azer a definição, por meio de análise, observação de comportamento e testes psicológicos, para que a partir destes resultados o psicólogo possa recomendar ou trazer sugestões proveitosas para o ajustamento da pessoa (MEIRAS, 1987).

O autismo tem ganho maior notoriedade na última década por conta do aumento de casos diagnosticados. Segundo dados do último relatório publicado em 2021 pelo Centro de controle e prevenção de doenças, 1 a cada 44 crianças é diagnosticada com TEA na faixa etária de até 7 anos.

Este índice de aumento não se dá a um nascimento repentino de milhares de crianças com o transtorno, mas sim ao maior número de profissionais capacitados para diagnosticá-lo o quanto antes e assertivamente, tornando assim o acompanhamento multiprofissional dessa criança mais direcionado e individualizados dados do *Center of Diseases Control and Prevention*, (202); Barbaresi et al. (2006).

Como supracitado o diagnóstico vem sendo mais assertivo, este que é parte primordial para um tratamento eficaz, visto que é a partir dele que os pais da criança autista poderão buscar os profissionais adequados para assistir a demanda desta, salienta-se também que quanto mais precoce o diagnóstico maior pode ser a eficácia do tratamento (MARTIN et al. 2006).

Diante do que foi revisado em literatura notou-se que, apesar do ambiente com apoio e profissionais especializados, as famílias ainda se queixam de não terem uma generalização de comportamentos fora do ambiente clínico, a partir disto percebeu-se então a relevância que as habilidades parentais tem no desenvolvimento sócio-afetivo da criança com TEA (MAGALHÃES, 2021).

Visto isso, deu-se o interesse em compreender quais as habilidades parentais auxiliam no desenvolvimento desta criança no âmbito do desenvolvimento sócio afetivo, e para a efetividade desta revisão foram elaborados três objetivos principais:



Caracterizar o TEA, compreender como se dá o diagnóstico e sua implicação no desenvolvimento sócio afetivo da criança autista e elencar as habilidades parentais requeridas a partir do diagnóstico de TEA.

Utilizado a metodologia de revisão bibliográfica de literatura de caráter descritivo de artigos científicos contado com uma seleção inicial de 30 (trinta) artigos que foram incluídos ou excluídos de acordo com os critérios de exclusão e inclusão para revisão bibliográfica, sendo os critérios de inclusão: abordar a temática do autismo, habilidades parentais de pais de crianças autistas, serem artigos de caráter descritivo e com recorte temporal de no máximo 20 anos de publicação. E de exclusão: viés não correspondente a psicologia, o não aborde da temática familiar do autista e/ou não englobar as habilidades parentais.

2. AUTISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS DO TEA

2.1 Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Autismo ou TEA até o ano de 2021 era reconhecido como o transtorno invasivo do desenvolvimento (TID) mais característico e melhor estudado de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). No entanto a partir de 11 de fevereiro de 2022 o transtorno recebe para si sua própria classificação dentro do TEA na até então versão mais atualizada da Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-11) que está em sua 11ª revisão.

2.2 História

Descrito e denominado como distúrbio autístico do contato afetivo pela primeira vez em 1943 pelo psiquiatra Leo Kanner em seu estudo de caso com uma amostra de 11 indivíduos. Kanner observou casos que atualmente seriam reconhecidos como autismo de nível de suporte 3, o psiquiatra observou respostas incomuns ao ambiente, comportamentos motores estereotipados, insistência à monotonia e resistência a mudanças, mas também habilidades de comunicação não usuais como a tendência ao eco da linguagem (ecolalia).

Nas duas décadas que se sucederam houveram confusões quanto a etiologia do autismo e a sua natureza, na época acreditavam que o transtorno era causado pela falta de resposta emocional dos pais aos seus filhos, crença esta que foi descartada. Já na primeira metade da década de 60 corroborou-se que o autismo era um transtorno cerebral encontrado em todos os grupos investigados, não havendo distinção de gênero, poder aquisitivo, etnia ou raça e presente desde a infância.



Outros dois nomes importantes para a história do autismo são Michael Rutter e Lorna Wing. Rutter, psiquiatra, destacou-se por suas pesquisas no campo da psiquiatria infantil, seguiu o viés biológico, com pesquisas de DNA e imagiologia médica, e social, com estudo da influência da escola e da família no desenvolvimento da criança com TEA.

Já Wing, médica psiquiatra e mãe de uma menina autista, motivada pelo seu interesse em obter mais informações a respeito do transtorno e com o intuito de levar uma melhor compreensão para familiares e indivíduos do espectro se tornou especialista em psiquiatria infantil e criou a *National Autistic Society*. Em paralelo a isto a médica inicia seu trabalho para conceituar o TEA como um espectro que afeta cada indivíduo de umas maneiras diferentes.

Bem sucedidos em seus estudos e pesquisas, Rutter e Wing se tornaram os nomes centrais do entendimento do TEA, seus estudos são base teórica até os dias atuais, bem como Kanner que como pioneiro no assunto trouxe visibilidade ao atualmente conhecido como Transtorno do Espectro Autista.

2.3 Características do TEA

Caracterizado pela disfunção nos processos de comunicação, aprendizagem e principalmente de socialização, podendo variar em grau de acometimento, sinais e também sintomas, o autismo foi subdividido em três níveis de necessidade de suporte.

Segundo a 5ª edição do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5) o autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comportamentos repetitivos, atraso ou ausência de comunicação e interesses restritos.

Estas características apenas em terminologia podem gerar diversas interpretações, pensando nisto o DSM-5 trouxe critérios diagnósticos ao autismo. No que diz respeito a interação social e atraso ou ausência de comunicação o manual utiliza como critério a observância de dificuldade ou inabilidade persistente na comunicação social, déficit na reciprocidade emocional e em comportamentos não verbais de comunicação comumente utilizados (KLIN, 2006).

Há também o critério para avaliar comportamentos repetitivos e estereotipados, expressados por movimentos, falas e manipulação de objetos de forma repetitiva e/ou estereotipada, apego a rotina, dificuldade em lidar com mudanças, rituais verbais e não verbais e interesses restritos (KLIN, 2006; LOTTER, 1966).



Diante disto o profissional especializado que fará a avaliação em ambiente clínico contará com o relato dos pais e observação da criança, mas também, terá de levar em consideração as características do TEA que podem ser encontradas no DSM-5, e a partir disto diagnosticar esta criança de acordo com as subdivisões do autismo(6A02) no CID-11.

Sendo estas, 6A02 - Transtorno do Espectro Autismo (TEA); 6A02.0 - Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 6A02.1 -Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 6A02.2 - Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada; 6A02.3 -Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada; 6A02.4 -Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional; 6A02.5 -Transtorno do Espectro do

Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional; 6A02.Y - Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado; 6A02.Z - Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado (ALMEIDA et al., 2020).

Como não há exames laboratoriais que confirmem o autismo há a importância de os pais levarem o maior número de informações e detalhes da criança para o profissional que está assistindo-os (KLIN, 2006; LOTTER, 1966; NEWSON, HOVANITIZ, 2006).

Há ainda a classificação dos níveis de suporte desta criança, sendo este suporte interpretado como uma maneira de conforto atribuída as interações em pares ou grupos (TURNBULL et al., 2006), tendo em destaque neste contexto de apoio, duas formas em evidência.

São eles, o apoio social que como o nome sugere é associado ao social, ou seja, as interações da criança autista com pais, amigos e cônjuges (Siklos e Kerns, 2006) e o serviço de apoio, onde os responsáveis pela criança atribuem uma terceira pessoa à função de responsável por um período determinado, sendo este contexto por exemplo poder ser assumido por profissionais que assistem essa criança em um ambiente de terapia (CHAN e SIGAFOOS, 2001).

Contudo, retomando aos níveis de suporte, se tem o nível 1 caracterizado por suporte leve, isto é, as crianças deste nível apresentam prejuízo em relação a interação social mas não necessitam de tanto suporte. Apresentam ainda respostas atípicas e interesse baixo em se



relacionar com terceiros, mas que não prejudicam a funcionalidade desta, em se tratando de comportamento, crianças deste nível demonstram dificuldade em trocar de atividades e independência limitada em atividades de autocuidado (SILVA, MULICK, 2009; CARLEY, 2019).

Já as crianças de nível 2 de suporte moderado apresentam necessidade de suporte moderado com o nome sugere, demonstram déficits na fala e dificuldade de interagir socialmente, necessitando de uma mediação de terceiros em relação ao comportamento. Este nível apresenta desvio de foco e atenção e dificuldade em mudar de ambientes, o que demanda suporte em muitos momentos (SILVA, MULICK, 2009; CARLEY, 2019).

Por fim o nível 3 de suporte severo, em relação ao comportamento, apresentam extrema dificuldade a quebra de rotina, não realizam atividades básicas de higiene e autocuidado sem auxílio e possuem prejuízo grave na interação social. Visto que crianças deste nível contemplam ainda outros critérios diagnósticos como: prejuízo intelectual e de linguagem, outros transtornos relacionados e desordens do neurodesenvolvimento (SILVA, MULICK, 2009; CARLEY, 2019).

É importante salientar que os sinais deste transtorno podem aparecer antes dos três anos de vida, entretanto muitas crianças ainda são diagnosticadas tardiamente, seja por falta de informação, observação dos sinais ou por resistência dos pais ao diagnóstico, visto que o diagnóstico de TEA pode ter grande impacto na família e em sua estrutura (SAMSON, HUBER, RUCH, 2013).

2.4 O recebimento do diagnóstico e suas implicações no desenvolvimento sócio afetivo da criança autista

Visto que, os sinais do autismo são precoces, os pais acabam tendo que se adaptar ao novo contexto de comportamentos e necessidades da criança com TEA, à medida que o desenvolvimento desta não segue o padrão de uma criança típica.

Diante da observância principalmente dos seguintes sintomas por longos períodos de tempo como, padrões atípicos de comportamento, atraso na linguagem e dificuldade de estabelecer relações sociais levam os pais a buscarem mais informações a respeito (FAVERO e SANTOS, 2001).

Em consequência deste conhecimento os pais buscam profissionais da saúde que possam realizar o diagnóstico da criança, sanar dúvidas e orientá-los a respeito do TEA. Sendo importante salientar que os sinais do TEA são perceptíveis entre os 12 e os 18 meses iniciais da criança, mas que segundo o dado mais recente do Ministério da Saúde do Brasil em 2014, o



diagnóstico ocorre normalmente a partir dos três anos, sendo substancialmente menor número o diagnóstico em idades pré-escolares (FAVERO; SANTOS, 2001).

Levando-se em consideração que os sinais se mostram nos anos iniciais, mas que o diagnóstico em si somente ocorre por volta dos três anos, há de se considerar que este intervalo entre dúvida e diagnóstico traz a família um aumento do estresse e conseqüentemente uma baixa da qualidade de vida dos pais e da criança (BARBOSA; FERNANDES, 2009).

Observou-se também que além deste existem outros possíveis agravantes estressores para estes pais e seu filho(a) com o transtorno do Espectro Autista, como a dificuldade de acesso ao sistema de saúde e apoio social, baixas ou até nulas opções de lazer a família como um todo e de educação à criança com TEA, restringindo o ciclo social a apenas os membros da família.

Visto todos estes fatores é importante levar em consideração a forma com a qual os pais irão lidar com o diagnóstico, já que a maneira com a qual estes lidarão pode influenciar negativa ou positivamente no desenvolvimento sócio afetivo da criança, sendo negativamente se esta família se mantiver estagnada em uma fase do luto por muitos anos ou escolher pelo não tratamento (SAMSON; HUBER; RUCH, 2013).

Já se lidado de maneira positiva adotando uma postura ativa, compreensiva e aberta a mudanças de rotina que visa o desenvolvimento e melhoria da criança, se comprometendo e auxiliando esta criança para que ela se desenvolva de forma funcional dentro do espectro (PINTO; MUNIZ, 2016).

Diante disto notou-se que a maneira com a qual o diagnóstico é recebido e enfrentado pela família pode causar efeitos diversos ao desenvolvimento da criança, ao passo que receber o diagnóstico de uma doença crônica se tratando de crianças, mas especificamente de um filho ou filha, geralmente idealizado e incumbido de diversas expectativas paternas e maternas pode ser lidada com luto (PINTO; MUNIZ, 2016).

Mas também, para que a eficácia e o desenvolvimento socioafetivo ocorram de maneira funcional são requeridas habilidades parentais em diversos momentos da vida desta criança e principalmente no âmbito da interação social, habilidade está que se mostra extremamente relevante dado ao fato de que uma criança autista se desenvolve melhor em tratamento multiprofissional (MACHADO; LONDERO; e PEREIRA, 2018, v. 11 n.3).



3 HABILIDADES PARENTAIS COMUMENTE REQUERIDAS A PAIS DE CRIANÇAS AUTISTAS

O conceito de habilidades parentais recebe definições distintas a depender do estudioso que o faz, os termos variam entre "estilos parentais" (BAUMRIND, 1966, 1967), "práticas parentais" (HOFFMAN, 1975, 1994) e "habilidades sociais educativas parentais" (BOLSONI-SILVA, MARTURANO, & LOUREIRO, 2009; DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2002).

Sendo os estilos parentais determinados como a associação entre práticas e atitudes realizadas pelos pais sobre seus filhos, determinando assim o tipo de interação entre eles (BAUMRIND, 1966, 1967). Já as práticas parentais, são manejos utilizadas pelos pais em situações pontuais da interação entre pais e filho(a), podendo estas serem influenciadas pela cultura a qual a família está inserida (HOFFMAN, 1975, 1994).

Já a definição das habilidades sociais educativas parentais é definida como a soma de habilidades sociais dos pais em relação a aplicabilidade à educação de seu filho(a), contribuindo então para o desenvolvimento sócio afetivo e aprendizagem (BOLSONI-SILVA, MARTURANO, & LOUREIRO, 2008; DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2002).

A partir desta definição foram observadas, segundo Pinto e Muniz (2016), as seguintes habilidades parentais. Aceitação diagnóstica, a habilidade de incluir ou modificar a rotina para englobar as necessidades da criança com TEA, resiliência e uma rede de apoio profissional especializada.

Estes em suas pesquisas observaram que estas habilidades se mostram agravantes fundamentais para o bom desenvolvimento sócio afetivo do autista, sendo uma das principais à aceitação do diagnóstico, visto que para uma implementação de tratamento adequado primeiro há esta necessidade de aceitação dos pais para que estes sejam assertivos e busquem a assistência adequada.

Mas também, igualmente relevante é o estabelecimento de rotinas, visto que a rotina é um ponto importante para a criança com TEA, esta rotina demonstra significativa relevância para a funcionalidade tanto da criança quanto da família, pois por estes pais terem que se reinventar dentro de sua realidade este estabelecimento de rotina traz mais assertividade para o dia a dia desta família (PINTO, MUNIZ, 2016).

Outras habilidades também requeridas são a resiliência, que é a capacidade de lidar de maneira positiva em relação a situações adversas, e uma rede de apoio profissional qualificada, sendo estes profissionais não só da área da saúde, psicólogo(a), fonoaudiólogo(a), terapeutas



ocupacionais, como também da educacional por exemplo escolas e reforços escolares, haja visto que esta criança precisará desenvolver suas habilidades sociais em grupo e individualmente (PINTO, MUNIZ, 2016).

Já segundo a linha de pensamento de *Bradford* (1997) em Adaptação Familiar à Doença Crônica foram elencadas quatro habilidades: modos de funcionamento familiar, padrões de comunicação intra e extra-familiar, qualidade dos sistemas de saúde e crenças sobre saúde e estratégias de *coping*.

Este estudo revela a relação negativa que a demanda destas habilidades trás tanto para a mãe quanto para a criança assistida se esta família não obtiver estrutura e preparo para tal, entretanto demonstra também que quando estas quatro habilidades estão em equilíbrio e consonância o recebimento do diagnóstico de TEA em seu filho(a) e conseqüentemente a funcionalidade desta família não são comprometidas (SCHMIDT, 2004)

Por fim, outras habilidades foram observadas, são elas: coesão familiar (OLSON et. al., 1985), entende-se este termo como definição para pais que tem um vínculo afetivo estável com seu filho(a) e o desenvolvimento ou manutenção de crenças sendo esta crença voltada para a aceitação, fazendo com que esta família retire desta experiência sentido e esperança (KING et. Al., 2009).

A saber, vínculo emocional nestes estudos compete a definição de Del Nero (2005) de que o efeito do meio pode exercer ação positiva ou negativa para a evolução cognitiva e estrutural da personalidade da criança, bem como a capacidade adaptativa ao ambiente e aos seus pais, ambos se desenvolvendo e amadurecendo à sua maneira.

O relacionamento afetivo entre tutores e seus filhos entre 1 mês e 6 anos são importantes para o desenvolvimento da personalidade e caráter desta criança, visto que durante este período serão adquiridos os valores que esta levará para a vida. “A necessidade de criação de vínculos afetivos que nos permitam amar e sermos amados é de fundamental importância para o bom desenvolvimento da personalidade” (DEL NERO, 2005, p.60).

Há ainda Modelo Denver de Intervenção Precoce (ESDM - *Early Start Denver Model*) ou apenas Modelo Denver, que tem como foco a intervenção e acompanhamento a pessoas com suspeita ou diagnosticados com TEA, este método é realizado com crianças entre 1 e 3 anos, podendo em exceções ser trabalhado com crianças até os 5 anos, com tempo duração do treino entre 3 a 4 horas (KROEGER, SORENSEN, 2010).



Esta modelo terapêutica propõe o estímulo das interações sociais por meio de objetos de apego ou interesse da criança, mas também brinquedos que promovam o desenvolvimento desta, denominados reforçadores, visando sempre criar um ambiente prazeroso para que a criança com TEA tornando o ato de realizar contatos sociais uma atividade confortável e generalizável (KROEGER, SORENSEN, 2010).

Ainda sobre o Modelo Denver, este é subdividido em cinco eixos, o eixo um se trata da orientação social, que treina a criança para reconhecer a si de modo geral, rosto e partes do corpo, e expressões faciais, mas também reconhecer isto em terceiros. No eixo dois há a Linguagem social, que visa preparar a criança para que esta consiga se comunicar, seja de modo não verbal ou verbal (KROEGER, SORENSEN, 2010).

No eixo três estão os jogos sociais, que trabalha a empatia, reciprocidade, compartilhamento e o direcionamento de atitudes para terceiros de modo assertivo, o quatro trata da brincadeira simbólica, onde a criança é estimulada a usar sua imaginação e a fortalecer a ludicidade.

Já no eixo cinco, há a redução da deficiência, sejam estas de linguagem, motoras, sociais e adaptativas como aceitar o estabelecimento de rotinas e regras sempre com foco no aumento da autonomia da criança sob a deficiência tornando esta criança o mais independente possível dentro da realidade dela e de sua família.

A saber, para a eficácia deste método terapêutico uma equipe multidisciplinar capacitada precisa estar realizando esta intervenção, no entanto o papel dos responsáveis se mostra igualmente relevante se realizado em conjunto a esta equipe, visto que este método possui uma proposta naturalista, estes estarão praticando com seus filhos estratégias adaptadas para o ambiente familiar.

Igualmente relevante o modelo ABA (*Applied Behavior Analysis*), que em português recebe a nomeação Análise do Comportamento Aplicada, é o modelo terapêutico utilizado por profissionais em ambiente clínico ou naturalista, com apoio de animais terapêuticos, horta terapia, musicoterapia e brinquedos ou objetos de apego e/ou interesse da criança (FERNANDES et al., 2013).

Os treinos nesta modalidade terapêutica são realizados por profissionais de psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e fisioterapia e são também adaptados e repassados aos pais com o intuito de promover a generalização dos comportamentos assertivos da criança para além do ambiente clínico (FERNANDES et al., 2013).



Os pais após receberem o treino que foi estruturado com um profissional analista do comportamento que observou os comportamentos relevantes a serem trabalhados os subdivide em dois pontos de atuação, sendo o primeiro a aplicação e aquisição de comportamentos em déficit ou nulos da criança autista podendo ser de qualquer área da vida desta, tanto escolar, social, lúdica, física, artística ou verbal (FERNANDES *et al.*, 2013).

Já o segundo foco é, a moderação de comportamentos excessivos que não são passíveis de adaptação, são eles, baixa motivação e interesses restritos, comportamentos estereotipados de fala ou físicos e ações auto lesivas. Estes pontos precisam ser trabalhados de forma conjunta, tendo em vista que o objetivos destes treinos é a generalização dos comportamentos assertivos para que esta criança possa transitar em diferentes ambientes com diversas pessoas conhecidas ou desconhecidas tornando assim o desenvolvimento sócio afetivo desta criança uma conquista não só dela, mas também de seus pais que estão trabalhando junto aos profissionais levando-a a uma realidade inclusiva em todos os âmbitos da vida (FERNANDES *et al.*, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações revisadas neste artigo, pode se concluir que o conteúdo foi em sua integralidade esclarecedor, acerca do Transtorno do Espectro Autista e das habilidades parentais comumente requeridas para o desenvolvimento socioafetivo da criança com TEA. Este artigo foi um desafio por se tratar de uma temática pouco abordada atualmente, haja visto que estudos com maior relevância e conteúdo datam mais de 1 década. Entretanto as informações que este artigo trás dá a quem quer que busque a respeito deste tema informações suficientes para iniciar um embasamento teórico relação ao assunto no cenário atual.

A identificação das características do TEA e o diagnóstico mais assertivos demonstram que tanto os profissionais estão mais atentos e melhor informados a cerca deste transtorno como também os pais. Isso contribui para que estes responsáveis que possuem a informação passem a adquirir e colocar em prática as habilidades expostas neste artigo.

A partir destas habilidades a criança poderá receber a assistência devida de uma rede de apoio que auxiliará no seu desenvolvimento sócio afetivo. Visando o conteúdo trazido neste artigo é possível que este gere questionamentos e reflexões no âmbito acadêmico e de pesquisas científicas não só no campo da psicologia, mas também em outras áreas da saúde e família.

Visto isso, a temática tem relevância para o desenvolvimento da criança autista sim, mas também do familiar como um todo, após esta revisão bibliográfica é concluído também que a discussão e pesquisas sobre este tema se mostram importantes principalmente para que sejam



observados novos manejos e habilidades eficazes para o crescimento sócio afetivo da criança com TEA.

Mas também para o estudo a respeito do tema, de modo que podem vir a ter notória contribuição para a criação ou desenvolvimento de novas linhas de pesquisa, com intuito também de preencher lacunas acerca das habilidades parentais requeridas de pais de crianças autistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA MSC, Sousa- Filho LF, Rabelo PM, Santiago BM. **Classificação Internacional das Doenças - 11ª revisão: da concepção à implementação.** Rev Saude Publica. 2020;54:104.

BARBARESI, W. J., Katusic, S. K., & Voigt, R. G. (2006). **Autism: A review of the state of the science for pediatric primary health care clinicians.** Archive of Pediatric and Adolescent Medicine, 160, 1167-1175

BARBOSA MR, Fernandes FD. **Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com transtorno do espectro autístico.** Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2009;14:482-6.

BAUMRIND, D. (1966). **Effects of authoritative parental control on child behavior.** Child Development, 37(4),887-907.

BAUMRIND, D. (1967). **Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior.** Genetic Psychology Monographs, 75(1),43-88.

BOLSONI-SILVA, A. T., & Marturano, E. M. (2008). **Habilidades sociais educativas parentais e problemas de comportamento: Comparando pais e mães de pré-escolares.** Aletheia, (27),126-138.

BRADFORD, R. 1997. **Children, families and chronic disease: Psychological models and methods of care.** London, Routledge, 215 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtorno do espectro autista.** Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde; 2014. p. 5-74. n. 3

CARLEY, katie. 2019. **patterns and levels of intensity in young children with autism spectrum disorder** — in proceedings: 19th annual undergraduate research and creative activity forum. wichita, ks: wichita state university, p. 32.

CASTRO, Elisa Kern de. **Psicologia pediátrica: a atenção à criança e ao adolescente com problemas de saúde.** Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 27, n. 3, p. 396-405

DEL PRETTE, A., & Del Prette, Z. A. P. (2002). **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo (2. ed.).** Petrópolis: Vozes.



FÁVERO, Maria Ângela Bravo e Santos, Manoel Antônio dos **Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura**. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online]. 2005, v. 18,

FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda e Amato, Cibelle Albuquerque de la Higuera **Análise de Comportamento Aplicada e Distúrbios do Espectro do Autismo: revisão de literatura**. *CoDAS*. 2013, v. 25, n. 3, pp. 289-296.

IORE-CORREIA, O., Lampreia, C. 2012, A conexão afetiva nas intervenções desenvolvimentistas para crianças autistas. *Psicologia ciência e profissão*, 32, 2012

HOFFMAN, M. L. (1975). **Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction**. *Developmental Psychology*, 11(2),228-239.

HOFFMAN, M. L. (1994). **Discipline and internalization**. *Developmental Psychology*, 30(1),26-28.

KANNER L. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nerv Child* 1943;2:217-50. (*Acta Paedopsychiatr* 1968;35(4):100-36)

KING, G.; Baxter, D.; Rosenbaum, P.; Zwi- Genbaum, L.; Bates, A. 2009. **Belief systems of families of children with autism spectrum disorders or Down syndrome**. *Focus Autism Other Dev Disabl*, **24**:50-64.

KLIN, Ami. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. *Brazilian Journal of Psychiatry* [online]. 2006, v. 28

KROEGER K, Sorensen R. **Um modelo de treinamento de pais para crianças com autismo**. *J Intellect Disabil Res*. 2010;54(6):556-67.

LOTTER, V. (1966). **Epidemiology of autistic conditions in young children**. I. Prevalence. *Social Psychiatry*, 1, 124-137.

MACHADO, Mônica Sperb; Londero, Angélica Dotto e Pereira, Caroline Rubin Rossato. Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. *Contextos Clínic* [online]. 2018, vol.11, n.3

MAGALHÃES, Juliana Macêdo et al. **Vivências de familiares de crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista**. *Revista Gaúcha de Enfermagem* [online]. 2021, v. 42

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014

MARTIN G.; Pear J. [tradução Noreen Campbell de .Aguirre; revisão científica Hélio José Guilhardi]. **Modificação de comportamento: o que é e como fazer**. 8 ed. São Paulo: Roca, 2009.

MEIRAS, N. P. (1987). **Modalidades de atuação e pesquisa em psicologia clínica**. *Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 166-177.



NEWSOM, C., & Hovanitz, C. A. (2006). **Autistic spectrum disorders**. In E. J. Mash, & R. A. Barkley (Eds.), *Treatment of childhood disorders* (3rd ed., pp. 455-511). New York: Guilford Press.

OLSON, D. H., Portner, J., Lavee, Y. 1985. **Faces III**. St. Paul, University of Minnesota, 42 p.

PAIVA JR, Francisco. **EUA publica nova prevalência de autismo: 1 a cada 44 crianças, com dados do CDC**. Canal autismo, 2021.

PINTO, Rayssa e Muniz Naftaly 2016, **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares**. Revista Gaúcha de Enfermagem [online], v.37, Nº 3, 2016

SAMSON AC, Huber O, Ruch W. **Seven decades after Hans Asperger's observations: a comprehensive study of humor in individuals with Autism Spectrum Disorders**. Humor. 2013;26:441-60.

SCHIMIDT, C. **Estresse, auto-eficácia e o contexto de adaptação familiar de mães de portadores de autismo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) &– Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Micheline; Mulick, James A.. **Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 29, n. 1, p. 116-131, mar. 2009 .

SOUZA, José Carlos et al. **Atuação do psicólogo frente aos transtornos globais do desenvolvimento infantil**. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2004, v. 24, n. 2

TEIXEIRA, Rita Petrarca. **Repensando a psicologia clínica**. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 1997, n. 12-13 pp. 51-62.



CAPÍTULO 2

MÃES NARCISISTAS: GATILHOS PARA SAÚDE MENTAL DOS FILHOS

Mirian Pessôa Silva

mspeessoa30@gmail.com

Kelly Cristina Gennari de Almeida

Kellygennari@gmail.com

Ana Terra Pires de Moraes

Anaterrapmoraes@gmail.com

Mariana Eloy de Amorim

amorim.mariana@gmail.com

Sara Helena de Souza Braga

Sara.helenasb@gmail.com

Ubiratan Contreira Padilha

ucpadilha@outlook.com

Luana Guimarães da Silva

Enfermagem.mauadf@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

O narcisismo materno constitui um transtorno que pode gerar comportamentos abusivos e, por conseguinte, provocar danos aos filhos que vivem sob o poder familiar exercido por uma genitora narcisista. Os filhos dessas mulheres crescem sob a sombra feminina ameaçadora. Trata-se de um estilo de criação baseado no controle e na falta de empatia. Acredita-se que ser filho de mãe narcisista pode fazer com que inúmeras consequências psicológicas ocorram, como baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos e a constante sensação de abandono ou descaso causada pela ausência do papel materno em suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Filhos de Mães Narcisistas; Mães Narcisistas; Narcisismo.

1 INTRODUÇÃO

O narcisismo é usado para descrever a personalidade de quem tem apreço exacerbado e patológico pela própria imagem. Também é um termo associado a um transtorno que compromete diferentes tipos de relações. O narcisismo aparece no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em sua 5ª edição, o DSM-V (APA, 2014), como um padrão difuso de grandiosidade, tendo o sujeito uma necessidade de admiração e falta de empatia.



Quando se fala em mãe, sempre vem à cabeça uma mulher que deu à vida a um filho e que por ele é capaz de matar e morrer, uma pessoa repleta de luz, amável, carinhosa e com uma força interior invejável. Contudo, muitas vezes a forma como a maternidade é exercida foge do considerado “normal” perante a vida daqueles que a cerca. Nesses casos, essa imagem muito idealizada não é realista também, mas há alterações no que se espera da maternidade que são patológicas, portanto, é preciso refletir sobre as consequências que essa convivência pode trazer.

Segundo Schwarz (2020), apesar das causas do narcisismo ainda serem desconhecidas, existem muitos estudos científicos publicados, ajudando a revelar as causas. O fator pode ser tanto genético, como ambientais e podem ainda influenciar na ocorrência e na manifestação do transtorno de personalidade narcisista, dentre os quais, estão o estilo de educação adotado pelos pais.

É possível identificar maternidades e formas de cuidados maternos que são complicadas e agressivas até mesmo em contos de fadas. Nestes, há sempre uma madrasta má ao invés de uma mãe, como forma da sociedade lidar com a questão de mães cruéis sem realmente enfrentar isso.

Dessa forma, os filhos acabam sofrendo as consequências das dificuldades das mães narcisistas de educarem e criarem seus filhos de forma assertiva, carinhosa e cuidadosa. Esses filhos crescem sentindo que não são amados, sendo exageradamente cobrados ou ignorados completamente.

É importante frisar que o tratamento das vítimas pode fazer com que consigam recuperar a valorização da vida, a saúde mental que foi dilacerada, muitas vezes desde a infância, a autonomia, liberdade, autoestima, confiança em si, já que tudo isso é retirada de uma forma abrupta por sua própria mãe, por isso é importante identificar as características do perfil dessas mulheres narcisistas e como o diagnóstico precoce pode auxiliar nas buscas de quem lida com o problema, seja por ter o diagnóstico ou por conviver com pessoas que tenham.

2 NARCISISMO

2.1 O surgimento do Narcisismo

Para falar sobre narcisismo é necessário voltar um pouco no tempo e retomar o mito de Narciso, dos tempos da Mitologia Grega. Narciso era filho da Ninfa Liríope e do deus Cefiso. A mãe de Narciso procurou um oráculo para saber das previsões sobre a vida do filho e se ele



viveria muito, já que sua beleza era encantadora e fascinante. O oráculo por sua vez afirmou que sim, viveria muito desde que nunca conhecesse sua própria imagem, pois, se isso ocorresse, uma maldição ocorreria, levando-o a morte (PENA, 2017).

Narciso cresceu, virou caçador, ficou cada vez mais arrogante. Atraía, devido sua beleza, todos os olhares das donzelas e ninfas da sociedade para si, mas ele preferia ficar sozinho, nenhuma era merecedora do seu amor. Um dia a ninfa Eco o viu descansado no bosque e começou a nutrir por ele uma grande paixão, porém foi desprezada. Ao menosprezar tantos amores, Narciso acabou sendo derrotado por ele mesmo (PENA, 2017).

Um dia, ao se inclinar sobre uma fonte para beber água, Narciso acabou vendo seu reflexo e ficou extremamente encantado com sua visão. Fascinado e apaixonado pela imagem que via, o jovem analisou cada detalhe do reflexo, contemplando e se apaixonando pelos lindos olhos, lábios, cabelos e tudo mais que via ali, sem saber que era a sua própria imagem refletida. Sem conseguir alcançá-la, Narciso se deitou no leito do rio e lá definhou, olhando-se no reflexo das águas (PENA, 2017).

Saindo dos contos da mitologia grega e trazendo o Narcisismo para os estudos científicos, chega-se a Freud (1914/2010) que diz que o termo vem da descrição clínica (sendo utilizado primeiro por Paul Näcke, um psiquiatra alemão, em 1899) para designar a conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse um objeto sexual. Ou seja, o indivíduo se tocando, acariciando-o poderia atingir o ápice do prazer e quem havia sofrido alguma perturbação no desenvolvimento da libido, escolheria um objeto de amor a partir de sua própria pessoa.

Freud (1914/2010) também dividiu o narcisismo em primário e secundário. Ao fazer tal distinção, explica que o narcisismo primário se refere à uma questão natural para o desenvolvimento do ser humano. Nesses casos, a criança investe sua libido (energia relacionada a desejos) em si mesmo, sentindo-se como o centro do universo até que comece a, progressivamente, relacionar-se com o mundo e com os outros de formas mais orgânicas. O segundo tipo de narcisismo está ligado à libido do mundo exterior ao eu. Nesse sentido, Freud (1914/2010, p. 14) aponta que o “narcisismo não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto de auto conservação, do qual justificadamente atribuímos uma porção a cada ser vivo” (FREUD, 1914-1916).

Segundo Araújo (2010), o estágio de narcisismo ao qual Freud denominou de secundário foi retirado dos objetos a partir dos processos de identificação com as figuras



parentais e tanto os traços do narcisismo primário como o secundário irão constituir a personalidade do indivíduo durante toda a vida.

O surgimento do narcisismo também vai coincidir com o momento inicial da psiquiatria e a referência ao nome está atrelada ao mito de Narciso já abordado anteriormente. Dessa forma, foram sendo atribuídos ao narcisismo alguns signos, modos de conduta e comportamentos sexuais que acabaram por dar forma, definir e caracterizar um quadro clínico específico (GUIMARÃES, 2012).

Cabe ressaltar, assim, que os principais precursores do estudo do narcisismo foram Paul Näcke (1899), Freud (1914) e, também, Havelock Ellis (1915). Este último ao fazer a ligação com o mito de Narciso, destaca o extremo autoerotismo, isto é, uma total independência e desconsideração do objeto externo (pessoas e coisas que provoquem interesse e atenção do narcisista) no processo de excitação e satisfação sexuais.

Ellis (1898 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 24) em seus estudos sobre o narcisismo atendeu a uma jovem de 28 anos. A moça era saudável, tendo nascido e sido criada no campo. Porém, notou-se que a moça não demonstrava interesse por pessoas, (nem homens nem mulheres). Sua intensa atração era, no entanto, por si mesma. Foi a partir desses estudos que Ellis propagou o uso do termo narcisismo no campo da psiquiatria e da psicologia, gerando diversas outras pesquisas.

Cid (2006) ressalta, ainda, que o narcisismo representa uma manifestação primitiva que as pessoas fazem sem que tenha uma real conexão com outros seres humanos. Não há, nessa relação, um direcionamento da libido, uma escolha objetal. No narcisismo primário, por exemplo, não há uma diferenciação da criança com o corpo materno. Segundo a autora, “o ser humano constitui-se a partir de um outro que lhe dirige o olhar. O bebê vivencia uma ilusão de ter sido amado e admirado sem restrições e simplesmente por existir, acreditando em sua auto-suficiência” (CID, 2006, p. 65).

2.2 Aspectos gerais sobre o narcisismo materno

A família é o berço que recebe a criança com amor, transformando-a em um ser humano pleno e feliz, mas infelizmente nem todas as famílias são formadas por pais mentalmente saudáveis. Pessoas com distúrbios mentais, também casam e têm filhos, formando uma família disfuncional, no qual conflitos, abusos e má condutas ocorrem com frequência, como é o caso da família com mães narcisistas.



Trazendo o narcisismo e suas características para o âmbito materno no que tange ao transtorno de personalidade dessas mulheres, com comportamentos bastantes específicos para o caso, tem-se a colocação de Bastos (2020), que afirma que apesar das descrições de narcisismo e dos seus vários subtipos, o termo diz respeito ao egocentrismo e vaidade. Por sua vez, como o narcisismo está relacionado com autoconfiança e segurança, é considerado essencial para um desenvolvimento equilibrado da pessoa.

Segundo Marson (2008), a maternidade costuma ser um marco na história de uma mulher. A gravidez, em si, pode ser considerada uma situação de crise. Toda a experiência (da maternidade, do maternar e da criação de uma nova vida) pode resultar em consideráveis mudanças na vida de uma mulher. É comum experienciar uma diversidade de reações, emoções, fantasias, expectativas e sentimentos.

A mãe narcisista usa diversas estratégias para controlar e manipular seus filhos e pessoas do seu convívio. Sabe como gerar desconforto, encontrando as palavras exatas que podem gerar raiva, angústia e sofrimento em geral. São comuns comportamentos narcisistas em relação aos filhos como possessividade, persuasão, chantagem, abusos emocionais e físicos, cobranças de submissão, dentre tantos outros (BASTOS, 2020). O fenômeno que desencadeia a violência está vinculado à ameaça narcísica e da identidade. São as carências narcisistas e as falhas da identidade que produzem uma situação de vulnerabilidade que leva à violência (FUKS, 2003).

Segundo Siqueira (2018), o abuso emocional narcisista costuma acontecer como um veneno lento, aos poucos tudo se torna perigoso para a saúde e vida das vítimas. Como qualquer distúrbio, este pode fazer interseção com outras doenças e características, o que resulta em perfis diversos de abusadores emocionais, que podem ou não ser também agressores físicos, ou seja, o convívio com a mãe narcisista nunca é pacífico, ela sempre se sente no combate, estar perto dela sempre faz mal.

As feridas causadas por essa convivência por quem deveria zelar pelo filho se torna insustentável devido as contrariedades e o excesso de abandono afetivo. Fuks (2003), afirma que muitas pessoas, que sofrem de perturbações narcísicas, vivem em estado de ansiedade constante e vivenciam as demandas da realidade exterior, especialmente quando estas provêm de sua relação com os outros, como uma ameaça permanente para seu frágil equilíbrio psíquico.

O narcisista carece de consideração pelos sentimentos de outras pessoas. No caso das mães narcisistas, há desconsideração até mesmo pela autonomia dos filhos. Há, ainda, a grande dificuldade do reconhecimento de outras pessoas do sofrimento pelos quais os filhos de pais



narcisistas passam. Muitas vezes apenas a vítima consegue enxergar o sofrimento e a violência que sofrem. Isso quando percebem. Quando uma mãe narcisista, por exemplo, tem mais de um filho, costuma escolher um como bode expiatório (o que é sempre visto e tratado de forma rude, grossa, agressiva) e outro como o favorito. Mas mesmo o favorito sofre com as cobranças exageradas. Assim, mães narcisistas tendem a favorecer um filho em detrimento do outro (BASTOS, 2020).

Argumentar com a mãe narcisista é uma tarefa difícil, pois ela não reconhece erros de julgamento ou em seu próprio discurso. Ela só aceita a verdade quando de fato é conveniente e quando está de acordo com os seus desejos. Por acreditar que o título de mãe lhe confere imunidade e direitos especiais, acaba sendo cada vez mais abusiva. Diferente do que se veicula nos comerciais de dias das mães, ela não lhe abraça como deveria e tão pouco te consola quando você precisa e nunca estará disponível para você, seja em pessoa ou emocionalmente (ENGELKE, 2016).

Mendonça (2019) traz o termo “narcisismo maligno” para se referir às pessoas com essas características que assumem traços de um psicopata predador. Acrescenta, ainda, que existem dezenas de tons narcisistas. Isso quer dizer que o as pessoas com esse transtorno têm a plena consciência do mal que provocam na vida dos outros. No entanto, não há interesse, culpa ou consideração que as façam se importar com os danos causados. São pessoas que percebem os demais como se fossem inferiores.

O DSM-5 (APA, 2014, p. 671), apresenta a seguinte característica para se referir a pessoas narcisistas:

A vulnerabilidade na autoestima torna os indivíduos com transtorno da personalidade narcisista muito sensíveis a “feridas” resultantes de crítica ou derrota. Embora possam não evidenciar isso de forma direta, a crítica pode assustá-los, deixando neles sentimentos de humilhação, degradação, vácuo e vazio.

Para efeitos clínicos, apresenta nove critérios do Transtorno da Personalidade Narcisista, sendo necessário que a pessoa apresente cinco ou mais desses critérios para o diagnóstico: (1) Tem uma sensação grandiosa da própria importância, sempre com exageros e superioridade para falar de si e suas conquistas; (2) Preocupa-se com fantasias de sucesso como brilho, beleza, amor; (3) Acredita ser uma pessoa especial, única, podendo ser compreendido ou associado a outras pessoas com condições elevadas; (4) Tem necessidade de admiração constante; (5) Acredita possuir direitos diferentes das demais pessoas, ou seja, se sente superior diante das situações que demandam espera; (6) É explorador e tira vantagem em tudo para atingir seus



objetivos; (7) Não tem empatia e reluta para entender os sentimentos dos outros; (8) Geralmente é invejoso em relação ao próximo e acredita que o outro o invejam; (9) Tem comportamentos insolentes e arrogantes (APA, 2014).

Pessoas com transtorno de personalidade narcisista sentem-se superiores, especiais, consideram-se únicas e esperam que os outros percebam essas qualidades também. Podem, ainda, sentir que são tão especiais que só podem ser compreendidas por outras pessoas especiais ou de condição elevada. Dessa forma, deveriam socializar apenas com esses seres extraordinários (APA, 2014).

Ainda segundo o DSM-5, indivíduos com esse transtorno geralmente exigem admiração excessiva. Destaca-se, também, a qualidade da sua autoestima, que pode ser considerada frágil. Há uma necessidade de ser sempre servido. E essa necessidade vem atrelada a crença de que é merecedor disto. Quando contrariado ou não servido, os narcisistas se sentem furiosos, acham que não possuem deveres e se sentem melhor que os outros. As pessoas que convivem com um narcisista costumam relatar frieza emocional e falta de interesse recíproco (APA, 2014).

2.3 Consequências Psicológicas

Os filhos de mães narcisistas com comportamentos e critérios já mencionados, vivem uma relação baseada no controle e na falta de empatia constante, são estilos educativos habitados pela insegurança e o sofrimento. A mãe narcisista acredita que, por ser mãe, tem o direito de tratar os filhos da maneira que melhor lhe convier o humor do momento (ENGELKE, 2017).

Engelke (2017), nos seus estudos, ainda traz seis características abusivas dessa relação: (1) Desigualdade: quando o filho é tratado como subalterno; (2) Rivalidade: quando o filho é visto como ameaça e a mãe não tolera ser superada; (3) Inveja: o filho é hostilizado quando tem sucesso, porque a mãe se sente intimidada pelo sucesso do filho; (4) Oposição: a mãe discorda de tudo e não admite erros por se sentir superior; (5) Controle: promove-se um ambiente familiar de conflito e de desigualdade; (6) Negação: quando se nega qualquer falha, ato ou atitude em seu comportamento.

São mães invasivas e manipuladoras, mas justificam e normalizam suas atitudes como sendo coisas de mãe. Quando passam do limite, negam firmemente qualquer tipo de transgressão ou erro. Com uma longa jornada de atitudes abusivas e controladoras, a mãe narcisista possui uma dinâmica operacional bastante sutil como meio de realizar os abusos contra os filhos (SILVA, 2019).



Schwarz (2020), afirma que 70,41% dos filhos de mães narcisistas apresentam transtorno de ansiedade, outros já desenvolvem depressão e síndrome do pânico. Afirma ainda, que a melhor maneira para conviver com essas mães é o afastamento parcial ou total. Enfatiza que na maioria dos casos o acompanhamento com Psicólogo ajudou no processo, porém em outra grande parte não foi tão eficaz assim.

Por estar constantemente insatisfeita, seja consigo ou com os outros, a mãe narcisista acaba criando situações desagradáveis e desnecessárias para aliviar sua fúria e por ser incapaz de lidar com a raiva acaba descontando nos outros. Além disso, uma característica muito comum entre as mães narcisistas é a utilização do medo como mecanismo de controle. É um método eficaz de controlar as ações dos filhos, desde a infância, implantando neles um medo absurdo em infringir suas ordens ou não atender as suas vontades (SILVA, 2019).

Engelke (2017), traz o perfil bem característico dessas mães, aos quais elenca-se alguns: trata os outros de forma superior; é a dona da verdade; é perfeccionista; seus relacionamentos são totalmente disfuncionais; vive constantemente de aparências; provoca discussões e brigas; jamais pede desculpas; é egoísta e incongruente. Ou seja, é normal para essas mulheres esse tipo de comportamento, não espere que ela vá reconhecer que errou, pois isso não irá acontecer.

Mendonça (2019), discorre que a convivência tóxica com um narcisista maligno fere sucessivamente a dignidade da vítima, corrói a sua alma, a sua individualidade, as suas realizações, manter esse relacionamento significa submeter a sua tirania de um ego elevado e pior ainda passar uma vida marcada por auto anulação e chantagens emocionais.

No que tange a convivência com essas mães, existem algumas nomenclaturas que são atribuídas aos filhos como dourado, bode expiatório, macacos voadores. Esta primeira geralmente é usada quando a mãe narcisista quer mostrar para a sociedade que o filho é bem-sucedido, que é um filho troféu e que só traz orgulho. A segunda é o saco de pancadas e o capacho da família, acaba sendo exposto para a sociedade que é bastante problemático e louco. Já o terceiro é considerado manipulador e que se deixa levar pelas acusações que a mãe faz sobre os outros irmãos; quanto mais aliado a ela ele for, mais forte ela se torna (SCHWARZ, 2020).

No geral, as genitoras narcisistas possuem características comuns, como a falta de empatia, necessidade de mentir constantemente para manutenção da sua realidade distorcida, sensibilidade a críticas, projeção do “eu” no outro, explosão de fúria e raiva quando suas vontades não são atendidas (SILVA, 2019). O uso de mecanismos de defesa é fundamental para



compreender esse tipo de comportamento doentio e quando ignoram a oportunidade que tem de ouvir a opinião do outro acabam reforçando o seu mau comportamento e sua forma fria de viver.

Os filhos de mães narcisistas têm o seu desenvolvimento sabotado pela atitude incoerente, negligente e egoísta da mãe e pelo seu próprio sofrimento (ENGELKE, 2017). Cabe ressaltar que tudo isso resulta não só em insegurança, mas também tem implicações comportamentais. Assim, esses filhos se sentem responsáveis por como a mãe se sente; tem dificuldade de confiar nas pessoas, é ansioso, automedica-se e, é bastante receoso em cometer erros.

O silêncio é a voz da verdade para as narcisistas. A ausência de som acaba dando lugar a pensamentos sombrios e assim acabam virando armas. A autocrítica se une com todas as outras vozes negativas, seja da insegurança, insatisfação e da raiva e um coro alucinante de autodesprezo acaba ecoando no seu “eu” o que aumenta a inquietude do narcisista (ENGELKE, 2016).

Segundo Bastos (2020), uma vez que os filhos sofrem diversas violências, eles acabam, desenvolvendo ansiedade e baixa autoestima, já que foram educados a não procurar sua dependência. Esses filhos ao crescer com uma mãe narcisista que não proporciona segurança para que estes expressem os seus sentimentos e opiniões, acabam desvalorizando os seus sentimentos em prol dos sentimentos e opiniões do outro.

Geralmente as mães narcisistas precisam fazer teatros emocionais, provocando muitas vezes tristeza, mágoas, medos, elas se mostram extrovertidas e alegres, apenas para conseguir com facilidade sua presa. Muitas dessas pessoas, que sofrem de perturbações narcísicas, vivem em estado de ansiedade constante e vivenciam as demandas da realidade exterior. Ocorre em alguns casos uma oscilação entre retraimento narcisista sobre si e o investimento libidinal direcionado aos objetos, o que acaba levando a batalha para angústias como a dor e o ódio (FUKS, 2003).

Para Paula (2019), a mãe abusiva e controladora que parece viver sob forte tensão psíquica é autocentrada e jamais tem uma relação pacífica, em geral, acaba produzindo o abuso psicológico que provoca tristeza e muita mágoa. Os filhos dessas mulheres passam muitas vezes a vida inteira e não conseguem enxergar que viviam sob o cuidado de uma mãe narcisista.

Esses filhos acabam pegando uma empreitada e muitas vezes atravessam seus próprios limites de tolerância física e emocional tentando agradar essas mães e não entendem (ou muitas



vezes não enxergam) quão mau elas fazem. Como tática da narcisista, as tentativas de confortá-los são pouquíssimas vezes apaziguadas e, com isso, os filhos pouco a pouco vão perdendo toda a sua vitalidade e força psíquica (MALAMUD, 2016). Neste processo, os filhos acabam se distanciando de quem realmente são, estão sempre correndo atrás do prejuízo e principalmente correndo atrás de respostas que levam a esse comportamento.

2.4 Amenização do Sofrimento

Reconhecer, finalmente, que não existe nenhuma vacina contra o narcisismo, não significa que essa imunização nunca irá acontecer. O que pode ser feito é começar a se libertar dos abusos narcísicos e andar com seu amuleto protetor contra o puro mal, mesmo que isso lhe custe cortar o contato de uma vez, seja ele físico ou emocional. Muitos filhos se afastam fisicamente, mas mantêm contato por telefone, mensagens, mesmo modificando a conexão, muitas vezes os abusos podem continuar, pois as narcisistas conseguem atingir os filhos mesmo estando longe deles (FUKS, 2003).

Os sinais de alerta contra uma narcisista devem ficar gravados na mente de quem convive com uma, para que possa cortar o mal de uma vez por todas, tão logo perceba que a pessoa com quem está lidando possui características efusivas com o transtorno de personalidade narcisista e assim possa se livrar do mal antes que seja tarde demais. Tarde demais num relacionamento narcísico significa a vítima ser descartada num completo estado de esfoliação física, psicoemocional, material e financeira (MENDONÇA, 2019).

As mães narcisistas são sumamente suscetíveis a falhas e a empatia e o mais importante são os filhos conseguirem reconhecer quando elas usam de suas táticas com frequência para os atingir, sabendo como lidar vai amenizar o sofrimento e fazer com que saibam que tipo de caráter estão lidando (SIMON, 2016). Devido ao fato de essas táticas serem tanto uma ferramenta de manipulação quanto uma manifestação de resistência a mudanças, também se sabe que a pessoa que as usa irá novamente apresentar comportamentos bastante problemáticos.

Segundo Malamud (2016), nunca é tarde para acordar de uma convivência doentia, fuja o quanto antes ou levará sua existência a falência emocional e a toda sorte de doenças. Não olhe para trás e jamais ouse pensar que não foi um bom filho o suficiente. A mudança dessas mulheres depende exclusivamente delas e de aceitar que realmente precisam de ajuda, ou seja, nada mudará até que elas parem de lutar e comecem a aceitar as coisas como são.

Para Engelke (2016), cortar os laços com uma mãe narcisista não é uma tarefa tão fácil e não será aceita por ela de imediato, porém se optar por essa decisão passará a vivenciar



experiências muitas vezes esquecidas ou se quer vividas um dia, quais sejam: você será livre para ser você mesma; você será livre para fazer o que quiser com o seu tempo, sem se preocupar com os pensamentos e ordens dela; você será livre para executar seus planos; e você se sentirá totalmente livre para tomar suas próprias decisões. O momento certo para chegar nessa decisão é quando sua vida estiver sem maiores problemas, ou seja, livre de qualquer outra preocupação.

Para alguns filhos de mães narcisistas cortar esse contato com elas é igual deixar de parar de fumar, alguns processos de transformação se dão em um tempo próprio que não pode ser nem apressado nem adiado, e a autoanálise muitas vezes torna-se mais importante do que a análise do distúrbio do outro. Entender o próprio papel dentro dessa convivência é aprender a desmontá-lo e com isso se torna fundamental essa transformação (SIQUEIRA, 2018).

Os filhos de mães narcisistas precisam aceitar e saber lidar com o trauma, bem como saber entender e validar seus sentimentos a fundo. É importante acreditar na sua própria capacidade de curar-se emocionalmente e psicologicamente de todas as feridas que foram abertas pelo controle e influência de sua mãe narcisista (ENGELKE 2017).

Silva (2019), alerta que quando os filhos resistem aos abusos, a genitora entra em estado de negação e vitimização, fazendo com que eles acabem muitas vezes, carregando essa culpa. Ao ponto de entrarem em um conflito com suas próprias percepções da realidade. O importante é fazer com que esses filhos percebam esse relacionamento hostil em que vivem e encontrem meios para se livrarem, pois o libertar-se dos rótulos será o caminho para uma vida mais leve.

Conviver com um narcisista significa viver com a sensação de uma tragédia emocional anunciada. A vítima, muitas vezes fica impedida de cortar a relação, mas a tragédia verdadeira é continuar com essa relação por anos a fio ou décadas, definhando emocionalmente e reduzindo gradualmente o próprio campo de oportunidades de ser feliz, acreditando que as migalhas racionadas pelo narcisista são sua grande sorte na vida (SIQUEIRA, 2018). Cortar a relação abusiva só será ruim para a mãe narcisista, já para seu sobrevivente será a libertação completa de um ciclo de abusos, o processo pode demorar anos, mas o contato com a sua própria verdade costuma ser poderoso e eficaz ao longo dessa busca interior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O narcisismo é um estágio considerado natural e essencial ao desenvolvimento humano, porém se desenvolvido de forma patológica o indivíduo pode desenvolver o Transtorno da Personalidade Narcisista, ou seja, passa a ter um sentimento grandioso da própria importância



e da autoimagem, considerando a si mesmo como alguém especial, mais elevado que os outros e digno de todos os direitos.

Por meio do alcance deste estudo bibliográfico, o presente trabalho se propôs a contribuir sobre a convivência tóxica com mães narcisistas, que podem ser manipuladoras, agressivas, controladoras, usando muitas vezes de abusos físicos e principalmente psicológicos. A mãe narcisista tem um poder muito grande de persuasão e acaba sempre projetando no filho o seu comportamento agressivo, o que conseqüentemente gera negligência na criação e grande sofrimento desde a infância até a vida adulta.

A falta de uma criação amorosa e saudável pode prejudicar o desenvolvimento desses filhos. Nesta pesquisa foi constatado que muitos deles podem desenvolver problemas emocionais de saúde, tais como, depressão, baixa autoestima, ansiedade, sofrimento e dor. É importante enfatizar que o abuso psicológico e emocional é tão nocivo quanto qualquer outro, podendo desenvolver nesses filhos a pré-disposição ao suicídio como resolução dos seus conflitos internos.

A construção do caráter é um processo para a vida toda. É por meio dele que desenvolve a capacidade de viver de forma responsável e saudável, portanto não se pode aceitar uma criação na qual resulta somente em sentimentos como raiva, culpa, vergonha, entre outros. Estas emoções quando não trabalhadas de formas corretas, tendem a desestabilizar a convivência de todos ao seu redor.

Por fim, foi concluído que o narcisismo materno impacta diretamente na saúde mental dos filhos, já que o trauma e seus efeitos, se não reconhecidos, tendem a afetar todos os membros de uma família. É importante enterrar a culpa no passado e direcionar a atenção para o futuro, buscando uma reforma íntima e conhecimento para lidar com o assunto, pois muitas vítimas passam uma vida inteira sem entender o porquê de um relacionamento tão hostil, no qual na verdade só era para existir amor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. M. (2010). **Considerações sobre o narcisismo**. Circulo Brasileiro de Psicanálise. Círculo Psicanalítico de Sergipe. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em: 05 dez 2021.

APA [American Psychiatric Association). **DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.



BASTOS, J. F. S. V. P. (2020). **Desamparo: Mãe narcisista e os danos causados ao filho.** (Mestrado em Design Gráfico e Projetos Editoriais). Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto. 2020. 98p. Disponível em: <https://url.gratis/YkvApp>. Acesso em: 03 out 2021.

CID, A. C. V. **Tudo pela fama: idealizações narcísicas na contemporaneidade.** (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. 2016. 166p. Disponível em: <https://url.gratis/YPUPXV>. Acesso em: 03 out 2021.

ENGELKE, M. **Prisioneiras do Espelho: Um Guia de Liberdade Para Filhas de Mães Narcisistas.** São Paulo: Produção independente, 2016.

ENGELKE, M. **Filhas de Mães Narcisistas: Conhecimento Cura.** São Paulo: Produção independente, 2017.

FREUD, S. **Introdução ao Narcisismo.** In: Obras Completas, vol 12, Paulo César de Souza (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1914/2010.

FUKS, L. B. Transtornos narcísicos: considerações sobre a violência. **Estudos gerais da psicanálise: segundo encontro mundial.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://url.gratis/AbBbVX>. Acesso em: 03 out 2021.

GUIMARAES, L. M. **Três estudos sobre o conceito de Narcisismo na obra de Freud: origem, metapsicologia e formas sociais.** 2012. 128p. (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://url.gratis/u1cIkY>. Acesso em: 03 out 2021.

MALAMUD, S. **Sequestradores de Almas: Relações Humanas: Psicologia Aplicada.** São Paulo: AGWM Editora, 2016.

MARSON, A. P. Narcisismo materno: quando meu bebê não vai para casa. **Revista da SBPH,** v. 11, n. 1, p. 161-169, 2008. Disponível em: <https://url.gratis/5MBfBL>. Acesso em: 03 out 2021.

MENDONÇA, K. **Guia de sobrevivência para vítimas de narcisistas malignos.** Natal: Publicação independente, 2019.

PAULA, L. P. (2019). Arkangel: o episódio mais freudiano de Black Mirror. **Teoria e Clínica psicanalítica.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em: 05 dez 2021.

PENA, A. N. **Eco e Narciso: Autores e textos da Antiguidade seguidos de uma antologia de autores portugueses ou de Língua Portuguesa.** 2017. 14p. (Doutorado em Letras). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em: <https://url.gratis/rzbsHz>. Acesso em: 03 out 2021.

SCHWARZ, D. **Filhos de mães narcisistas: pesquisa e conclusão ao transtorno de personalidade narcisista.** São Paula: produção independente, 2020.

SILVA, S. A. R. **Mães Narcisistas Patológicas à Luz dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.** João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16153>. Acesso em: 12 jan 2022.



SIMON, K. G. **Como Lidar Com Pessoas Manipuladoras**: Aprenda a lidar com pessoas manipuladoras e nunca mais se torne vítima. São Paulo: Editora By Universo dos Livros, 2016.

SIQUEIRA, J. **Narcisistas e Abuso Emocional**: Produção Independente, 2018.



CAPÍTULO 3

AUTOMUTILAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E SUAS NARRATIVAS EM CONTEXTO SOCIAL

Fabiana Cardoso de Souza

cardosofabiana13@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

A adolescência é um dos períodos de maior sensibilidade no qual é comum a dificuldade de expressar sentimentos e enfrentar situações adversas. Diante disso muitos adolescentes utilizam a automutilação como uma maneira de lidar com as próprias emoções, sendo uma substituição da dor psicológica pela dor física. O comportamento automutilante na adolescência pode estar associado a diferentes significados, sendo fundamental avaliar as especificidades da vida de cada indivíduo. O psicólogo pode atuar frente às narrativas da automutilação de adolescentes e propiciar um lugar de escuta que permita os adolescentes verbalizar as angústias e mal-estar por meio das palavras. O objetivo geral desse estudo de revisão bibliográfica foi demonstrar como a escuta qualificada pode reduzir a incidência da automutilação na adolescência. Este estudo concluiu que a escuta qualificada pode ser uma forma de intervenção que pode ser utilizada com os adolescentes permitindo-os verbalizar as angústias e mal-estar por meio das palavras.

PALAVRAS-CHAVE: Automutilação. Adolescência. Escuta qualificada.

1 INTRODUÇÃO

A automutilação é um comportamento auto lesivo intencional de agressão direta ao próprio corpo sem intenção consciente de suicídio, sendo predominante no sexo feminino (CARDOSO, 2011; MESQUITA *et al.*, 2011). É um fenômeno heterogêneo que está associado a diferentes fatores e acompanhado por experiências subjetivas (GIUSTI, 2013).

A automutilação envolve diferentes tipos de comportamentos, incluindo cortes superficiais, queimaduras, arranhões, mordidas, interferência no processo de cicatrização de ferimentos, inserir objetos em cavidades do corpo, puxar cabelos, entre outros, sempre realizados com a intenção de causar danos ao organismo. Comumente são utilizados mais de uma forma de automutilação, em diferentes áreas do corpo sendo as principais os braços, pernas, peito e outras regiões na parte frontal do corpo, onde o acesso é mais fácil (GIUSTI, 2013).



Segundo Ferreira *et al* (2018) a automutilação é uma maneira de desviar a atenção de uma tensão psíquica, sendo uma forma de buscar um alívio momentâneo. É uma substituição da dor psicológica pela dor física que torna o comportamento de se automutilar algo prazeroso. No entanto, essa sensação de prazer dura pouco tempo e logo a sensação de angústia retorna.

São considerados fatores de risco para o comportamento auto lesivo: aspectos psicológicos, familiares, sociais, ambientais e genéticos. Segundo Bhering *et al.* (2020) os principais fatores associados aos comportamentos auto lesivos são os transtornos mentais, sendo a depressão e a ansiedade os distúrbios mais prevalentes; o *bullying* e mídias sociais que podem desencadear nas vítimas baixa autoestima e síndromes depressivas; as disfunções familiares, principalmente relacionadas a conflitos com os pais; abusos sexuais; fatores genéticos como alterações da função do neurotransmissor de serotonina e o uso de álcool e drogas, que alteram as emoções e as habilidades de julgamento.

Na maioria dos casos, os comportamentos auto lesivos são acompanhados de ansiedade, depressão, disforia e sensação de perda de controle que podem estar associados a sensações de rejeição ou abandono culpa e vazio, sentimento de inutilidade e sensação de irrealidade. Inicialmente este comportamento é esporádico, podendo se tornar frequente, levar a desfiguração física e a uma incapacidade de controlar o comportamento e em alguns casos levar ao suicídio (CARDOSO, 2011; MESQUITA *et al.*, 2011).

Desse modo os comportamentos auto lesivos são considerados um dos problemas de saúde pública mais frequentes entre os adolescentes (GUERREIRO *et al.*, 2013). O Brasil ainda não tem estatísticas oficiais sobre a incidência de eventos de automutilação, mas segundo a revista *The Lancet Psychiatry* no período de 2000, 2007 e 2014 as ocorrências de automutilação passaram de 2,4% para 6,4% no mundo (LOPES, 2019). Dessa forma a automutilação é considerada um desafio para muitos profissionais de saúde pública devido sua crescente exposição e manifestação na sociedade, sendo necessário o desenvolvimento de um tratamento eficaz e possíveis estratégias de prevenção.

A adolescência é o período intermediário entre a infância e a vida adulta sendo um período marcado por mudanças físicas, psíquicas e sociais (VAN DE GRAAF, 2003; GASPAR; LATERZA, 2012). Neste período de desenvolvimento humano, ocorre um dos períodos de maior sensibilidade no qual é comum a dificuldade de expressar sentimentos e enfrentar situações adversas. Diante disso, muitos adolescentes utilizam a automutilação como uma maneira de lidar com as próprias emoções, tornando esses indivíduos muito vulneráveis a esse tipo de comportamento (GARRETO, 2015).



Na adolescência há uma maior tendência do agir do que a utilização de outros recursos como a palavra, ou seja, no lugar de colocar em palavras aquilo que o angustia, o adolescente transfere para o corpo, que é a forma de percebê-lo como sendo seu (COSTA, 2010).

O comportamento automutilante na adolescência pode estar associado a diferentes significados, dessa forma é necessário cuidado na interpretação e análise dessas condutas. Cada caso é único, sendo fundamental avaliar as especificidades da vida de cada indivíduo. O psicólogo pode atuar frente às narrativas da automutilação de adolescentes e propiciar um lugar de escuta que permita os adolescentes verbalizar as angústias e mal-estar por meio das palavras (FREITAS, 2017).

Esse comportamento auto lesivo, está associado a maior incidência de suicídio em adolescente. Esses jovens se machucam para esconder uma dor que parece ser muito maior do que qualquer outra dor física que possam já ter sentido (GIUSTI,2011).

Desse modo a automutilação chama a atenção de várias especialidades, principalmente os profissionais da psicologia, assim é importante a realização de estudos que auxiliem a maior compreensão dessa temática e que possa contribuir para um maior entendimento desse assunto entre os profissionais da área da psicologia.

Diante deste cenário, a questão-problema deste estudo é: Como a escuta qualificada pode ser utilizada como ferramenta estratégica para promoção da fala e fator de proteção para adolescentes com comportamentos automutilantes?

Para responder a esta problemática, o objetivo geral desse estudo foi demonstrar como a escuta qualificada pode reduzir a incidência da automutilação na adolescência. Os objetivos específicos foram:

- 1) Compreender o fenômeno da automutilação;
- 2) Apresentar a escuta qualificada como estratégia psicológica de prevenção e intervenção da automutilação na adolescência;
- 3) Analisar a utilização da escuta qualificada como ferramenta para adolescentes com comportamentos auto lesivos;



2. ADOLESCÊNCIA COMO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência corresponde ao período entre doze e vinte um anos de idade. Nesse período ocorrem diferentes mudanças subjetivas, corporais e sociais e a busca por reconhecimento e independência e seu lugar na sociedade (ALBERT, 2010).

Segundo Calligaris (2000, p. 18):

A adolescência não é só uma moratória mal justificada, contradizendo valores cruciais de autonomia. Para o adolescente, ela não é só uma sofrida privação de conhecimento e independência, misteriosamente idealizada pelos adultos. É também um tempo de transição, cuja duração é misteriosa.

Nesse período ocorrem diversas alterações corporais devido a puberdade, o que leva também a um questionamento sobre o corpo infantil. O corpo agora precisa ser revestido de novos significantes que atravessam o sujeito neste novo momento psíquico. É como se ele estivesse diante do “Espelho” e necessitasse reconstituir o armado corporal, ressignificando as referências simbólicas e imaginárias com as quais se sustentava e identificando-se com novos significantes atribuídos a este novo momento, a esta nova posição diante do Outro (FONSECA, 2018).

Nesse período de transição muitos conflitos ocorrem. Alves (2008, p. 11) afirma que “esta fase do desenvolvimento é associada a uma nova compressão de mundo que se alia à necessidade da representação de novos papéis sociais e responsabilidades do sujeito na sociedade”.

Desse modo os adolescentes precisam de ajuda para se auto-organizar, reconhecer e por fim reconhecer o seu lugar no contexto social, subjetivo e também de reapropriação corporal. As referências são buscadas muitas vezes nos pais, porém transcorre, neste tempo o lugar importante de referência de identificação no laço com o outro social (ALBERT, 2010).

A construção da identidade que se estabelece na fase da adolescência é fundamental no desenvolvimento do sujeito, em razão dos constantes questionamentos e necessidades dos adolescentes de reconfigurações de novos papéis sociais e individuais (DUNKER, 2017). A identidade psicológica pode ser considerada o resultado da evolução da autoimagem, baseada na identificação de modelos presentes na vida do sujeito: pais, irmãos, parentes próximos, educadores, entre outros, que por acaso tenham mediado está construção (REIS, 2018).



2.1 O Corpo como forma de expressão

O corpo é utilizado como forma de expressão desde a antiguidade com diferentes sentidos, por diversas culturas, e com formas de representação e identificação do sujeito com o lugar ou determinado grupo. Em muitas culturas a marca corporal é utilizada como um ritual de passagem e ou para representar a posição que o sujeito ocupa em determinado grupo (DUNKER, 2017).

Essas marcas corporais também podem ser utilizadas como uma forma de proporcionar uma identidade de pertencimento. Desta forma, as marcas corporais, vão além da questão estética, pois envolvem o reconhecimento social e religioso. São utilizadas como uma forma de identificação a um grupo ou expressão, como por exemplo as tatuagens e *piercing* que muito utilizado principalmente entre os adolescentes (FORTES, 2017).

Deste modo, a modificação do corpo, por meio das marcas corporais, pode ser vista como fonte de assinatura e demarcação da identidade do sujeito. Muitas vezes, a constituição da identidade simbólica é instável sendo necessária uma inscrição através do ato de marcar o próprio corpo, como uma forma de afirmação (DUNKER, 2017).

Segundo Cunha (2004, p. 67), a modificação corporal [...] coloca em jogo não só o limite entre o indivíduo e o mundo, na sua materialidade, mas a própria existência concreta do indivíduo, com toda uma série de sensações e intensidades que talvez não caibam em palavras, e que até mesmo por isso seja tão necessário recolhê-las ao olhar [...].

3 ADOLESCÊNCIA E A AUTOMUTILAÇÃO

A automutilação, diferentemente da tatuagem, do *piercing* e outras marcas de modificação do corpo, são um comportamento intencional envolvendo agressão direta ao próprio corpo, praticadas por indivíduos, que podem sinalizar o sofrimento psíquico (FORTES, 2017).

A automutilação pode estar associada a várias alterações funcionais e neurobiológicas. Os principais sistemas associados a estes comportamentos são: serotoninérgicos, dopaminérgicos e opioides. O sistema opioide endógeno é responsável pela percepção da dor e analgesia relacionada ao estresse. Alguns autores sugerem que o aumento da atividade cerebral de opioides pode promover a automutilação (GIUSTI, 2017).



Essa prática da automutilação, além de ser uma forma de alívio da angústia, é como localizar no corpo, através do corte, um ponto de fixação da dor sentida, e também tem a ver com a descoberta do corpo, é o que o psicanalista Dunker (2017) afirma:

A automutilação é um fato recorrente em adolescentes por ser um momento da descoberta do corpo, é o luto de um corpo infantil carregado de desejos e histórias, e que vai ser substituído por um que ainda é indeterminado tem a ver com o corpo fantasiado no olhar do outro (p.42).

Os adolescentes estão expostos a grupos, comunidades, conteúdos, que podem influenciá-lo em seus comportamentos e organização psíquica, principalmente devido à sua busca característica por identificações e afastamento de figuras de autoridade (BRASIL, 2006).

Desse modo os adolescentes são muito vulneráveis a conflitos que muitas vezes, não conseguem ser verbalizados e acabam gerando comportamentos auto lesivos, como a automutilação. Atualmente esse comportamento de automutilação é alvo de diversos estudos (Santos et al., 2019; Silva et al., 2019 e Vargas et al., 2021) que buscam determinar estratégias eficazes para lidar com esses comportamentos e também os prevenir. Estudos (Moreira et al., 2018 e Nascimento et al., 2021) propõem a escuta qualificada por profissionais da psicologia como estratégia de auxiliar no abandono da automutilação e de reorganizar a maneira de agir dos adolescentes (FERREIRA, 2010).

Segundo Aragão Neto (2019) os episódios de automutilação de adolescentes ocorrem, na sua grande maioria, em casa ou na escola. A maioria dos jovens entrevistados nesse estudo afirmam que a motivação é o “alívio da dor emocional”. Esse estudo também identificou como os principais fatores de riscos associados a automutilação de adolescentes os abusos (sexual, emocional, físico), separação dos pais, ausência de figura paterna, morte de ente querido e bullying.

Segundo Côrrea (2017) uma nova tendência entre adolescentes é a prática de postar, enviar ou compartilhar na internet mensagens abusivas sobre si mesmos, de forma anônima. Em um estudo recente com 5.593 estudantes do ensino fundamental e médio nos Estados Unidos, com idades de 12 a 17 anos, um em cada 20 revelou já ter praticado o chamado auto-cyberbullying, ou automutilação digital. Entre os motivos citados pelos jovens entrevistados para esse comportamento estavam baixa autoestima, busca por atenção, sintomas de depressão e o desejo de despertar uma reação nos outros. Dessa maneira como em casos de automutilação física, em que muitas vítimas ferem o próprio corpo com cortes, arranhões ou queimaduras, a automutilação digital costuma indicar um pedido de ajuda.



A lei 13819 de 2019 institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal. Os principais objetivos dessa lei foram prevenir a violência autoprovocada; controlar os fatores determinantes e condicionantes da saúde mental e garantir o acesso à atenção psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente daquelas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio (BRASIL, 2019).

Uma das formas de prevenção e intervenção seria através da escuta qualificada, foi criado pelos psicólogos americanos Carl Rogers e Richard Farson em 1950, como uma abordagem terapêutica. Segundo Rogers é preciso realizar uma escuta profunda, em que "as palavras, os pensamentos, a tonalidade dos sentimentos, o significado pessoal, até mesmo o significado que subjaz às intenções conscientes do interlocutor" (1980/1987, p. 8)

A escuta ativa envolve concentrar-se totalmente no que está sendo dito, em vez de apenas ouvir passivamente a mensagem de quem está falando. A escuta qualificada envolve relações do tipo diálogo, vínculo, acolhimento. Possibilita compreender o sofrimento psíquico a partir da pessoa, valoriza suas experiências e atenta para suas necessidades e diferentes aspectos que compõem seu cotidiano (MAYNART *et al.*, 2014).

Desse modo é recomendado o tratamento dos pacientes que praticam a automutilação utilizando uma lógica dialética por parte dos profissionais, através da escuta, rompendo com a visão unicamente curativa, enxergando os adolescentes dentro de seus relacionamentos afetivos, sociais e comunitários (GUERREIRO, 2014).

Através da escuta qualificada o adolescente pode refletir sobre suas vivências, experiências dolorosas e prazerosas, sobre seu lugar na sociedade e comportamentos, e lhe ser garantido os direitos básicos para um desenvolvimento psíquico saudável. Espera-se que com essa estratégia os adolescentes possam fazer escolhas que reflitam sua identidade, e tomar decisões, com mais autonomia, diante dos contextos de assujeitamento e de transgressão, por eles vividos (DUNKER, 2017).

4. METODOLOGIA

Este estudo seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa, que, segundo Gil (2008, p.50), "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos". A partir disso, a pesquisa se resumiu em definição de fontes, coleta de dados, análise de interpretação dos resultados e discussão dos resultados como poderá ser visualizado (GIL, 2008).



Ademais, trata-se de revisão integrativa que determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre um determinado tema. Logo primeiramente foi elaborado a pergunta norteadora desse estudo que foi: Como a escuta qualificada pode ser utilizada como ferramenta estratégica para promoção da fala e fator de proteção para adolescentes com comportamentos automutilantes? A busca na literatura foi realizada nos bancos de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe (LILACS).

A coleta de dados foi realizada de acordo com os critérios de inclusão, adotados para escolha de materiais que incluíram artigos científicos, teses, monografias e dissertações publicadas nos últimos 12 anos, artigos na língua portuguesa, publicações completas com resumos disponíveis e indexados nas bases de dados selecionadas. A busca bibliográfica utilizou os seguintes descritores: automutilação; adolescente; escuta qualificada. O período de busca foi artigos publicados entre 2011 e 2021.

A análise crítica dos estudos incluídos foi realizada através de uma leitura exploratória em torno do tema, tendo como objetivo verificar as obras que interessavam à pesquisa, isto é, se estavam de acordo com a temática desse estudo. A partir de então, foi iniciada a leitura analítica dos textos selecionados, identificando as ideias-chave, hierarquizando-as e sintetizando-as. Logo após foi feita a discussão dos resultados e a elaboração da apresentação da revisão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A automutilação é vista como um grande problema a ser compreendido, sendo importante analisar o que está por trás desse ato. No quadro 1 são demonstrados os artigos que foram selecionados para esse estudo de revisão integrativa segundo os critérios de inclusão e exclusão adotados nesse estudo.

Quadro 1 – Artigos selecionados para revisão

ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO						
Autores/ano	Título	Objetivo	Metodologia / Material e Método	Conclusão / Considerações finais	Situação Critério de Exclusão	Situação Critério de inclusão
Matos M.E, 2020	O corpo como símbolo da dor de uma alma mutilada	Encontrar teses de doutorado já produzidas sobre a temática da	Revisão bibliográfica.	Coincidência entre os autores quando dizem que o ato de se	Não citado.	Seleção de teses de doutorado



		automutilação.		cutar alivia uma emoção intensa por parte dos adolescentes.		
Oliveira A., 2021	As principais causas que levam a automutilação em adolescentes: uma revisão integrativa	Identificar os fatores causais em adolescentes que estimulam o aumento de casos de autolesão.	Revisão bibliográfica.	aspectos pessoais, familiares, transtornos psiquiátricos, relacionados à infância e risco sociais	ano de publicação e local de publicação	pergunta norteadora, amostragem, objetivo, português e inglês
Silva J.K., 2019	A adolescência e as mutilações	compreender através da literatura científica os principais fatores emocionais envolvidos no ato da automutilação em adolescentes	Revisão bibliográfica.	a automutilação se faz presente na vida desses adolescentes auto lesivos, como forma de diminuir a dor moral, para a dor física.	Não citado.	Não citado
Cardoso R.B., 2020	O FENÔMENO DA AUTOMUTILAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA CONTEMPORÂNEA	Compreender o fenômeno da automutilação na adolescência	Construção de dois casos baseados em personagens da série Thirteen Reasons Why (Os treze porquês	Reflexões acerca de como vivências intensas do período da adolescência podem ser disparadores importantes para sofrimentos importantes para	Não citado.	pertinentes à pergunta de pesquisa formulada para este projeto
Bastos E.M., 2019	AUTOMUTILAÇÃO DE ADOLESCENTES: UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA DE FORTALEZA	auxíliam no processo de compreensão da automutilação	Estudo de caso	necessidade de ampliar e aprofundar pesquisas sobre a realidade desse contexto por uma variedade de situações e contingências biológicas, familiares, culturais, sociais e históricas	Não citado.	Não citado



Santos A.A,2019	AUTOMUTILAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: COMPREENDENDO SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	compreender a automutilação no período da adolescência buscando conhecer os fatores associados,	estudo de caso descritivo-exploratório com abordagem quanti-qualitativa	prevalência do gênero feminino relativa a comportamentos de automutilação	Não citado.	Assinatura do Termo de Consentimento Livre
Reis M.N,2020	AUTOMUTILAÇÃO: O ENCONTRO ENTRE O REAL DO SOFRIMENTO E O SOFRIMENTO REAL	trata da prática de automutilação na adolescência como reflexo da impossibilidade de de estruturação da cadeia significativa.	Estudo de Caso	automutilação é uma tentativa de fuga do sofrimento psíquico	Não citado.	Não citado
Viola D.T,2018	A adolescência em perspectiva: Um exame da variabilidade da passagem à idade adulta entre diferentes sociedades	propõe um exame da adolescência a partir de um debate entre a psicanálise e a etnologia	Revisão bibliográfica.	contribuir para um melhor entendimento das coordenadas de Freud e de Lacan acerca da puberdade e seus desdobramentos no laço social, bem como vislumbrar novas leituras dos problemas da adolescência na contemporaneidade	Não citado.	Não citado
Oto S.C,2016	O Tumblr e sua relação com práticas autodestrutivas: o caráter epidêmico da autolesão	compreender se a utilização da plataforma blogging Tumblr possuía influência na disseminação do conteúdo e prática da autolesão entre adolescentes.	Revisão bibliográfica.	Foi possível perceber que, justamente por suas particularidades, o Tumblr acabou por se tornar lugar de expressão da prática da autolesão e do sofrimento	Não citado.	Não citado



				decorrente dessa prática.		
Sneddon H, 2020	A terapia cognitivo-comportamental pode reduzir o comportamento sexual prejudicial em adolescentes?	evidências do efeito da TCC sobre as taxas de infrações e eventos adversos como a automutilação	Revisão bibliográfica.	É incerto se a TCC, comparada a outros tratamentos, reduz o comportamento sexual nocivo em adolescentes do sexo masculino.	Não citado.	Não citado
Macedo M.K.,2017	Automutilação na adolescência - rasuras na experiência de alteridade	aspectos que consideramos relevantes acerca do comportamento da automutilação	Revisão bibliográfica.	o ato-dor, como característico da situação de automutilação na adolescência, pode ceder espaço à criação da possibilidade de o sujeito existir em presença de outro e em presença de si mesmo	Não citado.	Não citado
Santos A.A.,2019	AUTOMUTILAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: COMPREENDENDO SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	compreender este fenômeno durante esse período do ciclo vital, buscando conhecer os fatores correlatos ao ato	Estudo de caso	identificar a prevalência do gênero feminino relativa a comportamentos de automutilação, como também, o manuseio de instrumentos cortantes sobre o corpo como sendo o tipo predominantemente de automutilação	Não citado.	Não citado
Moreira E.S.,2018	Automutilação em adolescentes: revisão integrativa da literatura	automutilação em adolescentes no período de janeiro de	Revisão bibliográfica.	grande número de publicações a nível internacional, com	Não citado.	Não citado



		2012 a junho de 2017.		destaque para artigos epidemiológicos e fragilidade na publicação de estudos de intervenção que investiguem a eficácia de terapias e programas de prevenção		
Fonseca P.H.,2017	Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes	Avaliar a frequência e as características da autolesão entre adolescentes.	Estudo exploratório, transversal, descritivo com abordagem quantitativa	Atenta-se para o número de adolescentes que praticam a autolesão, a predominância entre o público feminino e a função principal de regulação emocional para justificar o comportamento.	Não citado.	Não citado
Teixeira L.C.,2019	Automutilações na adolescência e suas narrativas em contexto escolar	discutir a automutilação e suas narrativas por adolescentes em contexto escolar. Trata-se de uma pesquisa que envolve a psicanálise e o campo da educação, como um trabalho possível da clínica institucional	Estudo de caso	a partir de uma escuta qualificada na escola é possível dar voz aos adolescentes para que possam produzir um saber sobre si, e ao seu modo sustentar seu mal estar	Não citado.	Não citado
Damou I.,2016	Marcas do infantil na adolescência: automutilação como atualização	examinamos o conceito de trauma, incluindo a questão do desamparo e	Estudo de caso	ato impellido pela compulsão à repetição que, a despeito de	Não citado.	Não citado



	de traumas precoces	do excesso pulsional em sua articulação com as falhas precoces cumulativas da função estimulante-contentora do ambiente		sua meta desobjetalizante, pode ser entendido como um movimento de atualização e de tentativa de elaboração de traumas precoces		
Santos P.A,2019	Automutilação em adolescentes	Identificar o perfil do adolescente escolar que pratica automutilação, materiais utilizados, e partes do corpo mais lesionados durante a crise	Estudo descritivo	carência de estudos que reflitam sobre os danos físicos e psicológicos quando não tratados ainda na adolescência	Não citado.	Não citado
Nascimento J.F,2020	AUTOMUTILAÇÃO EM ADOLESCENTES E ADULTOS JOVENS NA PANDEMIA POR COVID-19: O RELATO DE TRÊS CASOS	relato de três casos de automutilação ocorridos durante a pandemia por SARS-Cov-2 e propor uma discussão sobre os motivos que regem tal desvio de comportamento	Estudo de caso	tais manifestações sejam reflexo do isolamento social, bem como do medo e incertezas gerados pela pandemia.	Não citado.	Não citado
Ferreira T.R,2018	Cyberbulling : conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde	a revisão crítica de um conjunto de revisões bibliográficas no intuito de conhecer como o cyberbullying é compreendido pela comunidade científica, como o fenômeno vem sendo conceituado,	Revisão bibliográfica.	. Os estudos revisados apontam que tanto as vítimas quanto os praticantes de cyberbullying vivenciam experiências negativas em sua saúde psicológica e comportamental, podendo ocorrer	Não citado.	Não citado



		como suas dinâmicas têm sido descritas, quais personagens identificados e quais as associações apontadas à saúde das pessoas intimidadas.		inclusive evasão escolar, isolamento social, depressão, ideação suicida e suicida		
Vargas C.S,2021	Automutilação e ideação suicida: um drama da adolescência na atualidade	analisa a automutilação e a ideação suicida, suas similaridades e diferenças, enfatizando o sofrimento emocional presente nos dois comportamentos e a possibilidade de eles também aparecerem juntos	Revisão bibliográfica.	importância a desestigmatização da ASIS como ou drama ou um tabu, realçando a necessidade do diálogo, do entendimento do desenvolvimento humano e das necessidades e características psíquicas dos adolescentes	Não citado.	Não citado
Pennal E.P,2019+A 13	Considerações psicanalíticas a respeito da automutilação	desenvolver uma leitura psicanalítica a respeito do fenômeno contemporâneo da automutilação	Revisão bibliográfica.	automutilação assume uma função defensiva contra o sofrimento psíquico do sujeito e, em um sentido mais radical, contra a própria morte psíquica.	Não citado.	Não citado

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme as leituras realizadas a partir do quadro 1, aponta-se os principais achados sobre automutilação e adolescência e a escuta qualificada como ferramenta para promover a saúde do adolescente.

Silva *et al.* (2019) afirma que a automutilação é um comportamento presente na vida de muitos adolescentes, como uma forma de reduzir a dor moral, para a dor física. É uma prática



recorrente nessa parcela da população, devido a fase de grandes conflitos internos, abrangendo fatores como a falta de controle emocional e a ausência de suporte familiar.

Segundo Souza *et al.* (2020) as vivências intensas do período da adolescência podem ser disparadores importantes para o comportamento de automutilação. O estudo de Matos *et al.* (2021) avaliou teses de doutorados que analisaram essa temática. Esse estudo buscou avaliar principalmente quais seriam os desejos e as defesas que estão presentes no momento e logo após o ato de cortar-se, em meninas com idades entre 13 e 21 anos. Foi visto que esse comportamento pode ser influenciado por fatores tais como excesso de cobranças internas, vergonha em demasia, autocrítica, maus tratos, abuso sexual, traumas, vícios, acidentes, anorexia, bulimia e alergias.

O estudo de Costa *et al.* (2021) verificou que os principais fatores relacionados com o comportamento auto lesivo em adolescente envolvem aspectos pessoais, familiares, transtornos psiquiátricos, relacionados à infância e risco sociais. Além disso, identificou que os transtornos psiquiátricos e o uso inadequado da internet, como por exemplo o *cyberbullying* (Ferreira, 2018), podem influenciar negativamente esse tipo de comportamento.

Nesse contexto o estudo de Vargas *et al.* (2021) afirma que os adolescentes de hoje são nativos digitais, e desse modo tem grande influência e familiaridade com os eletrônicos e suas possibilidades e, conseqüentemente, sofrem a interferência destes a sua saúde mental e cognitiva, podendo por vezes promover a romantização patológica de situações nocivas e até mesmo a reproduzi-las.

O estudo de Otto (2016) mostra a relação entre a disseminação da prática de autolesão com as trocas que ocorrem em páginas da internet, focando na plataforma *blogging Tumblr*. Esse estudo demonstra que essa plataforma é um espaço em que adolescentes podem compartilhar seu sofrimento e falar sobre a autolesão sem serem julgados, sendo assim importantes a realização de estudos que analisem o comportamento auto lesivo e o mundo virtual, como forma de prevenção desse ato.

O estudo de Moreira *et al.* (2018) realizou uma revisão integrativa da literatura sobre automutilação em adolescentes, analisando estudos publicados no período de janeiro de 2012 a junho de 2017. Este estudo mostrou grande número de publicações a nível internacional, com destaque para artigos epidemiológicos e fragilidade na publicação de estudos de intervenção que investiguem a eficácia de terapias e programas de prevenção. Foram identificados poucos dados nacionais o que demonstra a necessidade de pesquisas com esta temática para conhecer



a realidade local. Além disso, estudos epidemiológicos no Brasil são importantes para apresentar aos governos evidências que justifiquem políticas públicas e aloquem verbas para saúde mental infanto-juvenil.

Santos (2019) reafirma que a automutilação é um problema de saúde pública, apresentando carência de estudos que reflitam sobre os danos físicos e psicológicos na adolescência, havendo a necessidade de intervenção qualificando profissionais para um atendimento de qualidade.

Bastos (2019) realizou um estudo de caso em uma escola pública de Fortaleza, no qual os participantes foram selecionados dentro de um grupo de professores que conviviam com alunos que praticavam a automutilação. É necessário que as escolas notifiquem casos de automutilação e tentativa de suicídio, a partir da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Foi visto que a escuta dos alunos e auxílio nessa etapa é fundamental para auxiliá-los. Também foi visto que é fundamental a preparação adequada dos profissionais que atuam junto a esses alunos. O psicólogo é um profissional que pode atuar no contexto escolar para oferecer informações através de relatos e debate sobre as percepções, sentidos e experiências desses sujeitos, auxiliando-os a refletir sobre essa temática.

Teixeira *et al.* (2019) afirma que a partir de uma escuta qualificada na escola é possível dar voz aos adolescentes para que possam produzir um saber sobre si, e ao seu modo sustentar seu mal estar. Já o estudo de Santos *et al.* (2019) foi realizado em três escolas do município de Patos-PB e identificou a prevalência do gênero feminino relativa a comportamentos de automutilação. O estudo de Fonseca *et al.* (2017) foi realizado com adolescentes de 10 a 14 anos de quatro escolas estaduais do município de Divinópolis, Minas Gerais. Foi visto o predomínio da autolesão entre o público feminino e a função principal de regulação emocional para justificar o comportamento.

Em 2020, o mundo foi atingido pela pandemia do Covid-19. O estudo de Nascimento *et al.* (2020) afirma que houve um crescimento expressivo nas taxas de depressão, ansiedade, suicídio e automutilações não suicidas, principalmente em indivíduos com doença mental prévia. É possível que o isolamento social pode ser um dos motivos que causam desejos autoagressivos. Também é mostrado que o consumo excessivo de conteúdo digital, principalmente se relacionados à pandemia, contribuem para o desejo agressivo, especialmente à automutilação. Dessa forma é fundamental o desenvolvimento de estratégias de saúde e políticas públicas para minimizar os impactos psicossociais decorrentes dessa pandemia, visando o bem-estar físico e mental da população.



5 CONCLUSÕES

Com esse estudo foi visto que o corpo pode ser considerado um instrumento de comunicação, trazendo informações sobre identidade, crenças, valores e aspectos psíquicos e quando as marcas corporais surgem decorrentes de comportamentos auto lesivos podem fornecer informações sobre as condições vivenciadas pelo indivíduo. Ao longo desse estudo pode-se demonstrar que a automutilação pode estar relacionada a casos mais graves com uma tendência a um comportamento suicida e que esse comportamento auto lesivo não necessita de apenas um fator desencadeante e sim de situações multifatoriais, reforçando a inexistência da causa única. Como exemplo de fatores influenciadores da automutilação em adolescente tem-se as autocríticas, os maus tratos e o abuso sexual.

O uso excessivo das mídias digitais também pode influenciar a saúde mental e cognitiva dos adolescentes, podendo em alguns casos promover a romantização patológica de situações nocivas, como a automutilação, e até mesmo a reproduzi-las. Também foi visto que durante a pandemia do Covid-19 houve um crescimento do consumo excessivo de conteúdo digital o que pode ter contribuído para o aumento do desejo agressivo, especialmente à automutilação.

Com a análise dos estudos selecionados foi visto que há uma lacuna em relação a realização de estudos que reflitam sobre os danos físicos e psicológicos na adolescência, havendo a necessidade da elaboração de diferentes formas de intervenção com profissionais que possam oferecer um atendimento de qualidade.

Este estudo demonstrou que a escuta qualificada pode ser uma forma de intervenção que pode ser utilizada com os adolescentes permitindo-os verbalizar as angústias e mal-estar por meio das palavras. Mediante a escuta qualificada, o adolescente pode refletir sobre suas vivências, experiências dolorosas e prazerosas, sobre seu lugar na sociedade e comportamentos, e lhe ser garantido os direitos básicos para um desenvolvimento psíquico saudável.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO NETO, Carlos Henrique de. **Autolesão Sem Intenção Suicida e sua Relação com Ideação Suicida**. Brasília, 2019. 171 p

BASTOS *et al.* Automutilação de adolescentes: um estudo de caso em escola pública de fortaleza. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n. 3, p. 156-191, setembro/dezembro, 2019.

BHERING N.B.V. Análise dos fatores de risco relacionados ao comportamento suicida em crianças e adolescentes. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 10861-10875 jul./aug. 2020.



BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Área Técnica de Saúde do Adolescente e Jovem. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Área de saúde do adolescente e do jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescente**. Brasília, 2007

BRASIL. **LEI Nº 13.819**, de 26 de abril de 2019. Diário Oficial da União. Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796>> Acesso em junho de 2022.

CARDOSO, C.P.S. **Adolescência na voz de adolescentes: bem estar e comportamentos autodestrutivos, um estudo exploratório**. 2011. 55f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

CÔRREA Alessandra. **Automutilação digital: cresce número de jovens que postam agressões contra si mesmos online**. BBC NEWS Brasil. novembro, 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-41944954>> Acesso em junho de 2022.

FERREIRA *et al.* Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(10):3369-3379, 2018.

GUERREIRO Diogo Frasilho; Daniel Sampaio. Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. **Revista Portuguesa**, 2013;3 1(2):213–22.

GIUSTI, J.S. **Automutilação: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo**. 2013. 184f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GIUSTI, Jackeline Suzie. **Automutilação: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo**. São Paulo, 2013.

MATOS *et al.* O corpo como símbolo da dor de uma alma mutilada. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE*, 2020.

MAYNART W.H.C. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. **Acta Paul Enferm**; 27(4):300-3, 2014.

MESQUITA, C. Relações familiares, humor deprimido e comportamentos autodestrutivos em adolescentes. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, v. 3, n. 7, p. 97-109, jul, 2011.

MOREIRA *et al.* Automutilação em adolescentes: revisão integrativa da literatura. **Temas em Saúde**. João Pessoa, PB, 2018.

NASCIMENTO *et al.* Automutilação em adolescentes e adultos jovens na pandemia por covid-19: o relato de três casos. **Revista Augustus**, 2021.



OTTO *et al.* O Tumblr e sua relação com práticas autodestrutivas: o caráter epidêmico da autolesão. **Psic. Rev.** São Paulo, v. 25, n. 2, 265-288, 2016.

ROGERS, C. **Um Jeito de Ser.** São Paulo: EPU. 1980/1987.

SANTOS *et al.* Automutilação na adolescência: compreendendo suas causas e consequências. **Temas em Saúde.** João Pessoa, PB, 2019.

SILVA J.K. *et al.* A adolescência e as mutilações. **Cadernos de psicologia,** Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 7-25, ago./dez. 2019

TEIXEIRA, D.P. **Intensidades corporais e subjetividades contemporâneas: uma reflexão sobre o movimento da body modification.** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2006.

TEIXEIRA L.V. *et al.* Automutilações na adolescência e suas narrativas em contexto escolar. **Estilos da Clínica,** 2019, V. 24, nº 2, p. 291-303.

VAN DE GRAAFF, K.M. **Anatomia humana.** 6.ed. São Paulo: Manole, 2003. p. 778-779

VARGAS *et al.* Automutilação e ideação suicida: um drama da adolescência na atualidade. **Brazilian Journal of Health Review,** 2021.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Área Técnica de Saúde do Adolescente e Jovem. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Área de saúde do adolescente e do jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescente.** Brasília, 2007

BRASIL . **LEI Nº 13.819,** de 26 de abril de 2019. Diário Oficial da União. Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796>> Acesso em junho de 2022.

CARDOSO, C.P.S. **Adolescência na voz de adolescentes: bem estar e comportamentos autodestrutivos, um estudo exploratório.** 2011. 55f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

CÔRREA Alessandra. **Automutilação digital: cresce número de jovens que postam agressões contra si mesmos online.** BBC NEWS Brasil. Novembro, 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-41944954>> Acesso em junho de 2022.

FERREIRA *et al.* Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva,** 23(10):3369-3379, 2018.

GUERREIRO Diogo Frasquilho; Daniel Sampaio. Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. **Revista Portuguesa,** 2013;3 1(2):213–22.

GIUSTI, J.S. **Automutilação: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo.** 2013. 184f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.



GIUSTI, Jackeline Suzie. **Automutilação : características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo**. São Paulo, 2013.

MATOS *et al.* O corpo como símbolo da dor de uma alma mutilada. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE*, 2020.

MAYNART W.H.C. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. *Acta Paul Enferm*; 27(4):300-3, 2014.

MESQUITA, C. Relações familiares, humor deprimido e comportamentos autodestrutivos em adolescentes. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, v. 3, n. 7, p. 97-109, jul, 2011.

MOREIRA *et al.* Automutilação em adolescentes: revisão integrativa da literatura. **Temas em Saúde**. João Pessoa, PB, 2018.

NASCIMENTO *et al.* Automutilação em adolescentes e adultos jovens na pandemia por covid-19: o relato de três casos. *Revista Augustus*, 2021.

OTTO *et al.* O Tumblr e sua relação com práticas autodestrutivas: o caráter epidêmico da autolesão. *Psic. Rev.* São Paulo, v. 25, n. 2, 265-288, 2016.

ROGERS, C. **Um Jeito de Ser**. São Paulo : EPU. 1980/1987.

SANTOS *et al.* Automutilação na adolescência: compreendendo suas causas e consequências. **Temas em Saúde**. João Pessoa, PB, 2019.

SILVA J.K *et al.* A adolescência e as mutilações. *Cadernos de psicologia*, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 7-25, ago./dez. 2019

TEIXEIRA, D.P. **Intensidades corporais e subjetividades contemporâneas: uma reflexão sobre o movimento da body modification**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2006.

TEIXEIRA L.V. et al. Automutilações na adolescência e suas narrativas em contexto escolar. **Estilos da Clínica**, 2019, V. 24, nº 2, p. 291-303.

VAN DE GRAAFF, K.M. **Anatomia humana**. 6.ed. São Paulo: Manole, 2003. p. 778-779

VARGAS *et al.* Automutilação e ideação suicida: um drama da adolescência na atualidade. **Brazilian Journal of Health Review**, 2021.



CAPÍTULO 4

A ESTRUTURA DO CANCELAMENTO SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Niára Ceni Maria Guedes da Costa

niaracosta@hotmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

Durante todo o desenvolvimento da humanidade foram observados movimentos de exclusão e banimento em relação às pessoas que possuíam ideologias discordantes das difundidas pela sociedade dominante. O cancelamento social atua como o agente de banimento do que não é considerado aceitável pelas maiorias sociais tornando-o um dos assuntos mais divulgados na contemporaneidade. Este artigo apresenta uma análise de como os atos canceladores se desenvolvem na sociedade com a justificativa de compreender porque eles acontecem e se causam algum prejuízo para a saúde mental dos indivíduos e da sociedade. A pesquisa foi de natureza descritiva exploratória, utilizando-se de levantamento de dados por meio de um questionário divulgado na internet. Nos resultados encontrados foram observados que a cultura do cancelamento faz parte da vivência dos indivíduos, restringe a sua liberdade de expressão favorecendo as ideologias dominantes. Conclui-se que esta cultura é um movimento perigoso para a sociedade, e ela afeta a saúde mental dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Cancelamento Social; Saúde Mental; Psicologia. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O cancelamento social aparece ocupando um espaço cada vez maior na sociedade contemporânea como uma importante ferramenta de manutenção social para excluir ou evitar o que não “pertence” ao grupo de ideias, comportamentos e atitudes comportamentais das fatias de ideologias dominantes. As pessoas que sofrem o ato de ser canceladas ficam submetidas a uma série de julgamentos promovidos em cima dos comportamentos pontuados como errados ou incompatíveis com a adequação do grupo vigente, cabendo a ela o mal estar de se sentir excluída e preterida do restante do grupo.

Este trabalho foi elaborado a partir das interferências ocasionadas pelo cancelamento social no comportamento humano na atualidade. Busca compreender a procura por aceitação social e o conseqüente medo de se ver condicionado a não vivê-la. Por causa destas premissas, foi levantada a hipótese de os indivíduos moldarem os seus comportamentos para evitar que ocorra o cancelamento social, deixando de emitir opiniões importantes e relevantes para a



formação do senso crítico na sociedade contemporânea, como forma de diminuir ou evitar o sofrimento psíquico em prol da manutenção de sua saúde mental.

Buscou-se uma revisão da problemática referente à atual cultura do cancelamento social no contexto da internet e para além dela, procurando saber como a Psicologia pode auxiliar a compreender os mecanismos que envolvem a cultura do cancelamento na sociedade contemporânea.

O trabalho foi desenvolvido para auxiliar no entendimento dos movimentos sociais que fazem a manutenção da cultura do cancelamento social, procurando compreender os processos psicológicos que eles exercem nos indivíduos. A partir dos problemas referentes ao cancelamento social e o comportamento humano apresentados nesta justificativa, observou-se a necessidade da procura por informações que auxiliem na melhor compreensão sobre o cancelamento social.

Este trabalho teve como objetivo compreender o funcionamento da cultura do cancelamento social e de sua dinâmica excludente para identificar como são feitos os parâmetros das escolhas sobre o que não deve ser aceito pelo grupo. Verificou-se também, quais são os impactos desta cultura sobre a saúde mental do indivíduo contemporâneo em sua vivência, assim como a sua reverberação psicológica em contexto individual e social.

2 DINÂMICA DO CANCELAMENTO SOCIAL

A cultura do cancelamento está pautada em expor algum fato e se causar alguma reação negativa da maioria, o sujeito envolvido no fato exposto será rejeitado, podendo os efeitos dessa reação ser muito duros, e causar danos graves aos envolvidos (SILVA, 2021).

No dicionário MacQuarie (2019 *apud*, HOESCHER, 2020) o cancelamento social é denominado pelo grupo de atitudes por parte de uma comunidade que provoca ou exige o abandono de apoio a uma personalidade pública, ocorrendo geralmente em virtude de uma resposta a algum comentário ou atitude considerada inapropriada socialmente. Desta forma, o cancelamento social é um conjunto de comportamentos de um grupo de indivíduos no qual ocorre o banimento e exclusão daqueles que atuam com algum comportamento, crença, atitude ou ideologia considerada inapropriada e discordante do que o grupo deseja que seja mantido.

Dunker (2020 *apud* VILCHEZ; COELHO, 2020) elucida que o verbo cancelar diz da suspensão de serviços, mas o seu uso atual diz de cancelar uma figura pública e com ela



suspender a sua fala, reduzindo-a a um objeto. Ocorre o cancelamento no momento em que as idealizações se chocam com a realidade imperfeita.

De acordo com Brasileiro e Azevedo (2020) o início da cultura do cancelamento foi em 2017, com a campanha nas redes sociais #metoo, levando mulheres do mundo inteiro ao compartilhamento de denúncias de assédio sexual. A dinâmica do cancelamento social expõe os comportamentos das pessoas que estão sendo excluídas e adicionam à eles outras afirmações. Constroem um ambiente destrutivo ao redor da pessoa banida com o intuito de envergonhá-la e expulsá-la do grupo.

Conforme Barbosa e Specimille (2020), a crítica e o linchamento fazem parte da história da humanidade, as civilizações com o desejo de justiça com as próprias mãos linchavam, torturavam e humilhavam em praça pública os seus alvos. Carvalho *et al.* (2018 *apud* BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020) afirma que a prática do linchamento aparece como uma forma de justiça social utilizada quando o grupo acredita que algum elemento de sua estrutura esta em discordância com a moral convencional.

Ainda conforme Carvalho *et al.* (2018 *apud* BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020) no caso do cancelamento social o linchamento é transferido para as telas funcionando como uma mutação de comportamentos tradicionais modificados para o ambiente virtual das culturas contemporâneas digitais.

Dentro da cultura do cancelamento, os ataques aos alvos são de maneira virtual, ultrapassa as fronteiras legítimas do protesto e vira um linchamento com a ânsia de defender o que foi categorizado como moralmente correto e justo (BARBOSA; SPECIMILLE, 2020). O cancelamento social se apoia em uma dinâmica de exclusão, que consiste em expor, rechaçar e provocar o abandono de apoio àquele que está sendo cancelado, divulgando amplamente esta exclusão, para que aconteça o banimento do que está em desordem.

A pessoa que foi cancelada, somente será aceita novamente pelo grupo se ela seguir um padrão de comportamentos e as suas desculpas forem validadas. Caso contrário os ataques continuam até que apareça outra situação para que o grupo se engaje em um novo banimento e a exclusão antiga caia em esquecimento. Goffman (2011 *apud* BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020) descreve um processo normativo padrão para o retorno da ordem composto de quatro fases: o desafio, a oferta dos demais para o errante se redimir, a oferta aceita e a oferta agradecida. A normalidade seria reestabelecida, com essas fases servindo de modelo de comportamento interpessoal.



Dentro desta linha de raciocínio, a sociedade segue um padrão de ressocialização entre os pares, semelhante a uma ritualística como que pré-estabelecida entre seus membros. Sendo quase automática a tomada de decisões para conseguir retornar. Os pedidos de desculpas se tornam a ferramenta principal de retorno dos banidos. Com padrões de comportamento que evidenciam a fragilidade e a vontade de mudar de opinião, mesmo não havendo sinceridade nesses atos.

3 ASPECTOS NARCISISTAS DO CANCELAMENTO SOCIAL

O aspecto narcisista da cultura do cancelamento vive dentro da discordância de postura entre o que é mostrado e a realidade. Quando o conteúdo de cancelamento é criado o autor também se encontra nele, por meio das suas perspectivas de vida, onde projetam-se as suas experiências e criam-se as expectativas (VILCHEZ; COELHO, 2020).

A angústia que compõe a história pessoal de cada indivíduo irá aparecer e delinear os comportamentos do sujeito dentro e fora das redes sociais. A inquietude que o indivíduo não consegue lidar aparece nos comportamentos de ataque e perseguição à personalidade que é banida pelo grupo. Han (2018 *apud* VILCHEZ; COELHO, 2020) diz que o poder de mobilidade da internet não é suficiente para organizar o ambiente público por ter o caráter volátil e fluido não ocorrendo a mudança na consciência da sociedade. Depois de um grande escândalo acontece um potencial narcisista nas mobilizações sem a energia política.

Quando ocorre o cancelamento de alguma atitude ou ideia, o tempo que o assunto é discutido é muito pequeno e pouco elucidativo não ocorrendo a necessária elaboração sobre o fato. O que poderia ser a chave da mudança esperada pelo grupo que atua por meio dos atos canceladores. Desta forma nota-se que ocorre também o banimento e a exclusão de ideologias como uma forma conveniente para a perpetuação de discursos já dominantes, coibindo a formação da mudança ideológica na sociedade.

Freud (1914/1974, *apud* ARAÚJO 2010) aponta o narcisismo das pequenas diferenças como um elemento constitutivo da autoestima e do amor-próprio, destinado a autopreservação do sujeito e à formação dos laços sociais. Conforme aprofunda o seu estudo sobre o narcisismo das pequenas diferenças Freud (1921/2011; 1930/2010, *apud* REINO; ENDO, 2011) traz a massa como um conjunto de membros que colocaram no seu ideal de Eu um único objeto de identificação entre eles.

Mais tarde Freud (1921/2011; 1930/2010, *apud* REINO; ENDO, 2011) mostra esse narcisismo do ponto da exclusão e da pulsão destinada a ela, que detém a possibilidade de ligar muitas pessoas pelo amor desde que existam outras pessoas para se exteriorizar a agressividade.



Desta maneira, quando um alvo é escolhido para sofrer o cancelamento social os membros do grupo estão em concordância, são unidos por ideais semelhantes de preservação do grupo. Ficam aliados para externar a agressividade aos que não comungam dos ideais esperados e diminuem a coesão do grupo.

Com este narcisismo, conforme o grupo se sente ameaçado por uma nova ideia ele pode tentar fazer o boicote do sujeito que a dissemina, funcionando como uma ferramenta de manutenção do comportamento grupal para prevalecer a ideologia do grupo. O narcisismo parece no interior da massa entre os seus participantes para retornar mais enfático na oposição estabelecida na formação dos grupos. Antes o narcisismo das pequenas diferenças seria uma garantia de uma unidade do Eu, agora ele se torna a garantia de coesão e singularidade de uma massa (REINO; ENDO, 2011).

O narcisismo no cancelamento social é observado quando as pessoas se unem para se opor ao que lhes desagrada. Gera uma coesão significativa entre os pares, com maneiras particulares de desempenhar o seu papel na sociedade. Se tornando uma característica própria, a de excluir para dar coesão.

4 O PROCESSO DE EXCLUSÃO NA SOCIEDADE

Por meio dos discursos excludentes, validados pela percepção social partilhada do grupo, os indivíduos que não se encaixam no padrão esperado serão estereotipados e conforme o preconceito em relação à ideia ocorre, será gerado um mal-estar que levará a exclusão do sujeito discordante.

A violência simbólica de Bordieu (1989 *apud*, AMARAL; COIMBRA, 2015) é embasada nos sistemas simbólicos, nos signos e símbolos da sua linguagem. Os sistemas políticos tornam o *consensus* em volta do sentido do mundo social, vindo a contribuir para a reprodução da sua ordem social. A violência em relação ao outro é gerada e executada e o indivíduo banido vira o símbolo do que não é aceito pelo restante do grupo. Aqueles que pensarem de maneira semelhante sofrerão o mesmo tipo de violência simbólica, que ocorre com o consenso excludente do restante do grupo.

A ameaça simbólica diz de percepções mais ampliadas, onde os membros que estão à margem dos grupos dominantes representam ameaça as dimensões simbólicas que delineiam a essência cultural deste grupo. Funciona como preconceito e ao mesmo tempo um fator legitimador da discriminação e aparece como uma percepção socialmente partilhada de que a aproximação com os membros da margem irá empobrecer os valores do grupo dominante (PEREIRA; SOUZA, 2016).



A necessidade da vigilância dos discursos é mantida geralmente pelos membros que estão nas fronteiras do grupo, atuando como soldados para manter a coesão das ideias predominantes e banir o que não está de acordo com as normas e o padrão de comportamento esperado pelo grupo. Conforme identificados e sinalizados os indivíduos que correspondem à ameaça, são iniciados os ataques para que ocorra a exclusão do que é condenado pelo grupo. Desta forma consegue-se manter a coesão e intimidar os outros indivíduos que pensam de forma diferente, evitando a formação de novas ideologias.

Simmel (1983, *apud*, SANTOS; CYPRIANO, 2014) elucida que a sociabilidade estampa a própria formação da sociedade com a prática caracterizada por um sentimento de estar sociado entre os membros e pela satisfação que deriva disso. Quando as pessoas rejeitam e excluem na internet, elas estão cancelando junto com outras pessoas que pensam de maneira semelhante e que estão validando os seus discursos, isso às encoraja a assumir a sua postura canceladora.

Os ambientes sociais categorizam as pessoas que se encontram nele e disseminam os estigmas sociais numa forma de violência simbólica. Quando se é imposto o pensamento de distinção para “o outro”, a sua identidade não é respeitada. (AMARAL; COIMBRA, 2015). O sujeito que fala mal do outro através dos espaços de interação na internet, quebra as regras de gentileza e de comportamento social. Deseja ser influente para se tornar dominante e reconstruir a realidade atingindo sua meta a custo de uma popularidade negativa e estigmatizadora do outro (AMARAL; COIMBRA, 2015).

Desta forma, quando as pessoas buscam excluir àqueles que discordam de suas ideologias falam mal e contam situações que possam diminuir ou envergonhar, como uma forma de estabelecer o poder simbólico sobre o outro e delimitar fronteiras aos que permanecem no grupo. Conforme Goffman (2011, *apud* BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020) cada ser adota uma fachada particular baseada nos princípios que norteiam o grupo social que está inserido.

Ainda conforme Goffman (2011, *apud* BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020), a fachada é o valor social positivo que uma pessoa busca para si mesma conforme como as outras pessoas acham que ela age particularmente. Funciona como um padrão de atitudes que constroem e mantêm as fachadas, para as diversas finalidades, incluindo a evitação do sofrimento.

Através do subterfúgio da fachada, a semelhança no padrão de comportamentos e atitudes em relação ao grupo, pode camuflar o sujeito para que ele saia do foco de perseguição das ideias e comportamentos não aceitáveis. Ele pode passar a modificar o seu comportamento para receber a aceitação do grupo, passando a fugir das denúncias e das punições.



Para Freitas (2017, *apud* BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020) a denúncia, o julgamento e a punição, funcionam como o tripé do linchamento virtual, este pensamento entra em convergência com Goffman (2011, *apud* BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020) na dimensão da transgressão, da perda da fachada e do linchamento em si, elas funcionam como variáveis catalizadoras da validação social dos usuários da internet. Conforme o sujeito expõe as suas ideias e elas não estão em conformidade com as ideias do grupo, ocorre a denúncia da ideia discordante que será julgada e condenada pelo grupo. O grupo é envolvido pelas ideias dominantes através do desejo de pertença e mantido nessa bolha de ideias pelo medo da exclusão.

Existem representações e valores do mundo que culminam na exclusão das pessoas, os excluídos não se delimitam aos rejeitados física, material ou geograficamente. São excluídos de todas as suas riquezas espirituais com os seus valores não reconhecidos, acabando também em uma exclusão cultural (SAWAIA, 2001). O grupo pode sentir-se ameaçado por novas ideias e comportamentos, e assim pode criar padrões dentro do próprio grupo para que “o novo” seja vigiado e repellido, impedindo que se instale com ideias que divergem da normatividade grupal.

Para acontecer o cancelamento social basta haver a discordância de discurso, e a internet facilita a rápida conexão entre as pessoas com os algoritmos de busca. As pessoas ficam dentro de sua própria bolha e crêem que a maioria pensa de maneira igual, o que influencia também na formação de opinião pública (BARBOSA; SPECIMILLE, 2020). A punição através do cancelamento social auxilia o grupo a demonstrar o que não está de acordo com as suas regras e normas. A violência dos discursos que ocorrem durante o banimento, gera o poder que une o grupo e faz com que seus membros sintam-se acima dos direitos democráticos do outro, ocorrendo também o julgamento sobre o que pode ser perdoado e aceito.

5 LEI E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

De acordo com a psicanalista Cristina Cypriano (2020, *apud* BARBOSA; SPECIMILLE, 2020) a sociedade convive com jovens normas e os seus limites estão sendo estabelecidos durante a sua formação. Pautado sob o vértice da vida íntima e pessoal dos indivíduos, o cancelamento aparece como uma fórmula contrária a tudo o que ultrapassou os limites dessa cultura jovem e os novos movimentos sociais que surgem com ela.

Pelo fato do cancelamento social ser uma ferramenta que pertence a uma cultura mais jovem, as pessoas acabam por não se atentar ao real poder de sua dinâmica excludente e invasora da vida privada. Quando as pessoas praticam o cancelamento social, elas podem não



medir a intensidade do sofrimento do outro e conseqüentemente não ficarem alertas aos parâmetros legais desse ato.

A sociabilidade tem o caráter lúdico como fundamental, uma qualidade central, para que se alcance um mínimo de autonomia perante as várias motivações e interesses que levam o sujeito à vida interativa e comum. O lúdico não corresponde a uma irrealidade, mas sim, uma abstração de contextos, no qual o curso das relações é cheio de densidade (SANTOS; CYPRIANO, 2014).

Se o cancelamento estiver ocorrendo em ambiente virtual, esta noção do sofrimento relacionado à pessoa que está sendo cancelada pode diminuir drasticamente, e as atitudes canceladoras se tornam mais invasivas e menos empáticas. A cultura do cancelamento pode ser necessária no que diz respeito às questões contrárias às práticas de relações sociais, quanto à banir as ideias que não condizem com a socialização dos indivíduos, dos direitos humanos ou da nossa constituição. Fora dessas temáticas, o cancelamento pode ser uma grande arma corruptora, quando ele é o cancelador de ideologias e não permite a livre expressão, se tornando uma atitude antidemocrática

O princípio do estado de inocência é uma regra fundamental em todo exercício jurídico e social, ele tem antecipação em documentos legais e históricos, como a Declaração Francesa, onde frisa que todo culpado é considerado inocente até que se prove o contrário. Na Carta Magna do Brasil, temos algo semelhante no artigo 5º, inciso LVII, e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, isto está expressado no artigo XI, o que indica o ato do cancelamento como desrespeitoso com as leis, a Constituição e o convívio social democrático entre os pares (CHIARI *et al.*, 2020).

O Supremo Tribunal de Federal (STF) se posicionou contrário à cultura do cancelamento. Alexandre de Moraes (2016 *apud*, CHIARI *et al.* 2020) diz que a liberdade de expressão é um dos fundamentos primordiais de uma sociedade democrática. A democracia existe a partir da pluralidade de ideias e pensamentos com a tolerância de opiniões e abertura ao diálogo. Com os grandes movimentos de ideias que ocorrem na internet torna-se difícil identificar quais são as ideias natas dos sujeitos. Identificar se as atitudes estão verdadeiramente embasadas em suas crenças e valores pessoais ou se elas estão carregadas da opinião do grupo e movidas pelo seu desejo de pertença.

O professor Sílvio Almeida (2019, *apud*, CHIARI *et al.*, 2020) escreveu sobre os malefícios da cultura do cancelamento enfatizando o mal gerado quando se é negado à existência de alguém ou de alguma ideia, ignorando o poder da educação e o confronto, se constituindo em um ato antidemocrático. Muitas vezes o cancelamento social não movimenta



os saberes culturais e acaba por promover o medo relacionado ao que é diferente, e não ocorre a transformação social esperada com o entendimento sobre o que não é mais aceito pela sociedade.

Sílvio Almeida (2019, *apud*, CHIARI *et al*, 2020) aponta que em culturas sociais tradicionais quando ocorre alguma conduta errada são recordados pelo grupo os acertos que o indivíduo obteve em sua trajetória, mostrando a perspectiva de melhora e exemplificando a possibilidade de mudança para o grupo. As pessoas que sofrem o cancelamento na contemporaneidade costumam ter pouca ou nenhuma elucidação do grupo sobre o que ela fez de errado. O cancelamento não se torna uma ferramenta educadora e o sujeito banido encontra muita resistência dentro do grupo para dialogar sobre a situação perturbadora.

A cultura do cancelamento pode ser uma ferramenta de disseminação de ódio e impedimento de direitos e de livre expressão, onde nem sempre as notícias e fatos divulgados se sustentam em verdade. A forma como acontece o cancelamento na vida privada dos indivíduos segue o mesmo padrão de ação relacionado às celebridades, visto que a sociedade das redes é a mesma fora dela e também gera processos graves de exclusão. O cancelamento pode atingir severamente a vida de pessoas comuns, se pensarmos que estas pessoas tem um número menor de contatos em suas redes sociais. Neste sentido poucas pessoas podem constituir uma grande fatia social, suficiente para se adquirir prejuízos morais e materiais severos.

6 SAÚDE MENTAL E CANCELAMENTO SOCIAL

Na cultura do cancelamento social é possível observar nuances de desequilíbrios ocorridos em diferentes tempos históricos, advindos de situações traumáticas que envolveram a população, afetando o funcionamento social de maneira traumática.

Historicamente, a partir de 1940, apareceram as neuroses de caráter e personalidades narcísicas em decorrência do pós-guerra, afetando mais as pessoas do convívio do que os próprios afetados. Nos anos 50 a ansiedade e a depressão se consolidam como neuroses narcísicas ligadas a uma inadequação e um vazio existencial. Nos anos 1980 surgem os pacientes limítrofes com as suas dificuldades em aceitar o laço com o outro caracterizado por humor, comportamentos e relacionamentos instáveis (DUNKER, 2015, *apud* FRANKLIN, 2019).

Conforme Franklin (2019) a maneira como a sociedade contemporânea lida com os sentimentos ligados ao sofrimento humano está atrelada a frequência e a forma com que esses



assuntos são discutidos socialmente. A participação de novas tecnologias no cotidiano tem provocado efeitos de cobrança social e atuam como um acelerador de sintomas, acontecendo com a pressão social e com uma cobrança virtual (Franklin, 2019).

O mal-estar advindo da cultura do cancelamento social é uma mistura de características de vulnerabilidade psicológica que segue evoluindo junto com a sociedade e as demandas da contemporaneidade. Através do cancelamento social pode acontecer o impedimento de agir de maneira livre e afetar a saúde mental dos indivíduos, gerando dissonância cognitiva. Festinger (1957, *apud* RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKY, 2005) discorre que o homem procura um estado de harmonia nas suas cognições e quando os elementos cognitivos relevantes estão em harmonia se desenvolve uma relação consonante.

Ainda conforme Festinger (1957, *apud* RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKY, 2005) quando ocorre uma discordância entre os elementos e a pessoa opta por escolher o elemento contrário a sua predileção, ocorre a dissonância cognitiva entre os elementos discordantes.

Quando se vê na obrigação de estar encaixado no sistema social vigente, isto gera um enorme gasto de energia e os indivíduos ficam em tensão quando são chamados a dar alguma opinião sobre o assunto que o grupo está discutindo, o que acaba interferindo em sua vivência. A dissonância cognitiva pode estar concernente ao modo do indivíduo aprender e se relacionar com as atividades desempenhadas no mundo à sua maneira e o jeito com que ele se vê direcionado pelo grupo a atuar, discordante de seu modo de pensar.

As opiniões quando são enviesadas por pensamentos discordantes, geram dissonâncias nos costumes e nas ideias. Ocasiona ansiedade por querer participar e estar no padrão desejado, ou a depressão por não se enquadrar no padrão ideológico esperado pelo grupo. Dessa forma, cria-se tensões nas vivências individuais e grupais.

7 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi de natureza descritiva exploratória utilizando-se como procedimentos técnicos a revisão de literatura e o levantamento de dados.

Referente à revisão da literatura, pesquisou-se os últimos dez anos sobre o tema discutido. Optou-se pela busca por artigos, textos e materiais acadêmicos publicados a respeito do cancelamento social e dinâmicas de grupos sociais onde se evidenciem a exclusão de indivíduos por discordância de ideologias. Priorizou-se o contexto virtual onde se dialoga com maior frequência a temática do cancelamento social.



Na segunda etapa da pesquisa, para compreender melhor o pensamento da sociedade atual à respeito do cancelamento social e como essa cultura pode interferir na saúde mental dos indivíduos, utilizou-se como procedimento técnico o levantamento de dados por amostragem feito por meio de um questionário divulgado na internet. O referido questionário encontra-se na seção apêndice deste artigo e foi composto por 27 perguntas, autoaplicável e distribuído para amostras aleatórias da população, sujeita à pesquisa. Os critérios de inclusão foram idade superior a 18 anos, ser alfabetizado e ser residente em território brasileiro.

O questionário foi estruturado em cinco seções na plataforma *Google Forms*, sendo na primeira, apresentada ao participante, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A segunda seção apresentou o questionário sociodemográfico composto por 4 perguntas relativas à faixa etária, escolaridade, cor e orientação sexual. Na terceira seção, composta por 10 perguntas, buscou-se investigar o nível de entendimento do participante à respeito do cancelamento social. A quarta seção, composta por 6 perguntas, interrogou-se sobre a prática do cancelamento social aplicada na vivência do indivíduo. A quinta e última seção, composta de 6 perguntas, averiguou-se sobre as interferências na saúde mental dos indivíduos em relação ao cancelamento social na contemporaneidade.

Foi assegurado que a identidade dos participantes seguiria de forma anônima em todos os momentos da pesquisa. O questionário ficou disponível de maneira online no período de 50 dias.

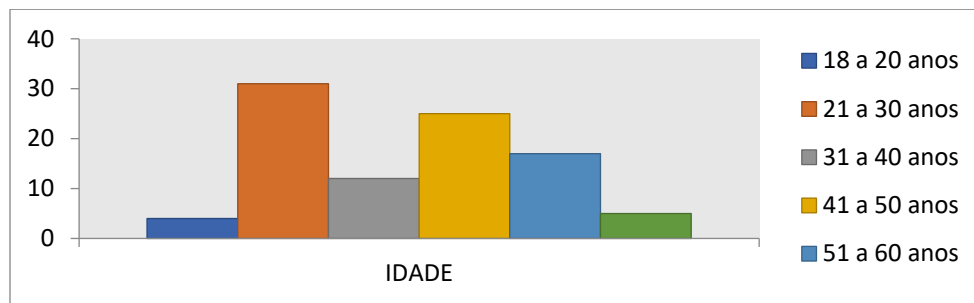
8 RESULTADOS

A pesquisa de levantamento foi respondida por 163 indivíduos.

A Figura 1 demonstra a idade dos participantes, na qual pode-se observar que 31% das respostas foram na faixa etária entre 21 a 30 anos, seguidos de 25% com 41 a 50 anos, 14,7% entre 51 a 60 anos, 12,2% entre 31 a 40 anos, 5,1% com 61 ou mais anos e 4,5% com idades entre 18 a 20 anos.



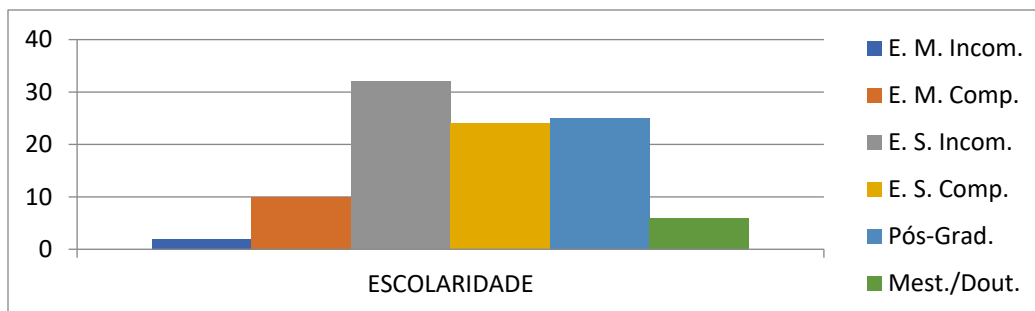
Figura 1. Idade dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora 2021

Conforme a Figura 2, a maioria dos participantes possui nível superior incompleto compondo 32,7%. Já 25,6% possui pós-graduação, 23,7% possui ensino superior completo, 10,3% possui ensino médio completo, 5,8% possui mestrado e/ou doutorado, e 1,9% possui ensino médio incompleto.

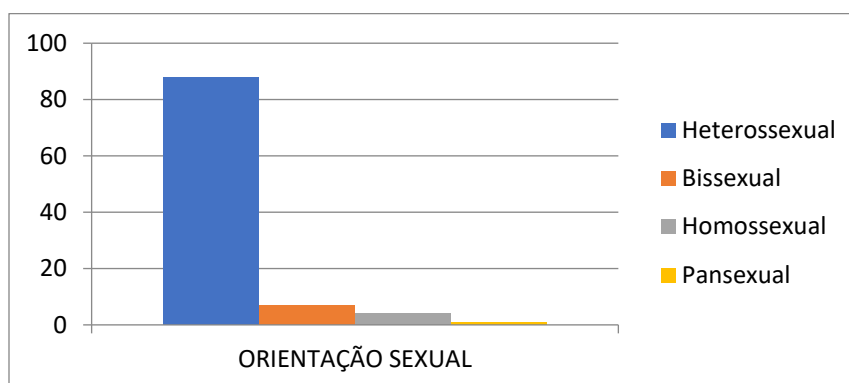
Figura 2. Escolaridade dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora 2021

A Figura 3 mostra sobre a orientação sexual dos participantes. A maioria dos respondentes (87,8%) se declarou heterossexual, seguidos de 7,1% bissexual, 3,8% homossexual e 1,3% pansexual.

Figura 3. Orientação sexual dos participantes

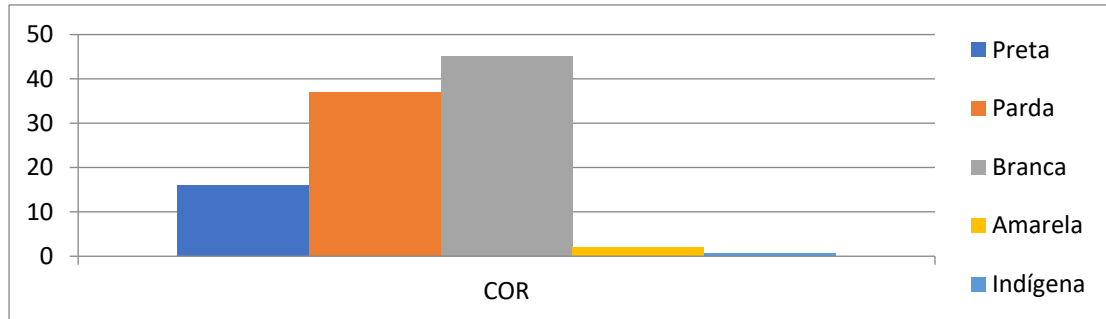


Fonte: Elaborado pela autora 2021



A Figura 4 mostra a cor declarada pelos participantes, 44,9% se declararam brancos, seguidos de 37,2% parda, 15,4% preta, 1,9% amarela e 0,6% indígena.

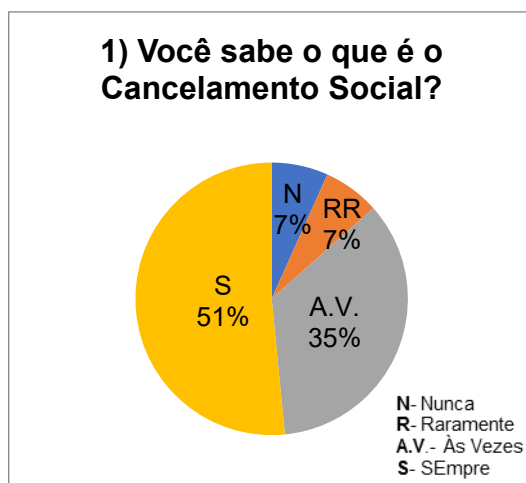
Figura 4. Cor declarada



Fonte: Elaborado pela autora 2021

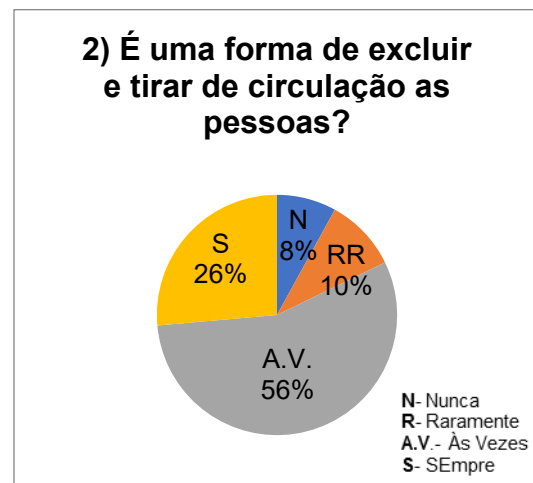
A Figura 5 demonstra o entendimento dos participantes à respeito do cancelamento social, 51,5% sempre sabem o que é o cancelamento social, 35% às vezes sabem, 6,7% raramente e 6,7% nunca. Na Figura 6 demonstra as respostas sobre o cancelamento ser uma forma de excluir, 8% acredita que nunca, 9,8% raramente, 55,8% às vezes e 26,4% sempre.

Figura 5. Nível de entendimento



Fonte: Elaborado pela autora 2021

Figura 6. Exclusão

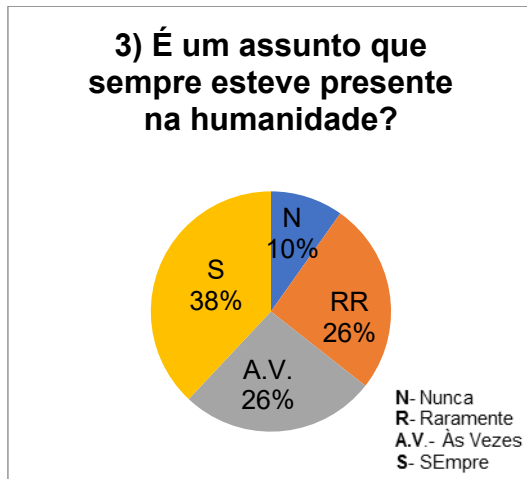


Fonte: Elaborado pela autora 2021

Na Figura 7 demonstra a pergunta sobre o cancelamento sempre estar presente na humanidade, 38% acha que sempre, 26,4% às vezes, 25,8% raramente e 9,8% nunca. Na Figura 8 demonstra as respostas sobre o cancelamento ser igual ou semelhante ao linchamento em praça pública, 12,9% acredita que nunca, 9,8% raramente, 44,2% às vezes e 33,1% sempre.

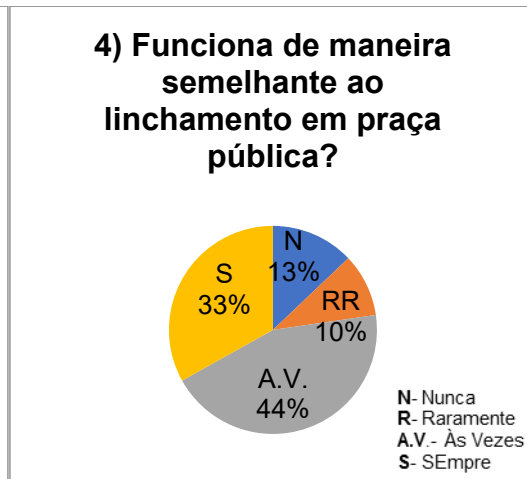


Figura 7. Assunto presente



Elaborado pela autora 2021

Figura 8. semelhança ao linchamento

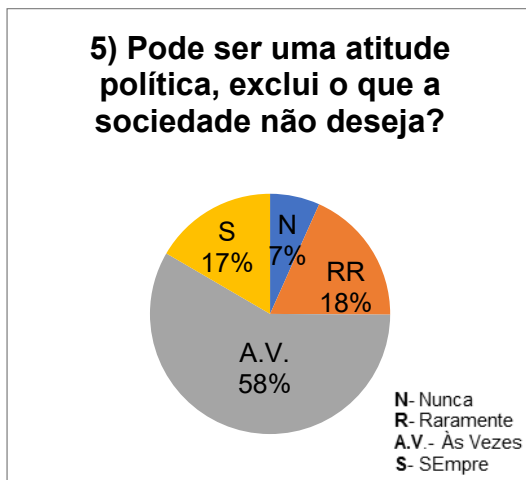


Fonte:

Fonte: Elaborado pela autora 2021

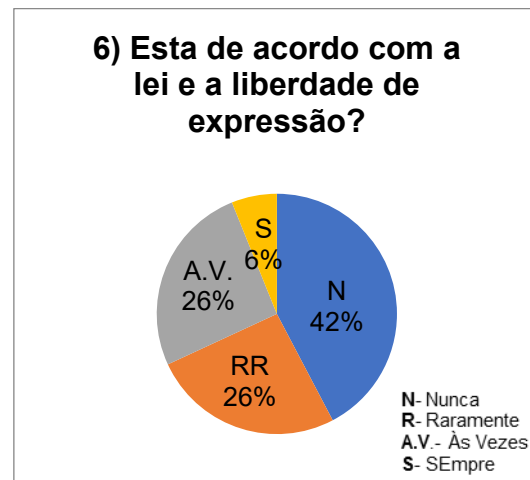
A Figura 9 mostra a resposta dos participantes à respeito do cancelamento social ser uma atitude política, 16,6% acham que sempre, 58,3% às vezes, 18,4% raramente e 6,7% nunca. Na Figura 10 demonstra as respostas sobre o cancelamento estar de acordo com a lei e liberdade de expressão, 42,3% acredita que nunca, 25,8% raramente, 26% às vezes e 6,1% sempre.

Figura 9. Atitude política



Fonte: Elaborado pela autora 2021

Figura 10. Lei e liberdade de expressão

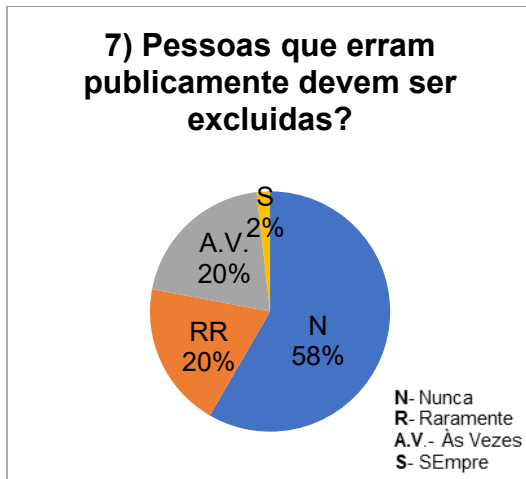


Fonte: Elaborado pela autora 2021

A Figura 11 demonstra as respostas sobre a necessidade da exclusão relativa às pessoas que erram, 1,8% acham que sempre devem ser excluídas, 20,2% às vezes, 19,6% raramente e 58,3% nunca. Na Figura 12 demonstra as respostas sobre o cancelamento impedir as pessoas de se posicionarem, 10,4% acredita que nunca, 31,3% raramente, 20,9% às vezes e 6,7% sempre.

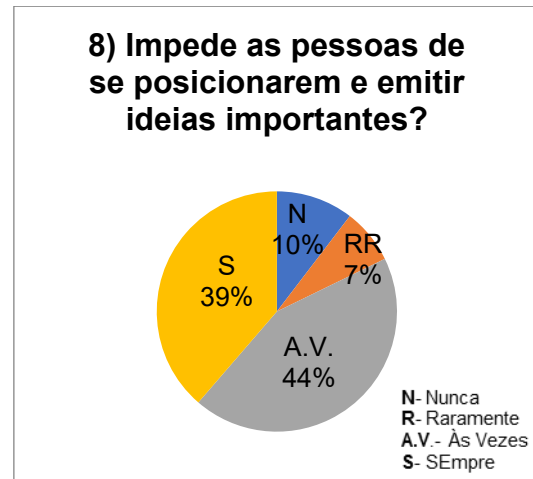


Figura 11. Exclusão



Fonte: Elaborado pela autora 2021

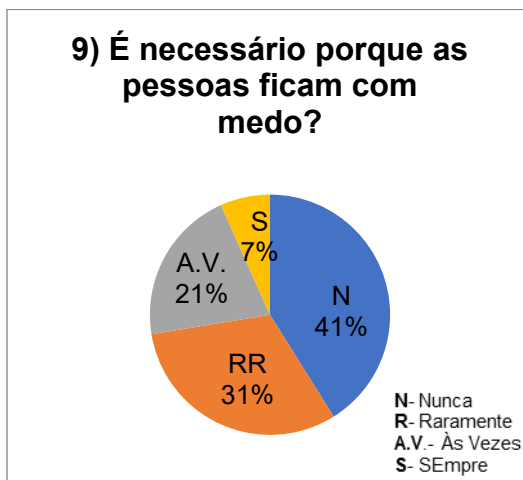
Figura 12. Impedimento



Fonte: Elaborado pela autora 2021

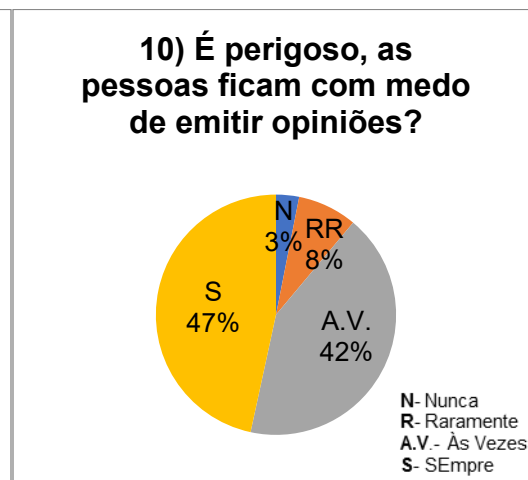
A Figura 13 demonstra se os participantes acham o cancelamento social necessário à sociedade, 6,7% acham que sempre, 20,9% às vezes, 31,3% raramente e 41,1% nunca. Na Figura 14 mostra as respostas sobre o cancelamento ser perigoso porque deixa as pessoas com medo, 3,1% acredita que nunca, 8% raramente, 42,3% às vezes e 46,6% sempre.

Figura 13. Necessidade



Fonte: Elaborado pela autora 2021

Figura 14. Periculosidade

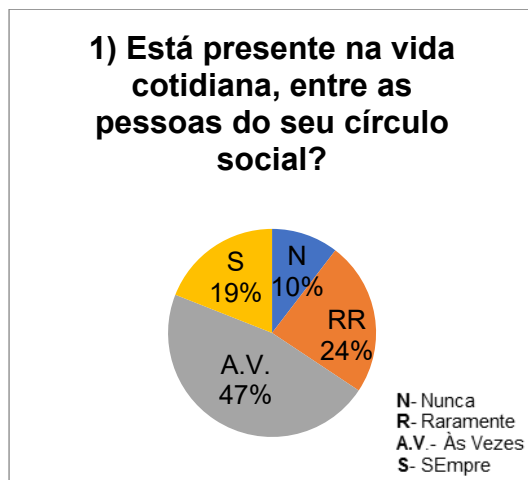


Fonte: Elaborado pela autora 2021

A Figura 15 mostra se os participantes acham que o cancelamento social esta presente em sua vida cotidiana, 19% acham que sempre, 46,6% às vezes, 23,9% raramente e 10,4% nunca. Na Figura 16 demonstra as respostas sobre as pessoas já terem excluído alguém de seu convívio, 33,1% acredita que nunca, 22,7% raramente, 35,6% às vezes e 33,1% sempre.

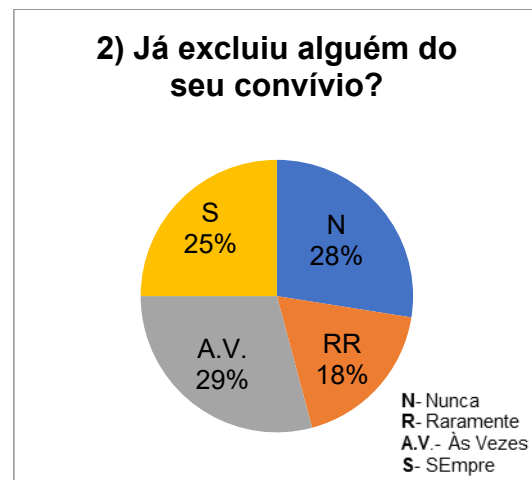


Figura 15. Está presente



Fonte: Elaborado pela autora 2021

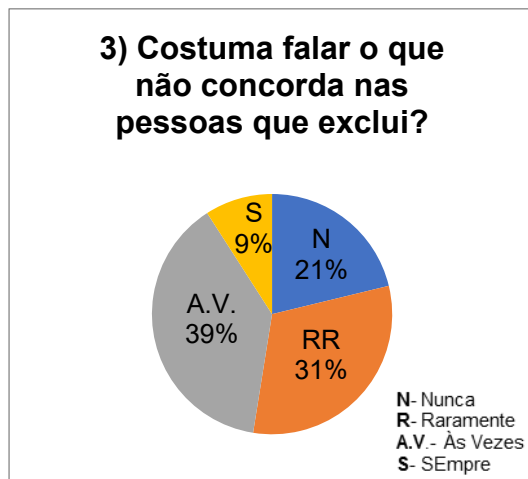
Figura 16. Exclusão no convívio



Fonte: Elaborado pela autora 2021

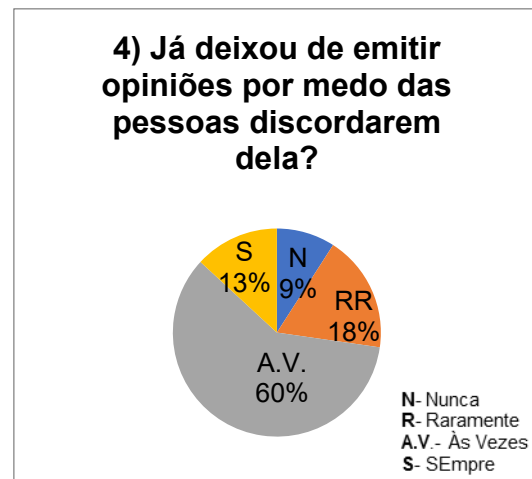
A Figura 17 mostra a resposta dos participantes sobre o costume de falar mal das pessoas que exclui, 9,2% respondem que sempre, 38% às vezes, 31,3% raramente e 21,5% nunca. Na Figura 18 demonstra as respostas sobre deixar de emitir opiniões por medo ser canceladas, 9,2% respondem que nunca, 18,4% raramente, 59,5% às vezes e 12,9% sempre.

Figura 17. Fala o que não concorda



Fonte: Elaborado pela autora 2021

Figura 18. Deixa de emitir opinião

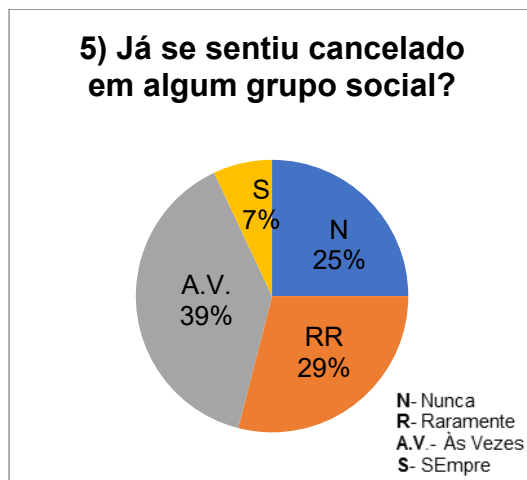


Fonte: Elaborado pela autora 2021

A Figura 19 mostra a resposta dos participantes sobre já se sentirem cancelados, 7,4% respondem que sempre, 38,7% às vezes, 28,8% raramente e 25,2% nunca. Na Figura 20 demonstra as respostas sobre já ter cancelado alguém na mídia, 25,8% respondem que nunca, 19,6% raramente, 42,9% às vezes e 11,7% sempre.

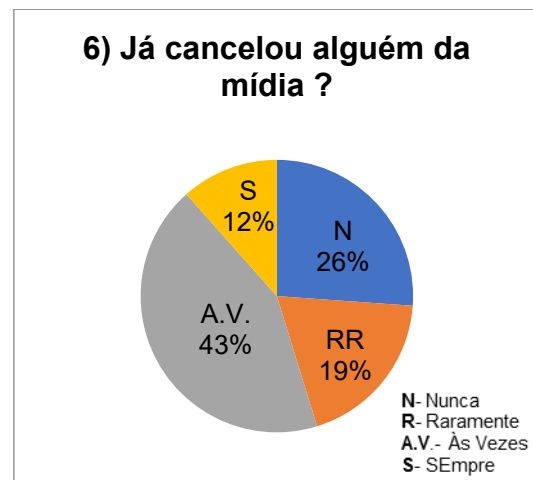


Figura 19. Já foi cancelado



Fonte: Elaborado pela autora 2021

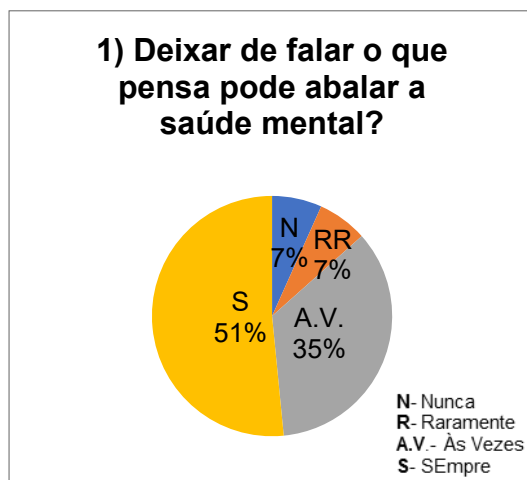
Figura 20. Já cancelou



Fonte: Elaborado pela autora 2021

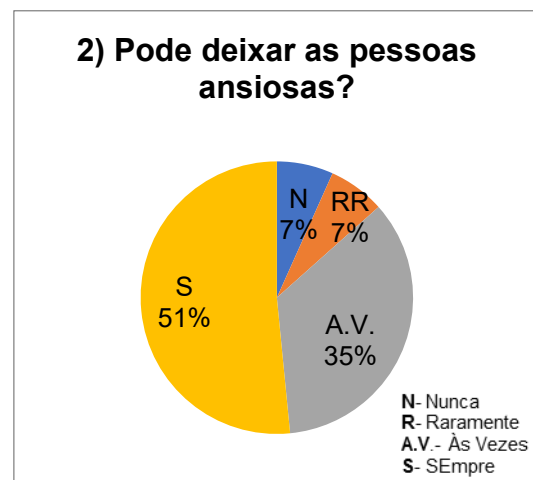
A Figura 21 mostra se os participantes acham que deixar de falar o que pensa abalar a saúde mental, 52,8% responderam que sempre, 36,2% às vezes, 7,4% raramente e 3,7% nunca. Na Figura 22 mostra se as pessoas acreditam que o cancelamento social pode deixar as pessoas ansiosas, 0,6% respondem que nunca, 5,5% raramente, 49,1% às vezes e 44,8% sempre.

Figura 21. abala a saúde mental



Fonte: Elaborado pela autora 2021

Figura 22. Ansiedade

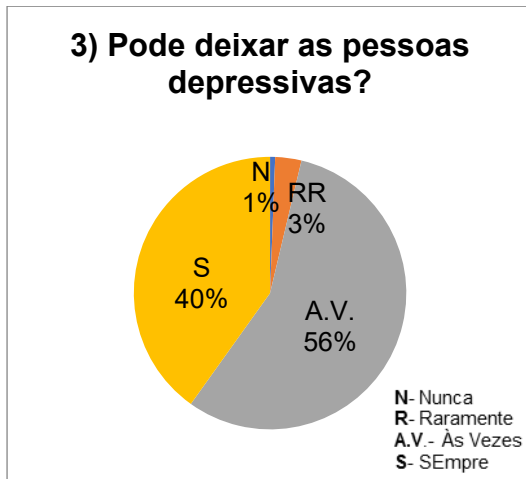


Fonte: Elaborado pela autora 2021

A Figura 23 mostra se os participantes acham que o cancelamento social pode deixar as pessoas depressivas, 39,9% responderam que sempre, 56,4% às vezes, 3,1% raramente e 0,6% nunca. Na Figura 24 mostra se as pessoas acreditam que o acompanhamento psicológico é importante para quem sofre o cancelamento social, 1,2% respondem que nunca, 7,4% raramente, 28,2% às vezes e 63,2% sempre.

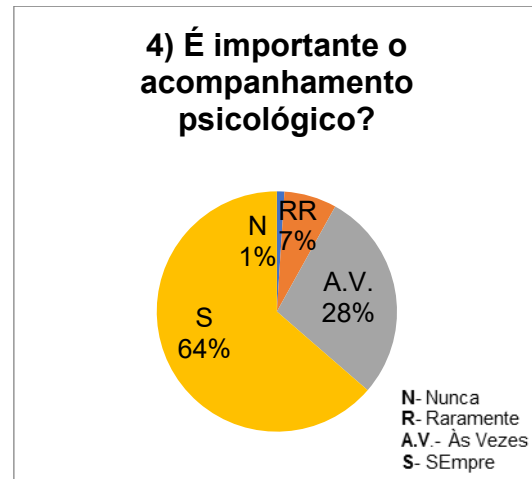


Figura 23. Depressão



Fonte: Elaborado pela autora 2021

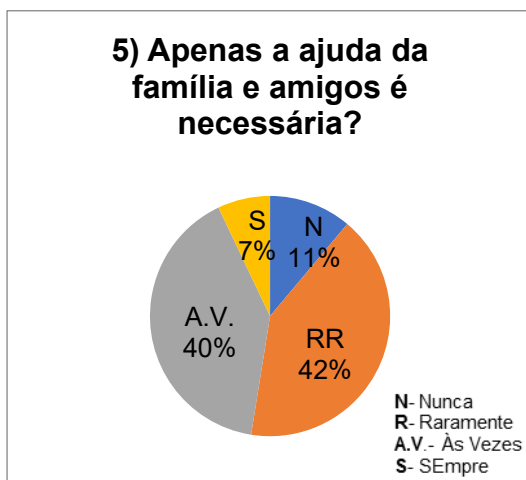
Figura 24. Acompanhamento psicológico



Fonte: Elaborado pela autora 2021

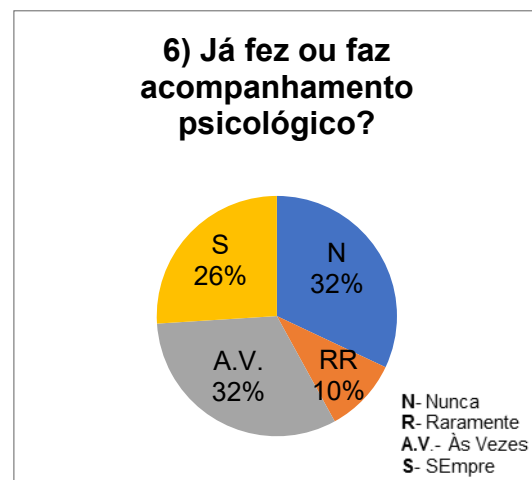
A Figura 25 mostra se os participantes acham que apenas a ajuda da família e amigos é necessária, 7,4% responderam que sempre, 40,5% às vezes, 41,1% raramente e 11% nunca. Na Figura 26 mostra as respostas sobre quem já fez ou faz acompanhamento psicológico, 31,9% respondem que nunca, 9,8% raramente, 31,9% às vezes e 26,4% sempre.

Figura 25. Ajuda não profissional



Fonte: Elaborado pela autora 2021

Figura 26. Ajuda profissional



Fonte: Elaborado pela autora 2021

9 DISCUSSÃO

Para iniciar a discussão é importante salientar que a maioria das pessoas que respondeu ao questionário possui titulação acadêmica ou está cursando o ensino superior, seguido a esse dado 44,9% se consideram brancos e 87,8% se declaram heterossexuais. A maioria psicológica se faz do grupo que dispõe de estruturas, de um status e de direitos que lhes permitem se autodeterminar dentro do plano de seu destino na coletividade. A minoria psicológica tem o seu



destino dependente da boa vontade, e vive à mercê do outro grupo dominante, não possui direitos completos ou status inteiro, ficam impedidos de opinar ou de se orientar em relação ao seu próprio devir (MAILHIOT, 2013).

A cultura do cancelamento social fala sobre exclusão de muitas minorias psicológicas, e neste caso os dados sociodemográficos podem enviesar as respostas dos participantes para padrões de maioria sugerida, que supostamente pode sofrer menos preconceito social. Nilan (1985, *apud* SOUZA, 2006) sugere que as performances acadêmicas variam conforme as diferentes classes sociais. As questões de classe e gênero são de fundamental importância ao funcionamento do sistema escolar, principalmente no que diz respeito às exigências de consumir e produzir textos que expressem formas específicas de conhecimentos intelectuais, que expressem assim o seu capital cultural.

A maneira que a cultura do cancelamento social é entendida e vivida pode diferir conforme o contexto social, aquisitivo, educacional, de gênero, de orientação sexual e de cor que o sujeito se encontra.

A maioria das pessoas que respondeu ao questionário (51%) alega sempre saber o que é a cultura do cancelamento social, mas apenas 26,9% a categorizam como sempre ser uma forma de excluir, demonstrando a falta de entendimento sobre a cultura do cancelamento social. Com tais respostas, verifica-se que a maior parte das pessoas tem o costume de falar mal dos sujeitos que excluem, funcionando um alerta sobre as atitudes da pessoa que foi excluída, propagando o comportamento de banimento entre os pares como uma forma socializadora.

Quando perguntado se a pessoa já excluiu alguém do seu convívio, 44,2% responderam que às vezes ou sempre excluem pessoas de seu círculo social. Para o cancelamento de pessoas da mídia como artistas, celebridades, jornalistas e outras pessoas que usam a imagem como forma de trabalho, 54,6% afirmam que sempre ou às vezes cancelam pessoas famosas.

As pessoas que respondem sobre cancelar personalidades ou cancelar atitudes fictícias se expressam de maneira mais livre com respostas de maiores índices afirmativos. Quando perguntas semelhantes são aplicadas à respeito do círculo social dos indivíduos, as respostas afirmativas diminuem drasticamente, talvez por se acharem sós em suas concepções.

Apesar de o cancelamento social aparecer na pesquisa como uma prática comum tanto no círculo íntimo das pessoas (44,2%) como virtualmente (54,6%), a maior parte das respostas indica que o cancelamento social é uma prática que não está de acordo com a lei (42,3%), apontando uma incoerência entre o saber-se ilegal e mesmo assim o praticar. Neste ponto da



pesquisa consegue-se observar ambiguidade nas respostas relativas à prática do cancelamento social e a consciência de sua necessidade, apontando novamente para a dificuldade que as pessoas possuem em compreender a dinâmica do cancelamento social, apesar de usá-la com frequência.

Novamente a pesquisa aponta que a maior parte das pessoas (88,9%) sabe da periculosidade da prática do cancelamento social e somente 6,1% acredita que ela é uma prática que funciona de acordo com a lei e a liberdade de expressão. Observa-se que o fato do cancelamento social estar relacionado a uma cultura jovem faz com que as respondentes tenham dificuldade em compreender a sua dinâmica. Algumas pessoas não conseguem identificar o que é o cancelamento social e observá-lo presente na história da humanidade como uma forma de impedir as pessoas de se posicionarem.

Sobre o cancelamento social impedir as pessoas de se posicionarem e emitir opiniões 72,4% das pessoas responderam que já deixaram de emitir opinião sempre ou às vezes por medo do cancelamento social e 82,3% das pessoas acreditam que às vezes ou sempre o medo do cancelamento social impede as pessoas de se posicionarem, demonstrando concordância entre estas variáveis, o que corrobora a hipótese de que o cancelamento social atua diretamente na liberdade de expressão dos indivíduos.

Nas perguntas relativas à saúde mental dos indivíduos, a maior parte das respostas (54,5%) acredita que deixar de falar o que pensa pode abalar a saúde mental dos indivíduos e acreditam que as pessoas podem ficar ansiosas (93,9%) ou depressivas (96,3%) pelo medo da exclusão e do banimento que ocorre no cancelamento social. Conforme as respostas obtidas, a comparação do sofrimento em decorrência de outros sofrimentos que possivelmente a sociedade vivencia pode ser um fator de ilegitimidade do sofrimento causado pela exclusão social decorrente do cancelamento quando observado no outro.

A dificuldade de interação entre os indivíduos nos espaços sociais ultrapassa a barreira do tangível e o ambiente virtual se confunde com o ambiente material, onde se encontra o indivíduo materializado, portando as suas vulnerabilidades.

A maioria (58,3%) das pessoas que respondeu a esta pesquisa busca ajuda profissional para lidar com as suas dificuldades emocionais sempre ou às vezes, apontando um bom índice referente a conscientização sobre a importância da terapia na vivência dos indivíduos.



10 CONCLUSÕES

A maior parte das pessoas que respondeu ao questionário possui dificuldade em compreender a prática do cancelamento social. Ainda é necessário mais estudos para aprofundar-se nesta dinâmica que está cada vez mais estruturada na sociedade, causando mal-estar na contemporaneidade.

O cancelamento social pode atuar de maneira direta na vivência dos indivíduos causando mal-estar psicológico e disfunções nas formas singulares de vivência e na totalidade do grupo. Essa prática não funciona como uma variável educadora para a sociedade, ele opera com o temor da possibilidade de exclusão. Com isso podem ser banidas ideias engendradas em culturas particulares, havendo a invalidação de aspectos importantes para o contexto cultural da sociedade. O banimento tanto na esfera física como na esfera virtual pode ser muito nocivo à saúde mental dos sujeitos.

Por causa da dinâmica do cancelamento social os indivíduos modificam os seus comportamentos para evitar a exclusão e deixam de emitir opiniões importantes e relevantes para a formação do senso crítico na sociedade contemporânea. Não acontecem modificações fundamentais para a evolução da sociedade, se configurando em atitude antidemocrática.

Quando acontece o cancelamento de uma atitude ofensiva que exprime algum crime, o cancelamento se torna necessário para expor pessoas que infringem à lei da boa convivência e do respeito ao espaço do outro. Auxilia no bom desenvolvimento social e empodera as pessoas que não tem ou não podem ter voz ativa para reclamar os seus direitos.

O cancelamento de origem fútil busca apenas oprimir convicções que divergem do grupo majoritário. Este cancelamento deixa de ser um ato político e passa a ser uma atitude ilegítima, que interfere no direito constitucional do outro, passando a causar preocupação para o desenvolvimento da sociedade. As ideias importantes devem ser debatidas para que a sociedade possa seguir evoluindo e a noção do cancelamento também deve ser esclarecida nesse âmbito. As ideias que não são aceitas pela sociedade devem ser canceladas para que não se perpetuem, mas as pessoas que as divulgam devem ser elucidadas para que não mais propaguem o que é desnecessário à sociedade.

Não se deve pensar em cancelar as pessoas com discursos de ódio e propagação de exclusão, devem-se cancelar as ideias que ferem os direitos humanos e constitucionais dos sujeitos. Conforme aponta Bauman (2001), é natural se esperar que os apóstolos rejeitados das boas notícias possam recorrer à força sempre que puderem, para quebrar a resistência e compelir



os opositores a seguir o caminho que eles apresentam, tentando transmitir a verdade de maneira atraente.

É importante buscar formas que elucidem as pessoas sobre a nocividade da prática do cancelamento social e as suas consequências. Muitas pessoas ainda não percebem a sua ilegitimidade e o contexto político que a envolve. Com este trabalho, afirma-se a necessidade da compreensão sobre esta prática, afim de construir estratégias para que o mal-estar advindo desta cultura não continue acometendo a sociedade contemporânea de forma nociva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana. COIMBRA, Michele. Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. *contemporanea | comunicação e cultura*. V.13 n.º.01 Maio-Ago 2015, p. 294-310 Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Documents/profissional%20insta/cancelamento/expressoes%20odio%20%23estupro.pdf> Acesso em 12 mai. 2021

ARAUJO, Maria das Graças. Considerações sobre o narcisismo. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 34, p. 79-82, dez 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000200011&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 2 out. 2021.

BARBOSA, Otávio Luís SPECIMILLE, Patrícia A internet nunca esquece. *Revista PET Economia Ufes*. Vol. 2. dezembro, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/33803> Acesso em 11 mai. 2021

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BRASILEIRO, Felipe Sá; AZEVEDO, Jade Vilar de. Novas práticas de linchamento virtual: Fachadas erradas e cancelamento de pessoas na cultura digital. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. v. 19, n. 34, p. 80-91, 2020, Brasil. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1654> Acesso em 02 fev 2021.

CHIARI, Breno da Silva; LOPES, Guilherme Araújo; SANTOS, Hiram Godoi; BRAZ, João Pedro Gindro. A cultura do cancelamento, seus efeitos sociais negativos e injustiças. *ETIC - Encontro de Iniciação Científica*. v. 16, n. 16, 2020. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8763> Acesso em 02 fev. 2021.

FRANKLIN, C. F. M. TRANSTORNOS MENTAIS NAS REDES SOCIAIS: Da invisibilidade à superexposição. *Rev. Episteme Transversalis*. v.10, n.1, p.141-162. Volta Redonda-RJ., 2019. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/1296> Acesso em 15 set. 2021.

HOESCHER, Laura Zorzo. **As variáveis preditoras da cultura do cancelamento nas redes sociais**. RS, 2020. Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda). Curso de



Publicidade e Propaganda. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2020. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1963> Acesso em 25 jun 2021.

MAIHIOT, Gerald Bernard *Dinâmica e Gênese dos Grupos: atualidade das descobertas de Kurt Lewin*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PEREIRA, Cicero Roberto, SOUZA, Luana Elayne Cunha de. Fatores Legitimadores da Discriminação: Uma Revisão Teórica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Abr-Jun 2016, Vol. 32 n. 2, pp. 1-10. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17997/17865> Acesso em 17 mai. 2021.

REINO, Luiz Moreno Guimarães; ENDO, Paulo Cesar. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200004&lng=pt&nrm=iso Acesso em 30 set. 2021.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maia Leal; JABLONSKY, Bernardo. **Psicologia Social**, 23º ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, Francisco Coelho dos; CYPRIANO, Cristina Petersen. Redes sociais, redes de sociabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.29 n°.85, p. 63-78 São Paulo Junho 2014 disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9092014000200005&script=sci_arttext&lng=pt Acesso: em 03 fev. 2021

SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2º ed. Petrópolis: editora Vozes, 2001.

SILVA, Alessandro Ferreira da. Cultura do cancelamento: Cancelar para mudar? Eis a questão. **RAIN**, Vol. 1, Nº1, Enero 2021. Disponível em: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/rain/article/view/4862/5138> Acesso em 12 mai. 2021.

SOUZA, É. R. Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar. **Cadernos Pagu** [online]. 2006, n. 26, pp. 169-199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yGN8vry4C7zrrGzWMhvMJNx/?lang=pt#> Acesso em 9 set. 2021.

VILCHEZ, Isabella Vieira; COELHO, Claudio Novaes Pinto. CANCELADOS: a cultura do cancelamento na sociedade do espetáculo. Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1185-1.pdf> Acesso em 24 mai. 2021



CAPÍTULO 5

A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO AFETIVO NAS RELAÇÕES VIRTUAIS

Jassirene Costa da Silva

jassycosta351@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é um estudo exploratório sobre a construção do vínculo afetivo nas relações virtuais. Com o objetivo de investigar os fatores que levam ao nascimento de sentimentos nessa modalidade de relacionamento foi realizada uma pesquisa bibliográfica para embasar a pesquisa exploratória. Além disso, usou-se questionário para coletar dados e conhecer a opinião das pessoas que já vivenciaram este tipo de relação. Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes desenvolveram afeto e saíram do relacionamento virtual para o real. Com isso, conclui-se que, a modalidade virtual de relacionamento é um meio para as pessoas construírem vínculos amorosos.

PALAVRAS-CHAVE: Crenças. Parceiros. Namoro on-line. Relações virtuais. Vínculo Afetivo.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação de Psicologia e tem como objetivo compreender quais os fatores levam ao nascimento do afeto entre as pessoas no ambiente virtual. Nos últimos anos, é cada vez mais notório o aumento no número de pessoas que adotam essa modalidade de relacionamento (EXAME, 2013; FIDALGO, 2021). Além disso, há diversas histórias de casais que se conheceram por meio das redes sociais, desenvolveram afetos, apaixonaram-se e depois se casaram.

Um estudo realizado nos Estados Unidos pelo site *The Economist*, publicado no Brasil pela revista Exame, revela que mais de um terço dos casamentos tiveram origem por meio da internet. A pesquisa foi fundamentada por meio de consulta ao público representativo de 19.131 pessoas, que se casaram entre 2005 e 2012 (EXAME, 2013).

Fidalgo (2021), por meio da revista Vogue Gente do Brasil fez referência a este estudo, afirmando que os casais que se conhecem pela internet têm como objetivo ficarem juntos, conforme citação



Uma recente pesquisa realizada pela Universidade de Genebra, na Suíça, apontou que casais formados por aplicativos tinham mais intenções de morar junto, quando comparados aos que se conheceram em ambientes fora do mundo digital. (FIDALGO, 2021, p.1).

Com base em alguns estudos desenvolvidos por Assis, Serra, Goulart, Coreia, (2017); Silva, Takeuti, (2010); Dela Coleta, Dela Coleta, Guimarães, (2008), (2008), a existência de afeto nesse tipo de relação é entendida como real e verdadeira. Donnamaria e Terzis (2009), por exemplo, apontam que:

A formação de vínculos pode decorrer de uma identificação mútua por meio da troca de opiniões, ideias, tal como ocorre nos ambientes de discussão presenciais, embora não seja utilizado necessariamente com tal propósito, também da mesma forma como não nos dirigimos para os diversos ambientes de convívio presencial tendo em mente o propósito de encontrar um parceiro (p.7).

Dentro dessa perspectiva, é importante destacar que a finalidade deste estudo foi buscar compreender o comportamento que leva uma pessoa a desenvolver afeto nas relações *on-line*. A pesquisa teve como suporte teórico a abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Beck (2013, p. 22), à luz dessa teoria, afirma que, “em todas as formas de terapia cognitivo-comportamental derivadas do modelo de Beck, o tratamento está baseado em uma formulação cognitiva, as crenças e estratégias comportamentais”.

Dessa maneira, é possível inferir que os tipos de crenças que as pessoas têm de si mesmas, do mundo e das outras pessoas, vão interferir nos seus pensamentos, emoções e comportamentos. E esse conjunto vai influenciar nas percepções e ações dos indivíduos (BECK, 2003). No caso dos relacionamentos virtuais, não é diferente. Hipotetiza-se que algumas crenças podem estar relacionadas ao desenvolvimento do afeto nos relacionamentos virtuais.

No sentido de compreender o afeto desenvolvido na relação no contexto virtual, procura-se explicar o tipo de crença existente nesse fenômeno. Para tanto, será realizada uma pesquisa para levantar dados sobre as percepções e interpretações das pessoas que já estiveram e/ou estão envolvidas em relacionamentos virtuais.

Convém ressaltar que o objetivo desse estudo não é conhecer os fatores que levam os indivíduos a buscarem parceiros virtuais. A busca de parceiros no ambiente virtual tem algumas ferramentas na internet, entre elas vários sites, tais como par perfeito, bate papo UOL, Tinder etc. Estas ferramentas, que tem como objetivo fornecer um serviço e, ao mesmo tempo, construir um ambiente negocial de sucesso, precisam se debruçar sobre o porquê da busca de parceiros virtuais, se colocando como o liame a facilitar o relacionamento virtual, sempre considerando qual o objetivo individual do internauta. Por sua vez, este estudo procurou



descobrir os motivos que levam os indivíduos a, a partir de uma relação virtual, desenvolverem o afeto.

Questionar quais os motivos que levam duas pessoas a se envolverem afetivamente nos relacionamentos virtuais possibilita visualizar como o vínculo afetivo é construído em um relacionamento à distância com a utilização da ferramenta intermediária da tecnologia.

Com base na pesquisa e no questionário proposto, busca-se analisar quais são as crenças que levam as pessoas a buscarem parceiros nas redes sociais. Além disso é importante descobrir se há fatores que diferenciam o envolvimento virtual do físico (presencial). Por fim, um terceiro questionamento diz respeito à possibilidade de identificar se o relacionamento virtual atrapalha na qualidade da formação de vínculos afetivos construídos.

A justificativa para esse estudo se dá em razão da crescente busca de formação de relacionamento estabelecido na forma virtual (EXAME, 2013; FIDALGO, 2021). Assim, torna-se importante a compreensão das percepções dos participantes a respeito do nascimento do afeto nessa modalidade de relacionamento, a fim de dar um olhar psicológico para o fenômeno.

Com base na pesquisa exploratória, foi possível observar o grande número de pessoas que preferem esse tipo de modalidade de relacionamento. Para compreender esse fenômeno é necessário analisar o que dizem aqueles que já o vivenciaram. Dessa forma, por meio do estudo exploratório sobre a construção do vínculo afetivo no relacionamento virtual será possível identificar alguns pré-requisitos para que um dos parceiros queira contactar o outro.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou responder as seguintes perguntas, sobre o ponto de vista de pessoas que já passaram pela situação de vinculação afetiva amorosa, no modo virtual: Qual é a percepção delas? O que essa experiência trouxe para a vida afetiva delas? É possível amar alguém virtualmente? É saudável construir esse tipo de vínculo? Quais fatores contribuem para o nascimento desse vínculo? Quais crenças podem estar relacionadas ao nascimento do afeto em relacionamentos virtuais?

Para obter essas respostas, neste trabalho realizou-se uma coleta de dados, via questionário, tanto com indivíduos que já tiveram relacionamentos virtuais, quanto com aqueles que nunca tiveram esse tipo de experiência. O presente estudo é considerado inédito, visto não terem sido encontrados, na literatura psicológica, estudos que analisaram o afeto nas relações virtuais com base no arcabouço teórico da Terapia Cognitivo-Comportamental.



2. A ABORDAGEM DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL-TCC

A proposta do modelo Terapia cognitivo-Comportamental é voltada para soluções dos problemas atuais, modificações dos pensamentos e comportamentos disfuncionais (BECK, 1964). Deve-se destacar ainda que os pensamentos, as emoções e os comportamentos sofrem influências de como os indivíduos processam as informações dos eventos do cotidiano, suas interpretações.

Beck (1995) postula a existência de três estruturas mentais interligadas, responsáveis pela interpretação dos eventos diários. São elas: as crenças centrais, as crenças intermediárias e os pensamentos automáticos. Com base nesse pressuposto, as crenças centrais têm relação com a infância, em que traz como verdade absoluta e inquestionável seus entendimentos daquela época.

Além disso, Beck (1997) explica que as crenças nucleares podem ser categorizadas no âmbito do desamparo, desamor e desvalor. Sendo assim, desamor é quando uma pessoa expressa sempre pensamentos que as outras pessoas não se importam com ela. Já a crença de desamparo é expressada pela frustração do indivíduo por não conseguir ser ouvido, o que isso ocorre em situações interpessoais. Por assim, a crença de desvalor, a pessoa se enxerga sem valor humano, como se ninguém se importasse com ele.

Na mesma perspectiva de padrão, surge um novo conjunto de ideias que passam a constituir as chamadas crenças intermediárias. Elas vêm como se fossem regras que, quando aplicadas, evitam que a pessoa entre em contato com uma situação que na qual a crença central possa ficar evidente (BECK, 1997). Por exemplo: “se eu não consigo fazer isso, eu não sou boa o suficiente”. Diante disso, evita tentar com medo de fracassar.

No que se refere ao pensamento automático, eles surgem e desaparecem em questões de segundos, mas geram medos, angústias, ansiedade e são ativados pelas crenças centrais. Nesse sentido, não é a situação em si que determina o que a pessoa sente, mas como ela interpreta uma situação (BECK, 1964; ELLIS, 1962 apud Beck, 1997).

3. O CONCEITO DE VÍNCULO

De acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1986), a palavra vínculo vem do latim *vinculu*, e significa tudo que ata, liga ou aperta. Sendo assim, é possível dizer que há uma chance de as pessoas estarem sempre se relacionando ou vinculando com algo ou alguém (RICOTTA, 2002).



Dentro dessa perspectiva, um fator importante a se destacar é que durante toda a nossa existência ocorre o processo de vinculação em todos os ambientes e etapas da nossa vida, principalmente no que diz respeito as relações familiares, de amizades, profissionais e amorosas. Sendo assim,

As nossas relações são construídas diariamente de acordo com o empenho dado a esta, pelo interesse na convivência e no compartilhar experiências- significa que não necessariamente tenhamos que viver as mesmas coisas que o outro vive, e sim a troca que pode ocorrer através das vivenciais individuais. Podemos entender isso a partir de nossos sentimentos, quando percebemos a transformação dessa relação em algo mais definido, mais sólido, e até mais visível à medida que os sentimentos, a troca de afetos, os interesses, e a descoberta de afinidades tornam-se cada vez maiores entre duas pessoas, sendo possível a passagem para o que chamamos de vínculo. (RICOTTA, 2002, p. 17/18).

Pichon-Rivière (1982), no que se refere a teoria do vínculo, apontou que é uma relação particular, é algo diferente que inclui a conduta. Trata-se de ação no sentido fixo, que tem tendência a se repetir de forma automática, tanto na relação interna quanto na relação externa com o objeto (sujeito). A definição do vínculo externo está relacionada ao ponto de vista psicossocial. Já o vínculo interno está ligado a imagem do sujeito na compreensão do modo de ser, personalidade, caráter etc.

Tendo em vista a variedade de definição do vínculo, restringe-se aqui, o conceito de vínculo amor de Ricotta (2002), que o define como “a união pelo amor vivido por duas pessoas que se escolhem mutuamente, onde a vivência amorosa promove o desenvolvimento do afeto, da sexualidade, da amizade e da construção de projetos em comuns” (p.30).

4. MÉTODO

Tratar-se de um estudo exploratório inicial, visto não ter sido encontradas publicações científicas que relacionam as crenças individuais e o vínculo em relacionamentos amorosos virtuais, ou seja, o presente estudo busca dar uma visão inicial ao fenômeno do afeto nas relações virtuais, com base na Teoria Cognitivo- Comportamental, possibilitando que estudos futuros aprofundem essa análise.

A pesquisa exploratória é um procedimento metodológico muito usado para fazer trabalhos acadêmicos. Com ela, o estudante adquire “maior familiaridade com o problema e assim consegue construir as hipóteses. (GIL, 2002, p.41)

De acordo com Gil (2017), as pesquisas exploratórias são mais flexíveis na sua coleta de dados, no seu desenvolvimento e planejamento, pois tem a finalidade de analisar e compreender os fenômenos estudados.



4.1. Participantes

Participaram desta pesquisa pessoas maiores de idade (a partir de 18 anos), que já tiveram experiência com relacionamentos virtuais, bem como pessoas que não tiveram. Além disso, foram convidados a responder ao questionário de pesquisa indivíduos com formação escolar em todos os. Essas pessoas foram acessadas por meio de redes sociais, por grupos de *WhatsApp*, *Facebook* ou usuários do *Instagram*. Dentro desse contexto, foram coletados dados, a fim de entender-se melhor as variáveis que mais colaboram para o nascimento do afeto nas relações virtuais.

4.2. Instrumento

Foram elaborados dois modelos de questionários de pesquisa, um direcionado a pessoas que já tiveram relacionamentos virtuais (Instrumento 1), outro, direcionado àquelas que não tivera (Instrumento 2). A primeira parte de ambos os questionários era formada por seis perguntas sociodemográficas. A segunda parte do Instrumento 1 era composta por 11 perguntas sobre a experiência das pessoas no relacionamento virtual. Já o Instrumento 2, era composto por 3 perguntas sobre a opinião dos respondentes em relação aos relacionamentos virtuais.

Os instrumentos foram montados pelo Formulário Google e o link foi divulgado por redes sociais. A primeira parte do questionário (questões sociodemográficas) era finalizada com o respondente indicando se já havia experienciado ou não, um relacionamento virtual. A partir desta resposta, ele era direcionado ao Instrumento I ou II. O questionário foi aplicado no período de 6 a 20 de agosto de 2021. Os Instrumentos de pesquisa estão disponíveis no Anexo 1.

4.2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados os resultados e discussão dos dados obtidos com a pesquisa, devidamente organizado de acordo com a aplicação do Instrumento I e II.

4.2.1 Dados Sociodemográficos

No que se refere aos dados sociodemográficos das primeiras 6 (seis) perguntas do questionário, os entrevistados responderam em conjunto. Sendo assim, esses dados serão, também, analisados em conjunto. A partir dos dados obtidos pelas perguntas sociodemográficas (seis primeiras perguntas do questionário) é possível caracterizar e mapear os entrevistados com relação à faixa etária, a orientação sexual, o estado civil, o nível de escolaridade e a cor.

Com relação à idade, a maioria dos participantes da entrevista tem idade entre 40 e 49 anos, ou seja, um público correspondente a 32,9% dos respondentes. Em segundo lugar, com a



estatística de 29,5% veio o grupo da idade entre 30 e 39 anos. Posteriormente, 21,9% dos participantes tinham idade entre 18 e 29 anos. É oportuno frisar que apenas 13% dos entrevistados tinham idade entre 50 a 59. A partir desses dados, fica demonstrado que pessoas com idade entre 40 a 49 são os que mais tem experiências com relacionamento virtual.

No que diz respeito a orientação sexual, 94,5% dos participantes afirmaram que são heterossexuais. Em seguida, 4,1% responderam que eram bissexuais e 1,4% se declaram homossexuais. No tocante ao estado civil, 37% dos entrevistados eram solteiros, 28,8% casados, 14,4% divorciados e 8,9% vivem em união estável.

A partir dos dados analisados percebe-se que o nível de escolaridade entre os respondentes do questionário em maioria se dá em nível de pós-graduação completa (32,2%). A seguir vem 24,7% com ensino superior incompleto; logo após, com 17,1%, estão os que possuem ensino superior completo e com 13,7% são os respondentes com ensino médio completo. No que se refere a cor, 45,2% responderam que são pardos; em seguida, com 42,5%, confirmaram que são brancos e 11% confirmaram que são da cor preta.

Conforme evidenciado anteriormente, este estudo teve como foco dois grupos de pessoas: as que já tiveram relacionamento virtual e as que nunca tiveram. Os dados estão demonstrados na figura abaixo.

Figura 1. Porcentagens de respondentes que tiveram e não tiveram relacionamentos virtuais



Sendo assim, dos 146 respondentes, 69 pessoas (47,3% da amostra) responderam que já tiveram relacionamento virtual (Instrumento I). Os demais 77 respondentes indicaram que nunca tiveram relacionamento virtual. Esse número corresponde a 52,7% dos respondentes (Instrumento II).

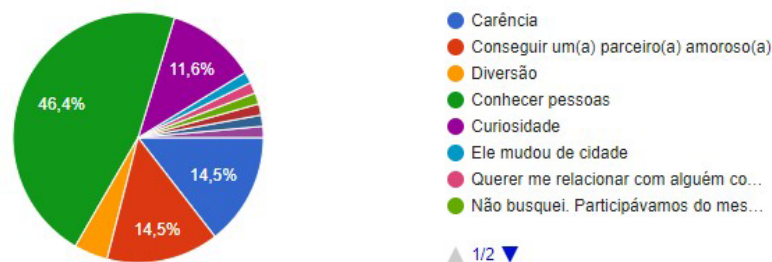


4.2.2. Resultados do Instrumento I

A seguir são demonstrados os dados alcançados a partir da análise do Instrumento I, ou seja, referente aos respondentes que apontaram já terem se envolvido em relacionamentos virtuais. A figura dois aborda as principais motivações para buscarem parceiros virtuais.

Figura 2. Distribuição dos motivos dados pelos participantes, na busca por relacionamentos virtuais.

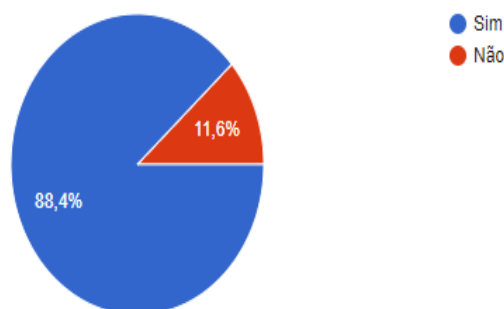
7- Quais fatores levaram a buscar um(a) parceiro(a) virtualmente?
69 respostas



Com relação aos fatores que levaram os entrevistados a buscarem um relacionamento virtual, a maioria, 46,4 % responderam que a finalidade era “conhecer pessoas”, seguido por 14,5% que tinha como objetivo “conseguir um(a) parceiro(a) amoroso(a)”. Repetindo a porcentagem, 14,5% apontaram que a motivação das suas buscas era “carência”. Por fim, 11,6% afirmaram que era por curiosidade. A partir dos dados analisados é possível afirmar que o fator que mais leva as pessoas a buscarem por relacionamentos por meio da Internet é “conhecer pessoas”.

Figura 3. Porcentagem de respondentes que afirmaram ter (ou não ter) desenvolvido afeto nas relações virtuais.

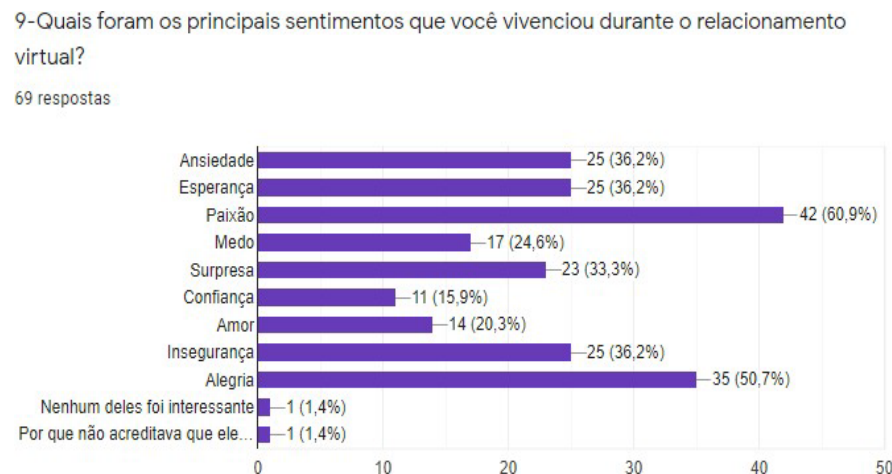
8- Você desenvolveu afeto pela pessoa com a qual se relacionou virtualmente ?
69 respostas





É um fenômeno relevante, a quantidade (84,4%) dos respondentes que afirmaram ter desenvolvido afeto durante o relacionamento virtual. Somente 11,6% dos entrevistados disseram não ter desenvolvido afeto. Essas porcentagens são mostradas na Figura 3.

Figura 4. Principais sentimentos vivenciados pelos respondentes, durante o relacionamento virtual.



Na Figura 4, ganham importância os principais sentimentos que os entrevistados desenvolveram durante o namoro virtual. Sendo assim, cabe frisar que o sentimento de “paixão” é o mais frequente, correspondendo ao total de 60,9% das respostas. Posteriormente, vem a “alegria” como o segundo sentimento mais desenvolvido durante o namoro virtual. Logo depois, vem o empate de três sentimentos (ansiedade, esperança e insegurança) correspondendo ao total de 36,2% cada.

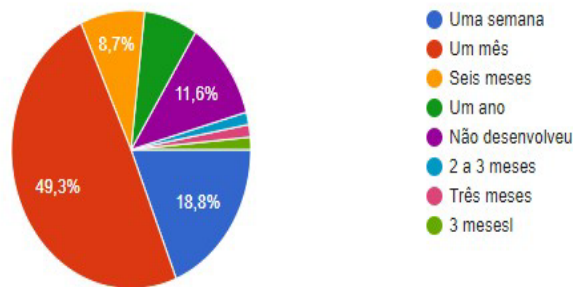
É preciso ressaltar que, fora os sentimentos citados no parágrafo anterior, ainda tiveram como destaque a surpresa, com 33,3%; o medo, com 24,6%; o amor, com 20,3%; e a confiança, com 15,9%. Por fim, 1,4% dos participantes acham que não era interessante e nem acreditava que era possível o encontro.

Nota-se aqui que, conforme apontado por Ricotta (2002), o caminho para o nascimento do afeto e a formação do vínculo se dá por meio do compartilhar de experiências até a descoberta de afinidades. Os dados da pesquisa fornecem elementos que sustentam essa tese. Ou seja, em um relacionamento virtual, é possível desenvolver afeto e criar vínculo por meio do compartilhar de experiências e vivências, mesmo que de forma virtual.



Figura 5. Tempo levado pelos respondentes para desenvolverem ligação emocional no relacionamento virtual.

10- Quanto tempo você levou para perceber a sua ligação emocional no relacionamento virtual?
69 respostas

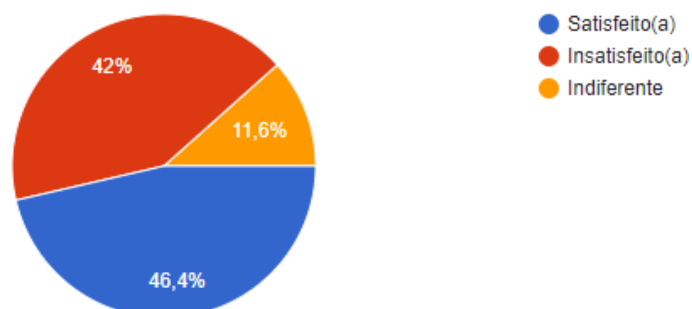


Outro fator interessante que foi verificado nesta pesquisa está relacionado ao tempo que se levou para se perceber a ligação emocional entre os envolvidos. Ficou demonstrado que 49,3% dos entrevistados levaram um mês para se envolver emocionalmente. Já 18,8% dos respondentes levaram uma semana para despertar sentimentos afetivos. Já 8,7% aguardaram seis meses para descobrir a ligação emocional. Por outro lado, 11,6% dos participantes afirmaram não ter desenvolvido nenhum tipo de ligação emocional durante seus relacionamentos virtuais.

Pode-se concluir que um relacionamento virtual desperta nas pessoas ligações emocionais em pouco tempo de contato. Porém, RICOTTA (2002, p. 26) afirma “vínculos virtuais são imaginários, não são encontrados nas relações concretas”. Em outras palavras, a autora quis chamar atenção para a questão da atração momentânea, mas isso não anula os resultados da pesquisa em que 68,1% dos entrevistados saíram do plano virtual para o real, conforme evidenciado em análise posterior.

Figura 6. Avaliação da satisfação dos respondentes em relação ao relacionamento virtual.

11- Como você se sentiu com essa experiência?
69 respostas



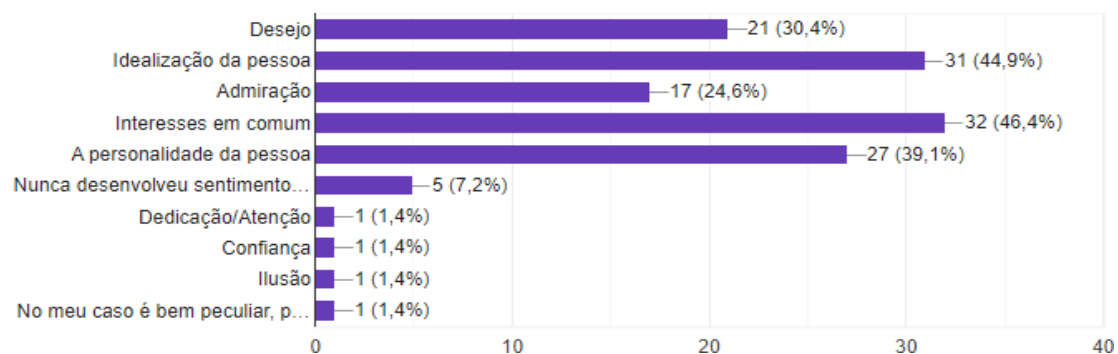


Com o intuito de avaliar as atitudes ou grau de satisfação das pessoas nas suas experiências virtuais, foi usada uma escala ordinal com as categorias: satisfeito, insatisfeito e indiferente. Nesse contexto, os resultados mostraram que 46,4% ficaram satisfeitos. De outro ponto de vista, 42% responderam insatisfação com a experiência amorosa virtual. Nessa mesma linha, 11,6% dos participantes marcaram a opção de indiferente. Para o público de 42%, a insatisfação pode ser fruto da crença do desamor, ou seja, a ideia de sempre achar que é impossível amar ou ser amado (BECK, 1997, porém, essa é uma hipótese que precisa de investigações mais aprofundadas).

Figura 7. Fatores que levam os respondentes a acreditarem ser possível o desenvolvimento de sentimentos em relacionamentos virtuais.

12. Quais fatores fazem você acreditar que é possível desenvolver sentimentos por alguém sem vê-la(o) pessoalmente, tocá-la(o), senti-lo(a) ou sentir seus odores?

69 respostas



Com referência aos fatores que fazem as pessoas acreditarem no desenvolvimento de sentimentos nas relações virtuais sem o contato físico, é possível observar que:

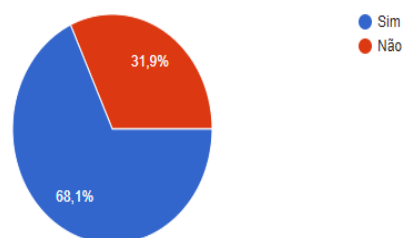
- 46,4% responderam que era interesse em comum;
- 44,9% responderam que era idealização da pessoa;
- 39,1% responderam que era a personalidade da pessoa;
- 30,4% responderam que o desejo;
- 24,6% responderam que era admiração;
- 7,2% responderam que não desenvolveu sentimento;
- 1,4% responderam que era ilusão, confiança e atenção



Diante dessas informações, pode-se observar que a maior parte dos participantes (46,4%) que responderam ao questionário confirmaram que o fator de “interesse em comum” é o principal responsável para desenvolvimento de sentimentos nas relações virtuais. Como se pode ver, além do interesse em comum, ganharam destaques a ideiação, a personalidade, o desejo e a admiração. Para somar com essa estatística de 46,4% que responderam “interesse em comum”, Ricotta (2002) explica que o interesse mútuo é uma forma de demonstração de investimento emocional.

Figura 8. Porcentagem de respondentes que vivenciaram a passagem do relacionamento do virtual para o presencial.

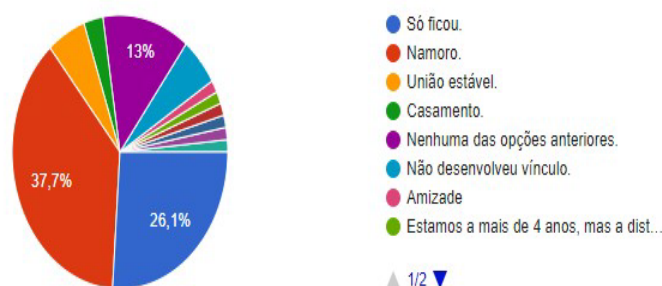
13- O relacionamento saiu do mundo virtual para um encontro real?
69 respostas



No que tange a estatística apresentada na Figura 8, é possível afirmar que a maioria (68,1%) dos participantes responderam que seus relacionamentos saíram da esfera virtual para um relacionamento real. Em síntese, conclui-se que as ferramentas tecnológicas dos meios de comunicações são usadas para os primeiros contatos e, posteriormente, as pessoas saem do virtual para o real em sua maioria e estabelecem outras formas de vínculos como, demonstrado na Figura 9.

Figura 9. Tipos de vínculos desenvolvidos com o parceiro virtual.

14-. Qual tipo de vínculo foi desenvolvido com o(a) parceiro(a) virtual?
69 respostas



Convém observar que, no cruzamento de dados da pergunta “o relacionamento saiu do mundo virtual para o encontro real”, 68, 1% responderam que sim. Diante dessa



informação, infere-se que, 2,9% se casaram; 37,7% desses encontros viraram namoro e 26,1%, só ficaram. Com base nas respostas, verifica-se que o relacionamento virtual é uma modalidade de relacionamento que cresce cada vez mais e é o alicerce de parte dos relacionamentos, para estabelecer diversos tipos de vínculos.

Foi perguntado aos participantes quais as crenças que eles têm em relação aos relacionamentos virtuais. Os dados apontaram que, com relação às “crenças relativas ao relacionamento amoroso” no que diz respeito às possibilidades do nascimento do afeto e do amor, a maioria concorda plenamente. Além disso, perguntou-se “é possível amar alguém virtualmente”, a maioria respondeu que concordavam plenamente.

Já na segunda pergunta no contexto de crença, “você costuma pensar sobre casamento quando está conectado(a) na Internet com alguém”, a maioria discordou totalmente, corroborando para o que foi apurado na figura-9 em que o vínculo que mais se desenvolveu no campo do relacionamento foi o namoro. Dentro desse aspecto, perguntou-se “acredita que o(a)(s) parceiro(a)(s) amoroso(a)(s) que se conhece(m) pela internet não tem(êm) chances fora da vida virtual”, a maioria dos participantes discordaram totalmente, mais um dado que reforça os 68% da figura 8 que afirmaram ter saído do virtual para o real.

Nessa mesma linha, a maioria dos entrevistados afirmou que discordam totalmente com a pergunta, “não concebe um casamento de pessoas que se conheceram no mundo virtual”, lembrando que, dos 69 respondentes, 2,9% se casaram, validando o que foi apurado na figura 9.

Em se tratando de crença amorosa com relação ao namoro on-line, buscou-se identificar que tipo de formação cognitiva os participantes formam. Do ponto de vista de Beck (2013) existem dois tipos de crenças: a crença nuclear é formada no período da infância e é identificada pela ideia que a criança de si mesma; e a crença intermediária, que aparece como regras pessoais que evitam que a pessoa confronte a crença central desadaptada. Seguidamente, vêm os pensamentos automáticos, que são identificados pelo processo da interpretação do evento, influenciando na emoção subsequente, no comportamento e na resposta fisiológica.

De modo geral, é possível notar que os participantes que já vivenciaram um relacionamento virtual, apesar de não terem pensamentos sobre relacionamentos a longo prazo (casamento), ao se relacionarem virtualmente, concebem a ideia de que isso é possível. Além disso, outros tipos de relacionamentos (namoros, ‘ficadas’) são totalmente concebidos. Os participantes também apresentam a crença de que é possível desenvolver o amor. Além dos dados sintetizados acima, esses pensamentos e crenças ficam evidentes, também, na



Tabela 1.

Não se pode deixar de cruzar os dados dessa questão das “crenças relativas ao relacionamento amoroso” com os dados da pergunta “Como você se sentiu com essa experiência”? Em segundo lugar, com uma estatística de 42% dos entrevistados declararam “insatisfeitos” Dentro desse cenário, é oportuno frisar que, essa insatisfação é uma assertiva para identificação da crença do desamor, desamparo e desvalor.

Convém observar que, na pergunta “você costuma pensar sobre casamento quando está conectado(a) na Internet com alguém” a maioria discordou totalmente, isso corrobora para o resultado da pergunta que vínculo foi estabelecido na relação virtual, em que só 2,9% casaram entre os 47,3% que tiveram relacionamento virtual. Seguindo nessa mesma linha, mas com resposta oposta, ou seja, a maioria afirmou que acreditam que existe a mesma chance para quem se conhece virtualmente ou em um encontro físico.

De qualquer modo, ao perguntar “Não concebe um casamento de pessoas que se conheceram no mundo virtual” a maioria dos participantes discordaram totalmente. Em outras palavras, existe uma crença em que o amor pode acontecer mesmo quando o vínculo é estabelecido de forma virtual.

Tabela 1. Categorização das respostas dos entrevistados do Instrumento I de perguntas abertas com relação as crenças da busca por parceiros virtuais.

O que pensa sobre as pessoas que buscam parceiro(a)(s) virtualmente?	
Concordam que é só um meio de relacionar saudavelmente.	Discorda que seja apenas um meio de se relacionar saudavelmente.
Acredito que são pessoas que se tornaram muito seletivas no mundo natural e foram em busca da pessoa que ela idealizou no mundo virtual o de se conhece um pouco mais do que a pessoa faz antes mesmo de precisar conviver, pois muitos expõe a própria vida nas redes sociais.	Acredito que as pessoas criam ilusões sobre outras pessoas e acreditam que irão se realizar
Penso que seja mais uma fonte de busca, assim como é ir à igreja em busca de alguém ou a uma balada! Rs	Uma loucura
É uma via para conhecer pessoas	Carência e medo da vida
Penso que estão interessadas em conhecer pessoas com os mesmos interesses, desejos e que, se houver	Preencher a ansiedade!



<p>afinidades e pensamentos comuns poderão estabelecer um outro nível de relacionamento saindo do virtual para o real. Geralmente, são pessoas mais reservadas, muitas vezes, tímidas e que conseguem se expressar melhor à distância até se sentirem mais seguras. É uma forma de conhecer pessoas que têm os mesmos projetos.</p>	
<p>Não faço distinção de valores de quem busca na internet ou numa festa. Em QQ lugar a pessoas boas e más</p>	<p>Medo</p>
<p>Cada um faz o que quer de sua vida. Conheço lindas histórias de amor que começou no virtual</p>	<p>Estamos presos a estereótipos, buscamos em coisas e pessoas nosso reencontro, e muitas vezes nos perdemos no caminho...</p>
<p>No mundo de hoje existe essa opção de buscar alguém no virtual, eu às vezes entro em app de relacionamento e não crítico ninguém</p>	<p>Somente no virtual, não se conhece uma pessoa. Para que se tenha confiança se faz necessário conviver com o outro e conhecer as pessoas do convívio presencialmente.</p>
<p>Creio que isso acontece por ser difícil atualmente encontrar alguém que chame atenção no cotidiano , seja no trabalho ou estudo , e na Internet, que é um momento de lazer e distração, muitas vezes você encontra pessoas que te chamam atenção pelas coisas que curte, pelos comentários nas publicações,</p>	<p>Curiosidade, falta de interatividade social local e aleatoriedade</p>
<p>e você começa a desenvolver um</p>	
<p>diálogo com a pessoa, que pode gerar idealizações, expectativas , e quando menos percebe você desenvolveu um afeto pela pessoa que conheceu na Internet, sem ao menos saber como a pessoa realmente é fora do mundo virtual.</p>	
<p>É um risco a se correr, porque você não sabe se o que a pessoa diz é realmente verdade de fato, e com os golpes por aí ..., mas ainda existe pessoas boas eu conheci meu parceiro virtualmente ficamos um amor só conversando pela internet e estamos a um ano juntos pessoalmente é muito intenso estou encantada, porque superou minhas expectativas</p>	<p>As vezes carência, as vezes por idealizar o parceiro perfeito que ã existe porque ã somos perfeitos.</p>
<p>Normal, apenas aumenta as opções, além do mundo real.</p>	<p>Penso sobre a conexão de ambos, as vezes o virtual traz uma idealização da pessoa, e você se apaixona por ela por esse motivo.</p>
<p>É normal nos dias atuais</p>	<p>Algo diferente.</p>
<p>Indiferente. Acho que o motivo (se é consciente ou por carência, por exemplo) é mais importante do que o meio (presencial ou virtual).</p>	<p>São pessoas muitas vezes carentes</p>



Normal, uma forma de conhecer pessoas	Eu falo pela minha experiência, são pessoas machucadas que querem a proteção da distância para conhecer alguém. Normalmente somos carentes emocionalmente e precisando de crescimento.
<i>Eu acho que por conta dessa época muito tecnológica que estamos vivendo isso até se manifestar ainda mais. O que eu penso sobre essas pessoas que buscam o relacionamento é que uma busca legítima e que se o meio virtual nos oferece essa alternativa, porque não a usar?</i>	<i>Pessoas que tem alguma dificuldade de começar uma aproximação pessoal, a internet permite que aja uma proximidade inicial.</i>
	<i>Pergunta difícil. Cada um pode estar buscando algo diferente. Diversão, amor, relacionamento sério, casamento, fuga.</i>
<i>Acho super válido, até pq em meio a pandemia, timidez entre outros é uma forma de conhecer pessoas sem sair de casa.</i>	<i>Alguns motivos possíveis: timidez, carência, falta de opções na vida real.</i>
<i>Nem sempre buscam um parceiro, as vezes só está entediada e querendo alguém p teclar. Com isso, vai despertando curiosidades, afinidades e interesses em comum e quando você se depara já está rolando sentimentos inesperados.</i>	
<i>Segurança. No sentido de autocuidado Acho super normal já que vivemos conectados a tudo e a todos virtualmente. Acho normal</i>	

Fonte: Pesquisa realizada pela autora (período 6 a 20 de agosto de 2021)

Os resultados mostram que a maioria dos entrevistados concordam que usaros meios de comunicações tecnológicos para conhecer outra pessoa é só mais uma via ou fonte que permite a conexão entre as pessoas que tem interesses em comum.

Em outras palavras, é uma ferramenta usada para selecionar ou encontrar alguém que o respondente considere que tenha um perfil interessante.

4.2.3. Resultado do Instrumento II

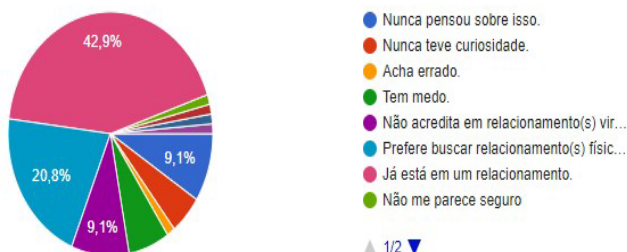
Aqui apresentam-se os dados coletados pelo Instrumento II do questionário de pesquisa, que diz respeito aos participantes que nunca tiveram um relacionamentovirtual.



Figura 10. Motivos respondidos pelos participantes, por nunca terem buscado relacionamentos de forma virtual.

7- Por que você nunca usou a Internet para buscar um(a) parceiro(a) amoroso(a) virtualmente?

77 respostas

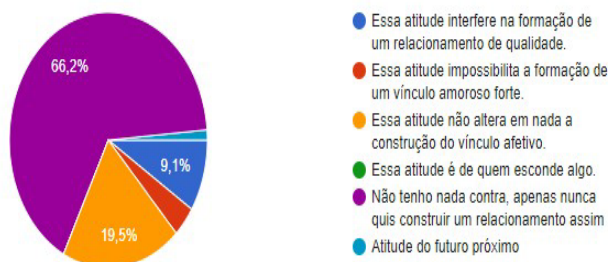


Por meio das respostas apresentadas na Figura 10, é possível enfatizar que a maioria dos participantes (42,9%) da pesquisa afirmaram nunca ter tido um relacionamento virtual porque já estão em um relacionamento. Como mostrado no gráfico, 20,8% dos entrevistados preferem buscar relacionamento físico; seguidamente, 9,1% dizem não acreditarem em relacionamento virtual; e 9,1% nunca pensou sobre o assunto. É preciso acentuar que 6,5% tem medo; 5,2% nunca teve curiosidade e 1,3% acha que não é seguro

Figura 11. Opinião das pessoas que nunca tiveram relacionamentos virtuais sobre pessoas que buscaram essa modalidade de relacionamento.

8- O que pensa sobre a atitude das pessoas que buscam um relacionamento virtual?

77 respostas





A Figura 11 mostra que, dentre as pessoas que nunca tiveram relacionamentos virtuais, 66,2% informaram que “não tem nada contra (pessoas que buscaram essa modalidade de relacionamento), apenas nunca quis construir um relacionamento assim”, já 19,5% afirmaram que “essa atitude não altera em nada a construção do vínculo afetivo”. Por outro lado, em número estatístico bem menor, 9,1% disseram que “essa atitude interfere na formação de um relacionamento de qualidade”; e 3,9% responderam que “essa atitude impossibilita a formação de um vínculo amoroso forte”. É importante destacar que 1,3% acha que é uma atitude do futuro próximo, mesmo confirmando não ter se envolvido virtualmente.

Analisando o conjunto dessas informações em porcentagem maior, torna-se evidente que essa modalidade de relacionamento é uma forma de buscar parceiros reais por meio de canais virtuais. É importante destacar que, entre os dois universos, não existem uma discrepância em relação às opiniões sobre vínculo amoroso virtual, de forma geral. Ou seja, mesmo entre as pessoas que nunca experienciaram um relacionamento virtual, há o pensamento de que essa é uma forma de construção de vínculos afetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa: “a construção do vínculo afetivo nas relações virtuais” evidencia que é possível desenvolver afeto nas relações virtuais. Além disso, tem como pontos principais, a saída do mundo virtual para um encontro real, o desenvolvimento do vínculo no sentido de namoro, união estável e casamento.

Por outro lado, pode-se desenvolver diversos tipos de sentimentos durante o processo de construção do vínculo afetivo de forma on-line, por exemplo, paixão, amor, medo, esperança, ansiedade, insegurança, alegria, confiança e surpresa. Apesar de ser possível desenvolver uma variedade de emoções em um relacionamento virtual, dados referentes a pergunta “Como você se sentiu com essa experiência”? demonstram que a maioria (46%) dos participantes responderam que ficaram satisfeitos com essa experiência que tiveram.

No que diz respeito a possibilidade de o relacionamento on-line vir para a esfera presencial, com encontro corpóreo, 68,1% afirmaram que promoveram essa experiência. Conforme pode-se constatar, há uma tendência de aumentar cada vez mais o número de pessoas que buscam relacionamento amoroso utilizando as tecnologias dos meios de comunicações.

Percebe-se, também, que o namoro é o vínculo mais desenvolvido entre aqueles que buscam conhecer pessoas pelo ambiente comunicacional via Internet. Dentre os



entrevistados, 37,7% dos 69 (sessenta e nove) participantes da entrevista disseram que o seu relacionamento iniciado virtualmente virou namoro. Diante dessas considerações, é importante enfatizar que esse dado colabora com a resposta coletada da pergunta “Você desenvolveu afeto pela pessoa com a qual se relacionou virtualmente” e 88,4% afirmaram que sim.

Partindo da informação acima, fica claro que a procura por parceiros virtuais é feita com a intenção de conhecer pessoas em primeiro plano e, em segundo plano, vêm todas as características já citadas anteriormente que formam elos entre os usuários da Internet, como: interesse em comum, desejo, idealização da pessoa, admiração, a personalidade da pessoa, dedicação\atenção e confiança.

Em última análise, a presente pesquisa revela que as tecnologias dos meios de comunicações são ferramentas de interação entre os usuários que permitem a formação de relacionamentos no sentido de modalidade amorosa virtual. Ademais, permite que pessoas do mundo inteiro possam se relacionar e construir vínculos amorosos.

REFERÊNCIAS

AMADEI, J. R. P.; FERRAZ, V. C. T. **Guia para elaboração de referências**: ABNT NBR 6023:2018. Bauru, 2019.

ASSIS, A. S; et al. **Um olhar psicanalítico sobre os laços afetivos na modernidade e a influência de aplicativos na construção de vínculos**. Volume 5, número 3, junho de 2017. Disponível em: <http://revistapathos.com.volumes/volume-05/volume05.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021

BECK, Judith S. **Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo. Artmed, 2013.

Beck, J. S. (1997). **Terapia Cognitiva: Teoria e prática** (Cap. 1) (S. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada 1995).

DELA COLETA, A, S, M. *et al*; **O amor pode ser virtual? In: O relacionamento amoroso pela internet**. Psicologia em estudo, v. 13, n. 2, p. 277-285, 2008. Acesso em: 22 mar 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/R5cvWJV sKZLL4rsXMtz8bhS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2021

DONNAMARIA, Carla Pontes; TERZIS, Antonios. **Sobre a evolução de vínculos conjugais originados na Internet**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 61, n. 3, p. 75-86, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000300009. Acesso em: 2 out.2021

FIDALGO, Sabrina. **Como ser solteiro em tempo de pandemia? Vogue Gente**. Atualizado em 17 abr 2021. Disponível em: encurtador.com.br/ahpL4. Acesso em: 3 jun 2021.



Disponível em: <https://vogue.globo.com/Vogue-Gente/noticia/2021/04/como-ser-solteiro-em-tempos-de-pandemia.html>. Acesso em: 2 out. 2021

GIL, Carlos, A. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2002/2017.

ICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo** (1982). São Paulo. Martins Fontes, 2007.

LOHSE, Birger. Aurelio Buarque de Holanda Ferreira: Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. XXIV+ 1832 p. 2 ed. revista e aumentada. **Revue Romane**.

Redação Exame. **Um terço dos casamentos EUA começam na WEB**. Revista **EXAME**. Publicado: 13 jun 2013. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/um-terco-dos-casamentos-nos-eua-comecam-na-web/> Acesso em: 3 jun 2021.

RICOTTA, Luiza. **O Vínculo Amoroso A Trajetória da Vida Afetiva**. 3ª ed., São Paulo. Ed. Ágora, 2002.

SILVA, Vergas Vitória Andrade; TAKEUTI, Norma Missa e. **Namoro virtual e as experiências românticas online: um estudo da comunidade virtual do Orkut" conheci meu amor pela internet"**. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 11, n. 27, 2010. Disponível em: <https://silo.tips/download/namoro-virtual-e-as-experiencias-romanticas-online-um-estudo-da-comunidade-virtu>. Acesso em: 2 out. 2021.



CAPÍTULO 6

NÃO ERA AMOR, ERA CILADA! OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS EM VÍTIMAS DE ESTELIONATO SENTIMENTAL EM RELACIONAMENTOS INICIADOS NA *INTERNET*

Heric Gonçalves Campêlo

hericgc@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

O tema deste trabalho refere-se ao estelionato sentimental, debruçando-se sobre os impactos psicológicos causados em vítimas de estelionato sentimental em relacionamentos iniciados na *internet*. Objetiva-se compreender quais são os impactos causados na saúde mental de vítimas atingidas por este crime. O tipo de pesquisa aplicada foi o de pesquisa exploratória, qualitativa, sendo utilizado um estudo de caso único. A unidade-caso delimitada foi a de uma mulher brasileira, adulta, vítima de estelionato sentimental. A análise dos dados foi feita sob a análise de conteúdo, sob a perspectiva de Bardin. Infere-se dos resultados a pertinência da expressão negativa do tema “consequências pós-relacionamento”, correspondendo a 30,55% de frequência total das unidades de análise do *corpus*. Conclui-se que o estelionato sentimental deixa consequências emocionais e psicológicas negativas na vida das pessoas vítimas deste crime e revela-se a importância da vítima poder contar com grupos de apoio, acompanhamento psicoterapêutico e com adoção de estratégias de *coping*.

PALAVRAS-CHAVE: estelionato sentimental; término de relacionamento; relacionamentos afetivos na *internet*.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho refere-se ao estelionato sentimental (também podendo ser chamado de estelionato afetivo), debruçando-se sobre os impactos psicológicos causados em vítimas de estelionato sentimental em relacionamentos iniciados na *internet*. Este tema é parte do campo da psicologia jurídica, e está circunscrito na área de relacionamentos abusivos.

A *Internet* revolucionou o mundo nas últimas décadas e, por conseguinte, nossas relações sociais e afetivas. Segundo o *Match Group* – grupo empresarial dono de aplicativos de relacionamentos como o *Tinder*, *Par Perfeito*, entre outros – o Brasil é o segundo maior público do mundo na empresa, com a estimativa de presença de 50% dos brasileiros adultos em alguma de suas plataformas (G1, 2018). Dada à praticidade de comunicação online via computadores, *tablets* e *smartphones*, atualmente “é possível buscar ‘relacionamentos de bolso’ do tipo de que



se ‘pode dispor quando necessário’ e depois a guardar” (BAUMAN, 2004). Deste modo, fica evidente que “Os sites de relacionamento ajudam o ‘internauta’ a resolver questões sexuais e sentimentais”. (COLETA *et al*, 2008).

No que tange ao contato afetivo virtual “os bate-papos [em ambientes virtuais] fazem com que o contato afetivo seja bem facilitado, principalmente para pessoas inseguras ou com problemas de socialização” (COLETA *et al*, 2008). Devido ao fato de o próprio usuário inserir seus dados, como por exemplo, nomes e fotos, nos *sites* e aplicativos, pode ser que haja em determinado nível uma imagem e postura distorcida, idealizada, e/ou até irreal e mentirosa do usuário com a qual o indivíduo está a interagir. Sendo assim, o indivíduo *online* pode muitas vezes não corresponder a quem ele de fato é na realidade, e é aí que pode morar o perigo: como é o usuário que coloca seus dados pessoais como nome, fotos, nível escolar, profissão, etc., vários indivíduos acabam se relacionando afetivamente com pessoas que não se mostram como são na verdade (forjando aspectos físicos e comportamentais); são pessoas (ou grupos) que adotam uma falsa identidade para enganá-las e, em alguns casos, chantageá-las e/ou extorqui-las financeiramente; dessa maneira, essas pessoas tornam-se vítimas de estelionato, mais especificamente do estelionato sentimental.

Em 2020, apenas nos Estados Unidos, segundo a *Federal Trade Commission*, órgão governamental americano que regula transações comerciais, foram reportadas perdas financeiras de cerca de U\$304 milhões através desse tipo de crime (FTC, 2021). Na Austrália, em 2021, foram roubados um pouco mais de AU\$56 milhões apenas em crimes de estelionato sentimental. (SCAMWATCH, 2022) Segundo a associação representante das instituições financeiras no Reino Unido, a *UK Finance*, em 2020 no país foi reportada perdas financeiras de mais de £68 milhões também através desse tipo de prática criminosa (UK FINANCE, 2021). Em 2022, o documentário “O Golpista do *Tinder*” (*The Tinder Swindler*, no original em inglês) obteve ampla notoriedade mundial ao relatar como um golpista se passava por um magnata bilionário, conquistando mulheres na *internet* e roubando milhões de dólares delas, e também como as vítimas enfrentaram todo esse processo (NETFLIX, 2022).

No Brasil, ainda não há uma estimativa por parte de órgãos oficiais do montante que se foi perdido para esses criminosos, entretanto vale a pena citar que no país, entre 2018 e 2020, apenas uma facção de golpistas conhecida internacionalmente como “*Yahoo Boys*”, criada na Nigéria, aplicou o golpe em cerca de duas mil pessoas no país, causando prejuízos estimados em R\$ 250 milhões segundo a Polícia Civil de São Paulo (R7, 2020).



Diante do exposto, “é preciso reconhecer que, nessa espécie de estelionato, o prejuízo não é apenas material, mas moral e psicológico também” (BRASIL, 2019). “Compreender o impacto psicológico é crucial para que as vítimas recebam o apoio e os cuidados adequados, bem como melhorar a prática atual de policiamento ao lidar com vítimas desse tipo de crime” (Whitty e Buchanan, 2016, tradução nossa). Diante de tal fato, se faz urgente e necessário conhecer o grau de complexidade dos impactos psicológicos das vítimas de estelionato sentimental para que, além de poderem ser feitas intervenções psicológicas mais eficazes nesses indivíduos, a Psicologia auxilie ativamente no combate às causas e consequências deste tipo de prática criminosa que permeia nossa sociedade.

Diante deste cenário, questionam-se quais são os impactos na saúde mental de indivíduos que foram vítimas de estelionato sentimental em relacionamentos iniciados através da *internet*. “A forma como as pessoas se sentem emocionalmente e a forma como se comportam estão associadas a como elas interpretam e pensam a respeito da situação” (BECK, 2013). Hipotetiza-se que pessoas vítimas de estelionato sentimental desenvolvem quadros de estresse, ansiedade, e – em alguns casos – sintomatologia depressiva.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender quais são os impactos causados na saúde mental de vítimas de estelionato sentimental em relacionamentos iniciados na *internet*. Como objetivos específicos, este trabalho se propõe a descrever o estelionato sentimental, analisar os impactos psicológicos na saúde mental da pessoa vítima de estelionato sentimental e apresentar informações que possam auxiliar de maneira preventiva e mitigadora possíveis vítimas de estelionato sentimental em relacionamentos iniciados na *internet* e, também, fora deste ambiente virtual.

2 O ESTELIONATO SENTIMENTAL

No que tange ao conceito da palavra estelionato, o Código Penal brasileiro, sob o artigo nº 171, do Decreto-lei 2.848 de 1940, o define como o ato de “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”. (BRASIL, 1940). Quanto à penalidade que consta na lei pela prática desse crime, “a pena para o crime de estelionato é a reclusão, de um a cinco anos, e multa” (BRASIL, 1940).

Quanto aos requisitos necessários para que um ato cometido por um indivíduo seja considerado estelionato, deve-se levar em conta alguns aspectos elementares: “o crime de estelionato exige quatro requisitos, obrigatórios para sua caracterização: 1) obtenção de



vantagem ilícita; 2) causar prejuízo a outra pessoa; 3) uso de meio de ardil, ou artimanha, 4) enganar alguém ou a leva-lo a erro” (TJDFT, 2015).

Baseando-se no que o Código Penal brasileiro especifica como sendo o estelionato, o termo “estelionato sentimental” apareceu pela primeira vez na jurisdição brasileira no processo do juízo da 7ª Vara Cível de Brasília, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT, 2014). Neste evento, houve a obrigação do ex-namorado da vítima a restituir à autora valores referente a empréstimos e gastos diversos efetuados na vigência do relacionamento (TJDFT, 2014). Pode-se, portanto, compreender a expressão “estelionato sentimental”, resumidamente, como “usar o afeto de outrem para auferir vantagens patrimoniais” (CASTRO, 2016).

Cabe ressaltar, especificamente, o teor neste contexto da palavra “sentimental” que o Projeto de Lei N.º 6.444/2019 especifica:

“Partindo para a definição da palavra sentimental, observamos que a mesma está intimamente ligada a sentimento ou sensibilidade, bem como a capacidade de sentimentos positivos em relação a outrem, na denominação da psiquiatria forense.” (BRASIL, 2019)

“Vale ressaltar que o crime de estelionato sentimental na *internet* não foi tipificado de forma precisa no nosso ordenamento jurídico, motivo pelo qual se aplica o artigo 171 do Código Penal de forma análoga aos crimes cometidos por *scammers*”. (RONDON, KHALIL, 2022). Entretanto, o projeto de Lei N.º 6.444/2019 visa sanar esta lacuna (BRASIL, 2019)

Os estelionatários sentimentais que agem primeiramente ou exclusivamente de maneira *online*, através de aplicativos e sites de relacionamento, e/ou em outras plataformas digitais como mídias sociais, jogos *online*, etc., costumam serem também classificados como *scammers*, “criminoso este que se utiliza da *internet* para enganar e extorquir suas vítimas, através de promessas de casamento ou namoro, cuja finalidade é o auferimento de vantagem ilícita se aproveitando dos sentimentos daquelas” (RONDON, KHALIL, 2022).

No ano de 2022, vários esquemas de estelionato afetivo foram desmontados em diferentes Estados brasileiros, com seus autores sendo descobertos e respondendo sob o rigor da lei por seus atos. Apenas para citar alguns exemplos deste ano de 2022: o homem morador de uma cidade de Minas Gerais que extorquiu cerca de R\$1 milhão de vítimas mulheres que seduzia nas redes sociais (G1, 2022), o “dom Juan” que foi preso duas vezes pelo mesmo delito de dar golpes via aplicativo Tinder em mais de 50 mulheres ao redor do país (O GLOBO, 2022), o “bilionário” que se relacionava com homens através do Tinder para lhes extorquir



financeiramente (BAND, 2022), e a mulher moradora do Distrito Federal que usava das redes sociais para atrair homens e seduzindo-os para que essas vítimas lhe dessem dinheiro para gastos supérfluos, sob promessas falsas de cunho amoroso e sexual (CORREIO BRAZILIENSE, 2022). Infere-se, desta maneira, que tal prática criminosa de estelionato sentimental já se encontra amplamente difundido na sociedade, podendo vir a atingir vítimas de diversas regiões, posições sociais, gêneros e de diversas orientações sexuais.

Com relação à duração, "a fraude continua até que a vítima perceba que foi enganada (por exemplo, quando informada pela polícia)" (Whitty e Buchanan, 2012, tradução nossa). As instituições públicas do país estão a se mobilizar em relação a este fenômeno, o qual demonstra ter boa parte considerável de sua ocorrência ampliada pelo advento da *internet*, de aplicativos *online* de relacionamentos e também da utilização das redes sociais. Como fruto do resultado de tais esforços por parte do poder público, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei N.º 6.444, de 2019 que altera e atualiza o Código Penal brasileiro para tipificar o crime de estelionato sentimental (G1, 2022). Tal projeto de Lei foi então encaminhado para o Senado Federal, para análise de aprovação por parte desta outra instituição do poder legislativo (G1, 2022).

O Projeto de Lei N.º 6.444/2019 acrescenta dispositivo ao art. 171 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a fim de tipificar o estelionato sentimental. (BRASIL, 2019). Tal Projeto de Lei visa trazer o seguinte acréscimo ao Código Penal, em seu artigo 171:

“Art. 171 - §2º. Estelionato sentimental (...) VII - induz a vítima, com a promessa de constituição de relação afetiva, a entregar bens ou valores para si ou para outrem. Estelionato contra idoso ou pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato. (...) § 4º Aplica-se a pena em dobro se o crime for cometido contra idoso ou pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.” (BRASIL, 2019)

Vale ressaltar o que o Projeto de Lei N.º 6.444/2019 afirma em parte de sua justificativa para que tal projeto transforme-se em Lei: “A relação interpessoal está fortemente vinculada a fatores de confiança, honestidade e fidelidade de um para o outro. Assim, quando ocorre o rompimento desses elementos essenciais, há o estelionato emocional”. (BRASIL, 2019)

3 IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DA PESSOA VÍTIMA DE ESTELIONATO SENTIMENTAL

Com relação à especificidade do estelionato sentimental, o órgão australiano *ScamWatch*, vinculado à Comissão Australiana de Concorrência e Consumidores deste país, delimita que “enquanto outros golpes, como golpes de loteria e golpes de emprego, são um



pouco menos pessoais, golpes de romance diminuem as defesas das vítimas apelando para o seu lado compassivo” (ScamWatch, 2010, tradução nossa).

No que tange a condição humana acerca dos relacionamentos vividos durante todo o decorrer de sua vida, vale destacar uma observação constatada por Freud: "nunca estamos tão indefesos contra o sofrimento como quando amamos, nunca tão desamparadamente infelizes como quando perdemos o objeto do nosso amor ou seu amor por nós". (FREUD, *apud* VIORST, 1988, p. 123).

Ao observarmos o término de um relacionamento afetivo sob o ponto de vista da saúde mental, “É possível afirmar que existem algumas características que são constantes e gerais dos estados emotivos e psíquicos próprios dos momentos de separação, particularmente dolorosos e difíceis de superar” (MARCONDES; TRIERWEILER; CRUZ, 2006). Marcondes, Trierweiler e Cruz (2006) desenvolvem: “o trabalho necessário para recuperar o equilíbrio emocional e existencial requer um dispêndio de energia psíquica, e esse dispêndio, frequentemente, provoca deterioração física e nervosa, tal como ocorre durante um luto grave” (MARCONDES; TRIERWEILER; CRUZ, 2006).

Segundo Lamela, Figueiredo e Bastos (2010) em seus estudos sobre dissolução conjugal: “a maioria dos estudos conclui que as pessoas divorciadas experienciam menor bem-estar psicológico, piores níveis de felicidade e maiores índices de sintomatologia psicológica, nomeadamente depressão e ansiedade”.

Importante ressaltar o que Bielski e Zordan (2014) nos apresentam em seus estudos sobre sentimentos predominantes após o término de relacionamento amoroso: “mulheres atingiram níveis mais elevados de sentimentos negativos quando comparadas aos homens, o que indica um maior sofrimento por parte delas” (BIELSKI, ZORDAN, 2014).

No que se refere às consequências psicológicas provenientes de relacionamento abusivo, vale ressaltar o que diz Paiva e Figueiredo (2005):

“O abuso no relacionamento íntimo pode, pois, ser entendido como um estressor que suscita na vítima uma resposta interna, a qual compreende uma série de mecanismos, organizados num circuito que é ativado perante uma ameaça percebida e cuja função consiste em preservar a vida do organismo, o que é habitualmente chamado de ‘resposta de stress’” (PAIVA, FIGUEIREDO, 2005).

Conforme podemos constatar nos parágrafos acima, ocorrem-se consequências negativas de ordem emocional nos indivíduos que passam pelo processo de fim de um relacionamento afetivo. Em vítimas de estelionato sentimental, este panorama apresentado se agrava. “Vítimas desse golpe, diferente de qualquer outro, recebem um ‘duplo golpe’ do crime:



a perda de dinheiro e de um relacionamento afetivo” (Whitty e Buchanan, 2012, tradução nossa).

Em seus estudos sobre o impacto em pessoas vítimas de estelionato e em suas famílias no Reino Unido, Button, Lewis e Tapley (2014) apresentam alguns sintomas apresentados por esses indivíduos pesquisados, como: “deterioração da saúde física e mental, tentativas de suicídio, bem como alguns impactos secundários relacionados à reputação e tornar-se 'celebridades' em alguns casos.” (BUTTON, LEWIS, TAPLEY, 2014, tradução nossa).

Desse modo, observa-se que devemos analisar complementarmente o contexto familiar que a vítima se insere e como sua família também pode ser impactada, pois: “é preciso também considerar o impacto dos rompimentos amorosos sobre as famílias, pois muitas vezes será necessária uma reorganização por parte dos membros de um núcleo desfeito (filhos, sogros e outros parentes)” (BORGES, KUDO, 2014), pois o prejuízo econômico e psicossocial pode vir a afetar não apenas a vítima em si, mas também pode vir a atingir sua própria família.

4 POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E MITIGAÇÃO

Percebe-se ser mais efetivo e eficaz intervir e/ou mitigar danos causados pelo crime de estelionato sentimental ao se, primeiramente, detectar evidências da ocorrência do fenômeno em um determinado indivíduo e/ou grupo, visando desta maneira sua prevenção. Segundo Barretto (2018):

Ao trabalharmos com relacionamentos abusivos somos questionados sobre o que motiva algumas pessoas a não saírem de vez dessa situação. Um dos pontos se dá justamente na dificuldade dos sujeitos perceberem que estão em uma relação abusiva (BARRETTO, 2018).

Como estratégia de detecção de um relacionamento afetivo que se enquadra como sendo um relacionamento abusivo, devem ser observados alguns sinais de disfuncionalidade dentro de tal relacionamento. “Como sinais iniciais estão alguns comportamentos e ações muito sutis, que aparecem aos poucos e demandam certo tempo para se agravarem”. (BARRETTO, 2015).

Como tais sinais comportamentais que o estelionatário sentimental geralmente evidencia no decorrer da tentativa de aplicação do golpe, podemos destacar:

“Os golpistas de namoro e romance expressarão fortes emoções por você em um período de tempo relativamente curto e sugerirão que você mude o relacionamento do site para um canal mais privado (...). Depois que eles ganharem sua confiança e suas defesas estiverem baixas, eles pedirão a você (sutilmente ou diretamente) dinheiro, presentes ou seus dados bancários/cartão de crédito. Eles também podem pedir que você envie fotos ou vídeos de si mesma, possivelmente de natureza íntima.” (ScamWatch, 2010, tradução nossa).



Recomenda-se postura vigilante ao entrar e conversar com as pessoas em quaisquer plataformas online de relacionamento, pois é amplamente improvável que se possa conhecer o caráter de uma pessoa em poucas conversas por escrito. Com a utilização maciça de aplicativos de relacionamento *online*, ressalta-se que “Os golpistas agora podem acessar um grupo maior de vítimas geograficamente dispersas com grande facilidade e anonimato” (REGE, 2009, tradução nossa).

A adesão em um processo psicoterapêutico propiciam condições valiosas para que vítimas de estelionato sentimental encontrem mecanismos de enfrentamento tanto do término do relacionamento como do crime de estelionato ocorrido. Em suas pesquisas sobre o atendimento psicoterapêutico em mulheres que passaram por separação conjugal, atendidas em uma clínica psicológica, Borges e Kudo (2014) apontam que: “ao se depararem com o fim do relacionamento, surgiu nas mulheres atendidas à necessidade de enfrentar a perda e de criar uma nova identidade, daquelas que agora caminham sem os companheiros”. Percebe-se que as participantes “visavam, com isso, obter oportunidades terapêuticas de superação para a dor vivenciada”. (BORGES, KUDO, 2014).

Bruno *et al.* (2022) em seu artigo recente sobre o rompimento amoroso na vida de mulheres adultas, discorrem sobre estratégias e mecanismos de enfrentamento (*coping*):

A busca por estratégias de enfrentamento nos casos de término de um relacionamento amoroso torna-se fundamental em face da existência de um misto de sentimentos gerados em um indivíduo nessas situações. As estratégias de enfrentamento buscam entender o porquê de tais sensações e uma das principais é a psicoeducação, primordial nesse contexto, pois o luto após o término de uma relação amorosa inevitavelmente demanda tempo. (BRUNO *et al.*, 2022)

Levando em conta o aspecto da mitigação, “depois de um golpe, pode-se estar ‘tudo acabado, menos o ato de chorar’, mas ainda há maneiras de minimizar o comprimento e força de seu impacto” (Modic e Anderson, 2012, tradução nossa). Segundo Oliveira, Rosa e Valente (2013), “Nesse momento de perda, a pessoa precisa repensar tudo o que se passou entre a outra e ela e, para isso, entra em contato mais profundo com ela mesma”. Nesse contexto, “é imprescindível que se viva intensamente o luto, que se sofra, para reconhecer a perda do objeto e a partir daí poder iniciar o processo de elaboração” (OLIVEIRA; ROSA; VALENTE, 2013).

Sobre os processos de transformações internas ocorridas através dos caminhos percorridos durante o processo psicoterapêutico, Borges e Kudo (2014) salientam:

“Embora uma separação amorosa possa trazer sentimentos de confusão, desesperança e melancolia, a elaboração dessa perda, por meio de um processo psicoterapêutico, pode contribuir para realizar uma cerimônia de despedida do ente (...), inaugurando, assim, uma pessoa diferente, pronta para os desafios de sua história e com planos,



sonhos e esperanças renovados, ou seja, uma pessoa cuja identidade tenha sofrido relevantes mudanças” (BORGES, KUDO, 2014).

5 MÉTODO

Para esmiuçar este tema, o tipo de pesquisa aplicado foi o de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, que “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2010). Este projeto de pesquisa exploratória foi feito sob três eixos, conforme Selltiz (1967) nos indica os casos que uma pesquisa exploratória envolve: “a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.” (SELLTIZ *et. al*, 1967).

Portanto, vale informar que neste presente artigo foi feita uma pesquisa exploratória tendo como perspectiva um estudo de caso. Cabe ressaltar que “um estudo de caso é uma descrição e análise intensiva de um indivíduo único” (SHAUGHNESSY, 2012).

Como se trata de um assunto que não conta com um grande de volume de estudos sobre, é proposto esta modalidade do estudo de caso, que inclusive coaduna com os mais variados estudos acadêmicos no decorrer da ciência da Psicologia e do Direito. Gil (2010) traz um contexto histórico sobre o estudo de caso:

A origem do estudo de caso é bastante remota. Prende-se ao método introduzido por C. C. Laugdell no ensino jurídico nos Estados Unidos. Sua difusão, entretanto, está ligada à prática psicoterapêutica caracterizada pela reconstrução da história do indivíduo (GIL, 2010).

No caso deste artigo, a unidade-caso delimitada foi a de uma mulher brasileira, adulta, vítima de estelionato sentimental feito através de um indivíduo o qual conheceu e se relacionou, a princípio, pela *internet*. As delimitações da unidade-caso estudada “não são selecionadas mediante critérios estatísticos” (GIL, 2010). Entretanto, cabe ressaltar que a unidade-caso delimitada foi selecionada observando as três regras que Gil (2010) nos aponta, que é “buscar casos típicos; trata-se de explorar objetos que, em função da informação prévia, pareçam ser a melhor expressão do tipo ideal da categoria” (GIL, 2010).

A busca foi realizada nas bases de dados Pepsic – Periódicos eletrônicos em Psicologia, SciElo – *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca eletrônica científica *online*), Google Acadêmico e *Research Gate*, utilizando os seguintes descritores / palavras chave: estelionato sentimental, estelionato, golpe do amor, golpe na *internet*, término de relacionamento, *love scam*, *romance scam*, *online scam*, *online dating scam*.



Os critérios de inclusão foram artigos sobre o tema de estelionato sentimental, assim como artigos e livros que exploram o tema sob a perspectiva de relacionamentos que se dão primeiramente através da *internet*. Os critérios de exclusão foram artigos em que o tema de relacionamentos afetivos não inclui o estelionato ou o término da relação. Foram utilizadas como recorte temporal bibliografias datadas do ano de 1940 (data da vigência da definição de estelionato, feita através do Código Penal) até o presente ano, 2022.

5.1 PARTICIPANTE

Participou voluntariamente deste estudo Maria (nome fictício), uma mulher adulta que até à época da aplicação da entrevista tinha 32 anos, heterossexual, moradora de uma das cidades-satélites do Distrito Federal durante a ocorrência do estelionato sentimental, estudou até a pós-graduação, ocupava a profissão de gerente de departamento, era solteira e sem filhos, que foi vítima de estelionato sentimental ao se relacionar primeiramente de maneira *online* com um homem adulto, que, neste estudo, adotaremos o nome fictício de Gabriel, que tinha aproximadamente 30 anos, o qual conheceu através do aplicativo de relacionamentos *Tinder*. Como critério de inclusão, foi definido que a pessoa participante desta pesquisa deveria, comprovadamente, ter sido vítima de estelionato sentimental cometido por um indivíduo que o houvesse conhecido de maneira *online*.

Optou-se por entrevistar apenas um participante neste estudo, uma vez que “o método do estudo de caso é um ponto de partida natural para pesquisadores que estão entrando em uma área de estudo sobre a qual se sabe relativamente pouco” (SHAUGHNESSY, 2012). Outro motivo pelo qual foi optado por entrevistar apenas uma participante foi devido à dificuldade de identificação fidedigna da amostra e, também, da dificuldade de disponibilidade de pessoas desta amostragem específica que se propusessem a participar do estudo.

5.2 INSTRUMENTOS

O instrumento utilizado neste estudo foi uma entrevista semiestruturada, contendo 16 questões norteadoras, classificadas de maneira a esclarecer o fenômeno, que são: a) Conte sobre sua história pré-relacionamento afetivo com o indivíduo; b) Diga sobre o contato com a plataforma virtual de relacionamentos aonde se encontrou com o indivíduo; c) Fale sobre o contato inicial com o indivíduo dentro da plataforma; d) Como se deu a mudança do relacionamento virtual para o real? e) Como se deu o primeiro encontro real? f) Quando surgiram as suspeitas sobre estar sendo vítima de um relacionamento abusivo e/ou de estelionato afetivo? g) Quando houve a confirmação de que foi vítima de estelionato afetivo?



h) Como você reagiu à confirmação de que foi vítima de estelionato afetivo? i) Quais foram os seus sentimentos gerados à confirmação de que foi vítima de estelionato afetivo? j) Quando e como houve o rompimento da relação? k) Como seus familiares e amigos reagiram ao saber que você foi vítima de estelionato afetivo? l) Quais foram os seus sentimentos gerados às reações de seus amigos e familiares? m) Que mudanças ocorreram em sua vida devido a este fato? n) Houve alguma reparação do crime? o) Conte como está sua vida atualmente; p) Quais mecanismos de enfrentamento a esta crise você está a adotar?

Foi utilizado para coleta de dados, em complemento, um questionário de perfil socioeconômico com a participante. Importante frisar que durante todo o decorrer da pesquisa foram seguidas as diretrizes da legislação do Código de Ética Profissional do Psicólogo, Resolução-CFP nº 10/2005 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

5.3 PROCEDIMENTOS

A coleta de dados foi realizada na sala-consultório da clínica-escola do departamento de Psicologia do Centro Universitário Mauá de Brasília, *campus* Taguatinga; entretanto, a entrevista com a participante foi realizada de maneira remota, através da plataforma *Google Meet*, sob a gravação de áudio da sessão. Para a realização de tal coleta, Maria foi contatada e convidada a participar da pesquisa, por contato telemático, via *WhatsApp*. A entrevista com a participante foi agendada logo após Maria aceitar participar do estudo. Maria leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – após o consentimento e a assinatura, ocorreu-se a pesquisa com a participante na modalidade de entrevista, a qual foi gravada o áudio e, posteriormente, transcrita integralmente para a análise do conteúdo textual.

Com relação à coleta de dados, esta foi feita através de quatro dos “mais usuais” (GIL, 2010) procedimentos utilizados, que são: “a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história de vida” (GIL, 2010). Com base nesses elementos foi possível ser feita a análise e interpretação dos dados, compilados com o auxílio do *software* “ATLAS.Ti” e “*Microsoft Excel*”.

A análise dos dados foi feita sob a análise de conteúdo, sob a perspectiva proposta pela psicóloga Laurence Bardin (1977), que a define como “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.” (BARDIN, 1977, p. 38). Sob este enfoque, foi adotada a técnica de análise temática (BARDIN, 1977).



6 RESULTADOS

A apresentação dos resultados foi organizada englobando as 16 perguntas norteadoras compostas na parte de métodos. A análise temática do conteúdo das falas da participante evidenciou os seguintes temas categorizados, organizados por ordem cronológica: vida pré-relacionamento virtual; mudança do relacionamento do campo virtual para o real e início do namoro; vida íntima durante o relacionamento afetivo; descoberta do estelionato sentimental e término do relacionamento; consequências pós-estelionato sentimental; mecanismos de enfrentamento pós-estelionato sentimental.

A entrevista com Maria durou cerca de 92 minutos, sendo gravada e transcrita integralmente. Foram compiladas através do *software* “ATLAS.Ti” nuvens contendo todas as palavras utilizadas pela participante durante a entrevista, exceto interjeições, preposições, proposições e números. Sob o auxílio do *software* “Microsoft Excel” foi realizada análise temática/categorial da entrevista com a participante, demonstrada nas tabelas a seguir.

6.1 DESCRIÇÃO DO CASO

Antes de conhecer Gabriel (nome fictício), Maria (nome fictício) teve um relacionamento de cinco anos. Depois desse relacionamento, ficou um tempo solteira, por opção. Depois de certo tempo, Maria buscou um relacionamento sério com alguém, conhecendo virtualmente Gabriel, através do aplicativo de relacionamentos “Tinder”. Deram “*match*”, com Gabriel iniciando a conversa, e passaram a conversar através do aplicativo, logo após migrando o contato virtual para o aplicativo “*WhatsApp*”. Levaram duas semanas para se conhecerem pessoalmente e se relacionarem intimamente e diariamente a partir desse instante.

Gabriel passou então a frequentar a casa de Maria, conhecendo seus familiares e amigos e demonstrando ser uma pessoa agradável a todos. Após alguns meses, Maria o questionou qual tipo de relação eles tinham, o qual Gabriel respondeu ser um namoro.

Durante o decorrer do namoro, Gabriel demonstrava se encontrar em situação de vulnerabilidade econômica, mesmo se apresentando como servidor público, pedindo constantemente quantias financeiras para Maria, sob as mais diversas alegações como, por exemplo, conta bancária supostamente bloqueada, ele e a mãe dele precisarem de dinheiro para, supostamente, cuidarem da saúde, etc.

Gabriel chegava a simular para Maria que as operações do poder público que passavam na televisão eram em parte fruto do “trabalho” dele, o que tornava a mentira imbuída de contornos de verossimilhança, enganando desta maneira Maria. Enquanto Gabriel mimetizava



os comportamentos de um personagem, Maria o levou para dentro de seu círculo familiar, chegando ao ponto de Gabriel acompanhá-la no velório de seu avô. No decorrer do relacionamento, Gabriel, sempre envolvendo Maria no aspecto emocional, tomou posse, informalmente, do carro de Maria, que quando se deu por si, estava sem carro sequer para ir até ao mercado. Ambos namoraram por dois anos e meio, sendo que Maria só percebeu que estava a namorar um estelionatário afetivo quando o relacionamento acabou.

Maria percebeu que havia sido vítima de estelionato sentimental só quando descobriu que Gabriel a namorava simultaneamente com outras duas mulheres e que também extorquia dinheiro delas. Outra namorada de Gabriel entrou em contato com Maria, explicando que ela estava a ser vítima de golpe por parte de um farsante, e que muitas das histórias que ele contava eram ilusões, como o fato de ele ser servidor público, pois Gabriel montava um personagem diferente para cada namorada diferente, manipulando a todas. Depois que Maria conseguiu reaver seu carro, e depois de se encontrar mais tranquila fez o boletim de ocorrência, pois além do carro, houve prejuízos financeiros que, só em espécie, giravam em torno de R\$50 mil. Maria então optou por terminar com Gabriel via telefone, e desde então não o viu mais pessoalmente.

No dia em que soube que Gabriel era um estelionatário, Maria ficou em estado de choque, querendo, mas não conseguindo chorar, passando cerca de quase 48 horas sem comer e sem beber água, pois não tinha digerido toda a situação, culpando-se por não ter percebido que estava a ser vítima de um crime. Este foi um fato que repercutiu na *internet*, o que gerou em Maria indignação ao ler os comentários das pessoas na *internet* palpitando jocosamente e prejulgando-a sobre o crime de estelionato sentimental a qual ela foi vítima. Várias pessoas viam o caso passando na televisão e mandava à Maria, em tom de curiosidade e/ou alerta. Maria considerou este momento muito difícil, pois ela queria discrição após o término do relacionamento, porém logo após sentiu-se na obrigação de dar explicações para pessoas não tão próximas sobre o porquê seu então namorado “estava na televisão”.

Maria relatou que este foi um momento em que ela gostaria de “sumir do mundo” e que “só queria sumir”, não queria atender telefone. Maria frisa que, a princípio, o maior sentimento era de vergonha, por ter acreditado e levado Gabriel para dentro de seu círculo social. Maria começou então a fazer tratamento psicológico, pois também não conseguia dormir bem e não conseguia dormir direito. Acordava no meio da noite com pesadelos, como se fosse o rosto de Gabriel chamando-a. Maria revela que tal momento era como se fosse, em suas palavras, um estresse pós-traumático, que chegou a emagrecer alguns quilos e ter ficado assustada na hora de chegar e de sair de casa, com receio de Gabriel vir a lhe procurar.



Maria mudou então seu local de moradia, já tendo amigas e um círculo social em sua nova morada. Retornou à psicoterapia, tendo sido realizadas quatro sessões. Maria relata que houve uma época que sentia pena de Gabriel, mas que atualmente ela não tem mais nenhum sentimento, pois se tornou algo indiferente. No período da entrevista, Maria estava há três meses sem vê-lo.

Maria reflete que talvez o fato de ter ocorrido o término e de ter acontecido o golpe, tenham sido motivos para adiantar a mudança para o novo local de moradia, pois ela revela querer espairar um pouco, mudar os ares e sair um pouco da rotina pós-estelionato sentimental. Na época da entrevista, Maria avaliou estar bem psicologicamente, pois estava a aprender coisas novas, a conhecer pessoas novas, a conhecer um mundo todo diferente, “tudo” novo, portanto Maria expressa estar, no momento que a entrevista foi feita, em um momento “bom”, segundo sua análise. Entretanto, Maria avalia que ainda lhe restam as consequências do crime e o trauma. Agora para Maria, “todo mundo” engana. Ficou em Maria a desconfiança de começar um novo relacionamento e se perguntar se a pessoa está mentindo ou se está a lhe falar a verdade. Ficou em seus pensamentos a dúvida e o medo de se relacionar novamente e perceber que a pessoa que está a se relacionar vive a vida de um personagem. Maria conclui que a consequência maior que permanece nela é a do trauma de entrar novamente em um relacionamento, e de ficar sempre achando que a pessoa pode estar a lhe enganar.

Logo após se sentir imensamente enganada, veio em Maria uma relativa sensação de conforto e um menor sentimento de culpa ao perceber que Gabriel enganou não só a ela, mas alguns amigos dele também. Dói emocionalmente em Maria não apenas o fato de Gabriel tê-la traído-a, mas sim, principalmente, o fato de que enquanto Gabriel vivia uma vida de mentira, a vida amorosa dela com ele era, até então, real para ela.

Maria analisa que a “grande vantagem” de isso ter chegado à divulgação na mídia é que hoje, se fosse começar a namorar Gabriel, iria pesquisar o nome dele na *internet*. E que, se fosse atualmente pesquisar, ela veria a foto dele, saberia a existência de boletim de ocorrência contra ele, veria que tem processo na Justiça e ela não iria namorá-lo. Maria compartilha ter recebido um bom acolhimento de sua família e de suas amigas, pois todas estas pessoas lhe falavam que ela era a vítima, que quem estava errado era Gabriel e que ela não tinha que ter vergonha. Maria declara que este apoio e acolhimento das amigas e família a ajudou muito. Maria reflete que tal acolhimento foi “muito bom”, e reitera ter se apoiado muito em seus amigos e na família, especialmente.



Maria revela que, após o fato, procurou trabalhar a questão do autocuidado, como ir à terapia, ler livros, tentar dispersar, tentar “meio que esquecer” a história, sem ficar remoendo-a, buscando vingança, buscando respostas, pois para Maria, foi algo que passou. Ela sugere que estava em um momento de pegar o que teve de pesado, começar a recolher os cacos e começar a confiar em si mesma, com esta bagagem de aprendizado que teve. Maria declara estar em uma fase de reconstruir sua vida. E o Gabriel está no passado, em algo ruim.

Figura 1. Nuvem de palavras utilizadas por Maria (nome fictício) durante a entrevista



Fonte: Campêlo, com apoio do *software* ATLAS.Ti (2022).

Destacam-se na Figura 1 as palavras mais utilizadas durante a entrevista, com sua frequência de ocorrência em ordem decrescente e somadas as flexões de verbo e substantivo no mesmo somatório de palavras, sendo: “ele” (202 vezes), “eu” (174 vezes), “ser” (166 vezes), “ter” (104 vezes), “estar” (89 vezes), o verbo “falar” (66 vezes), “meu” (52 vezes), “muito” (51 vezes), “carro” (46 vezes), “pessoa” (40 vezes), “fazer” (37 vezes), “dele” (34 vezes), “gente” (30 vezes), “saber” (27 vezes), “querer” (26 vezes), “tudo” (24 vezes), o verbo “ver” (23 vezes), “ficar” (22 vezes), verbo “ir” (22 vezes), “conversar” (19 vezes), “conhecer” e “policial” (18 vezes, cada), “relacionamento” (17 vezes), “dar” e substantivo “casa” (16 vezes, cada), “pedir” (12 vezes), verbo “namorar” (11 vezes), substantivo “namorado” e sua flexão (11 vezes).

Através da técnica de análise temática do conteúdo, foi possível compilar os dados brutos em códigos, classifica-los e transformá-los em categorias temáticas.



Tabela 1 – Análise temática/categorial da entrevista com a participante

CATEGORIA	EXPRESSÃO	Número de citações / frequência
Pré-relacionamento (Cat. 1)	Expressão positiva	2 (2,78%)
Pré-relacionamento (Cat. 1)	Expressão negativa	0 (0%)
Pré-relacionamento (Cat. 1)	Expr. Ambivalente	1 (1,39%)
Pré-relacionamento (Cat. 1)	Expressão neutra	0 (0%)
Início do namoro (Cat. 2)	Expressão positiva	6 (8,33%)
Início do namoro (Cat. 2)	Expressão negativa	0 (0%)
Início do namoro (Cat. 2)	Expr. ambivalente	1 (1,39%)
Início do namoro (Cat. 2)	Expressão neutra	1 (1,39%)
Vida íntima durante relacionamento (Cat. 3)	Expressão positiva	6 (8,33%)
Vida íntima durante relacionamento (Cat. 3)	Expressão negativa	3 (4,16%)
Vida íntima durante relacionamento (Cat. 3)	Expr. ambivalente	4 (5,55%)
Vida íntima durante relacionamento (Cat. 3)	Expressão neutra	1 (1,39%)
Descoberta do crime e término (Cat. 4)	Expressão positiva	0 (0%)
Descoberta do crime e término (Cat. 4)	Expressão negativa	8 (11,11%)
Descoberta do crime e término (Cat. 4)	Expr. ambivalente	2 (2,78%)
Descoberta do crime e término (Cat. 4)	Expressão neutra	1 (1,39%)
Consequências pós-relacionamento (Cat. 5)	Expressão positiva	3 (4,16%)
Consequências pós-relacionamento (Cat. 5)	Expressão negativa	22 (30,55%)
Consequências pós-relacionamento (Cat. 5)	Expr. ambivalente	2 (2,78%)
Consequências pós-relacionamento (Cat. 5)	Expressão neutra	1 (1,39%)
Coping pós-estelionato sentimental (Cat. 6)	Expressão positiva	6 (8,33%)
Coping pós-estelionato sentimental (Cat. 6)	Expressão negativa	0 (0%)
Coping pós-estelionato sentimental (Cat. 6)	Expr. ambivalente	1 (1,39%)
Coping pós-estelionato sentimental (Cat. 6)	Expressão neutra	1 (1,39%)
TOTAL		72 (100%)

6.2 Vida pré-relacionamento virtual

Figura 2. Nuvem de palavras utilizadas por Maria sob a temática "vida pré-relacionamento virtual"



Fonte: Campêlo, com apoio do *software* ATLAS.Ti (2022).



Destacam-se na Figura 2 as palavras mais utilizadas desta categorização temática, com sua frequência de ocorrência em ordem decrescente e somadas as flexões de verbo e substantivo no mesmo somatório de palavras, sendo: o verbo “ser” (5 vezes), “bom” (4 vezes), “eu” (4 vezes), “curtir” (3 vezes), “muito” (3 vezes), “relacionamento” (3 vezes).

Abaixo, segue o número de citações / frequência deste tema, de acordo com as expressões da participante acerca do tema “vida pré-relacionamento virtual”.

Tabela 2 Análise categorial do tema "vida pré-relacionamento virtual"

Pré-relacionamento (Cat. 1)	Número de citações / frequência
Expressão positiva	2 (66,7%)
Expressão negativa	0 (0%)
Expressão ambivalente	1 (33,3%)
Expressão neutra	0 (0%)

6.2 Mudança do relacionamento do campo virtual para o real e início do namoro

Figura 3. Nuvem de palavras utilizadas por Maria sob a temática “Mudança do relacionamento do campo virtual para o real e início do namoro”.



Fonte: Campêlo, com apoio do *software* ATLAS.Ti (2022).

Destacam-se na Figura 3 as palavras mais utilizadas desta categorização temática, com sua frequência de ocorrência em ordem decrescente e somadas as flexões de verbo e substantivo no mesmo somatório de palavras, sendo: o verbo “ser” (9 vezes), “conhecer” (7 vezes), “eu” (7 vezes), “gente” (7 vezes), “começar” (4 vezes), “aplicativo” (4 vezes), “Tinder” (3 vezes), “estar” (3 vezes), “eu” (3 vezes), “nós” (3 vezes), “falar” (3 vezes), “pessoa” (3 vezes).



(4 vezes); “querer” (4 vezes), “relacionamento” (4 vezes), “trabalhar” (4 vezes), “você” (3 vezes), “abusivo” (3 vezes).

Abaixo, segue o número de citações / frequência deste tema, de acordo com as expressões da participante acerca do tema “Vida íntima durante o relacionamento afetivo”.

Tabela 4. Análise categorial do tema "Vida íntima durante o relacionamento afetivo"

Vida íntima durante relacionamento (Cat. 3)	Número de citações / frequência
Expressão positiva	6 (42,86%)
Expressão negativa	3 (21,43%)
Expressão ambivalente	4 (25,57%)
Expressão neutra	1 (7,14%)

6.4 Descoberta do estelionato sentimental e término do relacionamento

Figura 5. Nuvem de palavras utilizadas por Maria sob a temática "Descoberta do estelionato sentimental e término do relacionamento"



Fonte: Campêlo, com apoio do *software* ATLAS.Ti (2022).

Destacam-se na Figura 5 as palavras mais utilizadas desta categorização temática, com sua frequência de ocorrência em ordem decrescente e somadas as flexões de verbo e substantivo no mesmo somatório de palavras, sendo: “eu” (18 vezes), “ele” (12 vezes), verbo “ser” (6 vezes), verbo “estar” (5 vezes), “falar” (5 vezes), “namorar” (5 vezes), “ter” (5 vezes), “querer” (4 vezes), “descobrir” (3 vezes), “mentir” (3 vezes), “terminar” (3 vezes), “tudo” (3 vezes).

Abaixo, segue o número de citações / frequência deste tema, de acordo com as expressões da participante acerca do tema “Descoberta do estelionato sentimental e término do relacionamento”.



Tabela 5. Análise categorial do tema "descoberta do estelionato sentimental e término do relacionamento"

Descoberta do crime e término (Cat. 4)	Número de citações / frequência
Expressão positiva	0 (0%)
Expressão negativa	8 (72,73%)
Expressão ambivalente	2 (18,18%)
Expressão neutra	1 (9,09%)

6.5 Consequências pós-estelionato sentimental

Figura 6. Nuvem de palavras utilizadas por Maria sob a temática "Consequências pós-estelionato sentimental"



Fonte: Campêlo, com apoio do *software* ATLAS.Ti (2022).

Destacam-se na Figura 6 as palavras mais utilizadas desta categorização temática, com sua frequência de ocorrência em ordem decrescente e somadas as flexões de verbo e substantivo no mesmo somatório de palavras, sendo: “eu” (30 vezes), verbo “ser” (26 vezes), verbo “ter” (18 vezes), “estar” (17 vezes), “comer” (12 vezes), “pessoa” (9 vezes), “querer” (9 vezes), “você” (9 vezes), “ele” (8 vezes), “novo” (8 vezes), “enganar” (6 vezes), “falar” (6 vezes), “ficar” (6 vezes), “traição” (6 vezes), “sentimento” (5 vezes), “achar” (4 vezes), “acontecer” (4



Abaixo, segue o número de citações / frequência deste tema, de acordo com as expressões da participante acerca do tema “Mecanismos de enfrentamento (coping) pós-estelionato sentimental”.

Tabela 7. Análise categorial do tema "mecanismos de enfrentamento (*coping*) pós-estelionato sentimental”

<i>Coping</i> pós-estelionato sentimental (Cat. 6)	Número de citações / frequência
Expressão positiva	6 (75%)
Expressão negativa	0 (0%)
Expressão ambivalente	1 (12,5%)
Expressão neutra	1 (12,5%)

7 DISCUSSÃO

Através do processo inferencial indutivo, podemos interpretar os dados das nuvens de palavras, da Tabela 1 e as demais tabelas. Na Tabela 1 destaca-se a categoria 5 (“consequências pós-estelionato sentimental”), a qual tem aproximadamente 38,9% do número de citações / frequência da entrevista, sendo que a expressão negativa desta categoria corresponde à 30,55% do total de citações / frequência da entrevista, evidenciando-a como um ponto-chave de toda a entrevista; demonstrando assim, através destas 22 expressões negativas, como o relacionamento afetivo com o estelionatário sentimental afetou psicossocialmente a participante do estudo.

Na nuvem de palavra constante na Figura 1, a qual engloba todas as palavras ditas pela participante no decorrer da entrevista, ressalta-se principalmente a palavra mais utilizada: a palavra “ele”, correspondente ao Gabriel (nome fictício), indivíduo que realizou o estelionato sentimental em Maria; se faz notar que a palavra “ele” tenha sido mais utilizada que a palavra “eu” em seu relato. O substantivo mais dito durante a entrevista foi “carro”, correspondente ao principal objeto que Gabriel subtraiu de Maria, no decorrer do relacionamento.

Como um modo de falar de si de maneira distanciada, a participante utilizou por 13 vezes a palavra “você” para dar exemplo de algo que aconteceu com ela durante e após o relacionamento com o estelionatário sentimental, como neste exemplo: “Aí sempre tinha uma história e você queria acreditar, queria ajudar a pessoa, pois era urgente” (Maria, informação verbal).

Importante ressaltar os impactos psicológicos causados em Maria, decorrentes do estelionato sentimental do qual ela foi vítima. Em seus estudos, Chawla *et al.*, (2021), trazem uma definição do termo impacto psicológico:



“O impacto psicológico foi operacionalizado como sintomas de sofrimento emocional, como ansiedade/depressão/transtorno de estresse pós-traumático vivenciado pelos pacientes, (...) alterações comportamentais como irritabilidade, (...) alterações no padrão, qualidade e duração do sono”. (CHAWLA *et al.*, 2021, tradução nossa).

Em relação ao sentimento de luto pós-separação, Bruno *et al.* (2022) ressalta:

“A se buscar entender como o indivíduo interpreta a separação amorosa, muitos comparam com uma perda, um luto. Neste caso, o luto torna-se um processo que ocorre devido ao término da relação amorosa, gerando impactos psicológicos e sociais no indivíduo que não consegue elaborar satisfatoriamente, esse luto” (BRUNO, 2022).

Como impactos psicológicos causados nos primeiros instantes em Maria, podemos inferir: Estado de choque, dificuldade em chorar - passando quase 48 horas sem comer e sem beber água, o que a fez emagrecer alguns quilos -, Perplexidade por não ter percebido que estava sendo vítima de um golpe amoroso. Vergonha - por ter acreditado e introduzido Gabriel aos seus familiares e amigos -, Sentimento de indignidade e decepção por ter sido enganada e, por conseguinte, seus amigos e familiares.

Maria sentiu-se traída de diversas maneiras, mas a maior traição, segundo ela, foi o Gabriel ter traído seus sonhos e projetos ao inventar um personagem para extorqui-la. Ela ainda relatou ter sentido: Irritabilidade com matérias de televisão e de sites da internet falando sobre o caso, irritação maior com os comentários feitos por anônimos nas matérias constantes nos sites sobre o fato ocorrido, desconforto com a projeção que o caso tomou e com o fato de ser indagada sobre o fato e ter que explicar sobre para parentes não tão próximos.

Logo após, veio o isolamento social. Tristeza intensa, expressa principalmente pela vontade de “sumir do mundo” logo após o término do relacionamento e a descoberta do crime, o que revela traços de sintomatologia depressiva. Não conseguia dormir direito, acordando meio da noite com pesadelos, o que denota traços de estresse pós-traumático. Sensação de medo ao chegar e sair de sua casa.

Maria informou que muitos desses sentimentos negativos se foram, entretanto permaneceu a indiferença em relação à Gabriel e a desconfiança nas pessoas em geral, sob a crença de que todas as pessoas enganam. Há dúvidas e medo de ter novos relacionamentos afetivos, queixa esta que Maria atualmente está a trabalhar através da psicoterapia.

Maria participa de um grupo do *WhatsApp* com as outras mulheres que também foram vítimas de estelionato sentimental por parte de Gabriel, sendo que neste grupo todas se ajudam e se amparam mutuamente, o que converge com o que Silva (2018) informa sobre a relevância de grupos de apoio virtuais entre mulheres vítimas de relacionamentos abusivos: “Percebemos



a importância dos espaços virtuais como possibilidades das mulheres estabelecerem trocas e relações de apoio, sem a exposição direta no dia a dia das relações, sujeitas a julgamentos” (SILVA,2018).

Vale salientar o que Bruno *et al.* (2022) revela sobre estratégias de superação pós término de relação:

“Algumas das principais causas encontradas (...) sobre estratégias que possam aliviar a sensação de angústia e sofrimento após o término de uma relação amorosa são cognitivas e comportamentais adaptativas como o autocuidado, psicoterapia para o desenvolvimento pessoal além de o indivíduo se permitir sofrer, escutar-se e entender-se para que ao longo do tempo aconteça o desapego e desvinculação do outro” (BRUNO *et al.*, 2022).

Chama particularmente atenção o fato de a categoria 3 (Mudança do relacionamento do campo virtual para o real e início do namoro) e a categoria 6 (Mecanismos de enfrentamento (*coping*) pós-estelionato sentimental) apresentarem números idênticos no que tange às tabelas, expressões e frequência em ambas categorias. Uma hipótese que podemos lançar ao inferir estes dados, vinculando-se à descrição do caso, é a de que após o crime ao qual Maria foi acometida, podendo ela contar com ampla rede de apoio de família e amigos, morar em outra localidade, estar tendo acompanhamento psicoterápico e ter rotinas de autocuidado como ler livros, descansar a mente e evitar ficar remoendo situações, influenciou positivamente em sua saúde mental e nos demais aspectos de sua vida, o que tornou possível à participante retornar aos mesmos números estatísticos do início do relacionamento (pré-aplicação do golpe). Tal inferência deste conteúdo latente deixa visível a relevância de adquirir e manter um grupo de apoio, acompanhamento psicoterapêutico e demais rotinas de autocuidado em vítimas de estelionato sentimental, como um importante fator mitigador.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou aprofundar o tema estelionato sentimental (também podendo ser chamado de estelionato afetivo), debruçando-se sob os impactos psicológicos causados em vítimas de estelionato sentimental em relacionamentos iniciados na *internet*, e objetivou-se conhecer o grau de complexidade dos impactos psicológicos causados nas pessoas vitimadas.

Neste estudo foi possível compilar a trajetória do estelionato sentimental através da perspectiva de uma pessoa vitimada. Os resultados mostraram que esta prática criminosa deixa consequências emocionais e psicológicas na vida das pessoas vítimas deste crime e revelam a importância de a pessoa vitimada poder contar com grupos de apoio (presenciais e, também, *online*), acompanhamento psicoterapêutico e com a adoção de estratégias de enfrentamento



perante o rompimento do relacionamento e ao acometimento do crime de estelionato sentimental.

Vale informar, como caráter preventivo a este tipo de crime, que se procure conhecer previamente a idoneidade, fidedignidade e as referências sociais do indivíduo que esteja a se conhecer, conforme as possibilidades que a *internet* proporciona no que tange à disponibilização de dados acerca do indivíduo que se está a se relacionar.

Salienta-se como limitação da pesquisa a quantidade de participantes - sendo aqui apenas uma - dada a dificuldade de identificação de pessoas desta amostragem que se disponibilizassem a participar do estudo. Faz-se necessário que se realize pesquisas sob esta temática em uma maior e mais diversa amostragem, dada a escassez de estudos sobre o tema em língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARRETTO, Raquel Silva. RELACIONAMENTOS ABUSIVOS: UMA DISCUSSÃO DOS ENTRAVES AO PONTO FINAL. **Revista Gênero**, v. 18, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31312/18401>>. Acesso em: 30 out. 2022.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BECK, J. S. **Terapia Cognitiva-Comportamental: teoria e prática**. 2ª Ed. Porto Alegre. Artmed, 2013.

BIELSKI, D.C.; ZORDAN, E.P. Sentimentos predominantes, após o término do relacionamento amoroso, no início da adultez jovem. **Perspectiva**, Erechim. v. 38, n.144, p. 17-24, dezembro/2014. Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144_448.pdf>. Acesso em: 03 out 2022.

BORGES, L. S.; KUDO, S.S.P.O. O Rompimento Amoroso na Vida de Mulheres Adultas: Uma Análise da Elaboração do Luto a Partir da Gestalt-Terapia e da Terapia de Família. **Revista Brasileira de Terapia Familiar**, 5(1), julho, 2014 (176-198). Disponível em: <<http://abratef.org.br/2019/wp-content/uploads/2019/09/revista-vol5.pdf>>. Acesso em: 25 out 2022.

BUTTON, M.; LEWIS, C.; TAPLEY, J. Not a victimless crime: The impact of fraud on individual victims and their families. **Security Journal**. 27. 10.1057/sj.2012.11, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/263328450_Not_a_victimless_crime_The_impact_of_fraud_on_individual_victims_and_their_families>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei N.º 6.444, de 16 de dezembro de 2019**. Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para



dispor sobre o estelionato sentimental. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B1CAB48BBA21A23952DBC0DAEB04A26D.proposicoesWebExterno2?codteor=1854385&filename=Avuls+o+-PL+6444/2019>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 set. 2022.

BRUNO, J. N.; SANTOS, D. S.; SANTOS, A. M.; SOUZA, J. C. P. As estratégias de enfrentamento do luto após o término de uma relação amorosa. **Research, Society and Development**, v. 11, n.14, e264111436144, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36144>>. Acesso em: 30 out 2022.

CARVALHO, Cleide. Don Juan tupiniquim foi preso duas vezes por golpes via Tinder. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/don-juan-tupiniquim-foi-preso-duas-vezes-por-golpes-via-tinder-25391496>> Acesso em 03 de set de 2022.

CASTRO, Maria Luisa de. Estelionato sentimental: uma nova abordagem de responsabilidade civil frente às relações afetivas não protegidas juridicamente. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - **Universidade Federal de Rondônia**, Cacoal, 2016. Disponível em: < <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1815> >. Acesso em: 22 abr 2022.

CHAWLA, N.; TOM, A.; SEN, M.; SAGAR, R. Psychological Impact of COVID-19 on Children and Adolescents: A Systematic Review. **Indian Journal of Psychological Medicine**. Jul. 2021; 43(4): 294–299. Disponível em: <
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8327877/#:~:text=Psychological%20impact%20was%20operationalized%20as,substance%2Drelated%20behavior%20observed%20by>>. Acesso em: 29 out 2022.

COLETA, A. S. M. D.; COLETA, M. F. D. & GUIMARÃES, J. L. (2008). O amor pode ser virtual? O relacionamento amoroso pela internet. **Psicologia em estudo**, 13(2), 277-285, 2008. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/pe/a/R5cvWJVvKZLL4rsXMtz8bhS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jun 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05**, 2005. _____. Psicologia, ética e direitos humanos.

Dating and romance. **ScamWatch**, Austrália, 2010. Types of scams. Disponível em: <<http://www.scamwatch.gov.au/content/index.phtml/tag/DatingRomanceScams>>. Acesso em: 28 set. 2022.

DIOGO, Darcianne. Mulher é indiciada por aplicar golpe do PIX em homens no DF; veja fotos. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/06/5015336-mulher-e-indiciada-por-aplicar-golpe-do-pix-em-homens-no-df-veja-fotos.html>> Acesso em: 15 de set. de 2022.



FLETCHER, Emma. Romance scams take record dollars in 2020. **Federal Trade Comission – FTC**, Estados Unidos, 10 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.ftc.gov/news-events/data-visualizations/data-spotlight/2021/02/romance-scams-take-record-dollars-2020>> Acesso em: 16 de mar. de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Helton Simões. Brasil é 2º maior mercado do 'Império do amor', empresa que fatura US\$ 1,1 bilhão com relacionamento online. **G1**, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-e-2o-maior-mercado-do-imperio-do-amor-empresa-que-fatura-us-11-bilhao-com-relacionamento-online.ghtml>> Acesso em 19 de mar de 2022.

Homem é preso suspeito de estelionato afetivo em Barbacena; golpe chega a R\$ 1 milhão. **G1**, Rio de Janeiro, 12 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2022/08/12/homem-e-presosuspeito-de-estelionato-afetivo-em-barbacena-golpe-chega-a-r-1-milhao.ghtml>> Acesso em 09 de set de 2022.

LAMELA, D.; FIGUEIREDO, B.; BASTOS, A. Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, n.º. 3, p. 562-574, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/sWqkJzDdhFJm6m8g3bVNdBj/?lang=pt>>. Acesso em: 23 out 2022.

MARCONDES, M. V.; TRIERWEILER, M.; CRUZ, R. M. Sentimentos Predominantes Após o Término de um Relacionamento Amoroso. Brasília: **Psicologia, ciência e profissão**. v. 26 n. 1, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a09>. Acesso em: 12 out. 2022.

MARI, J. J., & Williams, P. (1986). **A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of Sao Paulo**. *The British journal of psychiatry: the journal of mental science*, 148, 23–26. Disponível em: <<https://doi.org/10.1192/bjp.148.1.23>> Acesso em: 04 de mar de 2022.

MARIA. **Entrevista I**. [out. 2022]. Entrevistador: Heric Gonçalves Campêlo. Brasília, 2022. 1 arquivo .mp3 (92 min., 32 segs.).

Modic, David & Anderson, Ross. (2015). **It's All Over but the Crying: The Emotional and Financial Impact of Internet Fraud**. *IEEE Security & Privacy*. 13. 99-103. 10.1109/MSP.2015.107. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283845359_It%27s_All_Over_but_the_Crying_The_Emotional_and_Financial_Impact_of_Internet_Fraud>. Acesso em 29 set 2022.

NERY, Clara. Policias do Rio e SP investigam suspeito de aplicar "golpes do *Tinder*". **Band**, 04 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://www.band.uol.com.br/noticias/brasilurgente/ultimas/policias-do-rio-e-sp-investigam-suspeito-de-aplicar-golpes-em-app-de-namoro-16503691>> Acesso em 10 de set de 2022.

OLIVEIRA, M.M.; ROSA, H. R.; VALENTE, M.L.L.C. A vivência do luto em decorrência do término de relacionamentos amorosos. **Revista Estudos**, v. 17, p. 173-194, 2013. Disponível em: <<http://201.62.80.75/index.php/estudos/article/view/861>>. Acesso em: 16 out 2022.



PAIVA, C.; FIGUEIREDO, B. Abuso no relacionamento íntimo e estado de saúde em jovens adultos portugueses. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, 5(2), 243–272, 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3726>>. Acesso em 18 out 2022.

REGE, A. What's love got to do with it? Exploring online dating scams and identity fraud. **International Journal of Cyber Criminology**, 3(2): 494-512, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228373590_What's_Love_Got_to_Do_with_It_Exploring_Online_Dating_Scams_and_Identity_Fraud>. Acesso em 25 set 2022.

Romance scams on the up during lockdown. **UK Finance**. Londres, Inglaterra, 2022. Disponível em: <<https://www.ukfinance.org.uk/press/press-releases/romance-scams-during-lockdown#summary>> Acesso em 16 de mar de 2022.

RONDON FILHO, E. B.; KHALIL, K. P. Scammers: Estelionato sentimental na Internet. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 21, n. 40, p. 43-57, 24 maio 2022.

Sacheto, Cesar. 'Fake lovers' roubam R\$ 250 milhões de duas mil vítimas no Brasil. **R7**, São Paulo, 22 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/fake-lovers-roubam-r-250-milhoes-de-duas-mil-vitimas-no-brasil-22122020>> Acesso em: 14 de mar. de 2022.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967

SHAUGHNESSY, J.J.; ZECHMEISTER, E. B; ZECHMEISTER, J. S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. 9ª ed. Porto Alegre: selo McGraw Hill, AMGH Editora, 2012.

Showing Dating & romance stats for 2021. **ScamWatch**, Austrália, 2022. Scam Statistics. Disponível em: <<https://www.scamwatch.gov.au/scam-statistics?scamid=13&date=2021>>. Acesso em: 29 set de 2022.

SILVA, G. M. L. Relacionamentos abusivos: Uma etnografia virtual sobre as redes de apoio femininas do Facebook. UNIFESP, Santos, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49817>>. Acesso em: 23 nov 2022.

THE TINDER Swindler (O Golpista do Tinder). Direção de Felicity Morris. Reino Unido: **Netflix**, 2002. Streaming (114 min.) Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/81254340?source=35>> . Acesso em 3 de Set 2022.

TJDFT. **Ex-namorado terá que ressarcir vítima de “estelionato sentimental”**. Set. 2014. Disponível em: < <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2014/setembro/ex-namorado-tera-que-ressarcir-vitima-de201cestelionato-sentimental201d>> Acesso em: 24 maio de 2022.

TJDFT. **Estelionato**. Direito Fácil, edição semanal. 2015. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/estelionato>> Acesso em: 12 de set de 2022.

VIORST, J. **Perdas Necessárias**. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

WHITTY, M.T. e BUCHANAN, T. The Online dating romance scam: The psychological impact on victims – both financial and non-financial. **Criminology & Criminal Justice**. 16



(2), pp. 176-194, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1748895815603773>> Acesso em 14 de mar. de 2022.

WHITTY, M.T. e BUCHANAN, T. The online romance scam: A serious cybercrime. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, 15(3), 181"183. doi:10.1089/cyber.2011.0352, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/221805037_The_Online_Romance_Scam_A_Serious_Cybercrime> Acesso em: 21 ago. 2022.



CAPÍTULO 7

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO

Gislaine Karine Silva de Lucena

psigislainelucena@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância do acolhimento a mulheres que sofrem violência doméstica. Esse é um problema social no Brasil e no mundo, que, muitas vezes, as instituições públicas não conseguem resolver adequadamente pela quantidade exacerbada de casos a cada novo dia. O método utilizado foi a revisão bibliográfica para demonstrar a estruturação de um grupo de acolhimento na perspectiva da prática de psicoeducação, trazendo as abordagens e as formas de condução, bem como habilidades e estratégias para os facilitadores. Por fim, acredita-se que quanto mais instituições públicas e privadas abrirem suas portas ao acolhimento, por meio de uma multidisciplinaridade a essa população, haverá mais mulheres resilientes e empoderadas.

PALAVRAS-CHAVE: acolhimento; violência doméstica; grupos de acolhimento e psicoeducação.

1 INTRODUÇÃO

Acolher é um ato de solidariedade, é olhar para a demanda do outro e simplesmente oferecer a ela um olhar cuidadoso, respeitoso. É ouvir e não julgar, validar e compreender a dimensão de cada indivíduo com suas histórias e vivências. Segundo Moreno (1974), o terapeuta que acolhe precisa transcender suas crenças culturais e pessoais para estar aberto àquilo que cada sujeito traz consigo, suas histórias, seus sentimentos, suas emoções e seus significados atribuídos ao vivido.

O acolhimento é essencial na prática terapêutica em especial quando se dedica a atender mulheres em condição de violência doméstica, que se caracteriza como um problema social e público, que envolve uma série de aspectos (como questões de gênero, educação e sociedade). É alarmante a situação mundial principalmente em tempos de pandemia, no qual mulheres e seus agressores passaram a viver no mesmo ambiente em tempo integral.

A partir dessa prerrogativa a proposta de grupos de acolhimento a vítimas de violência doméstica se faz mais que necessária diante da dificuldade do acesso a terapia individual. Sabe-



se que ainda existe uma elitização da psicologia, devido aos valores do serviço estarem acima da realidade da maior parte da população brasileira. Isso impede que seja feito um trabalho preventivo e que ocorra a ampliação do conhecimento sobre diversas condições, como sobre a violência doméstica.

No contexto grupal em especial no que se refere a esse fenômeno, existe um facilitador que vem a ser o pertencimento. Pertencer segundo Moriconi (2014), significa identificar-se, valorizar e cuidar de determinado lugar ou pessoas. Sendo assim, dentro dos grupos de acolhimento de mulheres vítimas de violência, o pertencer é perceber que existe uma rede de apoio, é trazer suas questões e demandas dentro de um grupo com vivências iguais as suas.

Diante da importância de refletir sobre essa temática propõe-se discutir a importância da psicoeducação nesse contexto. Segundo Matos (2012), a psicoeducação pressupõe alguns conceitos importantes para compreensão, visto que a maioria dos casos de violência doméstica é implícito o domínio do homem sobre a mulher. Por isso são abordados temas como, questões de gênero, patriarcado, tipos de abuso, características de relações de abuso, dos abusadores e das vítimas, as consequências emocionais, estratégias dos agressores e o mais importante a prevenção de revitimização.

A importância dessa revisão bibliográfica se justifica pela grande necessidade de profissionais capacitados a acolher mulheres em condição de violência em toda sua pluralidade. Em especial, a demanda por profissionais da psicologia, para que conheçam o quanto necessário é dar a oportunidade de conhecer esse fenômeno, e acolher de maneira eficaz e respeitosa todas as demandas, aplicando a psicoeducação e oferecendo espaço de fala.

2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

2.1 Breve histórico da violência contra a mulher no Brasil

Segundo, Bordieu (1994 *apud* Monteiro, 2012), é a partir do próprio corpo que formamos uma primeira identidade. O corpo define, inicialmente, por meio do sexo biológico, se a pessoa será identificada como (homem ou mulher). Como consequência desta primeira identificação é definido se a pessoa pertencerá ao grupo dos dominados (feminino) ou dominadores (masculino), cada qual desempenhando seu papel construído pela sociedade. E, desta forma o corpo é lugar de exercício do poder.

Segundo SAFFIOTI (2001), o contexto histórico cultural fez com que se naturalizasse a violência contra a mulher, afinal, o homem precisava expressar sua força não importando a quem afetasse ou causasse danos físicos e emocionais. As questões emocionais não tinham



validação e a mulher deveria cumprir suas tarefas domésticas e matrimoniais com esmero e dedicação principalmente nas relações conjugais, pois viviam abaixo das regras do patriarcado.

O patriarcado é o sistema no qual os homens têm dominância, sendo assim ele repercute em todo o sistema no qual, culturalmente, a mulher é vista como um sexo frágil. Com isso, aos homens, de maneira geral, são atribuídas qualidades referentes ao espaço público, domínio e agressividade. Já às mulheres foi dada a insígnia de “sexo frágil”, pelo fato de serem mais expressivas (afetivas, sensíveis), traços que se contrapõem aos masculinos e, por isso mesmo, não são tão valorizados na sociedade (AZEVEDO, 1985).

Segundo Azevedo e Guerra (2001), o termo violência doméstica foi exposto por meio das literaturas feministas para tornar pública a realidade de várias mulheres, que conviviam com a violência em seu cotidiano, tanto no âmbito familiar, quanto na vida privada. O movimento feminista político-social teve seu surgimento em 1971, na Inglaterra, tendo como marco a criação da primeira “casa abrigo”, para acolher mulheres violentadas por seus parceiros, essa iniciativa teve uma grande projeção, se espalhou por toda Europa e Estados Unidos (meados de 1970), o Brasil só foi alcançado na década de 1980.

Na década de 1970, por meio dos movimentos feministas as mulheres começaram a questionar os seus direitos e, a violência doméstica ganhou visibilidade e passou a ser tratada como um problema social. No Brasil só em 1988 por meio da Constituição Federal (BRASIL, 1988), artigo 5º, que foi igualado os direitos de homens e mulheres permitindo que o estado pudesse coibir a violência no âmbito familiar.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Porém no Brasil, era uma lei sem a devida regularidade. Aos abusadores era determinado pagamento de cestas básicas, o que gerava uma ideia de impunidade, visto que, as penas não faziam jus a proporção de sofrimento gerado às vítimas. Só em 2006 a lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), foi sancionada e a violência contra a mulher ganhou visibilidade no Brasil, por meio de sua história. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, a lei cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (BRASIL, 2006), conforme percebe-se no artigo 226,



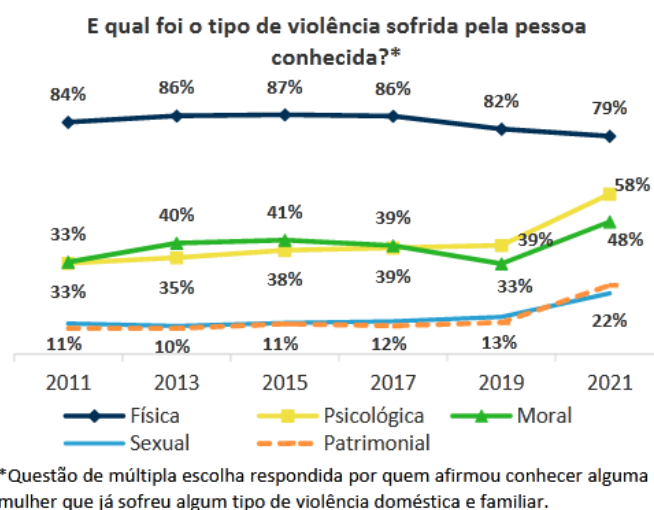
inciso 8º. O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 2006). A lei tem como principal objetivo proteger as mulheres brasileiras contra a violência doméstica e familiar, e criar debates sobre violência de gênero e bem-estar da mulher, visto que por meio dela criou-se uma nova percepção diante do fenômeno da violência contra a mulher.

2.2 Dados atuais da violência doméstica no Brasil em tempos de pandemia

O Brasil ocupa a 5ª colocação no *ranking* mundial de feminicídio, segundo o mapa da violência (WASELFISZ, 2015), atrás somente de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. De acordo com o FBSP (2021), em 2020 o país teve 3.913 homicídios contra mulheres, com 230.160 casos de lesão corporal dolosa por violência doméstica, registrados na polícia civil. Esses dados traz a urgência de que as mulheres necessitam de amparo psicológico, jurídico, social entre outros.

Segundo dados do portal de notícias do Senado Federal (DATASENADO 2021), numa pesquisa realizada em parceria com Observatório da Mulher contra a violência nos meses de outubro e novembro de 2021, pela central de atendimento pelo telefone, demonstrou que: a violência sofrida por mulheres conhecidas pelas brasileiras é principalmente física (79%), seguida por psicológica (58%), moral (48%), patrimonial (25%) e sexual (22%), é importante salientar que à exceção da violência física, todas as outras aumentaram consideravelmente conforme o mapa.

Figura 1. Percepção feminina sobre machismo e violência



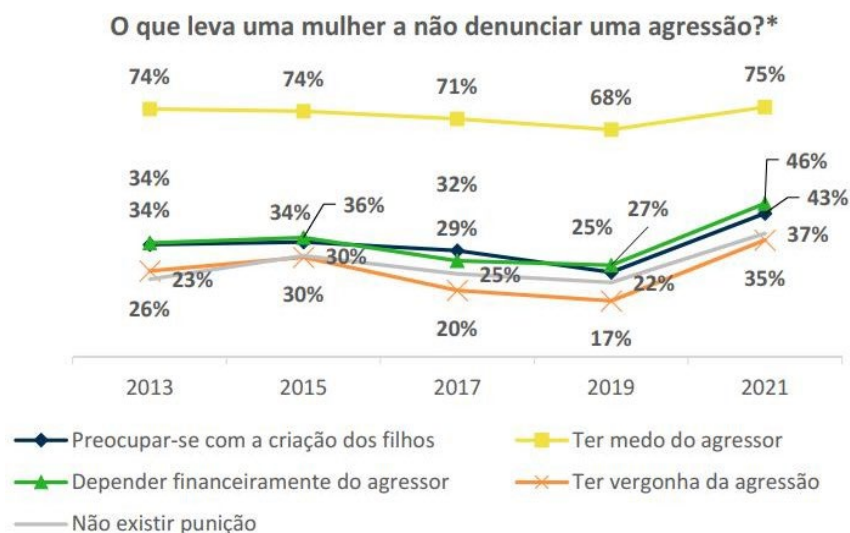
Fonte: Senado Federal (BR), Secretaria de Transparência, Coordenação de Controle Social, Serviço de Pesquisa DataSenado. Violência doméstica e familiar contra a mulher - dez/2021



A violência vista por meio desse parâmetro demonstra uma maior consciência das diferentes manifestações de violência com aumento expressivo de identificação da violência moral e psicológica.

Muitas são as condições que fazem uma mulher não denunciar os seus abusadores, segundo a pesquisa inúmeros fatores impedem que não haja denúncia sendo os mais expressivos: medo do agressor (75%), dependência financeira do agressor (46%) e a preocupação com a criação dos filhos (43%) (DATASENADO, 2021).

Figura 2. Motivos para falta de denúncia da agressão



Fonte: Senado Federal (BR), Secretaria de Transparência, Coordenação de Controle Social, Serviço de Pesquisa DataSenado. Violência doméstica e familiar contra a mulher - dez/2021

Segundo Marques e colaboradores, (2020) no Brasil, cerca de 36% das mulheres já afirmaram ter sofrido algum tipo de violência em algum momento da sua vida, esses atos de violência podem acarretar em diversos danos à saúde da mulher, interferindo diretamente na sua qualidade de vida. O medo, a insegurança e os traumas que ficam após os atos de violência são presença constante na vida das vítimas, constituindo-se como problemas e danos psicológicos, tão graves quanto às consequências físicas.

2.3 Tipos de violência contra a mulher

Segundo Oliveira (2007), a cultura naturaliza a posição da mulher, que é cobrada, em qualquer contexto, por normas e afazeres ditados por homens e reforçados por meio da família, escola, igreja, dentre outros. Isso faz com que, aos dominadores, seja reforçado o comportamento de agressividade e dominância, repercutindo assim em ciclos de violência, se em determinado momento o homem se sente ameaçado diante de tal virilidade.



Segundo Almeida (2017), a violência doméstica ocorre em detrimento da força masculina sobre a mulher, geralmente quando o homem tem ciência de sua força, a violência ocorre em multiplicidade. A palavra de origem latina vem vis, que significa força e traz a noção de superioridade física sobre o outro, em situações na qual os pesquisadores que se dispõem a analisar e avaliar o termo conclui que, ele se refere a conflitos de autoridade, a luta pelo poder e domínio de posse do outro e seus bens.

Segundo Saffioti (2004), a violência se caracteriza pela ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, psíquica, sexual e moral.

O artigo 7º da lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) estabelece o que são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras. São tipos de violência contra mulher: (I) Violência física – condutas contra sua integridade e saúde corporal;

(II) Violência psicológica – condutas que geram danos emocionais, à autoestima, ao desenvolvimento, que busque controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, incluindo constrangimentos, manipulação, isolamento, humilhação, perseguição, chantagem, dentre outros; (III) Violência sexual – que inclui qualquer tipo de ato sexual não consentido, inclusive obrigar a presenciar atos sexuais ou se envolver em atividades sexuais com terceiros, à abortar, engravidar, prostituir-se; (IV) Violência patrimonial – destruição ou retenção de bens pessoais, de trabalho ou lazer; (V) Violência moral – práticas de calúnia, difamação ou injúria.

Dentre muitos aspectos da lei foram criadas delegacias especializadas as (DEAM) e penas mais rigorosas aos agressores. O intuito da lei é de que a sociedade tenha ciência do que é o fenômeno da violência contra a mulher, e conheçam o trabalho das delegacias especializadas que fazem um trabalho multidisciplinar para implementação das políticas públicas no intuito de prevenção e erradicação da violência contra a mulher (Sagot, 2007; Schraiber *et al.*, 2007).

A lei 11.340/2006 mais conhecida como Lei Maria da Penha teve um ganho significativo em torno de todo seu contexto no ano de 2021, instituindo o crime de violência psicológica contra a mulher no código penal:

Art. 1º Esta Lei define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. (BRASIL, 2021).

Segundo Hirigoyen (2006), a violência psicológica não se trata de um desvio ocasional,



mas de uma maneira de ser dentro da relação: negar o outro e considerá-lo como objeto, sendo assim, mantém-se uma submissão, controle e lugar de poder. Segundo Fonseca e Lucas (2006), a violência emocional causa um prejuízo à competência emocional da mulher, expresso por meio de todo ciclo vivenciado, na tentativa de controlar ações, crenças, decisões, manipulação, ameaças a ela e aos filhos, humilhação, isolamento, rejeição e por fim agressão verbal.

Sendo assim é considerado como ato violento tudo o que causa danos à saúde psicológica da mulher. Os atos de hostilidade podem influenciar diretamente na autoimagem e na autoestima feminina. Segundo Bianchini (2018), a superioridade cria condições para que o homem se sinta à vontade a fazer uso da violência e permite compreender o que leva a mulher vítima da agressão a ficar muitas vezes inerte, em decorrência do medo imposto. (BIANCHINI, 2018).

A violência psicológica é silenciosa, porém latente para quem a vivencia. Dificilmente ser identificada e por ser uma violência que não sangra muitas vezes é invalidada. Essa é uma das questões mais importantes a serem trabalhadas no contexto do acolhimento a mulheres que vivem nessa situação. Importante salientar que tal desamparo ocasiona diversos sintomas frequentemente encontrados em vítimas de violência doméstica: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até o aparecimento de sérios problemas mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio (KASHANI; ALLAN, 1998).

2.4 Ciclos de violência contra a mulher

Apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, as agressões cometidas em um contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido. Com o tempo, os intervalos entre uma fase e outra ficam menores, e as agressões passam a acontecer sem obedecer à ordem das fases. Em alguns casos, o ciclo da violência termina com o feminicídio. (WALKER, 1979).

A primeira fase é permeada pela tensão e irritabilidade. O agressor se mostra tenso e irritado por coisas insignificantes, humilha a vítima, faz ameaças e destrói objetos, geralmente a vítima tenta acalmar o agressor, fica aflita e evita qualquer conduta que possa “provocá-lo”, se sente culpada, com medo e angustiada. Tende a negar que isso está acontecendo com ela e, muitas vezes, procura justificativas para o comportamento do agressor. (SOARES, 2005; HYRIGOYEN, 2006).

A segunda fase é marcada pelo momento de descontrole e explosão do agressor que o



leva ao ato violento. Nesta fase é como se toda a tensão acumulada na primeira fase se materializasse em violência (verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial). É comum que a vítima, fique sem reação por estar completamente vulnerável, em sofrimento psicológico. (SOARES, 2005; HYRIGOYEN, 2006).

A terceira fase é caracterizada pelos incontáveis pedidos de desculpas, no qual o homem assume a responsabilidade e tenta diminuir a proporção da gravidade do seu comportamento pedindo perdão pelos atos violentos. Para justificar tais ações esculpa os fatores externos como: bebida, drogas, estresse entre outros. Essa fase inclusive tem como objetivo que a companheira entenda que também errou e esqueça os atos, sendo assim se tornará mais atenciosa a tais comportamentos e evita que eles ocorram novamente (HIRIGOYEN, 2006).

Na quarta fase conhecida como “Lua de mel”, são reforçados os laços de amor, com carinho, atenção, presentes. Realiza todos os esforços para tranquilizar a mulher que acredita que tais ações não ocorrerão mais. Nesta fase que as vítimas retiram as queixas na delegacia. Segundo Hirigoyen (2006), por meio de tais atitudes o homem está sendo sincero e o que leva a repensar é o medo do abandono, a mulher por sua vez acredita que seu amor vai mudar e corrigir tais atitudes do parceiro. Porém, é esse mesmo medo que vai fazer com ele retome o ciclo para retomar o controle da vítima.

Muitas mulheres vivenciam tais ciclos por inúmeras vezes e são eles que definem a neutralidade das agressões e violências sofridas, justificando por meio deles a permanência na relação por diversos fatores, que muitas vezes terminam culminando na morte da vítima (HIRIGOYEN, 2006).

2.5 Consequências físicas e psicológicas da violência para a saúde da Mulher

Segundo Kashani e Allan (1998), cada tipo de violência gera prejuízos no desenvolvimento físico, cognitivo, moral, emocional ou afetivo. As doenças físicas podem ser percebidas por meio de contusões, hematomas, ou podem se tornar crônicas deixando sequelas a longo prazo ou até mesmo por toda vida, como deficiência física, traumatismos e limitações no movimento motor. Os sintomas psicológicos comumente encontrados são: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até mesmo problemas mentais como: depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático e comportamentos autodestrutivos como a ingestão excessiva de álcool e o uso de drogas.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM V (APA, 2013, p. 721), traz a definição de abuso psicológico a cônjuge ou parceiro confirmado com a seguinte



descrição:

O abuso psicológico de cônjuge ou parceiro engloba atos verbais ou simbólicos não acidentais cometidos por um dos parceiros que resultam, ou têm razoável potencial para resultar, em dano significativo ao outro. Esta categoria deve ser usada quando esse abuso psicológico ocorreu durante o ano anterior. Atos de abuso psicológico incluem repreender ou humilhar a vítima; interrogar a vítima; limitar a capacidade da vítima de ir e vir livremente; obstruir o acesso da vítima à assistência (p. ex., obrigação legal, recursos legais, de proteção, médicos); ameaçar a vítima com dano físico ou agressão sexual; causar dano ou ameaçar causar dano a pessoas ou coisas importantes para a vítima; restringir injustificadamente o acesso ou o uso de recursos econômicos pela vítima; isolar a vítima da família, de amigos ou de recursos de apoio social; perseguir a vítima; tentar fazê-la acreditar que está louca.

A violência psicológica compromete a saúde mental, ao interferir na crença que a mulher possui sobre suas competências, seu valor, sobre a habilidade de utilizar adequadamente seus recursos para o cumprimento das tarefas relevantes em sua vida. A mulher pode apresentar distúrbios na habilidade de comunicação, de reconhecer e comprometer-se, de forma realista, com os desafios encontrados, além de desenvolver sentimento de insegurança em relação às decisões a serem tomadas. Ocorrências expressivas de alterações psíquicas podem surgir em função do trauma, entre elas, o estado de choque, que ocorre imediatamente após a agressão, permanecendo por várias horas ou dias (BRASIL, 2001).

O transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), é muito recorrente em casos de violência doméstica no que concerne a forma em que a vítima se comporta após a violência sofrida. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM V (APA, 2013, p. 274), traz a definição de transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) a partir das seguintes características diagnósticas:

A característica essencial do transtorno de estresse pós-traumático é o desenvolvimento de sintomas característicos após a exposição a um ou mais eventos traumáticos. As reações emocionais ao evento traumático (p. ex., medo, desespero, horror) não fazem mais parte do Critério A. A apresentação clínica do TEPT varia. Em alguns indivíduos, sintomas de revivência do medo, emocionais e comportamentais podem predominar. Em outros, estados de humor anedônicos ou disfóricos e cognições negativas podem ser mais perturbadores. Em alguns outros, a excitação e sintomas reativos externalizantes são proeminentes, enquanto em outros, sintomas dissociativos predominam. Por fim, algumas pessoas exibem combinações desses padrões de sintomas.

Segundo SLEGH (2006), são observados traumas de duas origens nos casos de violência doméstica contra a mulher, são eles trauma tipo I, produzidos por eventos singulares com grande potencial de recuperação, em especial se a mulher tenha uma rede de apoio. Há, também, o trauma do tipo II, que pode perdurar por um longo tempo. Nestes casos, a vítima pode sofrer somatizações que desregulam completamente seus impulsos, ocasionando depressão, mudanças na relação com pessoas, com o meio, com o sentido da vida, pânico, ansiedade, comportamentos



antissocial entre outros.

A violência psicológica faz com que a mulher questione as suas atitudes e seculpabilize por muitas vezes não conhecer os seus direitos e valores. Isso pode acabar aumentando a probabilidade de que acabem sofrendo novas agressões, sejam físicas, psicológicas ou, ainda, outras. Há, ainda, o risco de não conseguirem cobrar por seus direitos legais. Por isso se faz necessário falar sobre a revitimização (Brasil, 2006).

Revitimização é o processo que a mulher vítima de violência sofre ao buscar os serviços de saúde, segurança, familiares sem receber o devido acolhimento, reflexo da cultura machista que opta pelo julgamento no lugar do acolhimento (Brasil, 2006). A revitimização institucional ocorre todas as vezes em que a palavra da vítima é questionada, invalidada, todas as vezes em que tem que relatar a história e consequentemente revivê-la, caracterizando assim uma violência psicológica, de órgãos que deveriam atuar para a proteção das mulheres que vivem esse fenômeno.

É importante salientar que a vitimização secundária é um agravante a vítimas de violência doméstica, visto que, diminui a quantidade de notificações pelo medo do julgamento, gerando sentimentos de: desamparo, frustração, descrédito e desconfiança aos sistemas de segurança e proteção das vítimas (BRASIL, 2006).

Devem ser aplicadas todas as diretrizes da lei Maria da Penha 11.340/2006 a fase judicial, para que o sistema proteja a mulher em situação de violência doméstica a revitimização como define o artigo 10 para que seja oferecido um atendimento digno e humano as vítimas desse fenômeno. Assim, segundo a lei, diante dos casos de violência doméstica, a polícia deve aplicar as medidas cabíveis (BRASIL, 2006).

O direito da mulher em situação de violência doméstica deve ser garantido por meio de atendimento especializado, ininterrupto e, de preferência, de policiais do sexo feminino. O atendimento deve garantir a segurança física, psíquica e emocional da mulher, garantindo que não haja contato com o agressor. Também é vedada a revitimização, devendo-se evitar que a mulher seja obrigada a repetir continuamente o caso de violência que sofreu (BRASIL, 2006).

Se faz necessário o conhecimento acerca das leis de revitimização das mulheres que sofrem o fenômeno da violência doméstica a fim de que aja uma psicoeducação as pessoas que têm interesse em acolher as vítimas e em especial as mulheres que vivenciam. Além disso, é importante que as mulheres sejam informadas sobre os direitos que possuem (BRASIL, 2006).



3. IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO

O que se propõe chamar atenção nesse estudo é que o acolhimento e assistência psicológica a mulheres que vivem esse fenômeno seja ampliado, visto que as políticas públicas nem sempre conseguem amparar toda a massa. Propor que a psicologia social precisa ser trabalhada e debatida nos campos universitários para que dentro do campo de estudos multidisciplinar possa criar condições de promoção e prevenção da saúde. Assim cada vez mais pessoas tenham oportunidade de trazer suas questões sem que se sintam ameaçados, julgados ou excluídos, tendo assim a oportunidade de escuta em grupos com as mesmas vivências para que exista diálogo e construções conjuntas.

Conforme apontam Borges, Mayorca e Barcellos (2014), a partir do acolhimento o sujeito tem a oportunidade de se realocar dentro de sua realidade, organizando o que foi perdido e recombinao o que ainda está por vir. Fortalece-se assim, a sua resiliência na perspectiva de um novo futuro. Por isso é tão importante que novos profissionais tenham esse olhar para o acolhimento psicológico principalmente a quem se dedica ao fenômeno da violência doméstica.

Segundo Matos (2011), refletindo sobre a solidão da mulher vítima de alguma violência dentro de relações amorosas, a intervenção em grupo é um método que amplia as possibilidades de refletir sobre a violência e lidar com seus reflexos. A troca de experiências entre as mulheres pode despertar compreensões sobre sua situação e colaborar com o processo individual de cada mulher. Além disso, é necessário discutir sobre feminismo e sua importância para a conscientização dos direitos das mulheres e das relações de poder as quais são submetidas. Por fim, a psicologia, em geral, também pode auxiliar as mulheres nesse processo que é individual e também coletivo.

Adames (2018), propõe que o acolhimento psicológico destinado a esse público seja trabalhado de forma assertiva e ética tendo em vista que toda a pluralidade do indivíduo seja considerada de forma integral e sistêmica. Aponta, também, que os espaços especializados estejam cada vez mais engajados no acolhimento humanizado e com uma escuta qualificada, com ambientes apropriados a fim de oferecer subsídios de enfrentamento e reflexão das demandas.

3.1 Psicoeducação

Segundo Wood (1999), a psicoeducação é uma modalidade de intervenção psicossocial que trabalha melhor compreensão e entendimento de um fenômeno. Isso é importante no contexto da violência doméstica, principalmente porque a solidão é latente em mulheres que



vivem essa situação. Não sabem a quem pedir ajuda e, muitas vezes, nem mesmo reconhecem facilmente a violência doméstica para além do que é físico.

A proposta de trabalho em grupo faz com que exista mais possibilidades de debater sobre a violência, através das vivências individuais. Segundo Matos e colaboradores (2012), a intervenção em grupo permite às mulheres que validem suas experiências, recebam informações, deem e recebam suporte emocional e ampliem suas alternativas de lidar com a situação e com essa perspectiva que se propõe a escuta qualificada, livre de julgamentos e com empatia diante da demanda do outro.

A psicoeducação teve seu início em 1970, surgindo como um modelo que envolve o paradigma da complexidade da espécie humana. Envolve distintas disciplinas e teorias que podem ser inter-relacionadas para compreender e aplicar suas técnicas frente ao adoecimento do indivíduo. Tem como objetivo principal realizar, prevenção, promoção e educação em saúde. (WOOD et al., 1999). Segundo Lemes (2017), para a obtenção de resultados com a psicoeducação é preciso um trabalho direcionado, não se deve aplicá-la de forma indiscriminada. Para isso, é importante que sejam desenvolvidos projetos direcionados para que, dessa forma, seja positiva a sua utilização psicoterapêutica.

Segundo Matos (2012), no que diz respeito a fragilidade emocional de mulheres que vivem ou já viveram dentro desse contexto, é preciso dotá-las de um discurso de poder e mobilizar a suas competências, empoderando-as. Esta forma de intervenção concebe a crise como um momento de oportunidade ou risco, em que é necessário ativar os recursos da vítima face às exigências que lhe são impostas pela situação que ela vive

A psicoeducação sociológica segundo Wood (1999), é a direcionada a grupos, que ao ser trabalhada se tem como objetivo trazer a consciência de comportamentos, ideologias e valores sociais. O maior objetivo da psicoeducação em grupos é educar, no contexto grupal por meio das trocas vivenciais por meio dos conhecimentos adquiridos elucidando uma maior consciência e maior desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais e de apoio mútuo entre os acolhidos.

Segundo Matos (2011), esta modalidade terapêutica de psicoeducação, é de tempo limitado e tem por base algumas tarefas fundamentais: (I) Promover esclarecimentos sobre o ciclo de violência junto as vítimas, validando os sentimentos que possam surgir a partir dessa perspectiva, responsabilizando o papel do agressor dentro dessa situação; (II) Oferecer encontros multidisciplinares, em especial ao curso de Direito, para que sejam tratadas questões legais; (III)



Pontuar as estratégias dos agressores; (IV) Prevenir a revitimização da mulher e dos filhos; (V) Ampliar as perspectivas sociais e financeiras a partir dos encontros que enaltecem os potenciais individuais das acolhidas; (VI) Elaborar um plano de segurança temporário com bases nos projetos sociais do governo do estado e federal.

Segundo Sobel e colaboradores (2013), um grupo terapêutico é caracterizado pelo encontro entre duas ou mais pessoas com uma frequência preestabelecida, que tenham objetivos próximos e que uma delas, geralmente o terapeuta ou facilitador (o que traz uma sensação de proximidade ao acolhido), tenha um conhecimento mais aprofundado sobre esta "queixa" comum no grupo. Sendo necessário uma sala, um contrato de sigilo, horários e dias fixos. Sendo assim, atendimento grupal tem destaque, pois auxilia para um trabalho de educação e mudanças de hábitos.

Para Matos (2011), um grupo vivencial possui um/a facilitador/a, que possibilitará que o processo do grupo se desenvolva, partindo do princípio de que este profissional não irá dirigir ou determinar o processo do grupo, mas tão somente proporcionar condições facilitadoras para o seu desenvolvimento. Para Wood (1983), o objetivo da terapia de grupo é facilitar e auxiliar na criação de um espaço em que cada ser possa expressar-se livremente.

Antes que o facilitador possa intermediar o processo precisa ter a sensibilidade de conectar as demandas do grupo. Assim, pode-se propiciar o encontro das realidades existenciais, possibilitando a troca, a validação e respeito mútuo entre os participantes em especial ao fenômeno da violência.

O grupo de encontro é uma das modalidades do grupo vivencial que, segundo Fonseca (1988), tem como característica fundamental o fato de que:

o facilitador não tem nenhum programa *a priori* para o grupo. O que interessa à sua proposta é que as pessoas, as realidades existenciais presentes no grupo, efetivamente se encontrem. Que se descubram, que se criem e recriem ativamente, a partir da espontaneidade da dinâmica das relações, da multiplicidade de suas perspectivas pessoais e coletivas, tanto em termos da subjetividade, comportamentos e ações dos segmentos deste e das pessoas individuais (p. 20).

Rogers (1978, p. 03) define o grupo de encontro como um método de trabalho que "pretende acentuar o crescimento pessoal e o desenvolvimento e aperfeiçoamento da comunicação e relações interpessoais, através de um processo experiencial". Os encontros grupais proporcionam maior interesse em inovar e maior abertura para expressar sentimentos escondidos, produzem a mudança construtiva para se posicionarem em um ambiente essencialmente democrático.



Segundo Rogers (1978), o sentimento de empatia e calor humano gerado nos grupos é o que potencializa a evolução grupal. Por meio dos grupos os indivíduos passam a conhecer a si mesmo e aos outros de uma forma mais generalista, toma conhecimento até mesmo do que não é reconhecido em si, aquilo que se esconde. Por meio dessa experiência tende a se relacionar melhor consigo e com os outros. Com isso o papel do facilitador é estar presente, e permitir que os indivíduos possam se movimentar dentro do contexto explanado de forma livre, estabelecer os princípios valores e acolher as demandas.

Segundo Matos, (2011 *apud* GROTSKY, 2000), alguns requisitos são fundamentais para o funcionamento adequado de um grupo de acolhimento. O primeiro é capacidade de reforçar comportamentos. O facilitador deve ter uma atenção empática as participantes do grupo, de modo que perceba algo em sua imagem ou comportamento, reforçando e destacando atitudes, encorajando-as a permanecer no grupo e validando as falas.

O segundo requisito é a capacidade de partilhar sentimentos com o grupo. A importância que grupo saiba o que levou o facilitador escolher o trabalho. Podendo expressar seus sentimentos, mas com cuidado para não tornar o grupo ouvinte de suas questões pessoais. O grupo é voltado as acolhidas, e as histórias do facilitador servem para que as participantes se sintam pertencentes, desde que sejam pertinentes ao objetivo e assuntos tratados no grupo (MATOS 2011, *apud* GROTSKY, 2000).

Ser claro quanto aos limites do grupo é outro requisito ao qual o facilitador deve estar atento. Deve estabelecer regras do que é permitido, os limites devem ser estabelecidos na primeira semana dos encontros e deve haver a anuência de todas as participantes (MATOS 2011, *apud* GROTSKY, 2000).

Matos (2011, *apud*, ROSENBERG, 1996), traçam o perfil e características pessoais dos facilitadores, são elas: (I) Empatia: Capacidade de fornecer e oferecer suporte emocional as acolhidas; (II) Otimismo: Capacidade de oferecer as acolhidas um olhar de confiança, sendo otimista em relação as questões pessoais, validando os processos de mudança; (III) Espontaneidade e criatividade: Diante dos imprevistos de um grupo terapêutico é de suma importância que o facilitador saiba lidar com questões pontuais diante de demandas específicas, por vezes embaraçosas, com uma capacidade de avaliar a situações por diversos ângulos.



Segundo Matos (2011 *apud* Martins 2008), por meio da escuta ativa o facilitador cria condições para responder de forma empática e cria eficiência no diálogo de forma que as acolhidas absorvam o conteúdo do assunto proposto, manifestem-se e se sintam valorizadas. Sendo assim o facilitador cria um vínculo de pertencimento ao grupo.

Segundo Machado (1994), o grupo deve ser incentivado a reflexão, com perguntas abertas e esclarecidas pelo facilitador afim de trabalhar o foco que é a violência doméstica. Por fim o facilitador é um indivíduo que faz parte do grupo, está lado a lado das acolhidas e deve estar apto a fazer ajustes e estar livre de preconceitos diante das mais diversas demandas, desenvolver habilidade e interação entre as participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo surgiu da necessidade de ampliar as oportunidades de amparo psicológico e social a mulheres vítimas de violência doméstica. Visto a necessidade de criar possibilidades de acesso a pessoas que vivenciam esse fenômeno a presente revisão bibliográfica demonstra que se faz necessária a criação de práticas de intervenção a mulheres em condição de violência doméstica para que o acolhimento ocorra de forma pluralizada. Como a violência é muito trabalhada no âmbito jurídico, a proposta é que exista uma multidisciplinaridade e os profissionais e acadêmicos de psicologia tenham a oportunidade de estudar esse fenômeno de ordem psicossocial.

A proposta de intervenção é a de grupos de acolhimento que tem como base o pertencimento, visto que no âmbito jurídico os abusadores têm como punição a obrigatoriedade em participar de reuniões socioeducativas. Essa determinação é estabelecida pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), enquanto para vítima sobra solidão e o descaso do estado.

A intervenção grupal tem como objetivo elucidar questões por meio de psicopromoção e a procura é livre. A intenção dessa prestação de serviço é para que a mulher seja dotada de poder, para que redescubra seus desejos e potencialidades e ao se deparar com vivências semelhantes e possam ter uma ampliação na perspectiva do fenômeno, respeitando a singularidade de questões pessoais.

A proposta da intervenção psicológica é de que, por meio da percepção do abuso e reconhecimento dos ciclos de violência, a mulher seja dotada de conhecimento e direcionamento junto a multidisciplinaridade que pode ser trabalhada junto ao grupo. Isso se mostra importante tendo em vista a posição do Brasil no *ranking* de países mais violentos do mundo (o Brasil figura no 5º lugar), segundo o Mapa da violência (WAISELFISZ, 2015).



Cabe destacar que a pandemia em decorrência do coronavírus (COVID-19), deixou diversas vítimas em casa em tempo integral com seus agressores. Essa situação aumentou a necessidade de se observar, cada vez mais, a importância de acolher as diversas demandas vivenciadas por inúmeras famílias, principalmente no âmbito da violência doméstica.

Por meio dessa pesquisa ficou evidente a importância de abrir as portas das instituições acadêmicas ao acolhimento, a esse a outros diversos fenômenos que devem ser tratados a partir de grupos. Há, assim, a necessidade de capacitar discentes e docentes a vivências reais e a transformação no âmbito psicológico e de intervenção psicossocial, com ética diante das demandas para que os usuários que buscam esse serviço tenham sua saúde resguardada e necessidades atendidas.

REFERÊNCIAS

ADAMES, Bruna; BONFÍGLIO, Simoni Urnau; BECKER, Ana Paula Sesti. Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 2, p. 1-12, 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2980. Acesso em 15 set. 2021.

ALMEIDA TELES, Maria Amélia; DE MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. Brasiliense, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência psicológica doméstica: vozes da juventude**. São Paulo: Lactis - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001.

BIANCHINI, Alice. Coleção Saberes Monográficos - **Lei Maria da Penha**. Edição: 4ª. Editora Saraiva, 2018. ISBN: 9788553600236. Disponível em: encurtador.com.br/aivK6. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: encurtador.com.br/lmpIK. Acesso em 28 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (**Lei Maria da Penha**). Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: encurtador.com.br/mMP27. Acesso em 03 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, 2001. Disponível em: encurtador.com.br/myANO. Acesso em 03 nov. 2021.



FONSECA, A. (1988). **Grupo, fugacidade, ritmo e forma: processo de grupo e facilitação na psicologia humanista**. São Paulo: Ágora.

FONSECA, PAULA MARTINEZ; LUCAS, TAIANE NASCIMENTO SOUZA. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>. Acesso em 05 out. 2021.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/fuyGO. Acesso em 10 mar. 2022.

HIRIGOYEN, Marie – France. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KASHANI, Javad H .; ALLAN, Wesley D .; ALLAN, Wesley D. **Impacto da violência familiar em crianças e adolescentes** . Sage, 1998.

LEMES, Carina Belomé; ONDERE NETO, Jorge **Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde**. Temas em psicologia, v. 25, n. 1, p. 17-28, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/dgoF2. Acesso em 23 mar.2022.

MARODIN, Marilene. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. **Mulher: Estudos de gênero**, p. 09-18, 1997.

MARQUES, Emanuele Souza et al. **A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00074420, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/mFMSZ. Acesso em 28 set. 2021

MATOS, M., Machado, A., Santos, A., & Machado, C. (2012). **Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia**. *Análise Psicológica*, 30, 79-91. Disponível em: encr.pw/t61UH. Acesso em: em 03 nov.2021

MATOS, Marlene; MACHADO, Andreia. **Violência Doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas: Manual para profissionais**. 2011. Disponível em: encurtador.com.br/efgt5. Acesso em: 03 out. 2021.

MAYORCA, Daniela Sevegnani; BORGES, Lucienne Martins; BARCELLOS, Ana Raquel. **ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONJUGAL ATRAVÉS DA CLÍNICA**

PSICODINÂMICA EA LEI MARIA DA PENHA. Integración Académica en Psicología.,v. 2, n. 5, 2014. Disponível em: encurtador.com.br/iEPQ4. Acesso em 24 set. 2021

MONTEIRO, Fernanda Santos. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. 2012. Disponível em: encurtador.com.br/dmBKO. Acesso em 24 ago.2021.

MORENO, J. L. **Psicoterapia de grupo e Psicodrama**. São Paulo: Mestre Jou, 1974. Editora livro Pleno.



MORICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e identidade**. Campinas, SP: [sn],2014. Disponível em: encurtador.com.br/kpEO2. Acesso em: 24 de ago. 2021

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas**. Journal of Human Growth and Development, v. 17, n. 1, p. 39-51, 2007. Disponível em: encurtador.com.br/otAET. Acesso 23 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: encurtador.com.br/mpHLN. Acesso em: 10 mar. 2022.

ROGERS, Carl, **Grupos de encontro**, São Paulo, Martins Fontes, 1970.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, p. 115-136, 2001. Disponível em: encurtador.com.br/egtCH. Acesso em: 10 mar. 2022

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, L. B. et al., (2007). **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil**. *Saúde Pública*, 41(5), 797-807. Disponível em: encurtador.com.br/gmKMX. Acesso em: 03 out. 2021.

AGOT, M. (2007). **A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos**. In S. N. Meneghel (Org.), *Rotas críticas: mulheres enfrentando a violência* (pp. 23-50). São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.

Senado Federal (BR), Secretaria de Transparência, Coordenação de Controle Social, Serviço de Pesquisa DataSenado. **Violência doméstica e familiar contra a mulher-dez/2021**. Disponível em: encurtador.com.br/nDV68. Acesso em 10 de mar. 2022.

SLEGH, Henny. **Impacto psicológico da violência contra as mulheres**. Publicado em “outras Vozes, n. 15, 2006.

SOARES, Bárbara M. IN: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a Violência contra a mulher – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, 64p. 2005. Disponível em: encurtador.com.br/bxQU6. Acesso em 23 de março de 2022.

SOBELL, Linda Carter; SOBELL, Mark B. **Terapia de grupo para transtornos por abuso de substâncias: abordagem cognitivo-comportamental motivacional**. Artmed Editora, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo, “**Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**,” *Curadoria Enap*, Disponível em: encurtador.com.br/pvJ07. Acesso em 24 set. 2021.

WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979



CAPÍTULO 8

INDIVIDUAÇÃO FEMININA: UMA ANÁLISE FEMINISTA E JUNGUIANA DO ARQUÉTIPO DA MULHER SELVAGEM

Talissa Machado Guimarães

ttalissa@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar o autoconhecimento feminino abordando o processo de individuação da Psicologia Analítica e as questões culturais que prejudicam a saúde mental da mulher e dificultam esse processo. O artigo utilizou como metodologia revisão de literatura, analisando capítulos de livros e artigos científicos de 2001 a 2021. Conclui-se que a individuação feminina é um processo reconhecido no ciclo de vida-morte-vida, sendo mencionado ao longo do artigo pelo arquétipo da Mulher Selvagem, onde a mulher desconstrói e ressignifica muito do que aprendeu socialmente, para que se torne quem verdadeiramente é.

PALAVRAS-CHAVE: arquétipo da Mulher Selvagem; Psicologia Analítica; individuação e feminismo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo originou-se através de vivências e percepções acerca do lugar que a mulher ocupa na sociedade e no mundo, da busca incessante de cumprir com padrões sociais e de ser aceita tal como é sem esforços. Busca-se viabilizar a conscientização dos fatores socioculturais que debilitam e enfraquecem psicologicamente as mulheres, trazendo grande sofrimento psíquico e poucas direções para o reconhecimento de seu *Self*, sua verdadeira essência.

Procura-se refletir sobre o processo de socialização feminina e o quanto as questões culturais e sociais invalidam a voz feminina e reprimem sua natureza instintiva. Dito isso, pretende-se abordar a individuação feminina por meio de uma perspectiva coletiva, cultural e social, apresentando o feminismo como uma forma de conscientização do patriarcado, além de apresentar a perspectiva baseada na teoria junguiana de Carl Gustav Jung e na obra “Mulheres que correm com os lobos” da autora junguiana Clarissa Pinkóla Estés.

A compreensão das teorias feministas é necessária para ampliar o entendimento sobre o patriarcado, sendo este, o sistema social que impõe uma estrutura de poder. O sexismo na sociedade patriarcal, é a discriminação e a desqualificação da mulher em relação ao homem,



uma concepção social que foi construída, na qual as mulheres são inferiores aos homens (MURTA et al, 2012).

Durante muitos anos as mulheres foram submetidas a diversos tipos de violência, sendo o silenciamento, a repressão e a imposição de valores algumas das violências que ainda permeiam na atualidade. Entre as consequências mais diretas do sexismo, existe a violência contra a mulher e o controle que é estabelecido sobre seus corpos e sexualidade. Os valores herdados de uma sociedade predominantemente patriarcal ainda influenciam e dificultam o desenvolvimento da mulher no mundo e o reconhecimento de sua verdadeira identidade, seu verdadeiro eu.

Para facilitar o entendimento do(a) leitor(a), o artigo será dividido em três eixos, o primeiro abordando o processo de individuação, como a realização de si mesmo, por meio da perspectiva junguiana. O segundo eixo pretende viabilizar, a partir de um recorte histórico, a conscientização de como a socialização feminina interfere no processo de individuação da mulher, apresentando a importância do feminismo. E no terceiro eixo será apresentado o arquétipo da Mulher Selvagem exposto na obra “Mulheres que correm com os lobos” da autora junguiana Clarissa Pinkóla Estés como um percurso para individuação feminina.

O arquétipo da Mulher Selvagem surge como o simbolismo de características que a sociedade reprimiu, silenciou e retirou das mulheres por muito tempo. Representa a essência feminina. A compreensão da natureza da Mulher Selvagem é uma prática, manifestando o sentido original da Psicologia em sua etimologia: conhecimento da alma. Dessa forma, o termo “selvagem” não é utilizado em seu atual sentido pejorativo, mas sim no sentido original, de viver uma vida natural, com sua integridade inata e limites saudáveis, reconhecendo assim, suas potencialidades, sua força interna e seus ciclos naturais (ESTÉS, 2014).

Dito isso, a relevância desse artigo é compreender, a partir da perspectiva da Psicologia Analítica e das teorias feministas, a importância da desconstrução de ideais e valores impostos social e culturalmente. Busca-se com esse estudo, contribuir no processo de realização da mulher no mundo e na conscientização de seus aspectos coletivos e individuais. Sendo de extrema importância na aplicação prática da clínica psicológica, contribuindo para os estudos de uma Psicologia feminista, na qual a análise do contexto sociocultural é tão importante quanto as questões subjetivas das mulheres.

A pesquisa desenvolvida é uma revisão da literatura, caracterizada em nível exploratório, por ter como finalidade desenvolver, esclarecer e/ou atualizar conceitos e ideias,



podendo auxiliar no desenvolvimento de futuros estudos, fornecendo maiores informações sobre a temática. Tendo como objetivo a compreensão de um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado (GIL, 2008).

O delineamento da pesquisa foi desenvolvido a partir de materiais obtidos em livros e artigos científicos. Os materiais retirados em livros foram selecionados dentro da literatura feminista e/ou com o embasamento da teoria junguiana. Os materiais obtidos em formato eletrônico, foram escolhidos em de fontes de revistas científicas de psicologia e saúde, nas seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia), selecionados no idioma português e publicados no período de 2001 a 2021.

2 O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO

O autoconhecimento abordado nesse artigo será a partir da realização de si mesmo, na perspectiva junguiana, nomeado de “processo de individuação”. De acordo com Jung (2000), a psique é formada por duas metades contrárias que, juntas, formam um todo. O processo de individuação é o percurso de desenvolvimento, no qual há assimilação entre essas duas partes, consciente e inconsciente, para que juntas possibilitem a realização do indivíduo no mundo. Dessa união manifestam novas situações, estados de consciência e perspectivas. “Consciência e inconsciente não constituem uma totalidade, quando um é reprimido e prejudicado pelo outro.” (JUNG, 2000, p. 281)

De acordo com Stein (2020), na psicologia junguiana, o processo de individuação vai além de uma descrição básica do desenvolvimento individual ao longo da infância e da juventude. A construção das vivências experienciadas pelos indivíduos são praticamente o acúmulo de formações biogenéticas e psicogenéticas e de influências culturais. A individuação, portanto, é um princípio psicológico que produz a ampliação da consciência que vai além do pessoal e alcança o arquetípico ou o campo coletivo.

2.1 Inconsciente pessoal, inconsciente coletivo, arquétipo e persona

Na teoria junguiana existem duas camadas do inconsciente. O inconsciente pessoal que, segundo Jung (1980), representa a parte subjetiva, sendo formado por conteúdos que se tornaram inconscientes tanto pelo seu baixo limiar de valor afetivo, e por isso, não chegam à consciência ou de conteúdos que chegaram à consciência, mas em baixa intensidade. E a outra camada que compõe junto com o inconsciente pessoal de cada indivíduo, é o inconsciente coletivo que vai além das individualidades, sendo a parte da psique que não contém conteúdos



relacionados à experiência pessoal, mas sim conteúdos adquiridos hereditariamente, arquétipos e instintos de toda a humanidade ao longo do tempo.

Em cada indivíduo existe além das recordações pessoais, imagens humanas universais e originárias que são herdadas e se repetem mundialmente. Essas imagens primordiais foram denominadas por Jung como “arquétipos”, sendo os aspectos mais antigos e universais da imaginação humana, atingindo simultaneamente sentimento e pensamento. São considerados uma experiência primordial do não-eu da alma, podendo se tornar conscientes, sendo feita a reinterpretação do acontecimento original de acordo com as vivências e símbolos individuais (JUNG, 1980).

Desse modo, os arquétipos não tem um ponto específico de origem, mas provém de vivências constantemente revividas pela humanidade, por meio de impressões gravadas pela repetição e reações subjetivas, procedendo empiricamente como tendências à reprodução das mesmas experiências, como uma força que influencia na ação, dessa forma, representam o modelo básico do comportamento instintivo. (GUGGENBHUL-CRAIG, 1980 *apud* PARISI, 2009).

Os arquétipos, assim como a cultura, estão sempre sendo atualizados dentro de cada contexto, podendo ser representados na união do momento de vida particular e único de cada ser e nas referências coletivas e históricas. Cada época histórica tem seus arquétipos dominantes tanto femininos quanto masculinos, sendo o comportamento determinado pelos padrões predominantes naquele contexto no inconsciente coletivo.

De acordo com Stein (2005), os arquétipos, sendo aspectos coletivos e culturais, estão sempre em movimento, sempre se atualizando, de forma que algumas características se alteram conforme o desenvolvimento de seus papéis durante a história. Um arquétipo para ser considerado uma referência coletiva, deve se manifestar em diferentes culturas ao longo do tempo, por isso tem como características a universalidade e o dinamismo, por se desenvolver e se atualizar conforme o curso da humanidade.

Cada momento histórico atribui características como orientações a serem seguidas, assim como determina as que não devem ser seguidas. Por isso, ao tratar de um valor, de princípios, de uma tendência, é importante considerar fatores como a estrutura familiar de origem, o contexto social, a cultura, o momento histórico, o momento pessoal, o gênero, entre outros (MULLER, 2008).



O movimento presente na individuação, denominado dialética, é importante para o reconhecimento dos opostos que compõem o todo da personalidade, *Self*. Sendo um processo dinâmico de troca, interações e mútuas interferências que gera paradoxos, tensões e contradições. A dialética é essencial para o reconhecimento de todos os lados que integram o próprio ser: individual e coletivo, bem e mal, certo e errado, luz e sombra, consciente e inconsciente, essência e persona.

É desse movimento dialético que surge o momento de crise e de questionamentos, quando o individual e o coletivo se encontram, gerando conflito entre a essência e o que foi aprendido socialmente. Sem esse movimento não existe a individuação, por isso é importante considerar tanto o contexto histórico ponderando as questões sociais da época, quanto as questões individuais de cada mulher. Considerando que por mais que o movimento e o percurso para a individuação sejam similares, cada mulher possui suas particularidades a serem refletidas.

A individuação exige a conscientização e separação das qualidades coletivas que foram internalizadas na adaptação individual de exigências de um ambiente cultural. A persona, é a máscara psicossocial que os indivíduos desenvolvem ao longo da vida como forma de adaptação sociocultural. É um segmento da psique coletiva atuando como individualidade e pode se tornar aversiva à individuação dependendo do quanto o indivíduo se identifica com ela e se afasta do *Self*. Essa separação é feita a partir da distinção entre o indivíduo e as qualidades assimiladas como sendo o *Self*, o núcleo de sua personalidade, os valores e as convicções mais fundamentais (STEIN, 2020).

De acordo com Jung (1980) a primeira etapa da individuação é a retirada da persona. Essa retirada é o início da individuação, na qual é marcada por uma crise, que geralmente traz conteúdos desconfortáveis, sendo necessário o questionamento sobre a forma de socialização, sobre os preconceitos culturais e sobre a opressão social que as mulheres sofrem ao longo da história que impedem e restringem a realização de si mesmas. Dentro dessa etapa falaremos adiante sobre a conscientização do feminismo.

2.2 *Self* e ego

O *Self* é a totalidade da psique humana que atua como centro organizador inato, regulando imagens oníricas e possibilitando o desenvolvimento e maturação psíquica. Jung considera o *Self* como o arquétipo central, o arquétipo da ordem e da totalidade da personalidade, é um fator de orientação muito distinto ao Ego e a consciência (JUNG, 1964).



Abarcando o consciente e o inconsciente, o *Self* se torna o centro dessa totalidade, assim como o Ego é o centro da consciência. Já o Ego dá um sentido e uma direção para a vida consciente, tem o objetivo de defender a consciência de qualquer coisa que possa a intimidar. Não há elementos inconscientes no Ego, somente conteúdos conscientes derivados da experiência pessoal (JUNG, 1996).

Von Franz (1964), relata que os povos primitivos guardam a intuição natural da essência do *Self* pois ainda não foram atingidos com conceitos sociais e civilizados. Ao longo da história, os seres humanos, intuitivamente, estiveram conscientes do *Self*, nomeando-o sempre de acordo com o contexto histórico e com a cultura representada em cada lugar, geralmente percebendo-o como um símbolo externo.

Diferente da personalidade consciente, o *Self* só pode ser assimilado também por meio da investigação dos sonhos, podendo ser definido como um fator de orientação íntima. O Ego, sendo o centro da estrutura consciente, precisa estar apto para receber as mensagens enviadas pelo *Self*, para que assim o processo de individuação se inicie. O Ego é a parte que ilumina e traz os elementos inconscientes para a consciência, tornando-os realizados. A realização do inconsciente é o objetivo da individuação (VON FRANZ, 1964).

A autora complementa que a realização do encontro com o *Self* se dá conscientemente pelo reconhecimento e aceitação do poder inconsciente, havendo espaço para escutar a intuição e não o que é considerado mais aceito socialmente ou atitudes e pensamentos que geralmente projetam culturalmente. Ou seja, para compreender o *Self* é necessário se desvincular da projeção social, retirar a persona que mascara a própria identidade, desconstruindo muito do que se aprende para habitar o lugar do aqui e agora na própria essência.

De acordo com Martins (2006), a essência feminina é reprimida socialmente e culturalmente quando o comportamento da mulher em sua natureza instintiva é confrontado pelas leis e condutas sociais que definem a conduta entre os sexos. Deve-se ressaltar que o desenvolvimento cultural e a formação da consciência humana no seu desenvolvimento psicológico dependem dessa natureza instintiva. O *Self* selvagem é destinado a liberdade da mulher e não a rigores e a exigências de uma sociedade repressora.

3 A CULTURAL PATRIARCAL E SUAS INTERFERÊNCIAS

A individuação sendo um processo que abarca conteúdos pessoais e coletivos compreende também as questões culturais de cada época, para que se entenda os mecanismos sociais de opressão que dificultam a realização de si mesmo ou si mesma. Fazendo um recorte



histórico do percurso percorrido pelas mulheres até a contemporaneidade, foram escolhidos aspectos específicos que fazem parte da socialização, impostos como algo natural para que não seja questionado. Dentro dessa perspectiva se faz necessário a conscientização feminista como trajetória para a compreensão das lutas de gênero que buscam equidade e lutam contra o racismo e o sexismo.

A cultura pode atuar de forma prejudicial para a mulher, podendo acumular tensão entre o que se aprendeu e quem se é realmente. Geralmente em sociedades patriarcais, as mulheres são ensinadas a invisibilizarem o que sentem e o que percebem com a finalidade de não causar problemas. Isso dificulta a conscientização da persona e dos padrões impostos culturalmente, atrapalhando assim, seu processo de individuação.

3.1 O patriarcado como estrutura de opressão

A estrutura patriarcal na cultura ocidental tem como princípios a ordem, o limite, a racionalidade e a objetividade, que inicialmente foi de extrema importância para controlar impulsos irracionais na construção da civilização. Entretanto, a rigidez e a unilateralidade dessa estrutura de consciência, criaram uma cisão no feminino, reprimindo o que era considerado como ameaçador para a estabilidade do patriarcado (PARISI, 2009).

Dentro dessa estrutura social, cria-se a persona da mulher, um ideal cultural a ser seguido, com uma boa imagem pública, defensora de virtudes e ideias estéticas que lhes são apresentados desde o início de sua vida. Essa situação pode ferir a relação da mulher com sua verdadeira identidade, seu verdadeiro *Self*, provocando auto rejeição e uma sensação profunda de fracasso quando não consegue atingir o ideal de exigências. (PERERA, 1985).

Esse modelo coletivo de linearidade e o comportamento dele resultante de rigidez, produtividade e sexualidade é inadequado, visto que faz com que as mulheres se ocultem, se silenciem, se enfureçam e se anulem tentando cumprir um ideal que as adoecem. Dentro desse ideal existe a persona que altera o comportamento para cada contexto que a mulher está inserida, fazendo com que ela perca a referência de sua própria identidade. A cultura patriarcal, portanto, é vivenciada pela mulher em forma de perigo constante, ameaçando sua natureza, invalidando seus questionamentos e vivências e anulando suas características instintivas.

Como consequência patriarcal, Martins (2006) afirma que a mulher representa aquele que é inferior ao homem, a mulher ocupa o espaço do silêncio, anulando sua expressão pessoal e social, enquanto o homem permanece em sua posição de liberdade. Espera-se da mulher, como ser inferior, a modéstia e o silêncio, legitimando a autoridade do homem e a reverência da



mulher. Perera (1985) ressalta que, as características do feminino foram rebaixadas como banalidades, sua sensualidade foi diminuída à atributos pejorativos ou maternais, suas emoções e criatividade foram sentimentalizadas, e sua vitalidade se perdeu no peso das obrigações e obediência.

O valor atribuído a mulher, na cultura patriarcal, é definido pelas virtudes em relação ao masculino: a mãe e esposa fértil e bondosa, a filha agradável, dócil e delicada, a companheira cuidadosa e discreta. Dessa forma, a identidade da mulher baseia-se em adaptações de máscaras sociais (persona), se distanciando do senso de seu próprio núcleo pessoal de identidade (PERERA, 1985).

O feminino que é imposto culturalmente é um feminino deturpado, como se as características fossem escolhidas a dedo para a preservação do patriarcado. De acordo com Wolf (2020), em cada período histórico são eleitas características consideradas belas atribuídas as mulheres, sendo símbolos do comportamento feminino que tal período histórico julga ser desejável.

Caso as mulheres não cumpram com esse ideal de feminilidade imposto socialmente, recebem um rótulo que também se altera de acordo com a época, mas sempre com a mesma finalidade: de culpabilizar e muitas vezes patologizar a mulher que não segue o padrão e ameaça o patriarcado por não seguir o que é imposto.

3.2 A socialização feminina

De acordo com Kitayama e Park (2007 *apud* ZANELLO, 2018), as práticas culturais são construídas e reproduzidas através de gerações e são denominadas com significados públicos acerca do que é e do que deve ser uma pessoa. Essas práticas, quando correspondentes com a visão predominante de *Self*, valorizada em determinada cultura são mantidas e quando conflitantes são eliminadas. Dentro dessas práticas há uma divisão de trabalho emocional em sociedades patriarcais, que sugere a individualização e a autonomia aos homens, e a ligação, o cuidado e a interdependência às mulheres (DIMEN, 1997 *apud* ZANELLO, 2018).

Isso ocorre em detrimento da socialização, da passagem do estado natural ao estado cultural, onde segundo Beauvior (2019), a mulher é colocada em uma posição inferior ao homem, desde contos bíblicos, passando por filósofos antigos como Aristóteles e São Tomás. Quando um indivíduo ou um grupo é preservado em uma posição de inferioridade, ele é de fato inferior, mas dentro disso se faz necessária a compreensão de que “ser” é ter-se tornado, ter sido feito, ou seja, foram oferecidas possibilidades menores às mulheres no decorrer da socialização,



na qual homens ditavam as regras sociais. Dessa forma, a autora ressalta que “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Toda experiência humana é culturalmente constituída, até mesmo as emoções são respostas culturalmente condicionadas. Zanello (2018) considera esse fenômeno uma pedagogia afetiva, onde o contexto cultural impõe aos indivíduos práticas sobre como devem sentir e expressar emoções. Por essa perspectiva, os sentimentos não são naturais, mas configurados culturalmente. Desse modo, o amor na sociedade sexista se apresenta como o pivô da opressão das mulheres.

Zanello (2018) considera o dispositivo amoroso como o maior fator de ameaça patriarcal para a mulher. Houve diversas alterações em sua atuação cultural nas relações conjugais e posteriormente amorosas, chegando ao século XX onde as relações aconteciam por escolhas individuais e as mulheres solteiras eram rotuladas como adoecidas e mal amadas, ou seja, não casar era visto como insucesso feminino. Dentro das relações, a mulher era e ainda é responsabilizada pelo cuidado e pela manutenção da relação, sendo culpabilizada por brigas, traições e rompimentos.

Novamente, é importante ressaltar que as mulheres não cumprem com o ideal de feminilidade imposto socialmente, recebem um rótulo que se altera de acordo com a época, mas sempre com a mesma finalidade: de culpabilizar e muitas vezes patologizar a mulher que não segue o padrão e ameaça o patriarcado por não seguir o que é imposto. Dentro do dispositivo amoroso, as mulheres que não possuem um homem ao lado, são rotuladas como insuficiente, tendo seu valor atribuído ao homem.

Dentro do dispositivo amoroso, cabe ressaltar que, os ideais de beleza e ideais de amor romântico eram, e ainda são reforçados constantemente pela mídia, sendo a revista, nas décadas de 1950 a 1970, as principais ferramentas de compartilhamento de como se portar, como conquistar, como manter o homem, entre outros conselhos de manutenção de relação, ideal de beleza e perda da identidade da mulher (ZANELLO, 2018).

Atualmente a idealização de padrões como esses são expostos em filmes, redes sociais, músicas e outras mídias, prejudicando a saúde mental da mulher e abrindo possibilidades para a permanência em situações de violências e para a perda de si mesmas. Quando o valor da mulher é definido pela forma que ela se relaciona, e com quem ela se relaciona, o sentimento de pertencimento entra em conflito com a própria essência, podendo sentir obrigação de adquirir uma persona para lidar com essa área de sua vida, para ser aceita socialmente.



A pedagogia afetiva pode ser identificada não apenas nos sentimentos e emoções voltados ao externo, ao mundo, ao outro, como também podem ser criadas imposições de práticas sociais a serem seguidas que guiarão o sentimento em relação a auto imagem e ao próprio Ego. Como expressa Wolf (2020), a identidade se baseia no ideal de beleza imposto culturalmente, no qual expõe a autoestima da mulher, deixando-a completamente vulnerável, podendo ser totalmente prejudicial à sua saúde.

Tanto o dispositivo amoroso quanto o ideal de beleza foram culturalmente implantados, deixando as mulheres vulneráveis em suas relações tanto consigo mesmas quanto com o outro. Isso as distanciam de si mesmas, de suas verdadeiras intenções, sentimentos, valores e vontades. Visto que, assim como todos os indivíduos, são condicionadas a aceitarem aquilo que lhe é oferecido culturalmente, prejudicando sua visão de mundo, de si mesmas e sua saúde mental, porém quando vão contra ao que lhe é imposto sempre há consequências e rótulos a serem atribuídos.

A mulher sofrendo repressão, não estará presente em essência durante a atuação da persona e sua performance para agradar o outro, dessa forma, o ser natural é reprimido. O ritmo natural da vida se esvai quando a mulher vive por um ideal, controlando-se para ser perfeita em todos os âmbitos de sua vida. A perda da natureza instintiva vem sendo ensinada há séculos por uma estrutura cultural (WOODMAN, 2003).

As mulheres sentem que se forem elas mesmas vão afastar os outros, por isso consentem, muitas vezes inconscientemente, em serem silenciadas, afim de serem aceitas. Se esforçam para que o outro se sinta bem, para que ele seja bom para elas. Esse sentimento de cuidado com o outro, também ensinado, é muito comum acontecer como uma forma de se doar tanto para o outro e menosprezar as necessidades internas e individuais. Sendo mais uma armadilha do patriarcado para diminuir e invalidar as necessidades femininas. Dito isso, é importante que a mulher tenha consciência desses aspectos culturais que a impede de ter uma relação saudável consigo mesma e de ter acesso a sua verdadeira identidade.

3.3 Mulheres e saúde mental

Beauvoir (2019) questiona sobre a realização da mulher no mundo, sobre os caminhos que lhes são abertos, sobre sua independência dentro de um contexto social que lhe institui dependente, sobre a liberdade da mulher e as circunstâncias que ela é restrita. Martins (2006) complementa essa reflexão afirmando que o resgate do feminino deve ir ao encontro da vontade



e do desejo que a mulher tem em integrar a parte da alma reprimida culturalmente, se conectando a ela.

Entende-se, portanto, que culturalmente as oportunidades sociais são restritas às mulheres, deixando claro desde a infância qual o papel e o lugar que a mulher deve ocupar na sociedade, agindo como uma forma repressora do lugar que cada mulher quer ocupar, não deixando opções expostas e abertas para que consigam escolher o caminho que querem seguir.

De acordo com Parisi (2009), o começo da emancipação feminina surgiu no século XIX, se manifestando e se realizando de fato apenas na segunda metade do século XX, onde o contexto da vida da mulher foi alterado, pelo menos no mundo ocidental. A contemporaneidade trouxe junto com as realizações, alguns desafios e exigências de maior eficiência no campo profissional e pessoal. A luta feminista pelos direitos das mulheres era vista como loucura e muitas vezes era invalidada pela justiça da época.

De acordo com as autoras citadas, pode-se perceber que mesmo com todas as modificações sociais, ainda existem algumas questões no âmbito das relações de gênero e dos papéis sexuais, familiares e sociais que sobrecarregam a mulher. Como se as atribuições atuais da mulher em seus papéis sociais de trabalho somassem com as atribuições antigas em relação ao papel doméstico e materno, caracterizando uma carga de trabalho dupla ou até tripla, sobrecarregando a mulher e não valorizando seus reais esforços.

No contexto social pós Segunda Guerra Mundial, as mulheres eram infantilizadas e tratadas como propriedade, suas vestes ou o próprio corpo, quando enfeitados, aumentava o risco de serem vítimas de violência física e/ou sexual. Nessa época, as mulheres em extremo sofrimento psíquico eram denominadas histéricas em meio a “colapsos nervosos”. Além de ser imposto socialmente um padrão que exigisse comportamentos tidos como adequados, classificando como erradas as mulheres que não seguissem tais padrões (ESTÉS, 2014).

Esses padrões impostos dificultavam ainda mais a luta feminista, onde as mulheres que trabalhavam na retirada da persona e percebiam o quão prejudicial eram esses padrões, eram atribuídas com características referentes a “patologias femininas” como a loucura e a histeria. O sofrimento das mulheres não era validado em sua totalidade, sendo atribuído apenas aos conteúdos individuais, tidos como inaceitáveis naquela época.

Chesler (2005 *apud* ZANELLO, 2018) salienta que, na década de 70, as mulheres internadas em instituições de saúde mental eram mulheres que se rebelavam contra o ideal de feminilidade e quebravam normas de gênero, sendo a loucura um rótulo para mulheres que não



cumpriam o padrão social esperado. Nos últimos séculos o homem foi identificado com a razão e a mulher com a loucura. Ou seja, a loucura era compreendida ao mesmo tempo como um dos erros das mulheres e como a própria essência feminina (SHOWALTER, 1987 *apud* ZANELLO, 2018).

De acordo com Foucault (1982), no século XIX quando os “loucos” começaram a ser excluídos da sociedade e presos em manicômios, ficou evidente a retirada de voz desse grupo de pessoas. Sendo a loucura caracterizada como não razão, foi atribuída a incapacidade dos “loucos” de falarem sobre si mesmos. As mulheres, no entanto, já não tinham espaço de fala sem o rótulo da loucura. Quando eram rotuladas, ficavam ainda mais invisibilizadas.

A voz das mulheres nesse contexto foi a que mais ficou prejudicada, sendo silenciada em várias áreas. Visto que a história da psiquiatria se fez baseada em discursos de psiquiatras homens sobre mulheres loucas, Beauvior (2019) evidencia que os homens são juízes e parte ao mesmo tempo, portanto, tudo o que eles escreveram sobre as mulheres deve ser considerado suspeito.

O próprio processo de socialização na cultura ocidental ensina, como será visto adiante, que, de acordo com Wolf (2020), um grande homem deve se arriscar pela sua coragem intelectual, enquanto como futura mulher, a menina aprende que a mulher mais bonita do mundo foi criada por um homem e que a coragem intelectual dela pôs em risco a sociedade, podendo ser analisado tanto em lendas, quanto nos contos bíblicos.

Em uma pesquisa sobre a prática psiquiátrica e as mulheres, realizada no Brasil no final do século XIX, foram encontrados prontuários de casos reais de internação psiquiátrica, nos quais pôde-se perceber situações distintas para o diagnóstico de doença mental entre homens e mulheres. Para as mulheres, o diagnóstico era voltado sempre para o corpo feminino, no campo da sexualidade (fora do casamento, não contida, com fins não reprodutivos) e no rompimento de um ideal de maternidade. Já no caso dos homens, o diagnóstico era voltado para desvios de papéis sociais como o de trabalhador e provedor (ENGEL, 2004 *apud* ZANELLO, 2018).

No decorrer da história, as mulheres são rotuladas como loucas, perigosas, bruxas e histéricas, ocupando um lugar de silenciamento, de submissão, enfraquecimento e repressão. A partir do século XX com a criação dos Manuais de Transtornos Mentais (DSMs) e A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), a ideia de patologia e transtorno mental ganhou espaço dentro da “normalidade”, sendo



o discurso do indivíduo em sofrimento descrito em termos de presença ou ausência de sintomas (MALUF, 2010 *apud* ZANELLO, 2018).

Pode-se perceber que o conjunto de sintomas descrito nos manuais apresenta limitações, sob uma perspectiva de gênero, como Zanello (2018) destaca. A autora ainda aponta que os índices epidemiológicos da depressão são mundialmente maiores em mulheres. Dessa maneira um exemplo de sintoma depressivo, como o choro, seria analisado em culturas sexistas como uma expressão vetada aos homens, mas permitida e incentivada pelas mulheres. Definir os sintomas que caracterizam algum transtorno, sem uma perspectiva crítica de gênero, pode gerar muitos diagnósticos em determinado grupo, invisibilizando outros.

Estés (2014) analisa alguns sintomas interligando-os com o relacionamento interrompido, prejudicado ou totalmente perdido com a psique instintiva profunda. Refere-se a sensações de fadiga, fragilidade, depressão, confusão, assim como o sentimento de estar presa, amordaçada, desestimulada, envergonhada, sem criatividade, reprimida, transtornada, ansiosa, entre outros. Esses sentimentos esgotam a energia da mulher, gerando angústia por viver em desacordo com os próprios ciclos e incapaz de impor limites.

3.4 A conscientização do feminismo

A tomada de consciência sobre as questões sociais e culturais que impedem a realização da mulher no mundo pode ser compreendida no processo de conscientização feminista. De acordo com Hooks (2020), esse processo se inicia com a compreensão do patriarcado como sistema de orientação masculina, entendendo como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido.

Após essa compreensão, as mulheres tendem a tomar consciência sobre como são vitimizadas, exploradas, oprimidas e silenciadas, adquirindo força para desafiar o patriarcado tanto no trabalho, quanto em casa. Sendo os indivíduos socializados desde o nascimento, ensinados a aceitar pensamentos e ações sexistas, o feminismo é conceituado como um movimento para romper com a opressão e com o sistema patriarcal, se tornando um movimento essencial para a liberdade da realização da mulher.

Para compreender o feminismo é necessário compreender o sexismo, e nessa compreensão percebe-se que tanto as mulheres, quanto os homens são socializados para acreditar em pensamentos e valores sexistas, porém os homens se beneficiam desses valores, sendo menos provável que eles abram mão de seus privilégios e lutem contra o patriarcado. Portanto, é importante ter consciência e desconstruir valores e pensamentos que foram impostos



no processo de socialização para que então a mulher consiga desenvolver a individuação desconstruindo a persona que fora criada desde a infância (HOOKS, 2020).

O feminismo é a compreensão das armadilhas do patriarcado, que coloca as mulheres em posição atenta e crítica dentro de suas relações sociais, trabalhistas, familiares e amorosas. É um movimento que traz liberdade para a mulher perceber sua situação social e política, desconstruindo o que foi aprendido e ressignificando sua existência como mulher no mundo. Dessa forma, desconstrói a persona que lhe foi imposta, estando mais próxima à sua essência e seguindo o caminho para a individuação.

4 A INDIVIDUAÇÃO FEMININA

Atualmente, autores e autoras junguianos(as) discutem sobre um feminino consciente, uma nova feminilidade que surge na consciência coletiva e que está permitindo o reconhecimento de características do feminino que estiveram na sombra da cultura patriarcal durante séculos. De acordo com Von Franz (1964), o processo de individuação, o encontro com o *Self*, geralmente se inicia por conta de algum prejuízo ao Ego, com uma carga de angústia e sofrimento, geralmente causado pela repressão social, por isso se faz necessária a conscientização do feminismo.

Para que a mulher se encontre consigo mesma, é necessário passar por um conflito entre o consciente e o inconsciente, esse movimento dialético, gera uma elaboração e com isso um amadurecimento por meio dos componentes que estruturam a personalidade. A união desses opostos faz com que nasça algo novo. A individuação é, no entanto, a ampliação da consciência, tendo como objetivo o desenvolvimento da personalidade individual, ou seja, a realização do *Self* (JUNG, 2000).

Visto que a individuação não acontece apenas na compreensão de conteúdos pessoais, mas também no reconhecimento de conteúdos coletivos, é indispensável para a mulher passar por um processo interno e subjetivo de desconstrução, iniciação e integração, essas fases ocorrem em uma compreensão cíclica de vida-morte-vida, para que então consiga ter consciência de seu verdadeiro eu, tendo consciência das interferências culturais de seu processo de socialização.

Considerando a individuação como um processo que todo ser humano percorre buscando a realização como um indivíduo singular, uma mulher quando iniciada em seu processo de individuação compreende os ciclos da natureza (vida-morte-vida), essa compreensão advém da intuição e dos instintos utilizados para explorar o desconhecido,



estimular a criatividade por meio dos sentidos e para compreender a verdade da realidade em que se vive (ESTÉS, 2014).

4.1 O arquétipo da Mulher Selvagem

O resgate do feminino começa, segundo Perera (1985), quando a força que foi reprimida vem à tona em forma de características ameaçadoras perante a sociedade, de uma mulher que se impõe e para de se ocultar afim de ocupar seu verdadeiro lugar no mundo e em si mesma.

Woodman (2003) complementa que esse resgate se inicia pela mudança, a partir do momento que a mulher começa a se tornar consciente das emoções no corpo, experimentando-as como vivências cheias de consistência. Para essa consciência emergir, é necessário questionar sobre os valores que são impostos culturalmente, pois com eles esse processo pode se tornar mais complicado e confuso.

A Mulher Selvagem surge, então, como o simbolismo de características que pulsam para emergir, para serem vistas, para sair do inconsciente e vir à tona. Logo, Estés (2014), salienta a necessidade de despertar o interesse pelos pensamentos, sentimentos e esforços que fortalecem as mulheres, sendo de suma importância a compreensão dos fatores culturais que as debilitam, como os fatores que atuam dentro de uma cultura patriarcal e sexista.

O termo Mulher Selvagem foi criado em paralelo a Psicologia tradicional, sendo essa, segundo Estés (2014), muito sucinta e totalmente omissa em relação as questões mais profundas importantes para as mulheres, como a desconstrução das características que foram aprendidas na socialização, bem como a conscientização de suas características instintivas, arquetípicas, sexuais, cíclicas e criativas.

O objetivo desse estudo é demonstrar que as questões da alma feminina não podem ser reduzidas para se encaixarem em um padrão cultural aceitável ou em teorias generalizadas, tendo como principal meta a recuperação e o resgate da forma psíquica natural da mulher. O arquétipo da Mulher Selvagem é o caminho percorrido ao encontro do *Self* inato da mulher.

A compreensão da natureza da Mulher Selvagem é uma prática. Trata-se do conhecimento da alma, que seria a Psicologia em seu sentido original, sem ela a Psicologia feminina não faz sentido. A expressão “Selvagem” não é utilizada com sentido pejorativo de algo fora do controle, mas em seu sentido original, simbolizando o contato com a natureza que vibra em cada ser, com a essência. Selvagem no sentido de não ser domesticada culturalmente, uma vida em que a criatura tenha uma integridade inata e limites saudáveis (ESTÉS, 2014).



Esse termo pode ser traduzido culturalmente como a ameaça que o patriarcado percebe quando uma mulher vai contra seus ensinamentos e expande sua consciência além da persona em prol da sua saúde mental. Selvagem por ser essa ameaça e lutar contra as amarras para viver livre novamente.

Em sociedades patriarcais, as mulheres são vistas com uma reputação perigosa e voraz, por compartilharem arquétipos instintivos. O instinto feminino é reprimido social e culturalmente quando o comportamento da mulher em sua natureza instintiva é confrontado pelas leis e normas sociais que definem a conduta entre os sexos. Deve-se ressaltar que o desenvolvimento cultural e a formação da consciência humana no seu desenvolvimento psicológico dependem dessa natureza instintiva (PERERA, 1985).

A característica de expandir a perspectiva das questões femininas é o que a torna uma compreensão profunda, fora dos limites socioculturais impostos que domesticam e reprimem a essência da mulher, permitindo ela ser o que é, ser inteira. A Mulher Selvagem na Psicologia seria chamada de *Self*, sendo conhecida pela totalidade da psique inata da mulher.

Os rastros da Mulher Selvagem podem aparecer por meio de disfarces em sonhos ou experiências criativas, sendo uma força intrínseca que traz ideias, imagens e particularidades para a humanidade. O reconhecimento das características desse arquétipo, ou como Estés (2014) chama, o processo de iniciação, perpassa por algumas fases, sendo elas: vida, morte e vida. Quando se diz vida-morte-vida, é exatamente simbolizando a morte e o renascimento da vida psíquica da mulher.

4.2 Morte: a desconstrução

Como já mencionado anteriormente, Jung (1980) caracteriza o início da individuação, por uma crise e a retirada da persona, que geralmente traz conteúdos desconfortáveis, sendo necessário o questionamento sobre a forma de socialização, sobre os preconceitos e características que impedem e restringem a realização de si mesma. Nesse momento é importante a conscientização do feminismo para compreender o patriarcado e facilitar o entendimento sobre a socialização, e assim, a retirada da persona.

Uma mulher que passa por todo o processo de socialização, aprende a se portar de determinada forma, a se vestir de certa maneira e aprende até como sentir e por quem sentir. Podendo entrar em conflito com essa situação, se sentindo sobrecarregada, se percebendo cansada de ter que dar conta de todas as demandas sociais, de ter que cumprir com padrões que é esperado dela.



De acordo com Estés (2014) a mulher pode se enxergar perdida, sem perspectiva, sem confiança, com autoestima baixa, com sua saúde mental completamente prejudicada. Um momento em que existem muitos questionamentos sobre tudo, sobre suas relações, sobre si mesma e sobre o mundo. Esse é conflito dialético que se vive entre o que foi ensinado e a própria essência.

Por ser uma fase de esgotamento emocional e físico, na qual a mulher está no chão e não consegue enxergar por outras perspectivas, mas que mesmo assim precisa olhar com atenção para a vida e transformar toda a dor e sofrimento em força para continuar e seguir em frente, precisa recolher seus fragmentos, seus ossos, e ressignificá-los. Na linguagem acessível do senso comum as mulheres nessa fase são rotuladas socialmente como “a louca”, “a histérica” ou “a bruxa”, por estarem esgotadas e expressarem sua fúria ao invés de reprimi-la.

Nessa fase a mulher precisa, de acordo com Estés (2014, p. 98), “assumir a realidade de estar só, de desenvolver a própria conscientização quanto ao perigo, às intrigas, à política. Tornar-se alerta sozinha para seu próprio proveito; deixar morrer o que deve morrer”. É necessário criar o melhor relacionamento possível com as piores partes de si mesma. A medida em que isso acontece, uma nova mulher nasce.

O conflito entre os opostos se faz presente ao longo de toda essa fase, onde geralmente a mulher se depara com suas sombras, que seriam os aspectos individuais que foram reprimidos culturalmente. Além da integração da própria sombra, também é comum o reconhecimento de aspectos culturais a serem compreendidos, desenvolvendo um olhar atento sobre sua vida e o lugar que ocupa atualmente.

A expectativa social que é colocada para as mulheres envolve características de submissão ao homem e repressão a si mesma. Uma característica de ser quieta e calada para ser aceita socialmente, por esse motivo, no meio do caminho, pode existir o sentimento de medo e insegurança por parte da mulher. Ela pode ter dificuldade em deixar morrer a vida confortável e cômoda, por mais que não estivesse satisfazendo-a e estivesse a deixando infeliz, pode ter medo de afastar os outros se for ela mesma. Estés (2014, p. 104) ressalta que “é exatamente essa tensão psíquica que é necessária para criar alma e promover mudanças”.

Quando ocorrem situações, conflitos e sinais que possibilitam a mulher sair do automático e questionar sua realidade, possivelmente virá uma transformação, podendo gerar um estado de angústia e insegurança desconfortável e muitas vezes difícil de tolerar. A crise é entendida como um momento de amadurecimento, permitindo o reequilíbrio do eixo *Ego-Self*



e a atualização e adaptação em novos critérios e parâmetros (MULLER, 2008). Essa crise acontece de forma diferente para cada mulher, com características singulares de sua realidade.

As mulheres podem vivenciar características do arquétipo da Mulher Selvagem de diversas formas, ocorrendo sempre em situações de mudanças, como a maternidade, mudanças significativas em determinada situação, durante o rompimento de relações amorosas, na tomada de decisão em situações difíceis. Pode ser vivenciado também por meio de insights artísticos, dos sons, da música, das palavras escritas ou faladas. Esse arquétipo se faz presente quando uma mulher se desprende do que estava aprisionando sua essência, seja um trabalho ou um relacionamento, é o sentimento da liberdade de expectativas culturais e aproximação de si mesma, do seu propósito, de suas vontades, de sua essência.

4.3 Renascimento: a iniciação

Após a mulher recolher seus fragmentos, seus ossos e tomar consciência do que é culturalmente imposto a ela, mas que a destrói, renasce uma Mulher Selvagem, cheia de vida e segura de si, que não se cala, que escuta sua intuição, que está atenta, que se permite sentir e expressar. Essa é a fase de reconhecimento da Mulher Selvagem, denominado processo de iniciação, quando a mulher começa a usar os seus sentidos psíquicos e sua intuição para se atentar a tudo o que a cerca.

É nesse momento que o que já morreu e o que está quase morrendo na mulher, em sua psique feminina, é visto, é cuidado, é tratado. Os ossos são metáforas do *Self* feminino, da natureza instintiva, que possui liberdade para se mover, para falar, para sentir e expressar. Um *Self* que possui boa capacidade de recuperação e que é formado nas questões psíquicas do nascimento e da morte (ESTÉS, 2014).

É como se a psique feminina passasse por um processo de renascimento, de recolher esses ossos (fragmentos) e recriar, de ressignificar o que foi aprendido de uma forma saudável e consciente e compreender aquilo que a silencia, que a reprime e que a anula. A morte seria das características sociais que prejudicam a saúde mental e a individuação, cada mulher deixa morrer as características que a prejudica individualmente, não há uma regra de quais são essas características.

Além do momento em que se observa e compreende a dinâmica externa e interna, existe também o momento em que é necessário agir, permitindo a morte do que tem que morrer. Essa morte simbólica pode ser direcionada a todo o processo de socialização, a pedagogia afetiva, as



relações familiares, afetivas ou de amizade, tudo em prol da individuação, da busca por si mesma.

Nesse movimento criativo, a intuição, pertencente à psique instintiva e inata, passa por um processo de amadurecimento adquirindo a capacidade de perceber, conceituar e simbolizar. A intuição, para Estés (2014), pode ser compreendida como o reconhecimento de armadilhas do patriarcado, é o questionamento que se faz em toda conduta social aprendida. Quando essa intuição não é fortalecida, utilizada e nutrida, ela se atrofia. Sendo assim, quando uma mulher se silencia, se submete a situações que lhe foram ensinadas a cumprir, se cala e se reprime, a voz da intuição não é escutada e conseqüentemente a Mulher Selvagem adormece em si.

Essa fase é caracterizada por repor em boas condições aquilo que se perdeu, aquilo que foi gasto, aqueles valores e ideais que foram sendo questionados ao longo do caminho, aquele desgaste físico, emocional e psicológico de precisar cumprir com tantas expectativas sociais. A renovação e a redescoberta daquilo que é de fato verdadeiro, isso pode se alterar de mulher para mulher, mas a raiz é única, a descoberta de si mesma.

Existe um trabalho de varredura e de limpeza no processo de iniciação, para que haja espaço livre para a natureza selvagem e desconhecida. A mulher precisa estar disposta e aberta para que consiga observar por outras perspectivas, para que grandes ideias, sonhos, desejos e planos se concretizem, para que, de fato, a criatividade se expanda e se materialize em ações e realizações (ESTÉS, 2014).

Aprender a fazer distinções sutis e meticulosas é importante nessa fase. Observar e perceber desde o superficial até o profundo, saber separar o que é dela mesma e o que é do outro, o que é dela e o que foi imposto, separar o saudável do tóxico. Nessa fase a mulher se questiona e procura entender mais sobre a natureza selvagem, fica frente a novos conhecimentos e vivencia uma vida diferente do que é acostumada, deixou morrer o que precisava e permitiu viver o que precisava. Compreendeu o ritmo cíclico em seu processo de vida-morte-vida.

4.4 Vida selvagem: a integração

Quando uma mulher compreende e reconhece a Mulher Selvagem em si, assume o poder de ver e afetar os outros, começa a enxergar as situações da própria vida de forma mais clara. Essa é a fase de integração, na qual, de acordo com Estés (2014), a mulher deixa de aceitar sem questionamento cada sugestão, situação ou relação que apareça em sua vida. Usa sua visão aguçada para reconhecer aspectos negativos da própria psique, das pessoas e do mundo exterior, além de precisar reagir a eles.



A mulher nessa fase colocará sua força em ação, poderá sentir a necessidade de se expressar sem medo, e de se autocorriger em suas atitudes culturalmente enraizadas. No meio desse processo, pode acontecer dela se sentir sozinha nessa caminhada, sentir receio por carregar essa força, esse conhecimento e pelas informações que leva consigo. Justamente por ser um processo individual, pode acontecer de outras mulheres que a cercam, não entender o processo que ela está vivendo.

É como se tivesse algo iluminando seu caminho, revelando o que está pela frente e os cuidados que precisa tomar para passar por determinada situação. Estés (2014) chama essa luz que ilumina o caminho de intuição. Essa intuição vem com uma responsabilidade, pois quando se tem a capacidade de ver e de pressentir, é preciso fazer algo a respeito do que se viu.

O que acontece nesse processo de reconhecimento da intuição na mulher é que em alguns momentos as informações serão dolorosas e quase insuportáveis, pois ela enxergará uma parte sombria de pessoas que antes eram confiáveis, onde havia sorrisos de carinho, passa a enxergar máscaras aversivas, e nisso, perceberá tanto suas próprias qualidades como também suas fraquezas. Quando a mulher está em seu poder selvagem, tudo o que a oprimia perde energia, não chega a ela com a força que antes chegava, não mexe emocionalmente com ela como antes mexia. Estés (2014) ressalta que quando se tem consciência sobre um aspecto negativo da psique, ele perde sua força.

Existe uma parte de nós que é sombria, uma força arquetípica denominada Feiticeira que se faz presente no processo de individuação. Esse arquétipo possui as características da Mulher Selvagem, fazendo-se necessário a solitude e a introspecção para a compreensão de suas questões mais profundas (KOLTUV, 2020). É esse aspecto questionador, que ilumina conflitos e situações, que provoca mudanças no caminho por meio de diferentes percepções do que lhe foi ensinado.

O contato com o lado selvagem consiste em questionamentos, do que foi ensinado e do que realmente se deseja. É importante fazer essa discriminação para entender a diferença entre o que é cultural e externo a si mesma e o que realmente a alma deseja. Novamente, o conflito dialético não só aparece, como é essencial durante essa fase.

A sociedade patriarcal e capitalista sempre vai despertar desejos que antes não estavam ali, e muitas vezes as mulheres escolhem aquilo que lhe é oferecido, por ser uma opção que está diante delas. Mas não necessariamente é o que elas querem (ESTÉS, 2014). Como já foi mencionado anteriormente, quando a mulher está atenta e consciente de seu *Self* feminino,



selvagem e instintivo ela se questiona, entendendo o que ela precisa, o que sente falta, o que deseja.

De acordo com Koltuv (2020), a mulher está no caminho da integridade quando se aceita como é, aceita seus sentimentos e seus aspectos sombrios que foram reprimidos socialmente, se torna consciente de seus motivos, necessidades e sentimentos, fora do padrão cultural oferecido a ela. Ao passar por essas etapas psíquicas do ciclo vida-morte-vida, a mulher se torna consciente, podendo alcançar um nível de desenvolvimento mais elevado, compreendendo seus aspectos mais profundos de sabedoria e intuição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo tem muito da vivência pessoal de uma mulher que nem sempre esteve atenta as atrocidades sociais, mas que sempre sentiu a voz da intuição sussurrando e dizendo que muito do que estava sendo vivido, não condizia com quem realmente era. Foi escolhido cautelosamente autoras e autores que embasassem cientificamente o trabalho acadêmico e validassem as vivências das mulheres, fora de uma Psicologia tradicional.

Existe um sistema de socialização patriarcal que ensina o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade, nesse processo a mulher é colocada em um lugar de silenciamento e repressão, sendo obrigada a seguir as regras e os valores impostos a ela. Ao longo de seu desenvolvimento, a mulher aceita muitas situações que a prejudica, pois foi ensinada que era o certo a se fazer. Dessa forma, se anula e silencia suas verdadeiras vontades, se afastando de sua própria identidade, de seu *Self*.

Durante o desenvolvimento do artigo, após diversas leituras e estudos pôde-se perceber que a individuação feminina é formada primeiramente pela crise entre quem se é e o que a sociedade ensina a ser, sendo necessário a conscientização dos aspectos socioculturais, que sobrecarregam e prejudicam a saúde mental da mulher.

Nesse sentido, a conscientização feminista é importante para compreender o contexto em que se vive. Dito isso, a perda do espaço da mulher na sociedade pode ser percebida como contribuinte para o afastamento de sua verdadeira identidade dentro do espaço social e com o seu sofrimento psíquico. Seus ciclos naturais foram se transformando e se mascarando em ciclos artificiais com o objetivo de agradar o outro, e pertencer no padrão socialmente imposto.

Após a mulher tomar consciência de que muito do que ela pensava que era dela é na verdade uma construção cultural que lhe foi imposta, o seu processo de individuação toma um



lugar ativo, pois, a partir disso, sentirá a necessidade de se conhecer verdadeiramente e integrar seus verdadeiros valores e características, se desfazendo da persona que lhe foi imposta.

As características do arquétipo da Mulher Selvagem começam a ser percebidas, iniciadas, desenvolvidas e integradas à medida em que a mulher permite a morte de particularidades e aspectos que lhe foram impostos e lhe prejudicam. A individuação feminina envolve o ciclo de deixar morrer para renascer e durante esse ciclo a mulher precisa olhar com carinho para si mesma, se permitir sentir, aceitar as sombras que estavam reprimidas e integrá-las de uma forma saudável.

A conscientização do feminismo e do processo de socialização, a desconstrução de valores socioculturais e o ciclo de reconhecimento do arquétipo da Mulher Selvagem são essenciais à saúde mental da mulher, sendo fases importantes para o processo de individuação. A mulher, em sua fase psíquica de vida selvagem, pode desenvolver um olhar apurado e atento em suas relações, em seus sentimentos, valores e ideais, permitindo o reconhecimento de fatores culturais que a debilita e podendo desenvolver, a partir disso, características que a fortalece psiquicamente, dando espaço para emergir sua verdadeira natureza.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Civilização Brasileira: 2003.

ESTÉS, C. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem**. Trad. Walbéa Barcellos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FOUCAULT, M. **A história da loucura**. Trad. de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Bhuvli Libanio. 12ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JUNG, C. G. **Psicologia do Inconsciente**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VII. Trad. Maria Luíza Appy. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. IX. Trad. Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Trad. de Maria Lúcia Pinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.



KOLTUV, B. B. **A tecelã: uma jornada rumo a iniciação feminina.** Trad. de Eliane Fittipaldi Pereira. 1ª ed. São Paulo: Pensamento Cultrix, 2020.

MARTINS, C. A. **Faces do feminino sagrado: o arquétipo da Mulher Selvagem.** 2006. 138 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Teologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

MULLER, M. L. **A transição do ciclo patriarcal ao ciclo de alteridade: Reflexões sobre o desenvolvimento da consciência de Alteridade na sociedade ocidental contemporânea.** 2021. 84 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

MURTA, Sheila Giardini et al. **Sexismo e heterossexismo: do impacto sobre a saúde às possibilidades de prevenção.** Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea. Brasília: Liber Livros, 2012. p. 341-359. Disponível em: <https://bit.ly/3kqx30N>. Acesso em: 18 set. 2021.

PARISI, S. **Separação amorosa e individuação feminina: uma abordagem em grupo de mulheres no enfoque da Psicologia Analítica.** 2009. 272 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PERERA, S. B. **Caminho para a iniciação feminina.** Trad. Aracéli M. Elman. São Paulo: Paulinas, 1985.

STEIN, M. **O Mapa da Alma: Uma Introdução.** São Paulo: Cultrix, 2005.

STEIN, M. **Jung e o caminho da individuação: uma introdução concisa.** Trad. Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Cultrix, 2020

VON FRANZ, M. O processo de individuação. In: JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Trad. Waldéa Barcellos. 15ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

WOODMAN, M. **A feminilidade consciente: entrevistas com Marion Woodman.** Trad. Maria S. M. Netto. São Paulo: Paulus, 2003.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.



CAPÍTULO 9

ESTIGMAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO EX-DETENTO: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Paula Marielle dos Santos Silva

Paulamarielle2410@gmail.com

Regino Francisco de Sousa

reginosousa@hotmail.com

Cintia Batista Lopes

cintiablopess@gmail.com

Kelly Cristina Gennari de Almeida

Kellygennari@gmail.com

Ana Terra Pires de Moraes

Anaterrapmoraes@gmail.com

Ubiratan Contreira Padilha

ucpadilha@outlook.com

Luana Guimarães da Silva

Enfermagem.mauadf@gmail.com

Meg Gomes Martins de Ávila

coordpsicomaua@gmail.com

RESUMO

O objetivo geral deste artigo foi compreender o processo de estigmatização envolto sobre o ex-detento e analisar como os estigmas sociais interferem na sua ressocialização. A pesquisa foi embasada na psicologia social, a qual visa compreender o indivíduo em relação dialética com a sociedade. Para isso foi realizada uma Pesquisa bibliográfica com recorte dos últimos vinte anos, por meio de livros, revistas, a Lei de Execução Penal, dados levantados pelo INFOPEN e das seguintes bases de dados eletrônicos: Pepsic, Google Acadêmico e Scielo. Como resultado foi possível perceber que a maior parte da população carcerária brasileira vem de uma realidade social de pobreza, com poucas oportunidades educacionais e profissionais e que as prisões criminalizam a pobreza e reforçam os estigmas. Por conta dos estigmas, mesmo após o cumprimento da pena, esse indivíduo permanece com rótulo de criminoso, o qual afeta o relacionamento com grupos sociais, a autoestima e identidade, e o autoconceito, além de dificultar a entrada no mercado de trabalho, o que pode influenciar à reincidência criminal. Diante disso, se faz essencial o trabalho da psicologia social, voltada para a criação de grupos mais conscientes e reflexivos e no empoderamento desses indivíduos estigmatizados.

PALAVRAS-CHAVE: Estigma Social; Ex-detento; Psicologia Social.



1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho refere-se à estigmatização do ex-detento. Este tema está circunscrito no campo da psicologia social, que tem por objetivo “compreender o indivíduo em relação dialética com a sociedade; a constituição histórica e social do indivíduo e os elementos que explicam os processos de consciência e alienação” (BOCK *et al.*, 2007, p. 50).

A palavra estigma deriva do grego "*stigma*"; que significa: marca, sinal. Esse termo foi definido por Goffman (2004), como um atributo profundamente depreciativo dado a um indivíduo, por características contrárias ao que se constitui ideal dentro de normas sociais. Tais características podem ser: deformidades físicas; culpas de caráter individual; e estigmas tribais de raça, nação e religião; ocasionando assim, na rejeição, discriminação e exclusão social.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 2004, p.5).

Ronzani *et al.* (2014), reitera que o estigma é produto da relação social de indivíduos numa cultura ou sociedade, e que aqueles que o possuem perdem seu status e passam a ser vistos como indesejáveis com relação aos demais membros da sociedade. Entende-se, portanto, que o processo de estigmatização é aprendido socialmente ao decorrer da vida mediante a interação com grupos, e variam conforme a cultura social, podendo alterar-se ao longo do tempo. O contexto histórico pode provocar mudanças no processo de estigma, na sua descrição, e nas classes que o cercam, de modo a entender que a prática, interpretação e a visão do estigma são variáveis historicamente (SIQUEIRA; CARDOSO, 2011).

No Brasil, em decorrência da má distribuição de renda e vulnerabilidade social presentes no país, indivíduos com condições socioeconômicas mais desfavorecidas tem sido constantemente vítimas de estigmatizações ao longo do contexto histórico da nação. Batista (2011) *apud* Silva (2018), concluiu que um indivíduo que pratica um delito é marginalizado e rotulado como criminoso por uma classe dominante, por características que muitas das vezes, estão além de seus atos, como por exemplo: sua classe social ou raça. O sistema criminal separa algumas pessoas como candidatas à criminalização por conta dos rótulos de delinquente que é baseada em um estigma social preconcebido na sociedade, geralmente a indivíduos desfavorecidos, por meio de estereótipos, os quais influenciam as decisões dos órgãos do judiciário (AMARAL; LINCK, 2018).



Por meio do etiquetamento de rótulos, a sociedade atribui a esse indivíduo características, já esperando certos comportamentos do rotulado, estereotipando o ser, reduzindo-o em suas relações. Por sua vez, o estigma é uma espécie de suporte à discriminação, estereótipos e preconceito; os quais reforçam mais a incidência de estigmas, funcionando como um círculo vicioso (RONZANI *et al.*, 2014; COSTA; MIESSA, 2015). Ao ir à prisão, a precariedade do sistema prisional, afeta ainda mais a figura do indivíduo socialmente ao retornar à coletividade (RESENDES, 2017). O próprio sistema favorece o estigma pelo tipo de vida que o faz levar, violando os direitos fundamentais da pessoa humana. Associado a isso, o histórico de experiências pessoais e profissionais anteriores dos egressos, marcadas pela baixa renda e escolaridade, aliadas à precária qualificação profissional, ajudam a manter a vulnerabilidade social desses sujeitos (TOLEDO; KEMP; MACHADO, 2014).

Após passar pela prisão, o ex-detento, busca reintegrar-se na sociedade da qual ele ficou muito tempo isolado. Muitas vezes sofre grandes dificuldades de ingressar no mercado de trabalho e os estigmas sociais impossibilitam cada vez mais sua reinserção social (BARRETO, 2006). Sendo os estigmas apontados como uma das principais motivações para a reincidência de práticas delituosas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015, p. 106), afetando a segurança pública e todas as esferas da sociedade.

Diante deste cenário, questiona-se como os estigmas sociais interferem na ressocialização do ex-detento. Hipotetiza-se que a estigmatização produz a exclusão social, efeitos psicossociais diversos, falta de apoio, de oportunidades, e dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, que por vezes podem influenciar o indivíduo a retornar à sua prática criminal.

O objetivo geral deste artigo é descrever como os estigmas sociais interferem na ressocialização do ex-detento. Para alcançar este objetivo, tem-se as seguintes etapas, descritas aqui como objetivos específicos: I) descrever um breve histórico sobre o perfil de detentos no Brasil; II) identificar os principais efeitos psicossociais que os estigmas causam ao ex-detento em seu retorno à sociedade e III) caracterizar o papel da psicologia social no enfrentamento dos estigmas.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa que busca se aprofundar no entendimento de um grupo social, sem se preocupar em apresentar números (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto à natureza, se trata de uma Pesquisa básica,



que visa gerar novos conhecimentos úteis para o avanço científico, mas não tem aplicação prática prevista (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Em relação aos objetivos, é uma Pesquisa exploratória. Esse tipo de pesquisa é a que mais se aprofunda na consciência da realidade, pois explica por que as coisas são. Seu foco é identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2002).

Quanto ao procedimento é Pesquisa bibliográfica, que segundo Boccato (2006), busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de análise de várias contribuições científicas já publicadas, trazendo subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado. A pesquisa se baseou em produções científicas dos últimos vinte anos, ou seja, de 2002 a 2022, e se valeu das seguintes bases de dados eletrônicos: Pepsic, Google Acadêmico e Scielo, para busca de artigos científicos; além de livros, revistas, a Lei de Execução Penal e dados levantados pelo INFOPEN. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: estigmas; ex-detento e psicologia social.

3 O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO NA SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Antes de estudar o processo de estigmatização que envolve o ex-detento, é necessário entender o contexto de estigmatizações que o cercam desde antes mesmo de sua entrada na prisão à sua passagem pelo cárcere. Para isso, se faz necessário descrever o perfil dos detentos do sistema carcerário brasileiro e o sistema de classificação dentro dele, dos que são ou não considerados criminosos.

Segundo dados levantados pelo INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) em 2017, 51% dos presos têm ensino fundamental incompleto. Dados levantados em 2021 revelaram que as prisões continham 670.714 presos, dos quais 95% são do sexo masculino, em sua maioria na faixa etária de 25 a 29 anos de idade e mais de 69% está preso por crimes contra o patrimônio e drogas. Esses crimes geralmente são mais comumente cometidos por pessoas em condições financeiras precária, em situações de desigualdade social, pois esses crimes têm o potencial de dar dinheiro ao autor que o comete (SILVA, 2018).

Autores afirmam que esses levantamentos de perfil apontam que a maior parte da população carcerária vem de uma realidade social de pobreza, com nível de escolaridade baixo, que entram no mundo do crime por viverem em uma realidade socioeconômica desfavorecida, sem oportunidades, onde o indivíduo já é estigmatizado, o que é um grande reflexo da realidade do país. O Brasil é caracterizado por graves desigualdades na distribuição de renda e oferta



inadequada de políticas públicas. Assim, os dados sugerem que o funcionamento de leis baseadas na discriminação racial e social, dificulta a garantia do princípio da igualdade perante a lei para os cidadãos (HOWAT-RODRIGUES, 2012). Para Monteiro e Cardoso (2013), a discussão sobre o crime precisa incluir questões sobre desigualdade social e econômica e acesso à justiça, já que essas questões fazem com que determinadas classes estejam mais vulneráveis à ineficácia do sistema.

Conforme Pinto (2021), a Teoria do *Labeling Approach* (teoria do Etiquetamento), desenvolvida por Goffman e Becker, questiona as formas de punição do Estado: quem é punido pelo Estado e como são punidos; o que é um ato ilegal, e quem é rotulado como criminoso, pois não se pode afirmar que uma pessoa que comete um delito é necessariamente responsabilizada por seus atos, ou que as leis são as mesmas para todos. Existem muitos agentes que cometem crimes todos os dias, mas apenas alguns desses são considerados criminosos. Alguns dos agentes que cometem os crimes não são punidos, enquanto outros são punidos severamente.

Pode-se assumir que a seletividade do sistema penal só colabora para a manutenção da exclusão daqueles que já são estigmatizados socialmente, considerados irrelevantes dentro da sociedade pelos demais que concentram o poder em suas mãos. Para Moreira *et al.* (2019), a forma como o direito penal seleciona quem é punido e quais atos são considerados crimes, acaba prejudicando determinados grupos de pessoas e beneficiando outros. A teoria do etiquetamento afirma que as instâncias de controle no âmbito do direito penal definem quem será punido, e quais penas receberão.

Monteiro e Cardoso (2013) afirmam que o cárcere brasileiro tem sido citado como um “aspirador social”, em que o aumento da população carcerária não se deve a um plano que ajuda a reduzir a criminalidade, mas a políticas que reprimem e criminalizam a pobreza. “As prisões não estão repletas de criminosos perigosos e violentos, mas de condenados por crimes envolvendo drogas, furto, roubo ou atentados à ordem pública, ou seja, condenados caracterizados por crimes não violentos” (pag. 104). O Estado tem a responsabilidade de incentivar punições menos severas e políticas públicas mais inclusivas, focadas em mudar e melhorar a atual realidade nacional. Quando a instituição do Estado falha, a vulnerabilidade social aumenta, causando estigmas e rotulagem (CHUEIRI; LOPES, 2021).

3.1 As unidades prisionais como potencializadoras de estigmas

O sistema prisional tem por objetivo, além viabilizar o cumprimento da pena, de disponibilizar meios para que os detentos possam ser reeducados de forma a regressar à



sociedade deixando de lado a vida criminosa e ofertando oportunidades para um novo recomeço (CHAVES, 2019). A Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984 no seu art. 1º dispõe: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Apesar do objetivo de proporcionar ressocialização ao preso, o sistema carcerário tem falhado em seu papel, pois “as prisões brasileiras funcionam como mecanismo de oficialização da exclusão que já paira sobre os detentos” (TAVARES; MENANDRO, 2004 pag. 86).

As prisões oferecem espaço que proporcionam a estigmatização dos apenados, pois retira seus direitos essenciais à liberdade, individualidade, segurança e dignidade, submetendo-os a imposições, e por vezes até a maus tratos e situações degradantes. Apenas trazem a exclusão da coletividade aos considerados como “descartáveis” no sistema social (WERMUTH, 2015).

Em decorrência à superlotação nas unidades prisionais, ocorrem violações dos direitos dos presos, como falta de alimentação adequada e higiene, saúde precária e aumento da violência nas prisões (CARVALHO, 2021). O detento, não só é privado de sua liberdade, mas também de seus direitos básicos; passa por condições cruéis, inumanas, perdendo sua integridade e individualidade, que lhe causam estragos à essência de sua identidade (ASSIS, 2017).

Adentrando o cárcere, o indivíduo torna-se apenas mais um delinquente e passa a ter que seguir diversas regras impostas. Lidando diariamente com o ambiente carcerário, o detento passa por um processo de “desaculturação”. Ele vai se desvinculando de seus hábitos diários e os substitui por novas experiências dentro do presídio, e ao retornar ao convívio social encontra grandes dificuldades para se readaptar (BARRETO, 2006), deixando o cárcere em situação emocional, econômica e social pior que a anterior (CRUCES, 2010).

Conforme Laranja e Fedoce (2018), retirar o infrator de seu convívio é uma maneira de puni-lo por infringir os preceitos determinados, e não serem capazes de segui-los fielmente, sejam de valor moral, social ou cultural. Portanto o ser é levado ao cárcere para ser reeducado, moldado, readaptado aos estatutos impostos para que consecutivamente retorne ao meio que foi tirado.

Os reclusos passam por uma perda de identidade ao atravessar os muros da prisão; perdem sua individualidade e são tratados numa forma padrão por meio de cortes de cabelo e



uniformes iguais (BARRETO, 2006), ou seja, não são considerados o histórico e contexto de vida de cada um; mesmo o meio social tendo grande impacto na formação do ser.

Relativamente à atuação do sistema carcerário brasileiro, em suas condições, pode até conseguir alterar comportamentos do recluso, mas não a realidade de seu passado, que estará novamente em seu futuro ao retornar ao convívio social (TAVARES; MENANDRO, 2004). Portanto isolá-lo desse convívio seria excluí-lo e atrasá-lo no seu desenvolvimento social.

Enjaular o indivíduo é só uma forma de excluir mais aqueles considerados sem importância, que já vem de uma história cheia de preconceitos. Wermuth (2015) concorda que as prisões trazem estigmas aos presidiários por meio de discursos segregantes, ao afirmar que atitudes punitivas são necessárias e efetivas para o enfrentamento e extinção do crime. “Os efeitos psicossociais do aprisionamento nos detentos trazem dificuldades na elaboração de seus planos, tornando-os, muitas vezes, temerosos e inseguros em relação à sua reintegração na sociedade” (ALEXANDRE; OLIVEIRA, 2012, pag. 2).

No contexto histórico da população carcerária, as experiências de encarceramento desses indivíduos acumulam consequências que exacerbam o estigma e a exclusão social. Se o acesso às políticas públicas e ao progresso social já é insuficiente e desigual para os cidadãos marginalizados, de baixa escolaridade e renda, passam a se intensificar ainda mais com o rótulo de condenado, e a perda de subjetividade e vínculos, comparando-se sua “liberdade” de reinserir socialmente à uma prisão perpétua. (GOFFMAN *apud* LEANDRO *et al.*, 2018).

4 ESTIGMA E A RELAÇÃO COM O RETORNO DO EX-DETENTO À SOCIEDADE

Apesar de desejada, a saída torna-se também um motivo de pavor aos detentos, pois ao saírem da condição de detentos não sabem o que esperar de suas vidas, além da cobrança da sociedade. Eles terão que lidar com questões do cotidiano deixadas para trás, como os relacionamentos familiares e sociais em geral, custos familiares, pessoais e inserção no mercado de trabalho (SANTOS; SILVA, 2017).

Ao retomar o convívio social, o ex-detento busca reintegrar o local de sua origem, do qual já conhece e do qual ele busca encontrar apoio para que se sinta acolhido após passar pelo processo de “desaculturação” citado anteriormente, e retome o espaço a qual lhe pertence. Neste sentido, a família, geralmente, é a via principal para que esse indivíduo retome a seu meio social, ajudando-o a se recuperar. A família deve poder participar disso de forma positiva, por isso a aceitação por parte dos familiares é fundamental. O encorajamento ou apoio que eles



derem ao seu parente pode fazer uma diferença positiva em sua recuperação. No entanto, muitas vezes são abandonados por suas famílias e quando isso acontece é comum que sintam culpa, desprezo, frustração e desmotivação, o que acaba por afetar em outras relações grupais (NETO, 2012).

A falta do apoio familiar e a exclusão social são algumas das consequências advindas do rótulo de criminoso causado pelos estigmas, impossibilitando a ressocialização e convívio social. Nesse sentido, os ex-detentos passam a ter que lidar continuamente com os efeitos de sua estada na prisão, ou seja, mesmo com o cumprimento da pena ainda sofrem sequelas decorrentes de suas atitudes, que as vezes perduram por toda vida.

O final do cumprimento desta pena, constitui-se num verdadeiro e sofrível paradoxo: a alegria do retorno à sociedade versus a dificuldade encontrada para ressocializar-se. Significa uma readaptação de hábitos e costumes, um reaprender a viver em sociedade, pode-se compreender como existente uma vida antes e outra, depois da detenção, sendo que a posterior é muito mais dificultosa. (SIQUEIRA; ROSTELATO, 2009, p. 116).

Esses estigmas acabam por atingir de forma negativa as mais diversas áreas do indivíduo, seja ela social, familiar, econômica, profissional ou mental, o que será abordado logo adiante.

4.2 Efeitos negativos produzidos pelos estigmas

Em seu retorno, ex-detento tenta resgatar os anos que passou recluso, mas ao dar de cara com a realidade, percebe que não se encontra preparado para reinserir em uma sociedade que não está disposta a lhe oferecer as condições necessárias de reintegração. Além, das condições desumanas que o detento passa no cárcere, ao reinserir à sociedade, enfrenta os olhares julgadores, tendo que enfrentar situações de discriminação, pois passam a ser rotulados como delinquentes, pessoas sem solução, desacreditados, desmerecidos de qualquer empatia e compaixão.

É preciso considerar que, o meio social traz uma realidade muito maior de estigmatizações, que de meios de inserção para mudanças e transformações (FILHO, 2006). Por conta dessa dificuldade de interação o próprio estigmatizado pode tentar se afastar dos outros, se tornar inseguro, agressivo ou retraído (SIQUEIRA; CARDOSO, 2011). Siqueira e Rostelato (2009) apontam esse afastamento do seu meio social, incentiva o indivíduo a prosseguir no seu mundo de crimes que levava anteriormente, do qual a própria sociedade rejeita, porém, onde será amparado e incluso pelo grupo, a fazer parte de um papel social, sem sofrer julgamentos e discriminações. Marson e Lira (2021) afirmam que a sociedade contribui



com a delinquência, por meio de estigmatizações, inserção do infrator em universos penitenciários degradantes, preconceitos e discriminações.

Segundo Siqueira e Cardoso (2011), as pessoas que foram marcadas têm dificuldade em formar relacionamentos com outras, pois essas interações sociais podem afetar a autoestima da pessoa marcada, e até mesmo influenciar a forma como ela se vê. Segundo Goffman (2004), ele pode tentar mudar o que acha que está errado com ele. Um meio para isso é tentar melhorar sua situação, concentrando muita energia em aprender coisas que são consideradas fora dos seus limites físicos ou ambientais, porém o que normalmente acontece é uma transformação de seu eu, ao buscar mostrar que seu defeito foi reparado.

Quando o indivíduo que é estigmatizado acredita que um de seus atributos é impuro, pode levar a sentir auto-aversão e desprezo por si mesmo, interferindo em seu autoconceito, pois para Siqueira e Cardoso (2011), as pessoas são necessárias para que um indivíduo aprenda sobre si mesmo, observe seu comportamento em relação aos outros e veja como é visto pelos outros. Quando o indivíduo internaliza esse estigma, aceitando os estereótipos negativos a ele estabelecidos, assume a “identidade deteriorada”. Isso pode levar à diminuição da autoestima, autoeficácia, culpa, raiva, angústia, isolamento, ao desemprego e baixo rendimento (SOARES *et al.*, 2011).

Silva (2018), conclui que o delituoso é visto como um ser indesejado pela classe dominante, que lhe traz rótulos, e este etiquetado, por vezes, não consegue desassociar sua imagem dos rótulos ligados a ele, tomando o crime como profissão. Junto a isso, a falta de oportunidade de emprego para ex-presidiários também pode ser um fator essencial à reincidência ao crime, uma vez que, conforme o IPEA (2015), a oferta de oportunidades foi apontada como o caminho mais propício de reinserir socialmente o detento.

Essa influência à reincidência criminal se deve ao egresso não conseguir encontrar uma outra possibilidade para reingressar de forma honesta na sociedade, sem condições de se sustentar, já que na maioria dos casos antes da prisão sua realidade não oferecia-lhe oportunidades; após às grades, a falta de experiências e discriminação impossibilitam muito mais suas condições de restabelecer e seguir um outro caminho diferente do que já conhece, pois conforme Marson e Lira (2021), o trabalho além de ser um direito básico do indivíduo, é vital para apoiar a sobrevivência e o desenvolvimento de qualquer sujeito, colabora para promoção da dignidade humana. Também é um fator social significativo porque ajuda as pessoas a formar laços entre



si, ajudando os indivíduos a desenvolver sua autoestima, confiança, comportamentos e também ajuda a desenvolver seu potencial como identidade pessoal.

Para além das dificuldades de ingressar o mercado de trabalho, pela falta de experiência ou formação profissional e o atraso de conhecimento, por conta dos avanços e inovações tecnológicas, Siqueira e Cardoso (2011) consideram que, a sociedade proporciona ao estigmatizado uma posição inferior na hierarquia, por meio de uma perda de status, diretamente ligada a rótulos e estereótipos, o que pode afetar negativamente suas chances. Isso parte de uma doutrina que busca a inferioridade das pessoas estigmatizadas e ter poder sobre elas. O resultado disso é a segregação de privilégios do grupo marginalizado.

Diante disto, é notório que a readaptação do detento à sociedade é muito conflitante. No entanto, faz-se necessário acolher estes indivíduos tão estigmatizados socialmente. O acolhimento traz àquele indivíduo que o recebe a sensação de conforto e apoio, pois ao abordá-lo de maneira humanizada faz com que ele se sinta ligado, inserido no seu meio como qualquer outro, sente-se capaz, digno de confiança, para que ele possa também mudar sua percepção sobre si e ver-se como alguém com novas oportunidades, pronto para recomeçar por um outro caminho.

Tratar o indivíduo como igual apesar das diferenças, automaticamente, pode fazer com que o mesmo sinta-se respeitado e aceito dentro de seu meio, lhe trazendo possibilidades de fazer parte de um papel social e considerar-se importante (SIQUEIRA; ROSTELATO, 2009). A partir daí, vê-se a necessidade de estratégia individuais e grupais que possam diminuir a incidência de estigmas. É então, que será abordada a importância da psicologia social para desconstrução de crenças estigmatizantes e os principais meios de intervenção.

5 O PAPEL DA PSICOLOGIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DOS ESTIGMAS

Embora os estigmas afetem negativamente, persistem por serem formados por meio de interações entre grupos, e aprendidos no convívio social. Em meio a isso, um dos papéis da psicologia social é buscar compreender como esses comportamentos se formam e se perpetuam dentro da sociedade (ALMEIDA, 2018).

O processo de estigmatização é aprendido de forma direta, e indireta, a partir de construções em grupos sociais, que organizam o sentido de diferentes estímulos do meio e conduzem a relacionamentos do grupo com os outros. O sistema de compreensão diante à interação com esses grupos pode ser designada de representação social (HOWAT-RODRIGUES, 2012). As representações sociais são teorias sobre conhecimento social e



compreensão do senso comum compartilhados coletivamente, usadas para interpretar a realidade e construir novos conhecimentos específicos da realidade social e surgem durante as interações cotidianas quando as pessoas tentam entender os fenômenos sociais (JACQUES *et al.*, 2013).

A representação social é a “teoria” do conhecimento compartilhado entre as pessoas. O senso comum, as teorias populares e as interpretações do mundo real são criadas por meio do desenvolvimento coletivo e do compartilhamento. Isso os leva a criar novos comportamentos e interações com o ambiente, que inevitavelmente mudam a si mesmos e ao ambiente ao seu redor (JACQUES *et al.*, 2013). As representações podem estar baseadas em fatos que não são diretamente observáveis. Representação é o significado pessoal que alguém atribui a significados socialmente desenvolvidos, interagindo com objetos ou situações e agindo sobre eles (LANE, 2009).

A influência histórica-social se faz sentir, primordialmente, pela aquisição da linguagem. As palavras e definições são implementadas pela cultura ou pela sociedade como um todo, determinam os valores, sentimentos, ações e visões de mundo das pessoas. A ideologia predominante de cada sociedade se reflete nessas práticas – tanto valores idealizados quanto ações relacionadas – que se desenvolvem de acordo com as condições materiais que exigem a existência da sociedade de classes. Dessa forma, esses costumes refletem as relações entre dominantes e dominados necessárias para a existência da vida material (LANE, 2009). O conhecimento adquirido na interação com a sociedade é armazenado na forma de estruturas mentais. Essas estruturas mentais são constituídas por conhecimentos organizados e armazenados a partir do contato com a sociedade (FERREIRA, 2010).

Segundo Jacques *et al.* (2013), o estudo das Representações Sociais servem para o conhecimento coletivo de uma sociedade; e como eles definem os códigos culturais que definem cada comunidade em um determinado momento. Além disso, as Representações Sociais podem ser estudadas em relação à dicotomia indivíduo x sociedade, para compreender o processo de formação da identidade.

É neste sentido que questionamos quanto a "identidade social" e "papéis" exercem uma mediação ideológica, ou seja, criam uma "ilusão" de que os papéis são "naturais e necessários", e que a identidade é consequência de "opções livres" que fazemos no nosso conviver social, quando, de fato, são as condições sociais decorrentes da produção da vida material que determinam os papéis e a nossa identidade social. (LANE, 2009, pag. 22)

Diante desta compreensão, a psicologia social deve pensar numa intervenção que desconstrua as ideias estigmatizantes, geradas a partir das representações sociais numa relação



dominante e dominado, e políticas públicas que vivem diminuir a vulnerabilidade propensa às minorias sociais. Pensar no indivíduo como sujeito ativo e histórico, contribui para a capacidade ética da atuação profissional, voltada para o empoderamento de pessoas em situação de injustiça, humilhação e sofrimento (PAULA, 2016). Enquanto o homem não recuperar para si a sua atividade que é, psicológica, social e histórica, desenvolverá uma falsa autoconsciência, além de uma falsa consciência sobre o que o cerca (LANE, 2009).

Almeida (2018), reforça que se a sociedade é capaz de induzir estigmas, também pode induzir tolerância e respeito e que a psicologia social também desempenha um papel nas políticas públicas, ajudando as pessoas a escapar da vulnerabilidade e equipando-as de situações de manipulação e opressão. Nesse sentido, a Psicologia Social Comunitária visa promover a conscientização, minimizar a alienação, e colaborar na construção de grupos mais conscientes e reflexivos, de modo a problematizar e transformar a realidade, favorecendo a construção de uma identidade ética social e individual. Seus métodos de inserção incluem o desenvolvimento de trabalhos que promovam a solidariedade e a cooperação nas relações (MACIEL; ALVES, 2015).

Ronzani *et al.* (2014), discorre acerca da importância do acesso a grupos de apoio. Esses grupos proporcionam aos estigmatizados um senso de identidade, autoestima, habilidades de enfrentamento e integração social, onde também podem compartilhar experiências. Silva *et al.* (2020), ainda destaca a realização de workshops e treinamento de habilidades de enfrentamento como intervenções pensadas para fortalecer a resiliência como efetivas no enfrentamento, e redução do estresse relacionado e depressão, no aumento da autoestima e da autoeficácia, na busca de apoio, no aumento do empoderamento e na redução de depressão.

Silva *et al.* (2020), ainda destaca intervenções realizadas por prestadores informais de cuidado comunitário treinados e supervisionados por profissionais ou por profissionais treinados que mostram-se efetivas no âmbito familiar, no manejo de situação, na redução do estigma, auto-estigma e estigma internalizado. Ronzani *et al.* (2014), apontou que a mobilização social em nível comunitário, voltada para a promoção do contato com indivíduos estigmatizados, pode ajudar a reduzir opiniões e crenças negativas e errôneas por meio da troca de experiências. Além de visar a alteração de atitudes e comportamentos discriminatórios por intermédio de apresentações, discussões, simulações e filmes, onde, conforme Lima (2020), os sujeitos são direcionados a fornecer razões lógicas para seus preconceitos. Além disso, envolvem emoções que têm como objetivo fazer com que as pessoas sintam o que as vítimas sentem.



Lane (2009), fala que apesar de ser difícil aprender novas relações sociais, por elas evoluírem naturalmente na vida cotidiana e quando menos se percebe, as hierarquias entre as pessoas estão se desdobrando, cabe ao psicólogo social a implantação de uma assistência psicológica em larga escala, através da aplicação de seus conhecimentos junto a grupos e organizações populares. A psicologia social neste sentido, deve fornecer apoio mental e emocional com o objetivo de ajudar a desenvolver um projeto de vida, fortalecer os laços familiares e resiliência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo compreender os estigmas sociais e como eles interferem na ressocialização do ex-detento, isso, a partir de uma perspectiva da psicologia social. Perante o estudo realizado, foi possível constatar que a literatura mostra que a maior parte da população carcerária brasileira vem de uma realidade social de pobreza, com poucas oportunidades educacionais e profissionais, em que as leis punem com base nas características racial e social. Além disso, esses dados podem ser indicativos de políticas sociais precárias que criminalizam a pobreza e reforçam o estigma. Portanto, o encarceramento seletivo dessas pessoas contribui para a continuidade da segregação social.

A precariedade do sistema prisional afeta fortemente a figura do indivíduo ao retornar à comunidade e quando esse indivíduo sai da prisão tem que lidar continuamente com os efeitos advindos dos estigmas que pairam sobre eles. Muitas vezes abandonado, inclusive pela família, fazendo com que sintam culpa, desprezo, frustração e falta de motivação. Isso afeta o relacionamento com grupos sociais e pode levar a inseguranças, agressões ou retraimentos.

Os estigmas também podem influenciar a autoestima do indivíduo, e até levá-lo a olhar com desprezo para si mesmo, interferindo no seu autoconceito e na sua identidade. Ao reconhecer o estigma associado à sua identidade, juntamente a falta de oportunidades, pode fazê-lo retornar ao crime.

Nesse sentido, a psicologia social deve propor uma intervenção que desconstrua ideias estigmatizantes relacionadas às classes sociais, e políticas públicas destinadas a reduzir a vulnerabilidade das minorias sociais. Deve atuar no empoderamento de pessoas em situações de injustiça, humilhação e sofrimento, buscando mudar a forma como as pessoas pensam e agem, colaborando na criação de grupos mais conscientes e reflexivos. Porém não é fácil estabelecer novas relações sociais, já que elas tendem a ocorrer naturalmente na vida cotidiana.



Esta pesquisa encontrou como barreira, dificuldades de encontrar informações referentes ao trabalho da psicologia social em nível comunitário com relação ao estigma. Portanto espera-se que futuramente, haja pesquisas de campo em programas comunitários voltados principalmente para assistência psicossocial a indivíduos estigmatizados, buscando entender como funcionam na prática e seus impactos na promoção da saúde mental desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Jussana da Rosa; OLIVEIRA, Ms. Fátima Oliveira de. **Depois das grades: As contribuições da Psicologia Social para as pessoas egressas do sistema prisional**. 2012. Disponível em: <http://ulbratorres.com.br/revista/artigos/volume2012/5.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. A psicologia social e o papel do psicólogo na sociedade contemporânea. **Psicologia.pt**, 23 jul 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1222.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

AMARAL, Livia do; LINCK, Silva. **Teoria do etiquetamento: a criminalização primária e secundária**. Conteúdo Jurídico. 2018. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52111/teoria-do-etiquetamento-a-criminalizacao-primaria-e-secundaria>. Acesso em: 1 ago. 2022.

ASSIS, Rafael Damasceno. A Realidade atual do Sistema Penitenciário Brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez de 2017. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/949/1122>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Depois das Grades: um Reflexo da Cultura Prisional em Indivíduos Libertos. **Psicologia ciência e profissão**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 582-593, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qXqrbHw34Thw76bm4xwKJvq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2021.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* Sílvia Lane e o Projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia & Sociedade**, p. 46-56. 19, Edição Especial 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/w5gPmcgxnB5w5ThhFkCyCtb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 2 fev. 2022.



BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Brasília: **Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CHAVES, Pedro Henrique de Oliveira Araujo. **LEI DE EXECUÇÃO PENAL: (in) aplicabilidade como um direito de sentenciado ao devido processo legal**. Anápolis, 2019 Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – UniEvangélica, 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1421/1/Monografia%20-%20Pedro%20Henrique%20de%20Oliveira%20Araujo%20Chaves.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

COSTA, Rebeca Torres Alves; MIESSA, Erasmo Ruiz. Estigma: uma realidade da população em situação de rua (PSR). **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 4, n. 14. 112 – 130 p, 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1354>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CRUCES, Alacir Villa Valle. A situação das prisões no Brasil e o trabalho dos psicólogos nessas instituições: uma análise a partir de entrevistas com egressos e reincidentes. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 78, n. 1, p. 136-154, 2010.

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, p. 51-64, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/q35bD9r4HyTpLMhyH5CpTcP/?format=pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FILHO, Milton Júlio de Carvalho. **"TE PREPARA PRA SAIR!"**: -síntese analítica sobre a situação dos egressos do sistema penitenciário brasileiro. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://docplayer.com.br/18475070-Te-prepara-para-sair-sintese-analitica-sobre-a-situacao-dos-egressos-do-sistema-penitenciario-brasileiro.html>. Acesso em: 4 jan. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1 ed. Rio Grande do Sul: Editora eletrônica: Luciane Delani, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/LOGICA/Downloads/M%C3%A9todos%20de%20Pesquisa%20-%20Tatiana%20Engel%20e%20Denise%20Tolfo%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/LOGICA/Downloads/M%C3%A9todos%20de%20Pesquisa%20-%20Tatiana%20Engel%20e%20Denise%20Tolfo%20(2).pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução Mathias Lambert, v. 4. 2004. Tradução de: Stigma – Notes on the Management of Spoiled Identity. Disponível em: https://www.academia.edu/download/53983977/9_ESTIGMA_-_Erving_Goffman.pdf. Acesso em: 7 jan. 2022

HOWAT-RODRIGUES, Anna Beatriz Carnielli *et al.* Práticas ilícitas e seus atores: um estudo sobre representações sociais. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 3,



n. 1, p. 41-56, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236-64072012000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2022.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Reincidência Criminal no Brasil:** Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa *et al.* **Psicologia social contemporânea**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/LOGICA/Downloads/kupdf.net_psicologia-social-contemporanea-21-ediao.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. 22 ed. - São Paulo: Brasiliense, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5615627/mod_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

LARANJA, Gabriel Fedoce; FEDOCE, Mara Angélica Ferreira. **O estigma de um ex detento ante a sociedade: Os desafios da ressocialização**. 2018, p. 253-264. Disponível em: <http://dircin.com.br/repositorio/2018/direito-e-cinema-penal-e-arte.pdf#page=253>. Acesso em: 3 jan. 2022.

LEANDRO, Maiara *et al.* Retorno à Sociedade: Percepções e Experiências de Ex-Detentas. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 125-139, Jan-Jun 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-50272018000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 jan. 2022.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/LOGICA/Downloads/OpenAccess-Lima-9786555500127%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/LOGICA/Downloads/OpenAccess-Lima-9786555500127%20(1).pdf). Acesso em: 18 set. 2022.

MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros; ALVES, Monalisa Barbosa. A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p. 272-282, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n2/05.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

MARSON, Carla Neves; LIRA, Pablo silva. Superando o estigma da prisão e efetivação de direitos e cidadania: contribuições da psicologia na promoção de trabalho aos egressos do sistema de justiça. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, ano 2021, v. 15, n. 1, p. 138-155, fev/mar 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1143/388>. Acesso em: 17 dez. 2021.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, jan-abr 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/wjmWpRx3yMLqSJ6fQJ9JkNG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.



MOREIRA, Juliana Gonçalves *et al.* A seletividade na aplicação das leis no Brasil à visão da teoria do Criminoso Nato de Lombroso e da teoria do Etiquetamento de Becker e Goffman. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 11, n. 2, p. 161-176, jul-dez 2019. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/703>. Acesso em: 30 jul. 2022.

NETO, José Milton Negreiros. **Importância da família no processo de ressocialização do encarcerado diante das condições do sistema penitenciário no estado do Ceará** Monografia (Pós Graduação em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29226/1/2012_tcc_jmnegreirosneto.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

PAULA, Alexandre da Silva de. Psicologia Social e Representações Sociais: Uma Aproximação Histórica. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 8, n. 2, p. 200-207, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dVkOCoyEfnh6YCSwO4IVht40nAepsd1Z/view>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PINTO, Sarah Pires Lacerda. **Sistemas de criminalização da classe sociais inferiores: O sistema penal sob ótica da teoria Labelling Approach** Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) - Faculdade Evangélica De Goianésia, Goianésia, 2021. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18079/1/2021_TCC_SARAH%20PIRES%20LACERDA%20PINTO.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

RESENDES, Danilo Gomes. **Projeto Entrevistas: A reinserção de ex-detentos na sociedade**. Presidente Prudente, 2017 Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – UNESP.

RONZANI, Telmo Mota *et al.* **Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores**. Juiz de Fora: UFJF, 2014. Disponível em: https://www.ufjf.br/editora/files/2018/02/reduzindo_o_estigma_entre_usuarios_de_drogas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

SANTOS, Thalita Mara dos; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. Os sujeitos egressos prisionais e o processo de (re)inserção social. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 975-993, dez 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000300012. Acesso em: 5 jan. 2022.

SILVA, Ana *et al.* **Síntese de evidências: enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias_estigma_setembro1.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, Chiara Luiza Da. **Como nasce um criminoso? – A influência de fatores sociais para formação de agente no mundo do crime**. Orientador: José Rodrigues Ferreira Júnior. 2018. Monografia (Bacharel em Direito) -Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/557/1/Monografia%20-%20Chiara%20Luiza.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2021.



SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ROSTELATO, Telma Aparecida. **Inclusão social dos ex-detentos: A alegria do retorno à sociedade versus a dificuldade de ressocialização.** Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi. São Paulo, 2009, p. 111-123. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/146/146>. Acesso em: 1 jan. 2022.

SIQUEIRA, Ranyella de; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas: revista Interdisciplinaria sobre imaginarios sociales**, v. 1, n. 2, p. 92-113, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4781280>. Acesso em: 1 jun. 2022.

SOARES, Rhaisa Gontijo *et al.* A mensuração do estigma internalizado: revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 635-645, outubro 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/pthF84SR3LXpNXXKqX586xvG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TAVARES, Gilead Marchezi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Atestado de exclusão com firma reconhecida: O sofrimento do presidiário brasileiro. **Psicologia ciência e profissão**, Espírito Santo, v. 24 (2), p. 86-99, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QKvZjrT8s3PckhJQQPw9jfp/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TOLEDO, Isadora d'Ávila; KEMP, Valéria Heloisa; MACHADO, Marília Novais da Mata. Os sentidos do trabalho para egressos do sistema prisional inseridos no mercado formal de trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. p.85-9, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/112334/110298>. Acesso em: 13 mar. 2022.

WERMUTH, Maiquel Dezordi. **Cultura do medo e criminalização seletiva no Brasil.** 2015. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/cultura-do-medo-e-criminalizacao-seletiva-no-brasil-795003ed798441.html>. Acesso em: 7 jan. 2022.



ORGANIZADORAS

MEG GOMES MARTINS DE ÁVILA

Mestre em Psicologia (UnB) Especialista em Gestão Pública (UEG), Terapia Financeira e formação em Análise do Comportamento (INSPAC). Professora há 27 anos, sendo 21 anos no Ensino Universitário e Coordenadora do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Mauá de Brasília (UniMauá).

CINTIA BATISTA LOPES

Graduada em psicologia e Especialista em Neurociência (UNINTER) e Saúde Pública (UNIP).

LUANA GUIMARAES DA SILVA

Leader Nurse. Graduada em Enfermagem e Especialista em Terapia Intensiva adulto e neonatal, Coordenadora do curso de Graduação de Enfermagem no Centro Universitário Mauá de Brasília. Idealizadora do projeto de Iniciação Científica e produção Acadêmica em saúde da UniMauá.



www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)



facebook.com.br/epublicar

PSICOLOGIA:

*DIÁLOGOS ENTRE
PESQUISA E PRÁTICAS*

2

Cintia Batista Lopes

Meg Gomes Martins de Ávila

Luana Guimaraes da Silva

Organização



2023



www.editorapublicar.com.br



contato@editorapublicar.com.br



@epublicar



facebook.com.br/epublicar

PSICOLOGIA:

DIÁLOGOS ENTRE PESQUISA E PRÁTICAS

2

Cintia Batista Lopes

Meg Gomes Martins de Ávila

Luana Guimaraes da Silva

Organização



2023